



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O BRUXO, A CLIO E O CÃO
A Presença, a Função e o Significado da História
na obra de Machado de Assis

EINSTEIN AUGUSTO DA SILVA

BRASÍLIA
2023

EINSTEIN AUGUSTO DA SILVA

O BRUXO, A CLIO E O CÃO

A Presença, a Função e o Significado da História
na obra de Machado de Assis

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade
de Brasília como requisito
final à obtenção do grau de
Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História
das Ideias, Historiografia e
Teoria da História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel
Barbosa Andrade de Faria.

BRASÍLIA
2023

RESUMO

A presente tese pretendeu investigar a relação de Machado de Assis com a História, em vista de sua significância para a História da Historiografia Brasileira. Para isso, comecei ressaltando o aspecto subjetivo e os limites da minha interpretação, que se caracteriza pela adoção de uma perspectiva que privilegia o conceito de transparência como recurso metodológico. Alicerçado em indícios extraídos de toda a obra machadiana, procurei demonstrar que a História tem uma presença constante na vida e na obra do Bruxo do Cosme Velho, sendo que essa presença foi percebida e analisada de diferentes formas por muitos estudiosos de sua obra. Aliás, foram justamente essas interpretações divergentes somadas à percepção de um tratamento ambíguo – positivo/elogioso X negativo/injuriioso – dispensado à História por parte de Machado que me fizeram refletir sobre as possíveis funções e sobre o provável significado da História em sua obra. E dessa reflexão, constatei que, entre as funções que a História desempenha na obra machadiana, a de promover o “distanciamento histórico” e, conseqüentemente, a relativização histórico-cultural, talvez, seja a mais importante, porque no desempenho dessa função ela serve como ferramenta heurística e de crítica. No que diz respeito ao significado da História na obra de Machado, defendi a ideia de que a presença ostensiva e constante da História na vida e na obra de Machado de Assis, caracterizada pelo seu uso pragmático, está intimamente relacionada à existência de uma visão cínica do mundo e da História. Visão adquirida a partir do trânsito de Machado pela História e pelo seu conhecimento dessa filosofia, que, a meu ver, caracteriza sua obra com aquele tom cético-pessimista, expresso, na maioria das vezes, de forma irônica ou de forma sério-jocosa.

Palavras-chave: Obra de Machado de Assis. História. Cinismo. Escrita da História. História da Historiografia Brasileira.

ABSTRACT

The present thesis intended to investigate the relationship between Machado de Assis and History, in view of its significance for the History of Brazilian Historiography. For this, I began by highlighting the subjective aspect and the limits of my interpretation, which is characterized by the adoption of a perspective that privileges the concept of transparency as a methodological resource. Based on evidence present throughout Machado's work, I tried to demonstrate that History has a constant presence in the life and work of the Bruxo of Cosme Velho, and this presence was perceived and analyzed in different ways by many scholars of his work. By the way, it was precisely these divergent interpretations added to the perception of an ambiguous treatment – positive/eulogistic X negative/insulting – given to History by Machado that made me reflect on the function and meaning of History in his work. And from this reflection, I found that, among the functions that History plays in Machado's work, that of promoting "historical distance" and, consequently, historical-cultural relativization, is perhaps the most important, because in the performance of this function it serves as a heuristic and critical tool. With regard to the meaning of History in Machado's work, I defend the idea that the ostensive and constant presence of History in the life and work of Machado de Assis, characterized by its pragmatic use, is closely related to the existence of a cynical view of the world and History. A vision acquired from Machado's transit through History and his knowledge of this philosophy, which, in my opinion, characterizes his work with that skeptical-pessimistic tone, expressed, most of the time, in an ironic way or in a serious-joking way.

Keywords: Work by Machado de Assis. History. Cynicism. History Writing. History of Brazilian Historiography.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao povo brasileiro,

[que] de quatro em quatro anos, abrem-lhe a porta da gaiola, e ele sai, ufano de si, para ir meter [...] um papelinho fechado dentro de uma urna. Admirado, adulado, festejado, goza ele os seus três dias de democracia; depois, volta por seus pés à gaiola, às vezes com um grão de alpiste no bico... e *au revoir* (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 557).

Que, com a ajuda de Machado de Assis, esse povo possa alçar voos acima das névoas ideológicas, enxergando as coisas como elas são e que, depois disso, possa fazer coro ao brinde de *Saint-Clair*, o desterrado.

Dedico-o também à minha mãe, pelas infinitas vezes que me perdoou: obrigado por tudo, mãe!

Dedico-o, por fim, à Sofia, luz da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Daniel Faria, pela generosidade com que compartilhou comigo seu conhecimento e sua amizade. Obrigado por tudo, irmão!

Agradeço aos colegas que participam da “Petalógica” do professor Daniel Faria pelas risadas e pelas ideias (não necessariamente nessa ordem), em especial, à Isabela, à Paula, ao Biu e ao Thalles.

Agradeço aos estudiosos da obra machadiana, sem os quais, talvez, eu não enxergasse a multiplicidade que é Machado.

Agradeço também à minha amiga Maria Joana, pelas tantas viagens e ideias trocadas na ponte asfáltica Anápolis–Brasília–Anápolis.

Agradeço, especialmente, à Ana Paula Siqueira, pelo incentivo durante o Processo Seletivo e pelo apoio constante em Brasília.

Agradeço à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília pela atenção e pelo profissionalismo: Obrigado, senhor Jorge e Rodolfo!

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em especial à professora Susane Rodrigues de Oliveira e aos professores André Gustavo de Melo Araújo, Mateus Gamba, Luiz Paulo Nogueira e Marcelo Balaban.

Por fim, agradeço à Universidade de Brasília, por existir e resistir.

SUMÁRIO-APRESENTAÇÃO

1 – O "EU": ASSUMINDO SUBJETIVIDADES 10

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o inelutável aspecto subjetivo das interpretações historiográficas e, ao mesmo tempo, tentar tornar patente as motivações do meu interesse por Machado de Assis e os limites que o lugar a partir do qual interpreto me impõe.

2 – "QUANTOS OLHOS, TANTAS VISTAS": ESTABELECENDO A PERSPECTIVA 14

Neste capítulo, procurei abordar as relações indissociáveis entre as perspectivas e as subjetividades, enfatizando a importância do conceito de transparência como recurso metodológico.

3 – ESCULPINDO UM OBJETO COM MACHADO 18

Por sua vez, neste outro capítulo, procurei traçar o "histórico" ou o trajeto do meu contato com o tema da História na obra de Machado de Assis: do momento da descoberta do tema nas crônicas à constatação da importância do tema na fortuna crítica de Machado de Assis.

4 – A PRESENÇA DA HISTÓRIA NA OBRA E NA VIDA DE MACHADO DE ASSIS 24

Já neste capítulo, tentei demonstrar, por meio de numerosos indícios, que a História tem uma presença ostensiva e constante na vida e na obra de Machado de Assis.

5 – "NÃO SE HÁ DE EXCLUIR UMA POR NÃO SER IGUAL AS OUTRAS": A RELAÇÃO DE MACHADO COM A HISTÓRIA: OUTRAS INTERPRETAÇÕES 34

Procurei dialogar, neste capítulo, com algumas interpretações acerca da concepção de História em Machado de Assis ou em sua obra, tentando mapear essas interpretações e tentando entender porque são tantas e tão divergentes.

6 – "A LENDA É MELHOR DO QUE A HISTÓRIA": HISTÓRIA COMO LENDA, FICÇÃO, MITO E LOUREIRA (ÊNFASE NEGATIVA: OS VÍCIOS) 44

O propósito deste capítulo foi refletir sobre as aproximações – na maioria das vezes, negativas/injurosas – que Machado de Assis fez entre História e ficção, entre História e lenda e entre História e prostituição, tentando entender os motivos e as significações por trás dessas aproximações.

SUMÁRIO-APRESENTAÇÃO

- 7 – "NÃO SE PODE DEIXAR DE RECORRER À HISTÓRIA":
REABILITAÇÃO E JUSTIÇA HISTÓRICA E CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA
(ÊNFASE POSITIVA: AS VIRTUDES) 63**

Por outro lado, neste capítulo tentei demonstrar que Machado de Assis também tratou a História de forma positiva/elogiosa, com respeito e até veneração, enfatizando não só sua utilidade, mas sua indispensabilidade. De igual maneira, tentei entender as motivações e as significações desse tratamento positivo/elogioso dispensado à História por Machado.

- 8 – PROVÁVEIS FUNÇÕES DA HISTÓRIA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS 117**

Neste capítulo, por sua vez, tentei indiciar a existência e ressaltar a importância do “distanciamento histórico” como ferramenta heurística e de crítica para Machado de Assis; defendendo a ideia de que essa ferramenta possibilitou que ele percebesse e concebesse a realidade de forma perspectivada e plural; além disso, fiz questão de sublinhar que o “distanciamento histórico” é o responsável pelo tom cético-pessimista que se costuma atribuir à obra machadiana.

- 9 – UM POSSÍVEL SIGNIFICADO DA HISTÓRIA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS 139**

Já neste outro capítulo, procurei atribuir um sentido ou um significado plausível para a presença ostensiva e constante da História na vida e na obra de Machado de Assis, patenteando, por um lado, a existência de uma visão de mundo que perpassa toda a obra machadiana e procurando relacioná-la ao profundo conhecimento que Machado de Assis possuía da História e ao uso pragmático que fazia dela. Por outro lado, considero a ironia e o humor machadianos como a forma de expressão escolhida para dar vazão àquela concepção ou visão de mundo cético-pessimista, adquirida a partir do trânsito de Machado pela História.

- 10 – “IRIA ADIANTE; MAS É FORÇOSO PARAR”
CONSIDERAÇÕES FINAIS 241**

Neste capítulo final, apresentei algumas considerações, tentando, ao menos, enfeixar algumas das muitas reflexões feitas durante esta investigação sobre a relação de Machado de Assis com a História.

...Como se a verdade fosse uma só...
Machado de Assis

1 – O "EU": ASSUMINDO SUBJETIVIDADES

Assumir o meu “eu” ou minha subjetividade é o primeiro passo para a definição da perspectiva a partir da qual meu objeto de pesquisa se constituiu. Isto porque concordo com Ivan Jablonka, quando afirma que o modo objetivo é incompatível com as atuais exigências das Ciências Sociais, pois “nega a subjetividade do narrador ao dissimulá-la em uma ausência-onipresença” (JABLONKA, 2016: 294)¹. Nessa mesma direção aponta Michel De Certeau, em *História e psicanálise: entre ciência e ficção*, quando afirma que “se o positivismo rejeita, enquanto não científico, o discurso que é confissão da subjetividade, por sua vez a psicanálise considera como cego, até mesmo patogênico, aquele que a camufla” (CERTEAU, 2016: 104-105).

Como demonstra Erwin Panofsky no clássico *Arquitetura gótica e escolástica*, com a invenção da perspectiva fica evidente que descrever algo é “descrever não apenas o que se vê, mas como se vê uma coisa sob determinadas condições” (PANOFSKY, 2001: 11). Nesse sentido, a perspectiva encontra-se diretamente vinculada ao observador, “pois só enxergamos uma parte do que pode ser visto, só aquilo que nos permite nosso ângulo de visão e a iluminação externa. Assim, a visão é subjetiva, ela depende de quem olha e ela é também afetada por condições de visibilidade externas ao observador” (FUNARI e SILVA, 2008: 14).

Dessa forma, este trabalho está caracterizado por aquilo que Jablonka denomina de *segunda subjetividade*, que, em resumo, significa saber e dizer o lugar de onde se fala, partindo do princípio da transparência, que é o raciocínio em sua honestidade maior: dizendo as coisas e mostrando como são feitas (JABLONKA, 2016: 313).

A verdadeira transparência é a qualidade democrática que tem uma gestão (ou uma decisão) quando é íntegra e se ajusta a procedimentos conhecidos por todos. O raciocínio, portanto, é transparente quando é analítico, quer dizer, integralmente explicado

¹ Advertência! São traduções minhas todas as citações diretas extraídas do livro *La historia es una literatura contemporánea: Manifiesto por la ciencias sociales*, de Ivan Jablonka. A tempo, recomendo a recém-lançada (2021) edição deste livro, feita pela Editora da Universidade de Brasília, com a excelente tradução de Veronica Galindez, que só não foi usada porque, quando publicada, eu já tinha feitos as traduções utilizadas aqui.

e assumido; quando se baseia em definições claras, hipóteses, deduções, exemplos e contraexemplos. Quanto mais visível é, mais se percebem suas engrenagens, suas linhas de força e de fala, seus limites. O esforço por não ocultar nada, que não tem nada a ver com exibicionismo, é também um chamado à discussão, à essa amizade- rivalidade que funda todas as ciências (JABLONKA, 2016: 309).

Em vista dessa opção por transparência, é oportuno e coerente tentar caracterizar a minha forma de exposição, que é parecida com qualquer conversação e, portanto, não é linear, podendo parecer meio caótica – lembrando que mitológica e cientificamente o Caos é uma força criadora (GLEICK, 1991). No entanto, para os menos afeitos ao Caos, minha maneira de expor pode ser definida como “interlocação digressiva”. Interlocação no sentido de: “1. Conversação entre duas ou mais pessoas; 2. Interrupção do discurso pela fala de novos interlocutores”. Digressiva no sentido de que há digressão: “1. Desvio de rumo ou assunto; 2. Excursão, passeio. 3. Subterfúgio, evasiva” (FERREIRA, 1975: 776 e 475).

Acredito que essa forma de exposição não-linear é produto de um pensamento reticular², que por sua vez é tributário do meio socioambiental no qual teve origem. Com isso pretendo dizer que a tortuosa estética do Cerrado (a tortuosidade das suas árvores e dos leitos dos seus rios, a tortuosidade do seu relevo e dos seus caminhos, a tortuosidade das ruas de suas cidades coloniais) pode ter contribuído para a formação – em mim – de uma sensibilidade e de uma racionalidade³ tortuosas que, conseqüentemente, só pode ser expressa por meio de uma escrita tortuosa. Em outras palavras, o Cerrado pode ter suscitado em mim um modo específico de ver, de sentir e de fazer: um modo torto de ser ou um modo de ser *cerratense* (BERTRAN, 2011).

De forma bastante simplista, em termos metodológicos, a “interlocação digressiva” é uma síntese dos métodos maiêutico (Sócrates), peripatético (Aristóteles) e indiciário (Ginzburg), visto que a compreensão e a inteligibilidade vão sendo construídas a partir de uma questão que desencadeia um movimento em direção às fontes, com o intuito de recolher “pistas talvez infinitesimais [que] permitem[am] captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1989:

² Sobre esse tema, afirma Bonnie G. Smith: “O pensamento reticular – típico de uma epistemologia narcótica – faz a história e, nesse caso, o historiador deriva de uma rede de associações e analogias e não de datas, detalhes e fatos” (SMITH, 2003: 62-63).

³ “Ao atuar [...] sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele [o homem] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1985, Vol. 1: 149).

150), afinal, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989: 177).

Todavia, é de suma importância ter bem claro em mente que o processo de investigação é indissociável da narração/explicação, mesmo que uma seja o inverso da outra, como sugere Michel De Certeau⁴. De acordo com Ivan Jablonka, narrar um acontecimento é necessariamente compreendê-lo e explicá-lo (ou oferecer instrumentos para a compreensão), respondendo a um como e a um porquê, a partir de um ponto de vista intelectual, de um raciocínio histórico, que se encarrega de transformar a representação em conhecimento, construindo estruturas de significação e, conseqüentemente, produzindo inteligibilidade tanto na vida dos desaparecidos (dos que viveram no passado) quanto em nossa existência (no presente). Em consequência disso, a narração é vista por Jablonka não como o fardo da história, mas como um dos seus recursos epistemológicos mais poderosos (JABLONKA, 2016: 146).

Sem ameaçar ou romper com aquilo que Paul Ricoeur denomina “pacto implícito”⁵, estabelecido entre uma obra histórica e seus supostos leitores, essa forma de exposição – que é parte do método hermenêutico – é explicativa, porque funciona como um “aparelho de remetimentos” (CERTEAU, 2010: 101), semelhante ao mecanismo das notas de rodapé, que, segundo Ivan Jablonka, “é mais que um suporte: é a arquitetura do raciocínio histórico” (JABLONKA, 2016: 273).

Por fim, faço uso da “interlocução digressiva” por acreditar que ela fornece densidade ao objeto de estudo, pois lhe acrescenta múltiplas camadas. Nesse sentido, aproprio-me da ideia de *descrição densa*, proposta por Clifford Geertz, no primeiro capítulo de *A Interpretação das Culturas*, ao mesmo tempo em que dou-lhe nova denominação: “explicação densa”. Ao substituir o termo “descrição” por “explicação”,

⁴ Segundo Michel De Certeau, a investigação é absolutamente diferente do processo de construção de uma escrita, porque, segundo ele, a escrita impõe uma inversão às regras da investigação, que ele denomina de “inversão escriturária”. Para Certeau, “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim” (materializando-se: tornando-se um livro ou um artigo); por fim, enquanto a pesquisa patenteia as lacunas, a escrita as encobre ou as substitui “por uma presença de sentido” (CERTEAU, 2010: 94). Por isso, apoiando-se em H.-I. Marrou, Certeau considera que a pesquisa é uma serva do discurso.

⁵ “Uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora informulado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor” (RICOEUR, 2007: 275).

pretendo ressaltar o caráter ativo, participativo, do sujeito pesquisador no processo de explicação, considerando que explicar é possibilitar a compreensão e a atribuição de sentidos. Logo, a “interlocução digressiva”, fazendo uso da “explicação densa”, acrescenta inteligibilidade ao objeto de estudo pela sinuosa via da multiplicidade, da diversidade. Conceito que fazia parte do repertório linguístico e analítico de Machado de Assis, que certa vez afirmou: “a diversidade é o próprio espírito grego” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 608).

Em um brilhante artigo, intitulado “A Grécia de Machado de Assis”, Jacyntho Lins Brandão lembra que, “etimologicamente, diversus é o diferente, o dessemelhante, o que aparta do caminho, o que distrai, a digressão, em suma: tudo o que diverte, isto é, desencaminha, desvia, diferencia” (BRANDÃO, 2001: 362). Em termos bastante semelhantes, o dicionário Aurélio define diverso como: "Adj. 1. Diferente, distinto; 2. Vário, variado; 3. Mudado, alterado; 4. Discordante, divergente; 5. Que apresenta vários aspectos" (FERREIRA, 1975: 485).

Pois bem: seguirei por um caminho diverso.

2 – "QUANTOS OLHOS, TANTAS VISTAS"⁶: ESTABELECENDO A PERSPECTIVA

Toda narrativa tem um princípio e o desta é o da transparência, como já foi afirmado. Em consequência disso, considero importante apresentar uma noção daquilo que entendo por História, pelo simples fato de que este trabalho aborda as representações de Machado de Assis relacionadas à História. Acontece que, muito provavelmente, a noção de História que construí e introjetei pode ter “determinado” minha “visão”, minha percepção e minha interpretação. Em outras palavras, estou advertindo para a possibilidade de eu ter “visto” representações de História na obra machadiana onde elas não existiam. Afinal, como diria Machado de Assis: “quantos olhos, tantas vistas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 931).

A noção que tenho de História é uma noção-centauro, tributária de diversas leituras e constituída a partir da apropriação⁷ de diversas concepções: caracterizada ou singularizada pela aporia da verdade⁸, a História é uma atividade intelectual⁹, indelevelmente marcada pela subjetividade¹⁰ de quem a empreende, materializada por meio de uma escrita¹¹ ou de uma narrativa¹² (portanto, submetida aos

⁶ (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 931)

⁷ “A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...] Mas que esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura” (CHARTIER, 1999: 77).

⁸ A propósito, “a historiografia tem um trajeto peculiar: desde Heródoto e, sobretudo, Tucídides, a escrita da história tem por aporia a verdade do que houve. Se se lhe retira essa prerrogativa, ela perde sua função” (COSTA LIMA, 2006: 21). Ainda, torna-se patente na contemporaneidade “a necessidade de, reconhecendo-se a aporia específica de história, dar-lhe um tratamento flexível, submetê-la a um uso poroso” (COSTA LIMA, 2006: 144). Ainda no que diz respeito à aporia da verdade, Costa Lima adverte que “entendê-la literalmente implicaria que a formulação escolhida pelo historiador seria incontestável, admitindo no máximo as correções advindas de outros documentos” (COSTA LIMA, 2006: 155).

⁹ “A história não é em primeiro lugar uma disciplina acadêmica, mas um conjunto de operações intelectuais que visam compreender o que os homens fazem de verdade” (JABLONKA: 2016, 142).

¹⁰ Como observou Luiz Costa Lima, se há “uma parcialidade inevitável, não se há de confundi-la com uma inevitável distorção” (COSTA LIMA, 2006: 91). Já Ricoeur fala de uma “boa subjetividade”: “uma outra subjetividade adotada como uma espécie de perspectiva” (RICOEUR, 2007: 350).

¹¹ Ao me referir a uma “escrita da História”, tenho em mente os seguintes livros ou artigos: *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata; *Mimesis*, de Erich Auerbach; A

mecanismos linguísticos, inclusive retóricos¹³) que se utiliza de vestígios¹⁴, que informam acerca do passado, para alicerçar interpretações¹⁵ e controlar sua ficcionalidade¹⁶ e que faz uso de um aparelho de remetimentos ou um sistema de referencialidade que, ao mesmo tempo em que permite sua verificabilidade, dota-lhe de uma autoridade extratextual¹⁷.

escrita da História, de Michel De Certeau; *Como se escreve a história*, de Paul Veyne; *O Efeito do Real*, de Roland Barthes; *História. Ficção. Literatura*, de Luiz Costa Lima; *A História escrita*, de Jurandir Malerba (org.); *A história é uma literatura contemporânea*, de Ivan Jablonka.

¹² Sobre a relação entre a História e a narrativa, pautei minhas reflexões nos seguintes livros: *Meta-história e Trópicos do Discurso*, de Hayden White; *Como se escreve a história*, de Paul Veyne; *História. Ficção. Literatura*, de Luiz Costa Lima; *A história é uma literatura contemporânea*, de Ivan Jablonka.

¹³ Costuma-se definir a retórica, segundo Carlo Ginzburg, “como uma arte para seduzir ‘a maioria’ com argumentos atraentes e falaciosos”, superficialmente fundamentados ou documentados (provas). De acordo com Ginzburg, “a visão de retórica como técnica de convencimento emotivo na qual o exame das provas tem um lugar marginal prevaleceu graças à imensa autoridade de Cícero”. Contudo, há outra definição de retórica mais rica e mais antiga que, ainda conforme Ginzburg, descende de Aristóteles e se distingue da concepção acima referida, principalmente, por ter como núcleo racional a prova: “as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental”. Para todas as citações desta nota: (GINZBURG, 2002: 18, 75 e 63)

¹⁴ (GINZBURG, 1989: 143-180).

¹⁵ De acordo com Paul Ricoeur: “Falar da interpretação, em termos de operação, é tratá-la como um complexo de atos de linguagem – de enunciações – incorporado aos enunciados objetivantes do discurso histórico. Nesse complexo, vários componentes podem ser discernidos: primeiramente, a preocupação em tornar mais claro, explicitar, desdobrar um conjunto de significações consideradas obscuras, visando a uma melhor compreensão pelo interlocutor. A seguir, o reconhecimento do fato de que sempre é possível interpretar de outra forma o mesmo complexo e, portanto, a admissão de um grau inevitável de controvérsia, de conflito entre interpretações rivais; em seguida, a pretensão de dotar a interpretação assumida com argumentos plausíveis, possivelmente prováveis, submetidos à parte adversa; finalmente, a confissão de que, por trás da interpretação, subsiste sempre um fundo impenetrável, opaco, inesgotável de motivações pessoais e culturais, do qual o sujeito jamais acabou de dar conta. Nesse complexo de componentes, a reflexão progride da enunciação, enquanto ato de linguagem, ao enunciador, como o quem dos atos de interpretação. É esse complexo operatório que pode constituir a correlação entre vertente subjetiva e vertente objetiva do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007: 351).

Ainda segundo Ricoeur: “A interpretação é um componente da explicação: seu contraponto “subjetivo”, segundo Ricoeur, e “pode ser detectada em cada um dos estágios da operação historiográfica que temos percorrido. De fato, a interpretação opera desde o estágio da consulta aos arquivos, e até mesmo bem antes, desde o estágio de sua constituição” (RICOEUR, 2007: 353 e 352).

¹⁶ São os “vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida a controle, das realidades que os produziram” (CHARTIER, 2002: 82).

¹⁷ O discurso histórico é um misto, segundo Certeau, pois “pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade) mas sob a forma de uma narração”. E para compensar essa debilidade e adquirir credibilidade, o discurso histórico se alicerça em um

A despeito de ter sido sistematizada aqui a partir da contribuição de alguns teóricos, essa noção não deixa de ser tributária do próprio Machado de Assis, pois, algumas das características que a constituem foram percebidas a partir da leitura da obra machadiana, que precedeu ao meu contato com tais teóricos.

Quatro exemplos para ilustrar: antes de refletir com Luiz Costa Lima sobre a necessidade de se dar um tratamento poroso à aporia da verdade, eu já tinha lido Machado questionar: “Mas que há neste mundo que se possa dizer verdadeiramente verdadeiro. Tudo é conjectural” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1076); antes de pensar, com Hayden White, “O Texto Histórico como Artefato Literário” e de questionar com ele “que autoridade podem os relatos históricos reivindicar” (WHITE, 1994: 98), eu já tinha visto Machado duvidar das palavras históricas, aproximando-as da ficção: “Que ficam elas valendo? Valem o que valem outras tantas palavras históricas. Não percamos tempo com ficções” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1025); antes de observar com Paul Veyne “que há, necessariamente, uma pluralidade de interpretações fundamentalmente equivalentes” e que todos os “pontos de vista são mais ou menos interessantes e, enquanto pontos de vista, absolutamente irrepreensíveis” (VEYNE, 1995: 25), eu já tinha lido na obra machadiana que “as coisas têm o valor do aspecto, e o aspecto depende da retina” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1250), logo, “duas coisas contrárias podem ser verdadeiras e até legítimas, conforme a zona” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 847); antes de perceber e entender – com Ginzburg – a presença e a função da retórica na História, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, eu já tinha sido advertido sobre as “amplificações de retórica dos professores de coisas antigas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 630).

Dito isso, não é absurdo afirmar que pedaços do meu objeto de estudo me ajudaram a constituir meu objeto de estudo. Consequentemente, a narrativa que se segue procura apresentar o “caminho percorrido” no intuito de constituir e apreender esse objeto. Portanto, à medida em que ele vai sendo gradativamente constituído, uma rede de caminhos ao redor e através desse objeto vai sendo simultaneamente construída e trilhada.

complexo “aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira [...] [e] se estabelece como um *saber do outro*” (CERTEAU, 2010: 100 e 101).

Antes de seguir adiante, é indispensável deixar claro que ao me apropriar de aspectos específicos e pontuais das reflexões teóricas de cada um dos autores citados neste capítulo não estou propondo uma “salada”, com ingredientes de teorias que, em muitos aspectos, são incompatíveis entre si. Pretendo tão somente sublinhar as múltiplas facetas da minha noção de História, que – apesar de ser centauro – é uma noção minha, ainda que amparada nesses autores, traduz reflexões minhas em torno desses temas da História.

3 – ESCULPINDO UM OBJETO COM MACHADO

De acordo com Ivan Jablonka, “é possível reabilitar nas ciências sociais o prazer do leitor” (JABLONKA, 2016: 289). No entanto, continua Jablonka, antes de propiciar prazer ao leitor, o pesquisador precisa comprazer-se. Afinal de contas, é ele que deverá viver mentalmente durante vários anos “nesse lugar escolhido”, chamado tema de pesquisa.

Por isso não há que vacilar em abordar um tema que nos toca pessoalmente, empreender uma investigação motivada por um fato pessoal, uma busca identitária: admiração, amor, desejo, recordação de infância, sentimento de estar em dívida, mas também abandono, suicídio, perdas, exílio, escândalo de racismo, de antissemitismo, de misoginia, de homofobia, de dominação social (JABLONKA, 2016: 291).

Essa citação tem o propósito de me amparar na decisão de confessar que tenho prazer em realizar minha pesquisa, justamente porque meu tema de pesquisa me toca pessoalmente e ele me toca pessoalmente porque carrego comigo o “sentimento de estar em dívida” com Machado de Assis, pois foi lendo a obra machadiana que despertei para o universo do conhecimento letrado; foi lendo Machado de Assis que comecei a deixar de ser um sujeito “míope” intelectualmente falando. E essa confissão de dívida se dá porque entendo, apoiado em Michel De Certeau, que “confessar o afeto é, também, reaprender uma língua ‘esquecida’ pela racionalidade científica e reprimida pela normatividade social” (CERTEAU, 2016: 105).

No ano 2000 estabeleci meu primeiro contato com a obra de Machado de Assis, por meio do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Experiência transformadora para mim, visto que até então eu não possuía o hábito da leitura. Todavia, em virtude da falta do hábito da leitura, o primeiro obstáculo a superar foi a pobreza do meu vocabulário. A solução foi adotar o dicionário como “ferramenta de empreitada”, pois, não entendendo o significado de uma infinidade de palavras – de “admoestar” a “zurzir” –, para mim, naquele momento, a língua utilizada por Machado era semelhante ao grego.

Desse modo, transformando-me em leitor, ainda no ano 2000 retomei os estudos regulares até então incompletos, pois haviam sido interrompidos quando

reprovei no 1º Ano do Ensino Médio, em 1989. No final de 2000 concluí o Ensino Médio. Rápido assim pois tratava-se de um Centro de Educação para Jovens e Adultos (EJA), cujo princípio “pedagógico” tecnicista-produtivista coadunava-se mais com a ideia de fornecer Certificados de Conclusão, para suprir a fábrica com “mão de obra especializada”, do que garantir o acesso a saberes e a competências que possibilitassem sua emancipação enquanto sujeito ou cidadão participativo.

Concluído precariamente o Ensino Médio, direcionei meus esforços no sentido de conseguir acesso ao Ensino Superior. Paralelamente, dei continuidade às minhas incursões pelo universo da Literatura, de certa forma privilegiando – talvez por afinidade com o estilo irônico – a obra de Machado de Assis. Depois de muitas decepções em vestibulares, em 2004 comecei a cursar História, na Universidade Estadual de Goiás, colando grau em 2007.

Em meados de 2010, durante a preparação para concorrer ao Processo Seletivo para o Mestrado na Universidade Federal de Goiás (UFG), tive contato com o livro *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*, de Edward W. Said. Ao ler essa obra, me deparei, entre outras coisas, com o conceito de orientalismo (e conseqüentemente com as imagens e as representações que caracterizariam tal conceito, segundo Said) e com uma vasta lista de autores célebres considerados orientalistas, entre os quais figuravam Victor Hugo e Ernest Renan.

Naquela ocasião, então, como eu já havia lido toda a obra de Machado de Assis, não foi difícil estabelecer uma relação entre as ideias de Said e a obra de Machado, por dois motivos: o primeiro porque eu já sabia que Machado de Assis era admirador tanto de Ernest Renan quanto de Victor Hugo, sendo inclusive tradutor deste; o segundo porque como leitor eu já havia me deparado com diversas referências ao Oriente e aos orientais na obra machadiana.

Dessa maneira, pensando no referido Processo Seletivo, elaborei um projeto de pesquisa propondo investigar “Representações do Oriente e Identidade Nacional nas crônicas de Machado de Assis”. O projeto foi aprovado. No entanto, como costuma acontecer com os projetos, durante a etapa de pesquisa direta com as fontes, ele foi modificado, tornando-se ao final – 2012 – uma dissertação intitulada: “Crônicas e Identidade Nacional: um esboço à Machado - Considerações sobre Identidade Nacional nas crônicas de Machado de Assis.

Ao me debruçar sobre as fontes à procura de referências ao Oriente e à Identidade Nacional, alguns temas começaram a me chamar a atenção e foi naquele momento que resolvi empreender um mapeamento dos temas que perpassam as crônicas machadianas. Entre os temas que me chamaram a atenção estavam: a desigualdade social, a doença e a Medicina, a loucura, o espiritismo, as eleições e as fraudes, a História, não necessariamente nessa ordem.

A princípio, duas coisas me chamaram mais atenção no tratamento dispensado à História por parte de Machado de Assis: a primeira coisa, foi a aproximação frequentemente feita por Machado entre a História e a Literatura, ou entre a História e a ficção, ou entre a História e a lenda; a segunda coisa, talvez a mais chocante, foi a relação estabelecida entre a História e a venalidade. A título de exemplo:

Também a história é tão loureira, tão disposta a dizer o sim e o não, que o melhor que pode acontecer a uma cidade, a uma vila, a uma povoação qualquer, é não a ter absolutamente (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 378).

*

Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo; [...] Deixemos a história com os seus caprichos de dama elegante (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 603).

*

Mas deixemos suposições gratuitas. Ninguém jura ter ouvido ao próprio Miller as palavras que a lenda lhe atribui. Que ficam elas valendo? Valem o que valem outras tantas palavras históricas. Não percamos tempo com ficções (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1025).

*

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 294).

*

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. [...] O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 323).

*

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não

logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1018-1019).

A primeira impressão que tive depois do contato com essas representações da História foi a de que havia semelhanças entre a concepção de História de Machado e a de Hayden White. Em 2014, se não me engano, compartilhei essa impressão com o professor Eliézer Cardoso de Oliveira, conhecedor da obra whiteana, que generosamente me ajudou a refletir a questão, balizando os limites das supostas semelhanças.

Antes disso, ainda mergulhado no processo de investigação que deu origem a referida dissertação, comecei a perceber que na fortuna crítica havia muitas referências à relação de Machado com a História. Percebi ainda que o esboço dessa relação começou a ser traçado no segundo quarto do século XX.

No entanto, apenas no final da década de setenta, com a publicação de *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz, que a relação de Machado com a História adquiriu traços mais nítidos. Em seguida, com as interpretações de John Gledson, especialmente em *Machado de Assis: ficção e história*, tal relação adquiriu um aspecto surpreendente, posto que insuspeitado. Então, em 2003, com a publicação do livro de Sidney Chalhoub, a referida relação atingiu o seu ápice, tornando-se patente desde o título: *Machado de Assis, historiador*.

De forma simultânea e complementar, esses aprofundamentos me fizeram perceber (por meio da crítica) e ao mesmo tempo constatar (por meio das fontes) a presença marcante e sistemática que a História ou a Cultura Histórica teve na vida e na obra de Machado de Assis.

Em 2018, tendo em vista concorrer ao Processo Seletivo para o Doutorado, na Universidade de Brasília, elaborei um projeto de pesquisa. Com a convicção da presença multifacetada da História na obra machadiana, elegi um aspecto dela – a recorrente aproximação com a ficção – e procurei relacioná-la às ideias de Hayden White e de Paul Veyne, insinuando a possibilidade de Machado de Assis ser um precursor desses pensadores, por ter antecipado, em quase cem anos, alguns elementos essenciais de suas reflexões. Cabe aqui observar, com Ivan Jablonka, que

existe uma diferença fundamental “entre a proposta narrativista e o relativismo cético” (JABLONKA, 2016: 112)¹⁸.

Então, chega um momento fundamental para a concepção da tese que ora se materializa. Fundamental no sentido de que fundou, de que instituiu a pesquisa que deu origem a esta tese: a Etapa da Entrevista durante o Processo Seletivo, em 2018.

A Etapa da Entrevista foi fundamental por dois motivos. O primeiro motivo é que este trabalho, de certa forma, é uma tentativa de resposta para uma pergunta feita naquele momento, por uma componente da Banca Entrevistadora, a professora Cláudia Costa Brochado, e para qual, então, eu não tinha resposta e confessei ignorância (e essa expressão não é uma figura de linguagem!). O segundo motivo é que foi nessa Entrevista que conheci o Orientador deste trabalho, professor Daniel Faria, que me ajudou a refletir sobre a questão levantada, que me apontou diversos caminhos e que me supriu de elementos para tentar construir uma resposta.

A questão colocada pela professora Cláudia Costa Brochado foi mais ou menos a seguinte: “Que lugar Machado de Assis ocupa na História da Historiografia Brasileira?”. Minha resposta foi: “Não sei responder à senhora, professora; nunca pensei nisso!”. Afinal, no projeto elaborado para aquele Processo Seletivo, eu havia destacado as representações machadianas da História que tratavam dos aspectos literários ou linguísticos, tentando aproximá-las das concepções de Hayden White e Paul Veyne.

Reprovei. Não sei se por confessar ignorância, mas fui reprovado naquele Processo Seletivo. Posteriormente, lendo Ivan Jablonka, descobri que “a expressão da dúvida, confissão de falta de certeza, é uma espécie de autocontrole crítico” (JABLONKA, 2016: 151) e, com isso, adquiri a convicção de que havia me tornado, verdadeiramente, um historiador. Historiador criterioso e, sobretudo, transparente.

Entre os caminhos apontados pelo professor Daniel Faria, destaco três indicações de leitura sem as quais este trabalho não existiria: 1) *Uma Introdução à*

¹⁸ De acordo com Ivan Jablonka, Hayden White “não só reduz a história a um objeto literário puro, mas a aproxima da ficção com base em suas formas comuns. Tropos e ideologias não apenas determinam as ‘estratégias’ narrativas dos historiadores, mas a história e a ficção compartilham a mesma natureza. Convertida em composição, artifício, ‘ficção verbal’, a história já não tem nenhum regime cognitivo próprio. Assim, o *linguistic turn* tenta desbaratá-la, ao negar-lhe toda capacidade de dizer, mais do que uma ficção, algo verdadeiro. Veyne, Certeau e Ricoeur jamais cruzam esse limiar” (JABLONKA, 2016: 112).

História da Historiografia Brasileira (1870-1970), de autoria de Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso Cristovão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira; 2) *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*, de Ivan Jablonka; 3) *O calundu e a panaceia. Machado de Assis: a sátira menipeia e a tradição luciânica*, de Enylton de Sá Rego. A imprescindibilidade de cada um desses livros pode ser facilmente constatada ao longo deste trabalho, pois serviram como pontos de ancoragem para reflexões acerca da relação de Machado de Assis com a História.

Agora, portanto, meu propósito passa a ser tentar demonstrar que existe de fato essa relação entre o Bruxo e a Musa Clio. Alguns indícios já foram apresentados, mas não na densidade suficiente para provar a existência de uma relação, no máximo, aqueles indícios demonstram que ele a conhecia. Então, na captura de mais vestígios dessa suposta relação entre Machado e a História, nada melhor do que flunar por sua obra e por sua vida.

4 – A PRESENÇA DA HISTÓRIA: NA OBRA E NA VIDA DE MACHADO DE ASSIS

É fácil encontrar textos de Machado de Assis com algum tipo de referência à História. Entretanto, a percepção que sustenta essa afirmação poderia ser produto da minha vontade de enxergar tais referências, uma vez que me propus a investigar a presença da História e a entender sua(s) função(ões) e seu(s) significado(s) na obra machadiana. Logo, essa suposta percepção não passaria de uma ilusão ou de um autoengano. Afinal, como afirma o narrador de *Memorial do Convento*, de José Saramago: “o mundo de cada um é os olhos que tem” (SARAMAGO, 1996: 272).

Todavia, o mapeamento temático de toda a obra machadiana tem me demonstrado que esta percepção é bastante plausível. Nesse processo, classifiquei a obra em duas categorias: obra ficcional (contos, romances, poesias) e factual (crônicas, críticas, correspondências). Sem, contudo, alimentar a ilusão de que essas categorias sejam puras: óbvio que existe ficcionalidade na escrita factual, tal como existe fatualidade na escrita ficcional de Machado de Assis.

A presença da História na obra machadiana poderia ser tomada como um recurso estilístico ou retórico; poderia ser tomada ainda como um elemento contextual, acessório e até ornamental. Pois como diria o narrador machadiano no conto “Um dístico”: “Quando a memória da gente é boa, pululam as aproximações históricas ou poéticas, literárias ou políticas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 242).

Ainda que a presença da História na obra machadiana fosse produto apenas “da boa memória de Machado” – considerando a insinuação do narrador –, ainda assim teria interesse para a História da Historiografia Brasileira, pois possuiria o mérito de apresentar um panorama dos elementos da História (eventos históricos, personagens históricos, processos históricos, escritos historiográficos, etc.) que ficaram na memória de um dos mais importantes escritores brasileiros.

Conquanto, ao investigar, ao observar e ao refletir sobre a presença da História na obra de Machado, não é difícil constatar que o conjunto da obra machadiana tem muito mais a oferecer à História da Historiografia Brasileira do que um catálogo de

eventos, personagens ou processos históricos e escritos historiográficos lembrados e citados por Machado de Assis.

Antes de procurar indícios da presença da História na obra e na vida de Machado de Assis, é preciso refletir sobre a pertinência de se instituir a obra e a vida dele como importante objeto de estudo para a História e, mais especificamente, para a História da Historiografia Brasileira.

Uma pergunta pode orientar essa reflexão. Em 25 de junho de 1893, na série de crônicas *A semana*, Machado escreveu que aprenderia “um pouco de história (pelos livros de Dumas)” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 928). Será que é possível aprender um pouco de História e um pouco sobre a História pelos livros e escritos de Machado de Assis? Ou mais pontualmente: as representações¹⁹ acerca da Cultura Histórica, presentes na obra machadiana, são importantes para a História da Historiografia Brasileira?

Sim! Legitimamente! Em primeiro lugar porque, como advertem os autores de *Uma introdução à história da historiografia*, “a afirmação da história como ciência não foi, evidentemente, o único caminho adotado pelos intelectuais brasileiros” (NICODEMO *et.al*, 2018: 57). Logo, investigar a presença da Cultura Histórica na obra de Machado de Assis é uma forma de refletir “sobre certas ambições autoritárias do discurso histórico em monopolizar as representações do passado” (NICODEMO *et.al*, 2018: 193). Afinal,

dialogar com outras formas de pensar e escrever a história pode ser uma forma, como sugere, por exemplo, Ricoeur, de mostrar, demonstrar e pensar o tempo como ‘folheado’, ‘múltiplo’ e ‘multidirecionado’. Esse tipo de perspectiva aberta e democrática agrega outras dimensões à vida e ao vivido (NICODEMO *et.al*, 2018: 193).

¹⁹ Neste trabalho, na grande maioria das vezes, utilizo o termo *representação* em acepções específicas dicionarizadas por Aurélio Buarque de Holanda, quais sejam: Representar: “1. Ser a imagem ou a reprodução de [algo ou alguém]; 2. Tornar presente; patentear, significar; [...] 8. Figurar; 9. Reproduzir, descrever, pintar; [...] 11. Expor verbalmente ou por escrito; retratar, pintar” (FERREIRA, 1975: 1220). Portanto, a acepção que utilizo está mais próxima daquelas utilizadas por Erich Auerbach, em *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, e por Stephen Bann, em *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*; e um pouco mais distante, mas, ainda assim, mantendo relação com o conceito utilizado por Roger Chartier, em *A história cultural: entre práticas e representações*.

Em segundo lugar porque o profundo interesse e a longa experiência de Machado com os temas históricos e com os “estudos históricos” sugerem uma perspectiva válida (auto-autorizada) sobre a História e a Cultura Histórica no século XIX, que a História da Historiografia Brasileira não pode negligenciar, sob pena de jamais conseguir preencher os “grandes vazios no conhecimento da vida intelectual no século XIX” (ARAÚJO *apud* NICODEMO *et.al*, 2018: 187).

Há, no parágrafo anterior, duas afirmações que podem parecer temerárias. No mínimo elas suscitam umas dúvidas, que podem ser expressas nesta questão: baseado em quais evidências é possível afirmar que Machado de Assis tinha um profundo interesse pela História e que tinha experiência em lidar com os “estudos históricos”?

O primeiro indício que sustenta essa afirmação pode ser encontrado, muito ironicamente, na biblioteca de Machado, ou melhor, a própria biblioteca machadiana, em seu conjunto, pode ser considerada um indício. Segundo Glória Vianna, que empreendeu uma atualização do catálogo dessa biblioteca, 18% das obras que compunham a biblioteca de Machado eram de História Geral, ficando atrás apenas da Literatura Francesa que constituía 19% do acervo (JOBIM, 2008: 124). Entretanto, levando em consideração os 42 volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, catalogados por ela na seção “Revistas e Periódicos” e que representam 5,5% do total do acervo, obtém-se um número superior a 23% (JOBIM, 2008: 124). Esse percentual numérico das obras relacionadas à História na biblioteca de Machado – um literato – torna patente seu interesse por essa área do conhecimento.

Ademais, essa presença ostensiva da História na Biblioteca de Machado se reflete em sua obra: o mapeamento temático das fontes já havia dado sinais disso. Então, com o propósito de observar e de alguma maneira mensurar as ocorrências do termo “história” e do radical “histor”, utilizei a obra de Machado em formato PDF (disponível no site: machado.mec.gov.br) e a ferramenta de busca (Ctrl+F); obtendo por esse meio, provisoriamente, 386 referências à História, mais especificamente: à História propriamente dita: ciência e disciplina; a episódios e personagens históricos; a obras ou a estudos históricos; e a historiadores. Essas referências estão distribuídas da seguinte maneira: 47 referências nos romances; 32 referências nos contos; 32 referências nas poesias; 189 referências nas crônicas; 10 referências nas peças de teatro; 43 referências nas críticas; 33 referências nas correspondências. Apesar disso, é

preciso salientar que as obras disponibilizadas pelo MEC não representam a totalidade da produção machadiana, quando muito 50% do que existe editado e recolhido em diferentes coleções e conjuntos.

Além das referências diretas, há ainda referências à História feitas de forma indireta/velada – isto é, referências à História que prescindam do termo “história”. Uma amostra pode ajudar dimensionar esse tipo de ocorrência. No livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, há numerosas referências indiretas à História, pois sem se referir à História diretamente, Machado se refere a personagens e a eventos históricos: Conde da Cunha, Tibério Druso Cláudio, Tito Flávio Vespasiano, Cromwell, Cômodo, Tertuliano, Júlio César, Tamerlão, Alexandre, “professores de coisas antigas”, “chapéu de Gessler”, “Rainha de Navarra”, “Revolução de 1831”. Outras 35 referências indiretas à História podem ser encontradas neste livro. Isso oferece uma ideia aproximada e superlativa do que pode haver de referências indiretas no restante da obra machadiana.

Entre episódios históricos nacionais mencionados ou abordados por Machado de Assis em sua obra, posso destacar: Primeiro Reinado, Noite das Luminárias, Dissolução da Constituinte, Maioridade, Inconfidência Mineira, Guerra da Cisplatina, Independência, Revolução Farroupilha, Guerra do Paraguai, Lei dos Entraves, Quebra dos Bancos, Lei Rio Branco, Guerra de Canudos, Guerra do Contestado, Encilhamento, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, Revolta da Armada. Além dessas, há referências a episódios históricos de outras civilizações e épocas: Destruição de Nínive, Batalha de Salamina, Concílio de Nicéia, Suicídio de Catão, Suicídio de Lucrecia, Morte de Sócrates, Travessia do Rubicão, Revolta de Espártaco, Reforma Protestante, Revolução Puritana, Revolução Francesa/Terror, Guerras Napoleônicas, Guerra da Criméia, entre outros.

A relação dos historiadores citados por Machado de Assis impressiona à primeira vista. São historiadores de diferentes épocas, de diversas nacionalidades e que se debruçaram sobre os mais variados temas. Essa pluralidade de referências demonstra o interesse quase irrestrito de Machado pela História e/ou pelo ofício do historiador.

Entre os historiadores citados pelo escritor foi possível encontrar: Plutarco, Suetônio, Tito Lívio, Tácito, Tucídides, Xenofonte, François Guizot, Ferdinand

Gregorovius, Benedetto Varchi, Carl Friedrich Philipp von Martius, Edwar (Conde de Clarendon), Jules Michelet, Ernest Renan, Victor Duruy, Thomas Macaulay, Georg Barthold Niebuhr, Theodor Mommsen, João de Barros, Francisco Rodrigues Prado, José Freire Monterroio Mascarenhas, Afonso d'Escragnole Taunay, Baltasar da Silva Lisboa, Haddock Lobo, Monsenhor José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro, Francisco Adolfo de Varnhagen, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, Jacintho Augusto Freitas de Oliveira, Demétrio Acácio Fernandes da Cruz, João Francisco Lisboa, Joaquim Manuel de Macedo, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, João Manuel Pereira da Silva, Alexandre Herculano, Bernardino José de Sena Freitas, Sebastião da Rocha Pita, Alexandre José de Melo Morais Filho, Luiz Gonçalves dos Santos, Gaspar Correia, Antônio Caetano de Souza, Teófilo Braga, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Padre Joaquim Bernardino de Sena.

Todos os nomes citados no parágrafo anterior foram extraídos da obra de Machado de Assis, todavia, no acervo da Biblioteca de Machado, catalogado por Massa, aparecem muitos outros nomes de historiadores tais como: Henry Thomas Buckle, Thomas May, Fustel de Coulanges, Eugène Burnouf, Gaston Maspero, Charles Mills, J. P. Oliveira Martins, Robert Southey, J. Norberto de Souza Silva, Jean-Jacques Ampère, Hippolyte Taine; Adolphe Thiers (JOBIM, 2008: 35-90).

Esses fios – variados e numerosos – que ligam Machado de Assis à História podem ser aumentados, pois há também referências a obras de História ou a estudos históricos. A título de exemplo posso mencionar: História dos Índios Cavaleiros, de Francisco Rodrigues Prado; Pequeno Panorama, de Manuel Duarte Moreira de Azevedo; Apontamentos Históricos, Topográficos e Descritivos da Cidade de Paranaguá, de Demétrio Acácio Fernandes da Cruz; Vida do Padre Antônio Vieira, de João Francisco Lisboa; Lições de História Pátria, de Joaquim Manuel de Macedo; Ensaio Estatístico do Ceará, de Thomaz Pompeu; Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico; História da Fundação do Império Brasileiro, de João Manuel Pereira da Silva; Compêndio de História, de Victor Duruy/ tradução de Joaquim Bernardino de Sena; A Constituinte perante a história, de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo; entre outras.

Por outro lado, a fim de corroborar a afirmação de que Machado possuía uma longa experiência com os “estudos históricos”, um importante dado me foi fornecido

por Glória Vianna. Investigando os arquivos da Biblioteca Nacional, Vianna descobriu que, em 17 de novembro de 1855, Machado de Assis, aos 16 anos, “consulta o livro de José Ignácio de Abreu e Lima, *Sinopse ou dedução dos fatos mais notáveis da História do Brasil* e os dois volumes do Padre Ayres do Casal, *Corographia Brasílica*” [ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil] (JOBIM, 2008: 110). Resta provado, ao meu ver, que desde muito novo o Bruxo já se interessava pelos “estudos históricos”.

Diante desses indícios, é plausível afirmar que Machado atribuía importância à História ou ao conhecimento dela. Contudo, é imprescindível investigar que função ou funções a História desempenha ou pode desempenhar na obra machadiana e qual ou quais significados ela pode ter no conjunto dessa obra.

Além disso, para formação da convicção de que as representações machadianas da História são importantes para a História da Historiografia Brasileira, levei em consideração que “pensar a história como uma prática entre a literatura, a ciência e a filosofia era lugar comum no século XIX” (NICODEMO *et.al*, 2018: 117). Considerei, também, que “a emancipação da historiografia da história literária é uma realização do princípio deste século [XX], quando se pleiteou que a obra histórica fosse analisada ou avaliada segundo critérios históricos e não literários ou estéticos” (RODRIGUES *apud* NICODEMO *et.al*, 2018: 147).

Assim sendo, no século XIX, os “estudos históricos” – como Machado de Assis e Capistrano de Abreu denominavam – estavam submetidos à crítica literária. Segundo Ivan Jablonka, “antes do último terço do século XIX, os historiadores não teriam tantos escrúpulos com respeito à literatura. Heródoto, Gibbon e Michelet eram, sem lugar a dúvidas, escritores” (JABLONKA, 2106: 227). Nas obras de Sílvio Romero e José Veríssimo, “a ‘história’ aparecia dentro das divisões da literatura, como uma variedade de prosa” (NICODEMO *et.al*, 2018: 17-18). Com efeito, “os historiadores são vistos sob critérios comuns aos da crítica literária oitocentista” (NICODEMO *et.al*, 2018: 55). Embora existam opiniões em contrário. Para Stephen Bann, por exemplo:

A história não é simplesmente um gênero literário. Ou, pelo menos desde o fim do século XVIII, tem sido inconcebível classificar a escrita da história como uma subdivisão da literatura. A história implica uma atitude para com o passado e com o que quase poderia ser chamado de uma ‘miragem’ do passado (BANN, 1994: 139).

Em vista disso, observando uma advertência de Luiz Costa Lima, é preciso atenção para não subordinar concepções passadas aos critérios atualmente vigentes (COSTA LIMA, 2006: 55).

De resto:

Existem complexidades surgindo das bases institucionais e profissionais dos estudos históricos. Ora, quem deve desempenhar uma tal análise? Um crítico literário? – mas uma tal figura não evitará facilmente a acusação de incompreensão e má interpretação da metodologia do historiador. Um historiador? – mas qual historiador iria se dar ao trabalho de adquirir as ferramentas da pesquisa estrutural ou (o que seria necessário preliminarmente) a atitude mental que legitima tal pesquisa? Uma resposta a este dilema deve ser encontrada, talvez, na convocação de uma figura especialmente talhada – um historiador *déclassé* ou um *littérateur* historicamente orientado (BANN, 1994: 51).

Ora, se a História e os estudos históricos estavam submetidos aos critérios da crítica literária e uma vez que Machado exerceu a função de crítico desde 1858 – sendo que já em 1865, suficientemente seguro, Machado publicava o *Ideal do crítico* –, é coerente admitir as representações de Machado acerca da História, dos estudos históricos e do historiador como legítimas para a História da Historiografia Brasileira. Afinal, Machado de Assis parece representar perfeitamente essa figura especialmente talhada, esse *littérateur* historicamente orientado, a que se referiu Stephen Bann.

O século XIX foi essencialmente historicista, cientificista, de um cientificismo quase mecânico. Século da institucionalização da História, em cujo primeiro terço “três “escolas” distintas de reflexão histórica tomaram corpo: a “romântica”, “idealista” e a “positivista” (WHITE, 1995: 53). Tinham em comum, segundo White, repúdio à atitude irônica para com o estudo do passado (1995: 53). Já a fase “clássica” do pensamento histórico – de 1830 a 1870 aproximadamente – “se distinguiu pelo debate travado em torno da teoria da história e pela produção consistente de volumosos relatos narrativos de culturas e sociedades passadas” (WHITE, 1995: 53).

Em termos e em parte, a visão machadiana da História distingue-se daquela vigente no século XIX. Consoante Enylton de Sá Rego, a visão de Machado é:

uma visão irônica que contrasta com o objetivismo cientificista buscado pelas principais correntes da filosofia da história do século dezenove. Como vimos, Machado apresenta em sua obra uma concepção não-realista da história, afastando-se nisso ao mesmo

tempo da poética da verossimilhança aristotélica e das visões historicistas que presidem à concepção do romance típica do século dezenove. Nisso, como sugerimos, Machado se aproxima tanto de uma poética da fantasia típica da tradição luciânica, quanto da visão da história como sendo mais uma forma narrativa, visão tão característica do pensamento histórico do século vinte (SÁ REGO, 1989: 192).

Por isso, considero que a concepção e as representações acerca da História ou da Cultura Histórica contidas na obra de Machado contribuem para constituição de uma visão multifacetada de determinados aspectos da História da Historiografia Brasileira. Entendendo História da Historiografia como “investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado” (GUIMARÃES *apud* NICODEMO et.al, 2018: 193). Ademais, consoante Hartog,

um bom método poderia ser não apenas reservar espaço para as questões, as objeções e as críticas enunciadas por autores externos à disciplina e ao domínio, mas assumi-las como ponto de partida. Em poucas palavras, os *outsiders* são, às vezes, mais importantes que os *insiders*; de qualquer modo, há *outsider* que exercem maior influência que várias gerações de *insiders*, mesmo que reconheçamos o mérito desses últimos (HARTOG, 2013: 187).

Enfim, em vista de tudo isso, ao eleger a obra machadiana como objeto de estudo, exercito

um olhar teoricamente orientado *não apenas para textos de historiadores*, análise de autores e obras, ampliando, assim, a análise para diversos fenômenos (culturais, sociais e políticos, por exemplo) a partir de um olhar ‘histórico’ sobre as múltiplas formas de experimentar e agir na temporalidade (NICODEMO *et.al*, 2018: 30-31).

Desse modo, aproveitando a metáfora do olhar, pode ser que – assim como “o olhar distanciado de Lévi-Strauss ajudou-nos a colocar a história em perspectiva” (HARTOG, 2013: 229) – o olhar sobre a História, do *outsider* Machado de Assis, represente para a História da Historiografia Brasileira uma possibilidade a mais de se colocar em perspectiva.

Além disso, outro forte motivo para considerar as representações machadianas sobre a História, os estudos históricos e o historiador dignas de um estudo historiográfico alicerça-se na ideia de que a Imprensa foi o campo de combate onde diferentes representações sobre o passado se confrontavam:

Ao desembarcar no Brasil em 1808, a Corte portuguesa, e parte considerável dos dirigentes do Império, sabiam que o passado local deveria ser crescentemente incorporado nesse processo de modernização controlada da experiência da história. Não era possível mais limitar o interesse e os auditórios, era necessário disputar as narrativas. A luta política, cada vez mais feita pela imprensa, confrontava interpretações históricas concorrentes (ARAÚJO *apud* NICODEMO *et.al*, 2018: 26).

Logo, sendo o lugar onde as narrativas históricas eram confrontadas ou onde diferentes interpretações históricas concorriam no século XIX, a Imprensa caracterizava-se como um espaço público para a produção e difusão do conhecimento histórico, configurando-se para a História da Historiografia Brasileira como um observatório ímpar no que se refere à produção desse tipo de conhecimento.

Sabe-se que Machado de Assis, por mais de quarenta anos (1858 a 1900), exerceu a atividade de cronista em diversos periódicos de sua época. Manteve por todo esse tempo e de forma quase ininterrupta suas crônicas semanais, quinzenais ou mensais, que somadas atingem um total de mais de 900. Além disso, sabe-se que quase toda a obra ficcional e factual de Machado de Assis foi originalmente publicada em periódicos.

Portanto, sendo a Imprensa o lugar onde as narrativas históricas eram confrontadas no século XIX e sendo essa mesma Imprensa o veículo por meio do qual Machado “produziu” assiduamente interpretações e representações da História ou da Cultura Histórica, qual motivo haveria para não considerá-las significativas e dignas de estudo?

A presença da Cultura Histórica na obra machadiana se manifesta por meio das inúmeras referências do Bruxo ao universo da História, ou seja, das referências a temas e a eventos históricos, das referências a temporalidades (especialmente a Antiguidade e o Passado); das referências a historiadores; das referências a sujeitos (especialmente aos Antigos) e a instituições históricas; das referências a noções, a conceitos, a termos históricos; e ainda das referências a procedimentos, a técnicas, a ferramentas, a documentos históricos e historiográficos; por fim, mas não menos importante, das referências a literaturas históricas: romances históricos, poesias históricas; crônicas históricas, peças de teatro com temas históricos, entre outros.

Todas essas referências, ou melhor, o conjunto dessas referências colhidas na obra machadiana produzem nela – pensando-a como uma unidade – uma “Poética Histórica”. Com esse conceito, me aproprio da ideia de Stephen Bann, que depois de analisar representações sobre a História no século XIX, afirma que um determinado conjunto de representações sobre a História “poderia ser denominado de uma poética histórica: isto é, uma série de procedimentos retóricos que ajudaram a dar conta do prodigioso desenvolvimento da consciência histórica durante este período” (BANN, 1994: 18). Entendendo com José Carlos Reis que “Consciência Histórica” seja:

a capacidade que cada época tem de se representar e se atribuir uma identidade e um sentido, mesmo se ainda está no tempo, inacabada e incompleta, e não pode ter de si mesma uma visão global. Historiadores e filósofos juntos, mesmo separadamente, elaboram a ‘consciência histórica possível’ de sua época (REIS, 2013: 23).

Sem esquecer que, segundo Manoel Guimarães, “a história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de ‘cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança’” (GUIMARÃES *apud* NICODEMO *et.al*, 2018: 64).

Nesse passo, depois de constatar que na obra de Machado de Assis, efetivamente, “há uma profusão de referências à história [não só] brasileira” (GLEDSON, 2003: 293) e depois de ponderar sobre a pertinência dessas referências se constituírem como objeto de pesquisa para a História da Historiografia, eu quis ler ou reler o que a fortuna crítica da obra machadiana tinha a dizer sobre a relação do Bruxo com a História. E ao fazer isso, fiquei ainda mais instigado com o tema, pois percebi que tinham diversas e divergentes interpretações acerca da relação de Machado com a História. Diante disso, o mais apropriado é seguir um conselho machadiano: e não excluir nenhuma das interpretações que porventura encontrar.

**5 – "NÃO SE HÁ DE EXCLUIR UMA POR NÃO SER IGUAL AS OUTRAS"²⁰:
A RELAÇÃO DE MACHADO COM A HISTÓRIA:
OUTRAS INTERPRETAÇÕES**

Como já afirmei anteriormente, a fortuna crítica me permitiu perceber que, desde a segunda ou terceira década do século XX, há uma associação entre a obra de Machado de Assis e a História. Alfredo Bosi, Astrojildo Pereira, Roberto Schwarz, Enylton de Sá Rego, John Gledson, Sidney Chalhoub foram alguns dos estudiosos que se debruçaram sobre a relação de Machado com a História e seus estudos me ajudaram a iluminar essa relação.

Cada um dos autores referidos estabelece a aproximação de Machado de Assis com a História de forma particular e às vezes divergindo um do outro. Roberto Schwarz, por exemplo, refere-se a “um substrato literário com densidade histórica suficiente, capaz de sustentar uma obra-prima”. Afinal, “para construir um romance verdadeiro é preciso que sua matéria seja verdadeira” (SCHWARZ, 2000: 73 e 75).

Muito embora, parece que para Schwarz a “densidade histórica” tem mais a ver com “as relações de verossimilhança entre a forma literária e o processo social” (SCHWARZ, 2000: 198) do que com uma “consciência histórica” que, segundo ele, “era inacessível, em relação ao seu próprio país, a um escritor culto, refletido e audacioso como era então Machado de Assis” (SCHWARZ, 2000: 157).

John Gledson, por sua vez, afirma que na obra de Machado de Assis “há uma relação estreita entre ficção e história” (GLEDSON, 2006: 71) e que “os romances, como um todo, pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude” (GLEDSON, 2003: 25). Por meio de indícios robustos presentes na obra machadiana, Gledson demonstra que a mesma, em seu conjunto, é uma alegoria sobre a História do Brasil, sendo que em cada romance Machado teria representado de modo figurativo um determinado período, com suas respectivas forças sociais, instituições etc.

A título de exemplo, no livro *Por um novo Machado de Assis*, Gledson afirma: “Primeiro, e de maneira muito evidente, descobri padrões em *Casa velha* de

²⁰ (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 900).

complexidade e significado reais, que eram, na verdade, alegóricos na essência, e que só podem ter sido intencionais” (GLEDSON, 2006: 17). Mikhail Bakhtin denomina esse método de “histórico-alegórico”, que consiste em “ver em cada um dos detalhes do romance uma alusão a fatos precisos” (BAKHTIN, 1999: 97).

Os “padrões de complexidade e significado reais” que Gledson primeiramente descobriu em *Casa Velha* (1839), foram, posteriormente, descobertos também em alegorias que constituem outros romances, tais como: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1805-1869), *Quincas Borba* (1867-1871), *Dom Casmurro* (1857-1899), *Esaú e Jacó* (1871-1894) e *Memorial de Aires* (1888-1889) (GLEDSON, 2003: 26). Neste parágrafo, as datas em parênteses são, segundo John Gledson, os períodos representados em cada um desses romances.

A partir de outra perspectiva, no livro *Machado de Assis, ensaios e apontamentos avulsos*, Astrojildo Pereira destacou nos romances do escritor a presença de inúmeros episódios da História do Brasil, acrescentando que a interpretação de Machado acerca de tais eventos “se torna mesmo indispensável como elemento corretivo na verificação de certas versões demasiado bonitas da história oficial” (PEREIRA, 2008: 43). Por consequência, para Astrojildo,

tais passagens da obra de Machado de Assis acrescentam os direitos incontestáveis, que os seus livros possuem de ocupar um lugar adequado em qualquer biblioteca onde pontifiquem os tomos da veneranda revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (PEREIRA, 2008: 43).

Já Sidney Chalhoub – na primeira linha do primeiro parágrafo do primeiro capítulo do livro *Machado de Assis, historiador* – afirma que “ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX” (CHALHOUB, 2003: 17). Ao analisar *Helena e Iaiá Garcia*, por exemplo, Chalhoub argumenta que nesses romances o objetivo de Machado “consistia em desenvolver uma interpretação consistente da história política e social do país entre aproximadamente 1850 e 1871” (CHALHOUB, 2003: 65). Seguindo confessadamente as pistas de John Gledson e analisando outras obras²¹ de Machado, Chalhoub pôde

²¹ *Dom Casmurro*, *Quincas Borba*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e alguns contos.

afirmar que, como um todo, a obra machadiana é uma interpretação da História política e social do país, durante o Segundo Reinado (CHALHOUB, 2003).

Apesar das nuances interpretativas e independentemente de qual perspectiva esteja com a razão, “não se há de excluir uma, por não ser igual às outras” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 900), estabeleci como premissa a existência de uma relação de Machado de Assis com a História. Aliás, é preciso deixar claro que outros estudiosos²² da obra machadiana perceberam e apontaram essa relação.

Contudo, é importante reiterar que:

Machado nunca escreveu um livro, um artigo que fosse, de “pura” história, mas nas suas obras de ficção, e nas suas crônicas, há uma profusão de referências à história brasileira que nos dão acesso a um pensamento complexo, sutil, mutável, e que sabia acomodar dúvidas e ironias (GLEDSON, 2003: 293).

Estabelecida a premissa de que há, na obra de Machado de Assis, “uma relação estreita entre ficção e história” (GLEDSON, 2006: 71), uma importante questão, aparentemente menos abordada e discutida pelos estudiosos de sua obra, deve ser colocada: que concepção ou quais concepções de História perpassam a obra machadiana? Afinal, se a História é uma presença tão importante na obra de Machado, deve haver uma concepção de História que predomine, ao fim e ao cabo.

Todavia, quando se procura saber por meio dos estudos sobre Machado de Assis e sua obra em qual concepção de História se assentavam as reflexões e as alusões que o Bruxo do Cosme Velho fazia à História, encontram-se pouquíssimas interpretações ou referências. Para ser mais preciso, identifiquei apenas seis referências, sendo que duas de um mesmo autor.

Em *Machado de Assis: o enigma do olhar*, Alfredo Bosi afirma que “a concepção de História que sai das páginas de Memorial [de Aires] é a de um tempo cíclico: uma História tecida de atos recorrentes, se não simétricos, e movida pelo ‘gênio da espécie’” (BOSI, 2007: 147).

²² Apenas para citar alguns outros: Alfredo Bosi em *Machado de Assis – o enigma do olhar*; Lúcia Miguel Pereira em *Prosa de Ficção*; Raimundo Faoro em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*; Barretto Filho em *Introdução a Machado de Assis*; Jean-Michel Massa em *A Juventude de Machado de Assis*.

O fragmento de *Memorial de Aires* que sustentou a interpretação de Bosi foi o seguinte:

A vida, entretanto, é assim mesmo, uma repetição de atos e meneios, como nas recepções, comidas, visitas e outros folgares; nos trabalhos é a mesma coisa. Os sucessos, por mais que o acaso os teça e devolva, saem muita vez iguais no tempo e nas circunstâncias; assim a história, assim o resto (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 1251).

Analisando esta mesma passagem, Gledson afirma que “essa visão repetitiva da História, partilhada por Brás Cubas e Bento, é frequentemente considerada a do próprio Machado, sem atenuações” (GLEDSON, 2003: 259).

Em *Machado de Assis: impostura e realismo*, John Gledson assevera que “é bem provável [...] que Machado sofresse a influência das doutrinas de Schopenhauer” (GLEDSON, 1991: 148). Além disso, para Gledson, Machado acreditava que a sociedade brasileira tivesse fracassado “na tentativa de orientar e controlar o movimento da História” (GLEDSON, 2003: 210). Portanto, em virtude da influência de Schopenhauer e da ideia de que a sociedade brasileira fracassara em sua tentativa de controlar o movimento da História, “Machado apresenta-nos uma visão da história como uma série vã de ilusões e desapontamentos” (GLEDSON, 1991: 148).

Certamente Machado deve ter sentido grande afinidade com uma doutrina que, ousada e paradoxalmente, proclama que a existência é destituída de qualquer objetivo verdadeiro, seja qual for, vê a história como uma sucessão de acasos, e transforma em realidade suprema o sofrimento cuja existência outros buscam justificar (GLEDSON, 1991: 148).

Em outro momento, ainda na mesma obra, Gledson complementa:

Mais uma vez trata-se da história como uma série despropositada de horrores (“os coros da guilhotina e da escravidão”), na qual a humanidade não aprende com seus equívocos (“Não é raro que os mesmos lances se reproduzam”), e o mundo é reduzido a um monótono “sistema de erros” (GLEDSON, 1991: 152).

Dessa forma, essas duas interpretações, relativamente convergentes, oferecem, por assim dizer, uma das concepções de História atribuídas a Machado de Assis, em cuja essência encontra-se, além da ideia da repetição da História, a ideia de

que os acontecimentos históricos seriam, em última instância, absolutamente desprovidos de sentido ou razão.

De fato, em vários momentos, essa representação da História como desprovida de sentido foi expressa em sua obra. Na crônica de 4 de junho de 1893, por exemplo, ao comentar a decretação de independência da maçonaria paulista, Machado comparou o acontecimento à disputa entre os apóstolos Pedro e Paulo: “E porque Pedro (em linguagem maçônica Macedo Soares) inquirisse dos seus títulos, S. Paulo ‘resistiu-lhe na cara’, tal qual o apóstolo das gentes. Assim se repete a história” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 923).

No entanto, no fragmento em questão fica patente que o paralelo estabelecido por Machado entre as disputas – a disputa dos apóstolos Pedro e Paulo e a disputa entre a maçonaria de São Paulo (pela independência) e a do Rio de Janeiro (pela manutenção da unidade) – e, conseqüentemente, a conclusão de que a história se repete não passa, no caso, de uma brincadeira, visto que os eventos são absolutamente distintos.

Já em outra crônica, datada de 28 de julho de 1895, ao comentar os depoimentos das testemunhas de um assassinato, Machado de Assis escreveu o seguinte:

Uma das testemunhas, por exemplo, fala do clube dos Girondinos, que eu não conhecia, mas ao qual digo que, se não tem por fim perder as cabeças dos sócios, melhor é mudar de nome. Sei que a história não se repete. A Revolução Francesa e Otelo estão feitos; nada impede que esta ou aquela cena seja tirada para outras peças, e assim se cometem, literariamente falando, os plágios (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1113-1114).

No trecho transcrito, Machado afirmou que “a história não se repete”. Afinal, para Machado, a História se repete ou não? A questão não é esta, mas sim: que concepção de História perpassa as representações machadianas acerca da História? Além da representação da História que enfatiza sua absoluta falta de sentido ou razão, Machado de Assis representou a História de uma outra forma, bastante diferente desta:

Assim se vai fazendo a história, com aparência igual ou vária, mediante a ação de leis, que nós pensamos emendar, quando temos a fortuna de vê-las. Muita vez não as vemos, e então imitamos Penélope e o seu tecido, desfazendo de noite o que fazemos de dia,

enquanto outro tecelão maior, mais alto ou mais fundo e totalmente invisível compõe os fios de outra maneira, e com tal força que não podemos desfazer nada. Sucede que, passados tempos, o tecido esfarrapa-se e nós, que trabalhávamos em rompê-lo, cuidamos que a obra é nossa. Na verdade, a obra é nossa, mas é porque somos os dedos do tecelão; o desenho e o pensamento são dele (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1281).

Dessa maneira, nessa crônica, Machado de Assis concebeu o “tecelão maior” como força capaz de dotar de sentido o processo histórico. Concomitantemente, ao afirmar que o tal tecelão compõe os fios de forma que não se pode desfazer nada, Machado destitui o homem de sua capacidade de determinar a História, desse modo, segundo Barreto Filho, “a filosofia da história que se pode colher em Machado de Assis é também um testemunho da insuficiência da ação humana” (FILHO, 1980: 143).

Há ainda a importantíssima contribuição de Enylton de Sá Rego. No livro *O calundu e a panaceia*, tendo vinculado a obra de Machado de Assis à sátira menipeia e à tradição luciânica, enfatizando o estilo jocoso-sério presente na escrita de ambos (Machado e Luciano), Sá Rego afirma que a visão de História de Machado é “uma visão irônica que contrasta com o objetivismo cientificista buscado pelas principais correntes da filosofia da história do século dezenove” (SÁ REGO, 1989: 192).

Além dessas, não posso deixar de mencionar a dissertação de mestrado de Raquel Machado Gonçalves Campos - *Entre ilustres e anônimos: a concepção de história em Machado de Assis* – que pelo título poderia significar muito para este trabalho, mas que por fim acabou se mostrando um pouco frágil, porque os argumentos e as conclusões estão pouco alicerçados nas fontes: Machado de Assis quase não aparece; Jacques Rancière aparece demais! De qualquer forma, continuo seguindo o lema machadiano: “não se há de excluir uma [interpretação] por não ser igual as outras”.

Desse modo, logo na Introdução, Raquel Campos afirma que seu trabalho é um esforço no sentido “de ressaltar a novidade de Machado de Assis, de enfatizar a medida de sua diferença em relação aos escritores e historiadores de sua época” (CAMPOS, 2009: 12). Para Raquel Campos,

Machado de Assis é um momento da história que transformou o lugar dos anônimos no saber da história, que conferiu dignidade histórica aos Domingos Sodrés. Sua concepção de literatura e sua

literatura configuram um questionamento inédito da desigualdade que se encontrava na base da concepção de história dos historiadores de sua época. Elas pressupõem, portanto, uma inversão radical na concepção daqueles que podem ou não fazer a história. E abrem, assim, esse tempo em que qualquer um é considerado sujeito da história, em que qualquer vida obscura pode encarnar o verdadeiro sentido da história. Esta a história de que se trata neste trabalho (CAMPOS, 2009: 13).

Em suma, para Raquel Campos, “a concepção de história existente no século XIX brasileiro não apenas pressupõe uma humanidade dividida. Pressupõe que a desigualdade é o que faz com que haja história” (CAMPOS, 2009: 34). A partir dessa perspectiva, Campos afirma que para os historiadores e para a historiografia brasileira daquele período:

É porque há ilustres e anônimos, memoráveis e condenados ao esquecimento, gloriosos e banais, ordinários e extraordinários, comuns e incomuns, que há história. Fiéis à história verdadeira, os historiadores não devem registrar senão o que for histórico, isto é, memorável, ilustre, glorioso, extraordinário, incomum. Os anônimos não fazem a história (CAMPOS, 2009: 34).

Nesse sentido, “a novidade de Machado de Assis”, para Campos, assenta-se na ideia de que a sua concepção de História, implícita em sua concepção de Literatura, “contraria radicalmente a orientação dominante entre os historiadores brasileiros do século XIX. Porque essa concepção de literatura contesta o que é o cerne da concepção de história dos historiadores: a desigualdade” (CAMPOS, 2009: 139).

A partir da análise das crônicas *A Semana*, Raquel Campos afirma que Machado de Assis é um acontecimento, porque ele inaugura nessa série “a emergência da possibilidade de que ‘qualquer um’ seja considerado sujeito da história” (CAMPOS, 2009: 139). Afinal,

qualquer um – mesmo um fracassado, um traído ou um diplomata que não desempenhou papel relevante no mundo – torna-se depositário de uma beleza específica, adquire valor artístico, conquista sua condição de tema válido para a literatura brasileira (CAMPOS, 2009: 139).

De acordo com a autora, naquele momento, naquela série de crônicas, Machado de Assis pôs “em questão a própria condição do objeto do historiador – o homem ilustre – em sua relação com o seu contrário, o anônimo” (CAMPOS, 2009: 139).

Assim, esta série de crônicas permite identificar um posicionamento frente à história, como atividade específica que tem seus objetos, métodos e praticantes. Posicionamento que pode ser percebido através de três “procedimentos” que delineiam uma certa concepção de história – uma concepção, face à existente na história dos historiadores, fundamentalmente herética. São eles: a ironia diante das certezas da história, a afirmação de que os grandes não cabem na crônica e a equiparação entre grandes e pequenos (CAMPOS, 2009: 140).

Antes de passar adiante, considero importante recordar com François Hartog que “enquanto a história dos vencedores limita-se a olhar para um só lado, o próprio, a história dos vencidos deve levar em consideração, para compreender o que se passou, os dois lados” (HARTOG, 2013: 228). Acredito, portanto, que nas representações privilegiadas por Campos, a intenção é franquear acesso a diferentes perspectivas, questionando a legitimidade da História dos vencedores, mas não apenas a partir da perspectiva dos vencidos, mas, acima de tudo, a partir do princípio de justiça.

Não estou negando que Machado tenha dado proeminência aos anônimos, aos fracassados, aos derrotados, aos excluídos, mas que o fez motivado pela percepção das injustiças que envolvem seus destinos, que os cercam, que os aniquilam e que caracterizam “o desconcerto do mundo”²³. Porque aquilo que Machado escreveu referindo-se a Joaquim Serra, em virtude da morte deste, cabe perfeitamente para ele mesmo: “Amava a justiça e a liberdade, pela razão de amar também a arquitetura e a coluna, por uma necessidade de estética social” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1284).

Dirijo de Raquel Campos apenas no que diz respeito à ideia de que se delinea naquela série de crônicas “uma certa concepção de história [...] fundamentalmente herética”, frente “à existente na história dos historiadores” de sua época, porque acredito que existia mais de uma concepção de História entre os historiadores da época de Machado e porque percebi algo mais que isso, que procurarei demonstrar ao longo deste trabalho. Além disso, é uma característica da obra machadiana essa atenção ou essa consideração para com os “obscuros” e esteve presente desde o início de sua carreira jornalística e literária. Em *Helena*, por exemplo: “Estes eram os

²³ Referência à poesia de Luís de Camões com o mesmo título (CAMÕES, 1963).

obscuros, e, na opinião dele, os mais felizes. Não seduzem as vistas, não subjagam os homens, não os menciona a História em suas páginas luminosas ou sombrias” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 407). Outra pequena divergência diz respeito à ideia de que Machado inaugurou “a emergência da possibilidade de que ‘qualquer um’ seja considerado sujeito da história” e que em virtude disso ele é um acontecimento.

Acontece que essa era uma demanda oitocentista mais do que machadiana, está presente em Walter Scott, em Vitor Hugo, em Gustavo Flaubert, em Jules Michellet, entre muitos outros. Em alguns casos, essa demanda converteu-se em plano literário, como fica claro no prefácio ao romance *Germinie Lacerteux*, dos irmãos Edmond e Jules de Goncourt, analisado por Auerbach em *Mimesis*:

Como vivemos no século XIX, num tempo de sufrágio universal, de democracia, de liberalismo, perguntamo-nos se o que é chamado de “as classes baixas” não teria direito ao Romance; Se este mundo sob um mundo, o povo, devia ficar submisso a interdição literária e ao desprezo dos autores, que guardaram silêncio até aqui acerca da alma e do corpo que possa ter. Perguntamo-nos se havia, ainda, para o escritor e para o leitor, nestes anos de igualdade em que estamos, classes indignas, desgraças baixas demais, dramas demasiado desbocados, catástrofes de um horror demasiado pouco nobre. Veio-nos a curiosidade de saber se esta forma convencional de uma literatura esquecida e de uma sociedade desaparecida, a Tragédia, estava definitivamente morta; se num país sem casta e sem aristocracia legal, as misérias dos pequenos e dos pobres falariam ao interesse, à emoção, à piedade, tão alto quanto as misérias dos grandes e dos ricos; se, em suma, as lágrimas choradas lá embaixo poderiam fazer chorar como as que choram lá em cima (*Apud AUERBACH, 2015: 445*).

Essa demanda – que reverberou bastante no ocidente – pela figuração da arraia miúda não só na Literatura, como na História, na Sociologia e nas Ciências Humanas como um todo, deve, muito provavelmente, ser produto ou desdobramento da Revolução Francesa. Essa figuração ou essa representação “dos pequenos e dos pobres”, por um lado, garantiu-lhes visibilidade literária; por outro lado, funcionou como uma válvula de escape para as tensões sociais que continuaram existindo e se intensificando ao longo do século XIX.

Em vista de tantas interpretações, uma pergunta se impõe: por que há múltiplas e variadas percepções com relação à concepção de História que perpassa ou

perpassaria a obra machadiana? Ou expressa de outra forma: por que concepções de História tão diferentes são atribuídas a Machado de Assis?

Essas questões podem ser respondidas de diversas maneiras e a partir de diferentes perspectivas. No entanto, neste momento, é possível dizer que as interpretações divergem basicamente por um motivo: porque, com efeito, há na obra de Machado de Assis divergentes representações da História. Em decorrência disso, a concepção de História percebida pelo investigador vai depender do conjunto documental analisado.

Então, adotando a obra completa de Machado de Assis – ficcional e factual – como conjunto documental, fiz uma terceira constatação para ser somada à constatação de que a História tem uma presença constante em sua obra e à constatação de que essa presença é interpretada de múltiplas formas. Constatei que as representações machadianas acerca da História às vezes eram positivas e às vezes eram negativas. E mais: constatei ainda que essas representações oscilavam entre elogiosas e injuriosas.

Porém, antes de tentar interpretar essa presença da História ou de tentar entender qual a função ela desempenha na obra machadiana; antes ainda de tentar compreender por que há representações tão diferentes da História e tantas interpretações divergentes sobre tais representações; por fim, antes de tentar compreender e explicar um possível significado da História na obra de Machado de Assis, é preciso demonstrar esse tratamento ambíguo que ele dispensa à História.

Enfim, é preciso provar que na obra do Bruxo há uma oscilação entre os polos positivo/elogioso e negativo/injuriioso, no que diz respeito às representações da História. Para tanto, elaborei, por assim dizer, dois mosaicos de representações machadianas em torno da História.

O primeiro com as representações negativas e/ou injuriosas: nessas representações, as críticas apontam para as deficiências, para os erros, para os problemas ou para os vícios da História. O segundo mosaico é composto pelas representações positivas e/ou elogiosas: já nessas representações sobressaem as qualidades, as virtudes, a utilidade e a necessidade da História.

**6 – "A LENDA É MELHOR DO QUE A HISTÓRIA"²⁴:
HISTÓRIA COMO LENDA, FICÇÃO, MITO E LOUREIRA
(ÊNFASE NEGATIVA/INJURIOSA: OS VÍCIOS)**

Perpassa a obra ficcional (contos, romances, poesias) e factual (crônicas, críticas, correspondências) de Machado de Assis uma categoria de representação da História que muito provavelmente interessa à História da Historiografia no Brasil. E ela chama a atenção por abranger representações da História que coadunam melhor com o espírito crítico, a visão relativista, a postura cético-pessimista e a expressão irônica comumente atribuídas a Machado de Assis.

Essa categoria conta com representações da “História como lenda”, da “História como ficção”, da “História como mito”, da “História como loureira”. Essas representações podem ser interpretadas como críticas à História ou como diagnósticos de suas possíveis fraquezas. Como categoria, essas representações carregam um traço em comum: a carga negativa ou o tom injurioso. Porém, o que essas representações negativas tanto quanto as positivas mostram, acima de tudo, é que Machado de Assis refletiu muito sobre a História.

Em 15 de setembro de 1876, numa crônica em que tratara das comemorações em torno do dia da Independência do Brasil, Machado de Assis começou lembrando aos seus leitores da Revista *Ilustração Brasileira* que as datas comemorativas, “também os aniversários [como o da Independência] envelhecem ou adoecem, até que se desvanecem ou perecem. O dia 7 por ora está muito criança” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 293).

Depois desse preâmbulo um tanto quanto realista, Machado afirmou que as comemorações em virtude do 7 de setembro realizadas na Corte foram dignas da representatividade da data: “As iluminações foram brilhantes; e quanto povo nas ruas, suponho que todos os dez ou doze milhões que nos dá a Repartição de Estatística estavam concentrados nos largos de São Francisco e da Constituição e ruas adjacentes” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 293).

²⁴ (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 294).

Diante das demonstrações patrióticas, Machado conclui que “não morreu, nem pode morrer a lembrança do grito do Ipiranga”. E essa conclusão enseja uma reflexão irônica de Machado sobre o caráter da História. Irônica pois ele acaba admitindo como lendários os episódios concernentes ao 7 de setembro, ao mesmo tempo em que declara preferir a lenda à História autêntica.

Grito do Ipiranga? Isso era bom antes de um nobre amigo, que veio reclamar pela Gazeta de Notícias contra essa lenda de meio século.

Segundo o ilustrado paulista não houve nem grito nem Ipiranga.

Houve algumas palavras, entre elas a *Independência ou Morte*, — as quais todas foram proferidas em lugar diferente das margens do Ipiranga.

Pondera o meu amigo que não convém, a tão curta distância, desnaturar a verdade dos fatos.

Ninguém ignora a que estado reduziram a História Romana alguns autores alemães, cuja pena, semelhante a uma picareta, desbastou os inventos de dezoito séculos, não nos deixando mais que uma certa porção de sucessos exatos.

Vá feito! O tempo decorrido era longo e a tradição estava arraigada como uma ideia fixa.

Demais, que Numa Pompílio houvesse ou não existido é coisa que não altera sensivelmente a moderna civilização.

Certamente é belo que Lucrecia haja dado um exemplo de castidade às senhoras de todos os tempos; mas se os escavadores modernos me provarem que Lucrecia é uma ficção e Tarquínio uma hipótese, nem por isso deixa de haver castidade... e pretendentes.

Mas isso é história antiga.

O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinquenta e quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido.

Houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro.

Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos.

Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade.

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 293-294).

Nesta passagem ou nesta representação, ao declarar a superioridade da lenda sobre a História, aparentemente Machado tinha em vista a valorização do caráter

simbólico ou metafórico das narrativas históricas em torno do Grito do Ipiranga, justamente porque “resumia todo o fato da independência nacional”. Como escritor e crítico literário, Machado tinha consciência de que “uma boa metáfora, como uma boa tradução, suscita uma compreensão imediata” (JABLONKA, 2016: 212).

Embora atenuada mediante a valorização do seu aspecto simbólico, metafórico, “que suscita uma compreensão imediata” e que, portanto, a justifica, essa representação machadiana da História não deixa de ter uma carga negativa, pois há a afirmação da relação história-lenda (“essa lenda de meio século”), história-ficção (Lucrecia é uma ficção e Tarquínio uma hipótese) e história-invenção (“desbastou os *inventos* de dezoito séculos”). Lembrando ainda com Ivan Jablonka que, via de regra, as metáforas, essas imagens-conceitos, veiculam uma teoria (JABLONKA, 2016: 212).

Considero que essa representação possui uma carga negativa porque, no momento em que a crônica foi escrita [1876], os esforços dos historiadores – brasileiros ou estrangeiros – eram em sentido contrário ao que Machado enfatizava na crônica: aquele momento era o da afirmação do caráter científico da História (exato, positivo, metódico), expurgando-a dos resíduos literários, retóricos, lendários, mitológicos e de qualquer tipo de imaginação ou de invenção.

Contudo, o contraponto positivo é o próprio Machado de Assis que oferece nessa mesma passagem: “Ninguém ignora a que estado reduziram a História Romana alguns autores alemães, cuja pena, semelhante a uma picareta, desbastou os inventos de dezoito séculos, não nos deixando mais que uma certa porção de sucessos exatos”.

Nesse sentido, pode-se dizer que Machado estava ciente de que, da maneira como era narrada, “essa lenda de meio século” poderia “desnaturar a verdade dos fatos”, afinal, foi ele mesmo quem reiterou que o Grito do Ipiranga, “não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro”. No entanto, tal como a existência ou não de Numa Pompílio, isso “não altera[ria] sensivelmente a moderna civilização”.

No caso, o que parece importante para Machado é que, em essência, “houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais” e que entre as duas versões possíveis – a exata (que reduz o fato da Independência nacional “a uma coisa vaga e anônima”) e a lendária (que é mais sumária, mais bonita e mais genérica) – ele prefere a lendária. Assim sendo, de acordo com Enylton de Sá Rego:

Machado sugere uma visão da história como estrutura narrativa de valor sobretudo simbólico, na qual – como nas lendas e nas obras de arte – a imaginação e a forma de apresentação têm tanto ou mais valor do que a veracidade dos fatos narrados (SÁ REGO, 1989: 152).

Ao mesmo tempo, aquela longa passagem sugere que Machado de Assis tivesse consciência de que “quando o projeto de um historiador alcança certo nível de abrangência, ele se torna mítico na forma e, assim, se aproxima do poético na estrutura” (WHITE, 1994: 99).

Ora, é óbvio que esta fusão da consciência mítica e da histórica ofenderá alguns historiadores e perturbará aqueles teóricos literários cuja concepção de literatura pressupõe uma oposição radical da história à ficção ou do fato à fantasia (WHITE, 1994: 98).

De resto, para justificar essa preferência pelo aspecto lendário do Grito do Ipiranga, Machado toca na questão da reescrita da História, que em sua opinião não seria um grande obstáculo: “Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos. *Emendam-se as futuras edições*. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade”. Ou seja, reescrever (emendar) a História seria até fácil, porém, substituir a imagem, o símbolo que sintetiza um episódio fundamental, sem o qual a História nacional perde sua inteligibilidade, é uma tarefa um pouco mais difícil e complexa.

Outra possível justificativa para a preferência de Machado de Assis pela lenda, que é mais sumária, mais bonita e mais genérica, pode ter a ver com a consciência de que naquele momento, segundo Ricardo Salles, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apesar da “respeitabilidade da produção científica, não possuía, contudo, – por sua própria natureza erudita – o poder de irradiação e de metáfora necessário para a constituição de um verdadeiro mito de formação” (SALLES, 1996: 106). Com esse propósito, ainda de acordo com Salles, a produção literária e artística constituiu-se com “um veículo mais abrangente – e também com maior elasticidade e poder de evocação da fantasia – para a produção de um mito da nacionalidade que ganhasse o imaginário coletivo e transcendesse obras e criadores determinados” (SALLES, 1996: 106).

Por outro lado, conforme André Ramos,

Machado considera que mais importante do que “o que de fato aconteceu” seria como os sentimentos dos leitores poderiam ser tocados pela imaginação do passado. Para ele, muitos historiadores tornavam o passado indigno ao destruírem a sua aura mítica através da mobilização de uma prosa distanciada, estruturada pelos ditames concernentes às operações da crítica histórica. Desse modo, o passado perdia a sua conexão afetiva com o presente. Por isso, o cronista considerava que as lendas e a poesia revelavam-se superiores ao possibilitarem a fruição do imaginário (RAMOS, 2018: 203).

Em vista de todas essas coisas, pode-se dizer que Machado não pressupunha “uma oposição radical da história à ficção ou do fato à fantasia”, além disso, ele possuía uma percepção sobre as narrativas históricas que o inclinaria a concordar com Michel De Certeau quando este afirma que o discurso histórico “seria o mito possível a uma sociedade científica que rejeita os mitos” (CERTEAU, 2016: 70).

Antes de concordar com Certeau, talvez o Bruxo do Cosme Velho tivesse concordado com o Bruxo das *Considerações Intempestivas*. Pois, de acordo com José Carlos Reis, para Nietzsche,

Somente envolto em sombra e mistério e pela ilusão do amor, o homem tem força e cria. [...] Quando retiramos esse invólucro de mistério, quando condenamos uma religião, uma arte, um gênio, uma época a existirem sem essa atmosfera de fantasia, então, tornam-se áridos, rígidos e infrutíferos. As épocas e os feitos grandiosos jamais ocorreriam sem alguma ilusão. A historiografia como “ciência do sentido histórico” ignora essa atmosfera a-histórica. A historiografia moderna é analítica, “científica”, “positivista”, e destrói ilusões como o tirano mais cruel. [...] Para Nietzsche, somente se a história suporta converter-se em arte, ela pode conservar instintos e despertá-los (REIS, 2013: 176-177).

A despeito de possuir um caráter inventivo, na representação de Machado, a História parece incapaz de transmitir a sensação do ocorrido, afinal, “a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima”. E foi exatamente isso o que ele escreveu em outra crônica, datada de 18 de março de 1894, ao dar notícia da “batalha do dia 13”²⁵:

Convidaram-me a subir a um dos morros, onde o perigo era muito menor que o sol; mas o sol era grande. Nem a vista dos homens que passavam, desde manhã, com óculos e binóculos, me animou a ir

²⁵ “A batalha do dia 13” refere-se ao episódio final daquilo que ficou conhecido posteriormente como Segunda Revolta da Armada. Nesse dia, houve bombardeio entre as fortalezas da cidade do Rio de Janeiro e os navios revoltosos ou a Esquadra Insurreta.

também ver a batalha. A preguiça ajudou o temor, e ambos me ataram as pernas.

Em casa, ocorreu-me que podia ter a visão da batalha, sem sol nem fadiga. Era bastante que me ajudasse o gênio humano com o seu poder divino. A história, por mais animada que fosse, não sei se me daria a própria sensação da coisa. A poesia era melhor; Homero, por exemplo, com a *Ilíada*. Nada mais apropriado que este poema. Tróia, um campo entre a cidade e os navios, e no campo e nos navios as tropas gregas. Aqui as fortalezas e as balas formariam o campo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 985).

Não obstante, é importante salientar que a aproximação entre História e invenção, já no século XXI, possui um teor menos pejorativo: “O historiador ‘inventa’ os fatos na medida em que os busca, os estabelece, os seleciona, os ordena, os hierarquiza, os combina em cadeias explicativas” (JABLONKA, 2016: 257). Como exemplo prático dessa nova acepção de “inventar” em História, basta lembrar de dois livros de Durval Muniz de Albuquerque Jr.: *A Invenção do nordeste e outras artes e História - a Arte de Inventar o Passado*.

Nas representações machadianas da História, a ênfase negativa é frequentemente sustentada por aproximações que visam “vilipendiar” a História, escarnecê-la, desacreditá-la. É o que acontece, por exemplo, na crônica publicada em 2 de setembro de 1894. Ao comentar a corrupção nos transportes públicos do Rio de Janeiro, Machado escreveu:

Atribui-se ao finado Miller, gerente que foi da Companhia do Jardim Botânico, um dito mais gracioso que verdadeiro, assaz expressivo do ceticismo que distinguia aquele amável alemão. Dizia ele (se é verdade) que, pondo fiscais aos condutores, comiam condutores e fiscais, melhor era que só comessem condutores. Há nisso parcialidade. [...] Mas deixemos suposições gratuitas. Ninguém jura ter ouvido ao próprio Miller as palavras que a lenda lhe atribui. Que ficam elas valendo? Valem o que valem outras tantas palavras históricas. Não percamos tempo com ficções (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1025).

Além da triste constatação de que a corrupção tem uma longa história no Brasil, nesta passagem, pode-se observar nitidamente a associação que Machado de Assis fez entre “palavras históricas” e “ficções”. É importante notar que essa associação entre “palavras históricas” e “ficções” vem a propósito de uma atribuição supostamente indevida de palavras a um determinado sujeito. Mas o que intriga é que

não há nenhuma outra referência ou alusão à História nesta crônica. Consequentemente, Machado a evocou apenas para equipará-la a “um dito mais gracioso que verdadeiro”.

Por outro lado, há uma condicionante que atenua a equiparação. Em um primeiro momento, Machado parece reivindicar provas para as palavras que a lenda atribuiu ao “finado Miller”, contudo, não satisfeita essa condição, uma vez que “ninguém jura ter ouvido” tais palavras – isto é, não há autópsia nem testemunha – o melhor é deixar de “suposições gratuitas”. Ou seja, é possível entender que para Machado de Assis, sem um lastro documental autêntico ou sem um testemunho autorizado, as palavras históricas não passam de ficções. Entendo que a crítica feita à História, por meio de sua aproximação com a ficção, não se destina a toda e qualquer História, mas apenas às que não possuem lastro (documental ou de fidedignidade).

Embora um pouco atenuada pela condicionante referida anteriormente, nessa aproximação entre “palavras históricas” e as ficções, isto é, nessa representação da História como ficção, o que prevaleceu foi uma contestação: “Que ficam elas valendo? Valem o que valem outras tantas palavras históricas. Não percamos tempo com ficções”. Machado de Assis não foi o primeiro a contestar a autoridade das palavras históricas, tampouco o último:

Quais são as formas possíveis de representação histórica e quais as suas bases? Que autoridade podem os relatos históricos reivindicar como contribuições a um conhecimento seguro da realidade em geral e às ciências humanas em particular? (WHITE, 1994: 98).

Há na obra de Machado de Assis outras referências à relação História-invenção, quer seja atribuindo palavras a personagens históricos, quer seja inventando “pormenores” para suprir os que o tempo roeu. Em *Dom Casmurro*, por exemplo, Machado de Assis fez Bento criticar a História, enfatizando a representação da História como invenção:

Um historiador da nossa língua, creio que João de Barros, põe na boca de um rei bárbaro algumas palavras mansas, quando os portugueses lhe propunham estabelecer ali ao pé uma fortaleza; dizia o rei que os bons amigos deviam ficar longe uns dos outros, não perto, para se não zangarem como as águas do mar que batiam furiosas no rochedo que eles viam dali. Que a sombra do escritor me perdoe, se eu duvido que o rei dissesse tal palavra nem que ela seja

verdadeira. Provavelmente foi o mesmo escritor que a inventou para adornar o texto, e não fez mal, porque é bonita; realmente, é bonita (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 1021).

Na representação em questão, Machado fez Bento afirmar que um historiador é capaz de inventar histórias e por palavras na boca dos personagens, com propósitos retóricos (adornar o texto), afinal, “João de Barros era um grande poeta, conquanto escrevesse em prosa” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 308). É muito difícil deparar com essas representações injuriosas/negativas da História e tentar interpretá-las sem considerar o mais antigo tratado sobre a História no ocidente: o *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata. Justamente pelo fato de Luciano oferecer numerosos exemplos de invenções absurdas apresentadas como fatos históricos. No entanto, a relação Machado de Assis com Luciano de Samósata ou a inserção da obra machadiana na tradição luciânica será abordada e aprofundada nas reflexões que compõem o capítulo “Um Possível Significado da História na obra de Machado de Assis”.

Sem solução de continuidade, essa representação da História como invenção está presente também no romance *Esaú e Jacó*, de onde extraí a seguinte passagem:

O tempo é um rato roedor das coisas, que as diminui ou altera no sentido de lhes dar outro aspecto. Demais, a matéria era tão propícia ao alvoroço, que facilmente traria confusão à memória. Há, nos mais graves acontecimentos, muitos pormenores que se perdem, outros que a imaginação inventa para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 1075).

Logo no início deste fragmento, Machado cria uma metáfora interessante que implica a personificação do tempo ou a transformação dele em agente volitivo. Metáfora semelhante pode ser encontrada na famosa crônica, datada de 05 de agosto de 1894, que trata d’*O punhal de Martinha* (e que será analisada posteriormente). De qualquer forma, neste passo, um fragmento dela ajudará na reflexão sobre a transformação do tempo em agente com vontade própria: “é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4, 1017).

Ora, se “o tempo diminui ou altera [as coisas] no sentido de lhes dar outro aspecto” e se pode haver uma “parcialidade dos tempos” é porque, de fato, Machado transformou o tempo num agente volitivo. E essa transformação se dá por meio de uma espécie de eclipse que oculta não só palavras, mas o próprio sujeito/agente. Nesse diapasão, entende-se que “o tempo diminui ou altera as coisas”, no entanto, é o homem que atribui o sentido que pode “lhes dar outro aspecto”. Da mesma forma, pode-se traduzir a expressão “essa parcialidade dos tempos” por “essa parcialidade dos homens de cada tempo”. Logo, o que Machado deplorava e enfatizava nesta representação era parcialidade das interpretações históricas e ao mesmo tempo os possíveis interesses por trás dessa parcialidade, visto “que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros”.

Voltando ao fragmento de *Esaú e Jacó*, é possível perceber que a ocultação do agente (ou a indeterminação do sujeito) abrange outra oração: “Há, nos mais graves acontecimentos, muitos pormenores que se perdem, outros que a imaginação inventa para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre”. Quem é o sujeito/agente cuja imaginação inventa pormenores para suprir os perdidos? Só pode ser um historiador (cuja imaginação inventa), pois, apesar dessa sua colaboração negativa, “nem por isso a história morre”.

No mesmo tom injurioso, na crônica do dia 28 de agosto de 1892, ao comentar a morte de Deodoro da Fonseca e as divergências na imprensa sobre o seu papel na fundação da República, Machado escreveu que para dirimir as divergências poderia recorrer à História:

Mas a História é pessoa entrada em anos, gorda, pachorrenta, meditativa, tarda em recolher documentos, mais tarda ainda em os ler e decifrar. Assim, pode ser que, entre 1930 e 1940, tendo cotejado a Constituição de 91 com os discursos de 92, e os artigos de jornais com os artigos de jornais, decida o ponto controverso, ou adote a ideia de dois fundadores, se não de três; mas onde estarei eu então? Se guardar memória da vida, terei ainda de cor os hinos de ambas as capelas. Não terei visto a catedral única (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 854).

Nessa representação, em que os jornais aparecem como fontes para a História – que figura como velha e gorda – o Bruxo atribuiu ainda a ela e conseqüentemente aos historiadores uma certa preguiça ou morosidade, que aparentemente tem a ver com seus métodos de pesquisa e trabalho, visto que, no caso, despenderia de 40 a 50

anos para ser levado a cabo. Entretanto, essa pachorra pode ter a ver com interesses políticos, pois ao final de seu trabalho de cotejar documentos, a História pode decidir a controvérsia adotando a ideia de mais de um fundador. Talvez ele quisesse insinuar o que explicitamente afirmou na crônica do dia 9 de abril de 1893, isto é: “Quantos fatos na história, que, parecendo espontâneos, são filhos de acordo entre as partes!” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 911).

Noutra crônica, datada de 12 de junho de 1892, tratando de passagem da diferença entre a crônica e a História, Machado afirma ironicamente que “como simples crônica, posso achar explicações fáceis e naturais; mas a história tem outra profundidade, não se contenta de coisas próximas e simples” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 835). E lançando um olhar debochado sobre os historiadores, garante que “se algum dia for promovido de crônica a história, afirmo que, além de trazer um estilo barbado próprio do ofício, não deixarei nada por explicar, qualquer que seja a dificuldade aparente (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 835). Com uma falsa humildade, Machado de Assis situa-se abaixo do sisudo e circunspecto historiador, a fim de criticar sua pretensão de “não deixar nada por explicar”, afinal, sua barba é a insígnia de sua erudição e de sua sabedoria²⁶. Esse jeito debochado de tratar a História e os historiadores é bastante frequente nas representações machadianas e tem o claro propósito de fazer rir e “o riso, neste[s] caso[s], tem função propedêutica, na medida em que desarma o leitor pelo ridículo a que expõe os maus historiadores” (BRANDÃO, 2001: 38) e, conseqüentemente, a História.

Machado de Assis estabeleceu a aproximação da História com a ficção, com a lenda, com a fantasia, com a invenção de diversas formas e por isso essa aproximação possui diversas facetas. Não é sempre a uma mesma metáfora que ele recorre; nem é sempre a mesma imagem que usa. Entre as imagens usadas para estabelecer essa aproximação, há uma, presente na crônica do dia 15 de março de 1877, em que Machado – brincando com as palavras e seus significados – distingue/aproxima ou “distingue aproximando” os historiadores dos contadores de histórias:

²⁶ De acordo com Jacyntho Lins Brandão, “também Menipo admite que o que o fez acreditar inicialmente que os filósofos teriam respostas para a suas indagações foi seu aspecto exterior austero, sua palidez e suas barbas” (BRANDÃO, 2001: 58).

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples [...] O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 323).

Em vista disso, o contador de história é representado como democrático, popular, aberto à imaginação; já o historiador é representado como aristocrático, elitista, metódico. “A historiografia cria um distanciamento em relação ao dizer e crer comuns, além de se instalar precisamente nessa diferença que a credencia como erudita ao distingui-la do discurso ordinário” (CERTEAU, 2016: 45). Além do profissional, na passagem anterior, Machado de Assis ironizou a própria disciplina ao afirmar que o povo “entende que contar o que se passou é só fantasiar”.

Entretanto, percebe-se, neste excerto, que o primeiro movimento de Machado é no sentido da distinção entre contador de história e historiador: “Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador”, contudo, logo em seguida, o movimento é de aproximação, de equiparação: “não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias”.

Embora sejam invenções com “origens” distintas, socialmente (pois povo é um coletivo), historiador e contador de histórias são percebidos e considerados como semelhantes, pois ambos contam o que se passou ou fantasiam, como entende o povo. Na crônica do dia 11 de março de 1894, Machado ironiza sobre a diferença elementar entre ambos; segundo ele: “os poetas diriam a coisa em verso, sem documentos, e os historiadores di-la-iam em prosa com documentos” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 984). Diante dessas representações machadianas, pode-se concluir que a “relutância em considerar as narrativas históricas como [...] ficções verbais”, referida por Hayden White, abaixo, ficou por conta do homem culto, letrado, humanista:

Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências (WHITE, 1991: 98).

Na obra machadiana, as representações da História que se enquadram na ênfase negativa, em sua grande maioria, são amenas. Não obstante, dentro da categoria de representação injuriosa, há uma bastante pesada, ríspida, ofensiva: são as representações da História como loureira. Exemplo disso encontra-se numa outra crônica, publicada no dia 2 de junho de 1878, em que o Bruxo deu notícia de um incêndio que consumiu o paço municipal de Macacu e com ele todos os possíveis documentos relativos à história daquela localidade:

Seja como for, há de ser muito difícil achar agora os papéis do município, e fica truncada a história de Macacu. Também a história é tão loureira, tão disposta a dizer o sim e o não, que o melhor que pode acontecer a uma cidade, a uma vila, a uma povoação qualquer, é não a ter absolutamente; e para isso a maior fortuna seria aplicar o niilismo aos documentos. Entreguemos os sábios vindouros ao simples recurso da conjetura; aplicação higiênica, algo fantástica, e sobretudo pacífica. (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 378).

Em essência, o que Machado de Assis criticou nessa passagem da crônica – mesmo que em tom de brincadeira – foi uma suposta volubilidade da História, insinuando a possibilidade de existir parcialidades e interesses por trás da interpretação de um episódio histórico. É necessário reiterar que, embora haja “uma parcialidade inevitável, não se há de confundi-la com uma inevitável distorção” (COSTA LIMA, 2006: 91) e muito menos com venalidade!

Diante desse tipo de representação e da concepção que carrega, fica patente que Machado de Assis desfigurava a clássica imagem grega que vinculava a História a Clio, uma das musas do Olimpo. Além de relativizar essa associação deífica (História/Clio), Machado comparou a história à mulher loureira, aquela que usa mentira para seduzir ou para agradar a seu cliente. A conclusão hiperbólica que ele chega é a de que seria melhor que a história não existisse e que, em vez de historiadores, com seu complicado método crítico de análise documental, houvesse sábios que simplesmente conjeturassem sobre o passado.

É interessante notar que esta representação crítica da “história como loureira” está presente também num dos mais importantes romances de Machado de Assis: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, no qual, no Capítulo IV / Ideia fixa, Brás Cubas, talvez por estar morto, não se sentiu constrangido ao afirmar: “Viva pois a história, a

volúvel história que dá para tudo; [...] Deixemos a história com os seus caprichos de dama elegante (MACHADO DE ASSIS, 2006, Vol. 1: 516).

Essa aproximação, feita por Machado de Assis, entre a História e a volubilidade interesseira (de quem se vende, de quem louva por interesse) reforça a aproximação de Machado com Luciano. Conforme Jacyntho Lins Brandão, se a Retórica, a Filosofia e a História, ou melhor, se o retor, o filósofo e o historiador se movem pelo “mero interesse”, Luciano de Samósata, exercendo literariamente o cinismo, definia-os “na imagem da prostituição, isto é, o vender-se para fugir da fome e da pobreza” (BRANDÃO, 2001: 72).

Apesar de mais esse ponto de contato com Luciano, é possível encontrar representações da História vinculadas à imagem da prostituição também entre pensadores mais modernos, inclusive em plena atividade no século XIX. Schopenhauer (2005: 28), por exemplo, de quem Machado era leitor, afirmava que “Clio, a musa da história, apresenta-se tão infectada por mentiras como uma prostituta por sífilis”. Já no século XX, Walter Benjamin, em uma das suas famosas *Teses sobre a História*, vai retomar a analogia com a prostituição para referir-se à História praticada sob o auspício do historicismo:

O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz “era uma vez”. Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história (BENJAMIN, 1994: 231).

Repudiando o machismo presente em todas essas três representações da História: nas de Machado de Assis (“a história é tão loureira”; “a volúvel história, com os seus caprichos de dama elegante”), na de Schopenhauer (a prostituta infectada por mentiras) e na de Benjamin (a meretriz “era uma vez”), mas procurando interpretar a imagem criada, é possível dizer que com essa representação Machado exteriorizava a percepção machista de que como uma “loureira”, como “uma dama elegante”, como “uma cortesã”, a História se vendia por interesse. Como se só mulheres agissem por interesse. Como se só mulheres fossem capazes de vender seus corpos e suas consciências.

De qualquer forma, a representação História-volubilidade ou História-venalidade indica uma preocupação machadiana: aparentemente Machado temia que com suas mentiras, a História desviasse os olhares de mulheres e de homens das potencialidades simbólicas e/ou históricas da realidade concreta e presente. Exemplo disso é a crônica intitulada *O punhal de Martinha*, datada de 5 de agosto de 1894.

Nessa crônica Machado faz uma analogia entre o suicídio de Lucrecia, imortalizado por Tito Lívio, e o um crime acontecido na cidade baiana de Cachoeira, onde uma moça chamada Martinha matou a punhalada seu agressor. A decepção de Machado é que, enquanto o punhal de Lucrecia se tornou símbolo da República Romana, o punhal de Martinha será consumido pela “ferrugem da obscuridade”.

Quereis ver o que são destinos? Escutai.

Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver a desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre.

Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal *A Ordem*, que é exatamente o contrário. “Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”. Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer moderna? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais,

dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro, lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma coincidência de lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino.

As circunstâncias dos dois atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendesses. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vingase por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual sutileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Livio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Livio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravailac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento, Tais são as coisas deste mundo! Tal é a desigualdade dos destinos!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das coisas tangíveis em comparação com as imaginárias.

Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em *Martinha* (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1017-1019).

A crônica na íntegra. Ao invés de *Punhal de Martinha*, talvez, um título mais apropriado para essa crônica fosse: *Como se escreve a história*. Citação extensa, porém, riquíssima em referências, alusões e representações em torno da História. Inclusive, há no primeiro parágrafo da crônica uma síntese do episódio narrado por Tito Lívio e no segundo há uma interpretação da estratégia narrativa utilizada por ele: a escolha do punhal como elemento que permite conjugar os destinos e as histórias privadas com o destino e a História de Roma: patrícios e pátria.

Na lógica da leitura, a próxima passagem a ser analisada seria: “essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros”, mas já foram feitas considerações acerca dessa passagem, quando a questão da personificação do tempo foi abordada.

Na sequência, com uma docilidade calculada, Machado reivindica um lugar na História, um canto que seja “para o punhal de Martinha”, todavia, já vislumbrava o resultado dessa sua demanda: “vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade”, que o punhal “de Martinha irá rio abaixo do esquecimento”. “Em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia?” E por que ele vaticina a obscuridade e o esquecimento para Martinha e seu punhal?

Porque ele sabe que existe uma “desigualdade dos destinos!” Qual motivo levaria um historiador como Tito Lívio ou João de Barros ou João Francisco Lisboa a se interessar por Martinha? Narrar uma ação exemplar, executada por uma moça “moderna”, “que faz parte da última leva de Citera”? Ter acontecido verdadeiramente não é condição suficiente para que um acontecimento seja histórico. Luiz Costa Lima afirma que a História gravita entre a verdade e a pertinência (COSTA LIMA, 2006: 79-80); em termos semelhantes, Ivan Jablonka assevera que o “duplo critério da inteligibilidade e da pertinência mostra que em uma história o argumento da verdade não basta” (JABLONKA, 2016: 134).

Logo, aparentemente, há um não-dito por trás da indignação de Machado, que talvez possa ser traduzido nestes termos: o destino de Martinha não estava ligado ao destino da Nação, nem ao da província da Bahia, tampouco ao de Cachoeira, logo, não

há razão suficiente, não há pertinência para um Tito Livio, para um João de Barros ou para um João Francisco Lisboa se interessarem e se ocuparem com o seu destino.

A partir do momento em que Machado questiona a inferioridade do punhal de Martinha, sua deploração converte-se em indignação para com “essa parcialidade dos tempos”: “Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros”. Não há como ser mais categórico!

Não demora e sua indignação redundava em acusação contra a História: “A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção”. A mentira usurpa a verdade e o que existiu concretamente não consegue ocupar o lugar da ficção, com suas “sanefas literárias”, suas “atitudes de tragédia”, seus “gestos oratórios”.

Machado concluiu o último parágrafo de maneira extremamente irônica e desconsolada: “Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas”, dando a entender que a História inventa ficções que não expressam a realidade e nas quais faz acreditar e acaba acreditando. Ora, foi isso que Machado de Assis fez o pai de Brás Cubas protagonizar em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

CAPÍTULO III / GENEALOGIA

Mas, já que falei nos meus dois tios, deixem-me fazer aqui um curto esboço genealógico.

O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós — dos avós que a minha família sempre confessou, — porque o Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luís Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha.

Como este apelido de Cubas lhe cheirasse excessivamente a tanoaria, alegava meu pai, bisneto de Damião, que o dito apelido fora dado a um cavaleiro, herói nas jornadas da África, em prêmio da façanha que praticou, arrebatando trezentas cubas aos mouros. Meu pai era homem de imaginação; escapou à tanoaria nas asas de um

calembour. Era um bom caráter, meu pai, varão digno e leal como poucos. Tinha, é verdade, uns fumos de pacholice; mas quem não é um pouco pachola nesse mundo? Releva notar que ele não recorreu à inventiva senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homônimo, o capitão-mor, Brás Cubas, que fundou a vila de São Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Brás. Opôs-se-lhe, porém, a família do capitão-mor, e foi então que ele imaginou as trezentas cubas mouriscas (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 602).

É oportuno reiterar que as invenções e as falsificações dessa genealogia ou dessa história foram tão verossímeis, tão críveis, que, o pai de Brás passou a “acreditar piamente na história que fabricara” (CHALHOUB, 2003: 98).

CAPÍTULO XLIV / UM CUBAS!

Meu pai ficou atônito com o desenlace, e quer-me parecer que não morreu de outra coisa. Eram tantos os castelos que engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados, sem padecer um forte abalo no organismo. A princípio não quis crê-lo. Um Cubas! um galho da árvore ilustre dos Cubas! E dizia isto com tal convicção, que eu, já então informado da nossa tanoaria, esqueci um instante a volúvel dama, para só contemplar aquele fenômeno, não raro, mas curioso: uma imaginação graduada em consciência (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 647).

Nesse passo, se considerarmos essas representações machadianas à luz das reflexões de John Gledson e de Roberto Schwarz acerca do nível alegórico que perpassa a obra do Bruxo, a ironia de Machado com relação às invenções e falsificações genealógicas da família Cubas ganha outra dimensão. Tanto Schwarz quanto Gledson acreditam que há indícios suficientes para afirmar que Brás Cubas é uma alegoria que Machado criou para representar o Brasil. “Se Brás fosse o Brasil, de que seu nome é a primeira sílaba” (SCHWARZ, 1990: 71), Machado estaria fazendo uso dele – Brás – para criticar as invenções e falsificações feitas com relação à História do Brasil, visto que, “à sua maneira, o defunto autor registra que a falsificação histórica ocupava o centro da ideologia paternalista” (CHALHOUB, 2003: 99).

Como um amante da História, como um mestre da palavra, como um historiador de coisas miúdas, como ele mesmo se denominava enquanto cronista, Machado confessou seu interesse pela linguagem (palavra) e certamente tinha consciência de que uma das forças da História está em seu indelével vínculo com a

linguagem, tendo na narração uma poderosa ferramenta epistemológica (JABLONKA, 2016: 146). Essa confissão veio à lume numa crônica, publicada no dia 12 de março de 1893.

Ao tratar de um telegrama referente aos “últimos acontecimentos políticos do Amazonas”, Machado comentou o uso/criação da palavra “*desaclamar-se*” – que tentava significar “a restituição do poder que a aclamação de alguns entregou por horas a alguém” –, concluindo ironicamente que não via outro termo melhor. A partir disso, desse modo ele se expressou: “Mérimée confessou um dia que da história só dava apreço às anedotas. Eu nem às anedotas. Contento-me com palavras” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 903). Como François Hartog, aparentemente, Machado tinha plena consciência de que “o hístór é, antes de tudo, um mestre da palavra” (HARTOG, 1999: 25).

Neste capítulo que se encerra aqui, foi possível perceber a ênfase negativa que Machado de Assis agregou a algumas de suas representações da História, mais especificamente às representações da História como ficção, como lenda, como loureira. No próximo capítulo, o objetivo é capturar e analisar representações da História sobre as quais recaiam a ênfase positiva.

**7 – "NÃO SE PODE DEIXAR DE RECORRER À HISTÓRIA"²⁷:
REABILITAÇÃO HISTÓRICA, JUSTIÇA HISTÓRICA E CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA
(ÊNFASE POSITIVA/ELOGIOSA: AS VIRTUDES)**

Dentro dessa categoria, há uma importantíssima representação machadiana acerca da História: a que carrega a concepção de reabilitação histórica, sendo que a mais importante dessas representações é a que tem no proscênio a figura de Tiradentes. De criminoso a herói nacional: Machado acompanhou cada etapa desse processo e contribuiu com argumentos e razões para “canonização” ou para a reabilitação histórica de Tiradentes.

O primeiro exemplo encontra-se numa crônica publicada em 25 de abril de 1865, na qual Machado escreveu:

Os povos devem ter os seus santos. Aquele que os tem merece o respeito da história, e está armado para a batalha do futuro.

Também o Brasil os tem e os venera; mas, para que a gratidão nacional assuma um caráter justo e solene, é preciso que não esqueça uns em proveito de outros; é preciso que todo aquele que tiver direito à santificação da história não se perca nas sombras da memória do povo.

É uma grande data 7 de setembro; a nação entusiasma-se com razão quando chega esse aniversário da nossa independência. Mas a justiça e a gratidão pedem que, ao lado do dia 7 de setembro, se venere o dia 1 de abril. E quem se lembra do dia 21 de abril? Qual é a cerimônia, a manifestação pública?

Entretanto, foi nesse dia que, por sentença acordada entre os da alçada, o carrasco enforcou no Rocio, junto à rua dos Ciganos, o patriota Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado o Tiradentes.

A sentença que o condenou dizia que, uma vez enforcado, lhe fosse cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde seria pregada em um poste alto, até que o tempo a consumisse; e que o corpo, dividido em quatro pedaços, fosse pregado em postes altos, pelo caminho de Minas.

Xavier foi declarado infame, e infames os seus netos; os seus bens (pelo sistema de latrocínio legal do antigo regime) passaram ao fisco e à câmara real.

A casa em que morava foi arrasada e salgada.

Ora, o crime de Tiradentes foi simplesmente o crime de Pedro I e José Bonifácio. Ele apenas queria apressar o relógio do tempo; queria que o século XVIII, data de tantas liberdades, não caísse nos abismos do nada, sem deixar de pé a liberdade brasileira.

²⁷ (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1149).

O desígnio era filho de alma patriótica; mas Tiradentes pagou caro a sua generosa sofreguidão. A ideia que devia robustecer e enflorar daí a trinta anos, não estava ainda de vez; a metrópole venceu a colônia; Tiradentes expirou pelo barão da tirania.

Entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, não há senão a diferença dos resultados. Mas o livro de uma nação não é o livro de um merceeiro; ela não deve contar só os resultados práticos, os ganhos positivos; a ideia, vencida ou triunfante, cinge de uma auréola a cabeça em que ardeu. A justiça real podia lavrar essa sentença digna dos tempos sombrios de Tibério; a justiça nacional, o povo de 7 de setembro, devia resgatar a memória dos mártires e colocá-los no *panteon* dos heróis.

No sentido desta reparação falou um dos nossos ilustrados colegas, nestas mesmas colunas, há quatro anos.

As palavras dele foram lidas e não atendidas; não ousamos esperar outra sorte às nossas palavras.

Entretanto, consignamos o fato: o dia 21 de abril passa despercebido para os brasileiros. Nem uma pedra, nem um hino recordam a lutuosa tragédia do Rocio. A última brisa que beijou os cabelos de Xavier levou consigo a lembrança de tamanha imolação.

Pois bem, os brasileiros devem atender que este esquecimento é uma injustiça e uma ingratidão. Os deuses podem aprazer-se com as causas vencedoras; aos olhos do povo a vitória não deve ser o *criterium* da homenagem.

É certo que a geração atual tem uma desculpa na ausência da tradição; a geração passada legou-lhe o esquecimento dos mártires de 1792. Mas por que não resgata o erro de tantos anos? Por que não faz datar de si o exemplo às gerações futuras?

Falando assim, não nos dirigimos ao povo, que carece de iniciativa.

Tampouco alimentamos a ideia de uma dissensão política; conservadores ou liberais, todos são filhos da terra que Tiradentes queria tornar independente. Todavia, há razão para perguntar ao partido liberal, ao partido dos impulsos generosos, se não era uma bela ação, tomar ele a iniciativa de uma reparação semelhante; em vez de preocupar-se com as questões de subdelegados de paróquia e de influências de campanário.

Em desespero de causa, não hesitamos em volver os olhos para o príncipe que ocupa o trono brasileiro.

Os aduladores hão de ter-lhe lembrado que Tiradentes queria a república; mas o imperador é um homem ilustrado, e há de ver como se distancia dos aduladores o heroico alferes de Minas. Se os ânimos recuam diante de uma ideia que julgam ofensiva à monarquia, cabe ao príncipe sufocar os escrúpulos, tomando ele próprio a iniciativa de um ato que seria uma das mais belas páginas do seu reinado. Um príncipe esclarecido e patriota não podia fazer uma ação mais nobre, nem dar uma lição mais severa.

Uma cerimônia anual, com a presença do chefe da nação, com assistência do povo e dos funcionários do Estado, — eis uma coisa simples de fazer-se, e necessária para desarmar a justiça da história.

Não sabemos até que ponto devemos confiar nesta esperança; mas ao menos, deixamos consignada a ideia.

Morro pela liberdade! disse Tiradentes do alto da forca: estas palavras, se o Brasil não reparar a falta de tantos anos, serão um açoite inexorável para os filhos do Império (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 266-267).

A mudança de tom é perceptível. A História já não é mais a ficção, a lenda ou a volúvel interesseira. Agora, a História assemelha-se a uma religião: instituindo tradições e santificando os heróis da Nação. Quando a questão é a reabilitação histórica de Tiradentes, Machado reabilita a própria História.

Nessa representação, a intenção de Machado de Assis é bastante evidente: “resgatar a memória dos mártires e colocá-los no *panteon* dos heróis”, promovendo a “justiça da história”, e, por conseguinte, a reescrita do “livro de uma nação”. Em vista disso, percebe-se que, como observou Jablonka: “A reparação do passado é obra da memória secundada pela justiça” (2016: 232).

“Os povos *devem ter* os seus santos”. Significativa a locução verbal utilizada: “devem ter”; Machado não utilizou “podem ter”, tampouco utilizou “têm”. É um dever! Ora, seguindo a lógica: se “os povos devem ter os seus santos” e se é a História que santifica os heróis, necessariamente, os povos devem ter História. A partir dessa perspectiva, o futuro depende da contribuição da História: o respeito da História, aparentemente, garante à nação (ao povo) uma arma para lutar pelo seu próprio futuro.

Portanto, para merecer o respeito da História, além de grato, o povo precisa ser justo: “é preciso que não esqueça uns em proveito de outros; é preciso que todo aquele que tiver direito à santificação da história não se perca nas sombras da memória do povo”. Diante disso, como comemorar o 7 de setembro (o dia da Independência) e não comemorar o 21 de abril (data símbolo relacionada à Inconfidência Mineira: movimento que igualmente pugnou pela Independência do Brasil)?

É preciso ser justo, afinal, “o crime de Tiradentes foi simplesmente o crime de Pedro I e José Bonifácio. Ele apenas queria apressar o relógio do tempo; [...] Entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, não há senão a diferença dos resultados”. Só a injustiça e a ingratidão dos brasileiros podem explicar a veneração de Pedro I e o esquecimento de Tiradentes.

Chama a atenção, nesse passo, a escolha dos termos “crime”, “latrocínio” e “tirania”, todos associados ao Primeiro Reinado: termos pesados que sem esforço poderiam ser substituídos diplomaticamente. Chama a atenção principalmente porque Machado afirmou que não se dirigia ao povo e sim ao “príncipe que ocupa o trono brasileiro”. Sendo assim, é um tanto temerária a opção não só por aqueles termos, mas pela ideia defendida, visto que a crônica é datada do ano de 1865, auge do Segundo Reinado e auge do poder de Pedro II.

Portanto, é plausível supor que Machado de Assis tenha corrido risco de desagradar ao príncipe escolhendo termos tão contundentes e deselegantes ao se referir ao Reinado de Pedro I. Essa escolha audaciosa desses termos, por si só, dá indício dos princípios que animavam Machado, traduzidos em sua vontade de se manter independente para exercer sua liberdade de expressão. Tanto os princípios quanto a relação deles com Machado serão abordados no capítulo “Um Possível Significado da História na obra de Machado de Assis”.

Em vista disso, para que haja justiça da história, “o povo de 7 de setembro, devia resgatar a memória dos mártires e colocá-los no *panteon* dos heróis”, provando dessa maneira que a História de uma Nação, isto é, “o livro de uma nação não é o livro de um merceiro; ela não deve contar só os resultados práticos, os ganhos positivos; a ideia, vencida ou triunfante, cinge de uma auréola a cabeça em que ardeu”. Isto posto, cabe lembrar que a justiça histórica ou a reabilitação histórica necessariamente implicam uma reescrita da História.

E talvez seja por essa necessidade de reescrever a História que Machado tenha se dirigido a “um príncipe esclarecido e patriota [que] não podia fazer uma ação mais nobre, nem dar uma lição mais severa”. Ao que tudo indica, Machado de Assis sabia que “há muito tempo a serviço dos príncipes, a historiografia torna-se, então, a narrativa de um poder” (CERTEAU, 2016: 185).

Frequentemente mais lúcidos que os próprios historiadores, os poderes político e ou econômico empenharam-se sempre em cooptá-la, lisonjeá-la, comprá-la, orientá-la, colocando-a sob seu controle ou subjugando-a (CERTEAU, 2016: 54).

A própria remissão ao “príncipe que ocupa o trono brasileiro” demonstra que Machado de Assis tinha consciência das relações de poder que perpassam a escrita e a

reescrita da História, em especial a do Brasil. Sem dúvida, ele sabia das influências do poder sobre representações historiográficas.

Primeiro, porque conhecia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sabia como ele funcionava, sabia que trabalhavam “sob o manto monárquico”, que por meio do Estado organizava “todo o regime de possibilidades historiográficas disponíveis à representação da história” (CEZAR, 2018: 18); segundo, porque, tendo muitos amigos diplomatas e historiadores, “sabia muito bem que os historiadores brasileiros não somente trabalhavam para nação, assim como os diplomatas, mas que muitos deles eram também remunerados pelo Estado” (CEZAR, 2018: 47); terceiro, porque conhecia muito de História e, tal como Michel De Certeau, sabia que os poderes sempre se empenhavam em “cooptá-la, lisonjeá-la, comprá-la, orientá-la, colocando-a sob seu controle ou subjugando-a”.

Entretanto, é preciso ressaltar que sendo a História uma representação social é preciso que ela seja socialmente legítima; é preciso que ela concorra com outras representações e que as vença para ser hegemônica²⁸. Em outras palavras, se há um poder tentando cooptar, comprar e subjugar a História, há, em contrapartida, aquilo que Michel Foucault denominou de “microfísica do poder”, que resiste, que opõe, que questiona, que reivindica, que corrói, que subverte e que às vezes vence, como viria a acontecer com a representação de Tiradentes: de proscrito a herói nacional.

Continuando. Aquela mesma ideia de promover a justiça histórica ou a reabilitação histórica de Tiradentes encontra-se numa crítica teatral, datada de 29 de fevereiro de 1868, na qual Machado aponta e comenta os méritos e os deméritos de uma peça de Castro Alves: *Gonzaga ou a Revolução de Minas*:

²⁸ De acordo com Roger Chartier, em seu influente livro *História Cultural, entre práticas e representações*: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002: 17).

Estreando no teatro com um assunto histórico, e assunto de uma revolução infeliz, o Sr. Castro Alves consultou a índole do seu gênio poético. Precisava de figuras que o tempo houvesse consagrado; as da Inconfidência tinham além disso a auréola do martírio. Que melhor assunto para excitar a piedade? A tentativa abortada de uma revolução, que tinha por fim consagrar a nossa independência, merece do Brasil de hoje aquela veneração que as raças livres devem aos seus Espartácos. O insucesso fê-los criminosos; a vitória tê-los-ia feito Washington. Condenou-os a justiça legal; reabilita-os a justiça histórica.

Condensar estas ideias em uma obra dramática, transportar para a cena a tragédia política dos Inconfidentes, tal foi o objeto do Sr. Castro Alves, e não pode esquecer que, se o intuito era nobre, o cometimento era grave. O talento do poeta superou a dificuldade; com uma sagacidade, que eu admiro em tão verdes anos, tratou a história e a arte por modo que, nem aquela o pode acusar de infiel, nem esta de copista. Os que, como V. Ex.^a, conhecem esta aliança, hão de avaliar esse primeiro merecimento do drama do Sr. Castro Alves. [...]

O Sr. Castro Alves houve-se com a mesma arte em relação aos outros conjurados. Para avaliar um drama histórico, não se pode deixar de recorrer à história; suprimir esta condição é expor-se a crítica a não entender o poeta.

[...] Em tudo isso é de louvar a consciência literária do autor. A história nas suas mãos não foi um pretexto; não quis profanar as figuras do passado, dando-lhes feições caprichosas. Apenas empregou aquela exageração artística, necessária ao teatro, onde os caracteres precisam de relevo, onde é mister concentrar em pequeno espaço todos os traços de uma individualidade, todos os caracteres essenciais de uma época ou de um acontecimento (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1148-1149).

Ao entrar no tema propriamente dito, algumas palavras ou expressões já denunciam o tom da concepção de História subjacente a essa crítica teatral: “figuras consagradas” (consagrar é tornar sagrado), “auréola do martírio”, “piedade”, “veneração”. Não há dúvidas de que esse é um vocabulário religioso. Logo, pode-se dizer que nesta crítica Machado de Assis concebeu e representou a História como sendo algo semelhante a uma religião, como algo sagrado.

E diferentemente da crônica do dia 25 de abril de 1865 (na qual Machado solicita ao “príncipe esclarecido e patriota” uma ação nobre e “simples de fazer-se”: “uma cerimônia anual” no dia 21 de abril, com o propósito de “desarmar a justiça da história”), nesta crítica as figuras da Inconfidência já aparecem reabilitadas, haja vista que o tempo verbal é o presente do indicativo: “reabilita-os a justiça histórica”.

Dando continuidade à crítica, Machado afirmou que Castro Alves “tratou a história e a arte por modo que, nem aquela o pode acusar de infiel, nem esta de copista”, ou seja, segundo Machado, Castro Alves foi fiel à História, “apenas empregou aquela exageração artística, necessária ao teatro”. E logo depois de afirmar a fidelidade histórica de Castro Alves, Machado adverte: “Para avaliar um drama histórico, não se pode deixar de recorrer à história; suprimir esta condição é expor-se a crítica a não entender o poeta”. Isso é pura e simplesmente uma confissão: para realizar sua crítica Machado de Assis não pôde deixar de recorrer à História.

Por fim, mais uma vez, o vocabulário religioso vem lembrar ao leitor que o território da História é um território sagrado, que Castro Alves soube respeitar e venerar, posto que “a história nas suas mãos não foi um pretexto; não quis profanar as figuras do passado, dando-lhes feições caprichosas”. [Grifo meu]

Em uma crônica da série *A semana*, datada de 24 de abril de 1892, Machado voltou a tratar de Tiradentes e da justiça histórica, que amparada no instinto popular e “de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória”.

Para não ir mais longe, Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heroico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra coisa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

Um dos oradores do dia 21 observou que se a Inconfidência tem vencido, os cargos iam para os outros conjurados, não para o alferes. Pois não é muito que, não tendo vencido, a história lhe dê a principal cadeira. A distribuição é justa. Os outros têm ainda um belo papel; formam, em torno de Tiradentes, um coro igual ao das Oceânides diante de Prometeu encadeado. Relede Ésquilo, amigo leitor. Escutai a linguagem compassiva das ninfas, escutai os gritos terríveis, quando o grande titã é envolvido na conflagração geral das coisas. Mas, principalmente, ouvi as palavras de Prometeu narrando os seus

crimes às ninfas amadas: “Dei o fogo aos homens; esse mestre lhes ensinará todas as artes”. Foi o que nos fez Tiradentes.

Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma coisa: a alcunha. Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes. Certamente que o tempo trará a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas; imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião-dentista. Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade. Podia ser até que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 822).

Recém alçado à condição de herói nacional, Machado justificou a proeminência de Tiradentes, em relação aos outros inconfidentes, argumentando que “esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos”. Por esse motivo, ele pôde afirmar categoricamente que “não é muito que, não tendo vencido, a história lhe dê a principal cadeira. A distribuição é justa. Os outros têm ainda um belo papel”.

E novamente surgem palavras e imagens relacionadas ao universo do sagrado: “o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado”. O martírio de Tiradentes assemelha-se à Paixão de Cristo, ambos são humilhados, logo, devem ser exaltados: um pela religião, outro pela História.

Isto posto, ainda resta observar que Machado de Assis está atento aos obstáculos linguísticos que “a figura do alferes” e o nome Tiradentes enfrentam e devem enfrentar até que o tempo traga familiaridade e harmonia. Em outras palavras, Machado se refere aos obstáculos que a imagem de Tiradentes como herói nacional deve enfrentar até que a reabilitação histórica se efetive simbolicamente e se propague por meio da reescrita da História.

Além da de Tiradentes, Machado tratou da “reabilitação histórica” de uma outra personagem, muito mais famosa mundialmente: Lucrecia Bórgia, imortalizando-a (a reabilitação) em *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

E tu, madama Lucrecia, flor dos Bórgias, se um poeta te pintou como a Messalina católica, apareceu um Gregorovius incrédulo que te apagou muito essa qualidade, e, se não vieste a lírio, também não

ficaste pântano. Eu deixo-me estar entre o poeta e o sábio. Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 603).

Percebe-se nesta representação que, para Machado, a reabilitação histórica não promoveu a apoteose, tampouco a santificação, contudo, aparentemente, a reabilitação histórica pôde corrigir exageros, equívocos ou falsificações: “se não vieste a lírio, também não ficaste pântano”. Em termos semelhantes, foi isso que ele afirmou numa crônica, publicada em 1 de abril de 1894:

Vou tão longe, que ousou crer nas reabilitações históricas, unicamente ou quase unicamente pela alteração do nome das pessoas. O atual processo para esses trabalhos é rever os documentos, avaliar as opiniões, e contar os fatos, comparar, retificar, excluir, incluir, concluir. Todo esse trabalho é inútil, se não trocar o nome por outro. Messalina, por exemplo. Esta imperatriz chegou à celebridade do substantivo, que é a maior a que pode aspirar uma criatura real ou fingida: uma messalina, um tartufo. Se quiserdes tirá-la da lama histórica, em que ela caiu, não vos bastará esgravatar o que disseram dela os autores; arranca-lhe violentamente o nome. Chama-lhe Anastácia. Quereis fazer uma experiência? Pegai em Suetônio e lede com o nome de Anastácia tudo o que ele se refere de Messalina; é outra coisa. O asco diminui, o horror afrouxa, o escândalo desaparece; e a figura emerge, não digo para o céu, mas para uma colina. Em história, o ocupar uma colina é alguma coisa. Gregorovius, como outros autores deste século, quis reabilitar Lucrecia Bórgia; acho que o fez, mas esqueceu-se de lhe mudar o nome, e toda gente continua a descompô-lo em prosa com Victor Hugo, ou em verso e por música com Donizetti (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 990).

Não obstante, essa representação deixa patente que Machado reconhece a existência de limites – no caso, linguísticos e documentais – para a reabilitação histórica e para a reescrita da História. Afinal, há uma distância considerável entre os que se encontram atolados na “lama histórica” e aqueles que “ocupam uma colina” da História. Nessa alegoria, a “lama histórica” ou o “pântano” podem ser interpretados como sendo os erros, as imprecisões e os preconceitos que caracterizam os trabalhos de determinados historiadores; já a “colina” ou “lírio” podem ser vistos como as retificações, as precisões, o rigor metodológico que ajuda a instituir um saber preciso e verdadeiro.

Ainda sobre a reabilitação histórica de Tiradentes e ainda abordando as representações da História sobre as quais recaem a ênfase positiva, há uma

representação bastante curiosa. Curiosa porque nela, usando da ironia, Machado defende a representação histórica de Tiradentes e conseqüentemente defende a instituição da História.

A crônica em questão faz parte da série *A Semana* e foi publicada no dia 22 de maio de 1892. Mais uma vez, um longo excerto, no entanto, não há o que fazer, História se faz com provas e no caso desta pesquisa as provas estão mais nas ideias por trás das representações, as provas estão mais no espírito dessas representações, na(s) concepção(ões) que as orientam e informam, sendo extremamente difícil oferecer acesso ao espírito de uma determinada representação sem oferecê-la substancialmente:

Este Tiradentes, se não toma cuidado em si, acaba inimigo público. Pessoa, cujo nome ignoro, escreveu esta semana algumas linhas com o fim de retificar a opinião que vingou durante um longo século acerca do grande mártir da Inconfidência. “Parece; (diz o artigo no fim), parece injustiça dar-se tanta importância a Tiradentes, porque morreu logo, e não prestar a menor consideração aos que morreram de moléstias e misérias na costa d’África”. E logo em seguida chega a esta conclusão: “Não será possível imaginar que, se não fosse a indiscrição de Tiradentes, que causou o seu suplício, e o dos outros, que o empregaram, teria realidade o projeto?”

Daqui a espiação de polícia é um passo. Com outro passo chega-se à prova de que nem ele mesmo morreu; o vice-rei mandou enforcar um furriel muito parecido com o alferes, e Tiradentes viveu, até 1818, de uma pensão que lhe dava D. João VI. Morreu de um antraz na antiga Rua dos Latoeiros entre as do Ouvidor e do Rosário, em uma loja de barbeiro, dentista e sangrador, que ali abriu em 1810, a conselho do próprio D. João, ainda príncipe regente, o qual lhe disse (formais palavras):

— Xavier, já que não podes ser alferes, toma por ofício o que fazias antes por curioso; vou mandar dar-te umas casas da Rua dos Latoeiros.

— Oh! meu senhor.

— Mas não digas quem és. Muda de nome, Xavier; chama-te Barbosa. Compreendes, não? O meu fim é criar a lenda de que tu é que foste o mártir e o herói da Inconfidência e diminuir assim a glória de João Alves Maciel.

— Príncipe sereníssimo, não há dúvida que esse é que foi o chefe da detestável conjuração.

— Bem sei, Barbosa, mas é do meu real agrado passá-lo ao segundo plano; para fazer crer que, apesar dos serviços que prestou, das qualidades que tinha, e das cartas de Jeferson, pouco valeu, e que tu é que vales tudo. É um plano maquiavélico, para desmoralizar a conjuração. Compreendes agora?

— Tudo, meu senhor.

— Assim, é bem possível que, se algum dia, quiserem levantar um monumento à Inconfidência, vão buscar por símbolo o mártir, dando assim excessiva importância ao alferes indiscreto, que pôs tudo de pernas para o ar, a pretexto de haver morrido logo. Não abanes a cabeça; tu não conheces os homens. Adeus; passa pela ucharia, que te deem um caldo de vaca, e pede por Sua Real Majestade e por mim nas tuas orações. Consinto que também rezes pelo furriel. Como se chamava? Esquece-me sempre o nome.

— Marcolino.

— Reza pelo Marcolino.

— Ah! Senhor, os meus cruéis remorsos, nunca terão fim!

— Barbosa, tem sempre os remorsos de um real vassalo!

E assim ficará retificada a história antes de 1904 ou 1905. Tiradentes será apeado do pedestal que lhe deu um sentimentalismo mofento, que se lembra de glorificar um homem só porque morreu logo, como se alguém não morresse sempre antes de outros, e, demais, enforcado, que é morte pronta. Quanto ao esquartejamento e exposição da cabeça, está provado empírica e cientificamente que cadáver não padece, e tanto faz cortar-lhe as pernas como dar-lhe umas calças. Mas ainda restará alguma coisa ao alferes; pode-se-lhe expedir a patente de capitão honorário. Se está no céu, e se os mártires formam lá em cima, pode comandar uma companhia. Antes disso que nada. Antes mandar na morte do que ser mandado na vida (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 829-830).

A primeira coisa a observar é o tom extremamente irônico, que serve para suavizar a aparente indignação de Machado e para criar uma atmosfera para o desenvolvimento da anedota envolvendo D. João VI e Tiradentes. Anedota que ridiculariza a ideia de que seria injustiça dar tanta importância a Tiradentes.

Depois é importante refletir sobre uma aparente contradição, que se apresenta da seguinte forma: nesta crônica de 1892, Machado afirma que uma opinião positiva “vingou durante um longo século acerca do grande mártir da Inconfidência”, contudo, o próprio Machado reivindicava a reabilitação histórica dele na crônica de 25 de abril de 1865 (anteriormente analisada). Estava ou não Tiradentes reabilitado historicamente há “um longo século”? A partir dessa questão, é possível pensar e dizer que, aparentemente, Machado distinguia a História oficial – da qual Tiradentes não participava em 1865 – de uma História não-oficial – na qual estava incluído havia um “longo século”.

Profundo conhecedor da História da Inconfidência, nessa representação, Machado de Assis ridiculariza a ideia de que foi a “indiscrição de Tiradentes, que causou o seu suplício, e o dos outros” e que se não fosse ele “teria realidade o

projeto”. Na sequência, a ridicularização beira o grotesco com a anedota em que figuram como amigos, interlocutores e sádicos²⁹ D. João VI e Tiradentes (e este figura ainda como um simples vassalo subserviente).

Por fim, quando Machado conclui que “retificada” por esse meio a História, “Tiradentes será apeado do pedestal que lhe deu um sentimentalismo mofento”, aparentemente ele está afirmando, de forma torta ou invertida, que Tiradentes, de fato e com razão, merece estar onde está, porque há um sentimento nobre, legítimo e verdadeiro que reconhece o seu valor e o seu lugar na História da Nação.

Indo adiante! Ao longo de sua extensa obra, há outros momentos e situações em que Machado de Assis tratou a História positivamente: por exemplo, quando ele analisa ou trata de obras de História ou de estudos históricos. Com bastante frequência, principalmente nas crônicas e críticas machadianas, é possível observar comentários e análises sobre esse tipo de produção.

Talvez porque como cronista e crítico literário Machado estivesse imbuído da tarefa de analisar as produções literárias da semana, da quinzena ou do mês; talvez ainda porque como literato e amigo íntimo de editores³⁰ se sentisse moralmente obrigado a contribuir com a divulgação de livros e de ideias, o fato é que essas críticas historiográficas lá estão em sua obra.

Sobressaem nas análises machadianas de tais trabalhos, comentários sobre os elementos factuais arrolados, sobre o método empregado, sobre a teoria/filosofia que os perpassa e sobre o estilo que os caracteriza. No *O Futuro* publicado no dia 15 de abril de 1863, em crônica, Machado emite o seguinte parecer sobre um trabalho historiográfico:

Outra publicação da quinzena, digna de atenção pelo que encerra, posto que censurável pelo que não encerra, é o XI volume da *Biblioteca Brasileira* que se intitula: - *Apontamentos históricos, topográficos e descritivos da cidade de Paranaguá*, pelo Sr. Demétrio Acácio Fernandes da Cruz.

Abstendo-se inteiramente de considerações detidas e observações mais profundas, o autor dá numerosa notícia de tudo quanto pode fazer conhecer a cidade de Paranaguá sob o tríplice ponto de vista indicado pelo título.

²⁹ “Consinto que também rezes pelo furriel. Como se chamava? Esquece-me sempre o nome. / — Marcolino. / — Reza pelo Marcolino. / — Ah! Senhor, os meus cruéis remorsos, nunca terão fim!”.

³⁰ Baptiste Louis Garnier e Paula Brito (MASSA, 1971: 82).

Tudo, fundação, descrição topográfica e hidrográfica, zoológica, mineralogia, indústria, população, tudo enfim quanto pode dar um conhecimento exato da cidade de Paranaguá se acha naquele livro.

Atendendo, sobretudo à aridez do trabalho, deve-se agradecê-lo ao autor, e dar como um exemplo a outros trabalhadores que façam o mesmo a respeito de todos os recantos do Império (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 97-98).

É possível que Demétrio Acácio, ao ler essa crítica, tenha ficado apreensivo num primeiro momento e feliz para sempre pela conclusão dela. Afinal, Machado inicia seu comentário afirmando que a obra é “censurável pelo que não encerra”, passando em seguida a dizer que o autor “abstendo-se inteiramente de considerações detidas e observações mais profundas”. No entanto, conclui afirmando que “sob o tríplice ponto de vista indicado pelo título”, “tudo enfim quanto pode dar um conhecimento exato da cidade de Paranaguá se acha naquele livro” e que, portanto, considerando a “aridez do trabalho, deve-se agradecê-lo ao autor, e dar como um exemplo a outros trabalhadores que façam o mesmo a respeito de todos os recantos do Império”. Em suma, com ressalvas, Machado de Assis recomenda o livro.

Há outra crítica historiográfica produzida por Machado de Assis, bastante representativa da ênfase positiva, na qual ele trata e sabe tratar a História com seriedade, com sinceridade, com propriedade e com respeito. Publicada nas *Conversas hebdomadárias do Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de agosto de 1863, essa crítica trata de um livro que é:

[...] uma reivindicação histórica escrita pelo sr. Homem de Melo, um dos mais notáveis talentos nacionais, no qual o verdor dos anos corre de par com a erudição e a proficiência literária. O título do livro é — A Constituinte perante a história. Trata o sr. Homem de Melo de provar que o período da Constituinte ainda não foi justamente apreciado pelos contemporâneos.

Um desejo constante de acertar, tanto na ordem das ideias, como na ordem dos fatos, eis o que se nota nos escritos do sr. Homem de Melo. É o que eu tive ainda ocasião de notar no pequeno mas excelente artigo que ele publicou na Biblioteca Brasileira, a respeito do golpe de Estado de 1823.

O pensamento do sr. Homem de Melo é altamente patriótico. Ele quer liquidar imparcialmente o passado para tornar mais fácil o inventário das nossas coisas aos historiadores do futuro. É difícil a tarefa, nem o sr. Homem de Melo dissimula: julgar a frio os homens de quem parece ouvir-se ainda os passos no caminho do nosso passado político, violentar as nossas afeições, modificar as nossas

antipatias, é uma obra de consciência e de coragem, digna e honrosa, é certo, mas nem por isso fácil de empreender.

Compenetrado desta verdade, o sr. Homem de Melo procura e consegue evitar o perigo. Para esse resultado, em que toma parte a consciência do escritor, tenho para mim que contribui no seu tanto a índole do homem. É o sr. Homem de Melo de natural frio e meditativo. Parece que tem medo à precipitação e à involuntariedade, medo que sempre foi uma das primeiras virtudes do historiador.

Para estudiosos tais são necessários os louvores, não somente como prêmio e animação a esses, mas ainda como estímulo a outros. Que o sr. Homem de Melo prossiga nas suas investigações histórico-políticas e que outros o imitem em trabalhos tão sérios, é o mais legítimo desejo de quem ama a vitória do pensamento e da verdade.

Falei no que o historiador pode tirar da história; passarei a falar no que a história fornece ao romancista.

“Querem romances? perguntava Guizot. Por que não encaram de perto a história?” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1041).

Acredito que não reste dúvidas de que esse excerto, extenso como muitos neste trabalho, é uma crítica historiográfica judiciosa e detalhada. A crítica começa com reconhecimento de que “Homem de Melo, [é] um dos mais notáveis talentos nacionais, no qual o verdor dos anos corre de par com a erudição e a proficiência literária”. Em seguida, Machado assevera que “o período da Constituinte ainda não foi justamente apreciado pelos contemporâneos” e essa afirmação pressupõe minimamente um “esboço de balanço historiográfico”.

Nessa crítica aos “escritos do sr. Homem de Melo”, a História foi tratada positivamente por Machado. Ela figurou como uma atividade digna, árdua, metódica. Na análise machadiana, a obra em questão exigiu do seu autor “um desejo constante de acertar, tanto na ordem das ideias, como na ordem dos fatos”, no intuito de “liquidar imparcialmente o passado”, reconhecendo que “é uma obra de consciência e de coragem, digna e honrosa, é certo, mas nem por isso fácil de empreender”. Foi “difícil a tarefa”, mas o autor “consegue evitar o perigo”, pois a “consciência do escritor” é amparada pela “índole do homem”.

Nesse sentido, a História estaria imbricada com o historiador: a índole deste seria apanágio àquela. Nessa representação machadiana da História, contida naquela “crítica historiográfica”, as virtudes do autor determinam a investigação e a escrita da História, que, no caso, é feita voluntariamente com “natural frieza”, com meditação, com seriedade e com verdade. Digna de destaque, ainda nessa representação, é a

ideia bastante original, segundo a qual o “medo [é] que sempre foi uma das primeiras virtudes do historiador”. Parece plausível pensar que Machado se referisse a um certo medo de ser julgado pelas gerações posteriores, o inusitado talvez seja conceber o medo como um aspecto constituinte do pensamento histórico, da racionalidade historiadora.

Por fim, ainda nessa crítica, afirmando a interação que pode haver entre história e literatura ou entre o historiador e o romancista e ao mesmo tempo criando um contraponto relativizador para as suas próprias afirmações, Machado subverteu os termos de suas reflexões ao citar Guizot: um historiador “afirmando” que se as pessoas “querem romances”, basta que elas encarem “de perto a história”.

Outra interessante representação machadiana da História com ênfase positiva pode ser observada na crônica publicada em 1 de julho de 1863, no Jornal *O Futuro*. Nela, ao noticiar a confirmação da morte de João Francisco Lisboa, Machado escreveu à guisa de Necrológio:

Confirma-se a notícia da morte de João Francisco Lisboa, mais conhecido pelo pseudônimo de Timon.

Faleceu em Lisboa, no dia 25 de abril, na idade de 49 anos, deixando ao nosso país a glória de um nome respeitado entre os mais eminentes.

Todos os que conhecem seus escritos dispensam da minha parte uma enumeração dos seus raros e elevados dotes, de seus profundos e sólidos estudos. A sua obra sobre o Padre Antônio Vieira virá confirmar a alta conta em que o tinham os seus compatriotas e todos quantos apreciam as boas letras.

Dizem que J. F. Lisboa se dispunha a escrever a história do Brasil para o que coligia documentos. É realmente para doer que a morte o viesse arrebatá-lo antes de realizada essa tarefa. As páginas da história brasileira receberiam deste modo aquela robustez de estilo e alta apreciação que faziam supor nas mãos de Timon a pena de Tácito.

Os seus escritos vão ser publicados a expensas de Sua Majestade o Imperador.

A morte de J. F. Lisboa deve contristar por mais de um motivo. Não é só a perda de tão ilustre brasileiro que há a sentir, senão também o medíocre efeito que esse triste acontecimento produziu. Como se explica esta tal ou qual indiferença do Brasil vendo morrer um dos seus maiores pensadores? Haverá razões da circunstância e do momento ou vai amortecendo entre nós o amor da glória intelectual? Eu disse em uma das minhas crônicas passadas, dando notícia da morte de Timon, que não acreditava nela, em vista do silêncio que se notava na imprensa portuguesa diante de tal acontecimento. Era apenas uma conjectura de homem a quem parecia que escritores como aquele não são comuns e merecem uma calorosa menção no dia em que passam dos labores da vida para as

alegrias imperecíveis da eternidade. Façam-se em todo o império algumas exceções, ninguém mais comemorou a morte de J. F. Lisboa.

O que é certo é que o país perdeu, e sem remédio, muita página brilhante que o ilustre maranhense se preparava a escrever em honra dele (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 105-106).

Em vista dessa representação, é possível perceber a reverência com que Machado trata o historiador J. F. Lisboa, reconhecendo-lhe a eminência, a glória intelectual e o respeito conquistados, que advêm do seu trabalho com a História. Trabalho sério que, no caso de Lisboa, pressupunha coligir documentos, possuir “raros e elevados dotes”, dedicar-se a “profundos e sólidos estudos”, apresentá-los com “robustez de estilo e alta apreciação”. Nessa representação machadiana da História, essas são condições e esses são atributos capazes de fazer grandes historiadores, como Tácito e Lisboa, e conseqüentemente “muitas páginas brilhantes” de História. Afinal, João Francisco Lisboa, tal como Joaquim Manuel de Macedo, “estuda e sabe a fundo a história nacional, a que se dedica como um homem que lhe conhece a importância” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 104).

Há uma representação machadiana da História que considero bastante significativa para a História da Historiografia Brasileira, pois trata-se, em suma, de uma representação que patenteia uma concepção machadiana da História e informa minuciosamente acerca do ofício do historiador, sob a ótica de Machado: trata-se do conto *Casa Velha*. Antes, contudo, permitam-me um rápido sobrevoo por outras representações da História que receberam uma ênfase positiva por parte do Bruxo do Cosme Velho.

Por exemplo: ao comentar em crônica, datada de 17 de julho de 1864, a publicação do Tomo XXVII da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Machado observou que “a coleção das revistas do Instituto é uma fonte preciosa para as letras e para a ciência, uma obra séria e útil” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 136). Noutra crônica, publicada em 1 de agosto de 1864, Machado analisou o primeiro volume da obra História da fundação do Império Brasileiro, de João Manuel Pereira da Silva, chegando à conclusão de que parece “um livro de grande investigação histórica, mas só a conclusão nos poderá dar uma ideia completa e definitiva do valor e do alcance do trabalho”. No entanto, mesmo que o autor tenha “compreendido a natureza do cometimento e o alcance das promessas que nos faz”, Machado adverte

que “é difícil aos homens militantes da política apreciar com o olhar imparcial do historiador os acontecimentos do passado; mas uma vez alcançado isso, a glória realça o dever, e o aplauso redobra de entusiasmo”. Por fim, conclui que tinha “a maior sinceridade no desejo de que esta seja a sorte da História da fundação do Império Brasileiro” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 143). Numa terceira crônica, quando se deteve, a 3 de janeiro de 1865, sobre “um Compêndio da História Universal”, de Manuel Duarte Moreira de Azevedo, afirmou que “é um bom livro. Tem os três principais méritos de tais livros: a exatidão, o método e o estilo”. Por se tratar de uma espécie de livro didático, Machado adverte que “é um livro acomodado às inteligências infantis”. E conclui endossando o livro de Moreira de Azevedo que é “autor de diversos opúsculos de investigação histórica, dignos da nomeada que tem alcançado”. Finalizando, Machado de Assis lembrou-se de um outro compêndio de História, então recentemente publicado, “escrito originalmente em francês pelo ministro da instrução pública em França, e traduzido para o português pelo Sr. padre Joaquim Bernardino de Sena. A este livro dispense-me de tecer encômios” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 219). É interessante observar que o Bruxo se dispensa de tecer encômios, tecendo-os: afinal se os tecesse seriam encômios e não impropérios.

Tendo em vista os comentários de Machado sobre os trabalhos de Homem de Melo e de João Manuel Pereira da Silva, é possível refletir sobre a relação “entre fazer a história e fazer história, sob a dupla figura do historiador e do político” (HARTOG, 2013: 23). Na Antiguidade, segundo Hartog, por muito tempo, “a história é a atividade séria que serve de refúgio para quem abandonou a política ou foi abandonada por essa” (HARTOG, 2013: 43).

Nessa perspectiva, a partir de algumas representações dispersas pela obra machadiana, é possível “conceber e apresentar a história como um *análogo* da política, para não dizer, inclusive, como uma política superior, simultaneamente retrospectiva e prospectiva, destinada em prioridade aos políticos do presente e do futuro” (HARTOG, 2013: 23). E talvez nisso esteja a utilidade da História para Machado, visto que ele sempre a usa pragmaticamente em seus comentários à política.

Um aspecto interessante da presença da História na obra ficcional de Machado de Assis é que muitas vezes ela – a História – aparece como condição ou disciplina necessária para a formação intelectual ou profissional de alguns personagens, isto é,

conhecer sua História é condição preliminar para se conhecer qualquer ciência ou arte. É o caso, por exemplo, do meio autodidata, meio aprendiz de pintor, Silvestre no conto que leva o mesmo nome.

Assim disposto, dirigiu-se para a casa onde entrou alegre como nunca o vira a família. Entrou; foi ter com o livro misterioso, abriu-o e contemplou com a alma toda. Essa uma história da pintura, entremeadas de gravuras representando painéis célebres. As mulheres nuas que tanto irritaram o procurador eram umas Vênus e Bacantes, ali inseridas entre as Virgens de Corregio e Rafael. Silvestre fartou-se de contemplar as obras e releu a história de alguns pintores (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 1470).

É o caso também de “Inácio Ramos [que] contava apenas dez anos quando manifestou decidida vocação musical”

Inácio, conseguintemente, aprendeu melhor a música do que a língua, e aos quinze anos sabia mais dos bemóis que dos verbos. Ainda assim sabia quanto bastava para ler a história da música e dos grandes mestres. A leitura seduziu-o ainda mais (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 1510) [para as duas citações].

Então, nesse passo, tentando consolidar a ideia de que Machado tem uma relação constante com a História, porém, dispensando-lhe um tratamento ambíguo – entre o elogioso e o injurioso, entre o respeito e a calúnia; entre a veneração e a heresia – passo a analisar o conto *Casa Velha*.

Neste conto, Machado dispensou à História um tratamento elogioso, respeitoso e de veneração. Mas não é só por isso que essa representação machadiana da História é digna de apreciação por parte da História da Historiografia Brasileira, é porque ela joga luz nos bastidores das investigações historiográficas no Brasil do século XIX. Em termos metafóricos, o conto *Casa Velha* pode ser interpretado como uma versão anterior e alegorizada do livro de Temístocles Cezar: *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*.

Portanto, refletir e compartilhar a reflexão em torno dessa representação machadiana da História, por um lado, me permite sublinhar o tratamento elogioso/positivo dispensado à História, pois acrescenta o interesse e o conhecimento de Machado acerca do *métier* do historiador; por outro lado, me permite tecer considerações sobre as técnicas, sobre os métodos, sobre as fontes, sobre as escritas e

tudo o mais relacionado ao universo historiográfico brasileiro no século XIX. Além do mais, particularmente, o conto me ofereceu a possibilidade de sentir “o sabor do arquivo” do século XIX, conforme a feliz expressão de Arlete Farge (FARGE, 2017).

Há controvérsias³¹ sobre a época em que Machado teria concebido esse conto, porém, incontroverso é o fato de que foi publicado originalmente na revista *A Estação*, de 15 de janeiro de 1885 a 28 de fevereiro de 1886, quando Machado contava entre 46 e 47 anos. Esse conto encontra-se recolhido em “Machado de Assis – Contos sem data”, organização de Raimundo Magalhães Júnior, da Editora Civilização Brasileira e também em “Machado de Assis - Obra Completa”, em 4 volumes, da Editora Aguilar.

Sem mais; vamos ao conto: nele, um sujeito do clero narra os acontecimentos que o levaram a cooperar para a separação de um casal, sobre o qual recaía a suspeita de incesto. Mas, nesta busca pelas interrelações entre Machado de Assis e a História, o que interessa analisar neste conto são os elementos que se referem ao universo da História ou que se referem à História de múltiplas formas (tais como referências ou alusões: a eventos históricos, a historiadores, ao *métier* do historiador, a procedimentos de pesquisa, à caracterização de fontes, à crítica historiográfica, a bastidores de pesquisa, às relações entre a História e o poder, entre outras coisas).

Neste sentido, o que importa observar é que aquele sujeito do clero é também um historiador, que, avalizado por um padre íntimo da família, solicitara autorização da viúva e senhora para consultar os arquivos pessoais e a biblioteca de um finado ministro de Estado no Primeiro Reinado. Por esse motivo, frequentará a casa da família com o intuito historiográfico: coligir documentos e fazer anotações para escrever uma História do Reinado de D. Pedro I.

CAPÍTULO I ANTES E DEPOIS DA MISSA

Aqui está o que contava, há muitos anos, um velho cônego da Capela Imperial:

— Não desejo ao meu maior inimigo o que me aconteceu no mês de abril de 1839. Tinha-me dado na cabeça escrever uma obra política, a história do reinado de D. Pedro I. Até então desperdiçara algum talento em décimas e sonetos, muitos artigos de periódicos, e alguns sermões, que cedia a outros, depois que reconheci que não tinha os dons indispensáveis ao púlpito. No mês de agosto de 1838 li

³¹ Em sua *Bibliografia de Machado de Assis*, José Galante de Sousa refere-se às conjeturas de Lucia Miguel Pereira sobre a possível data de composição de *Casa Velha* (SOUSA, 1955: 563).

as Memórias que outro padre, Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca chamado, escreveu do tempo do rei, e foi esse livro que me meteu em brios. Achei-o seguramente medíocre, e quis mostrar que um membro da igreja brasileira podia fazer coisa melhor (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 184).

Desde as primeiras linhas fica patente que o conto pode merecer a atenção da História da Historiografia Brasileira. Um elemento letrado do clero – apresentado como cônego da Capela Imperial – se lamenta de ter vivenciado algo que de alguma forma estava associado à ideia que tivera de escrever “a história do reinado de D. Pedro I”.

Em boa hora, refletindo e dissertando sobre a influência da historiografia alemã no pensamento de Friedrich Nietzsche, José Carlos Reis afirma que “o método histórico ensinava a ‘ler corretamente’, a ver o mundo como ele é. A arte de ler é o pressuposto para a tradição cultural, e essa historiografia oferecia o ‘sentido dos fatos’. O historiador, agora, substituía o profeta/padre, assim como o físico tinha substituído o feiticeiro” (REIS, 2013: 166).

No caso em questão, o historiador não substitui o padre, ele alterna o desempenho das duas funções. Ainda no que diz respeito a essa aproximação entre História e clero, em *Evidência da história: o que os historiadores veem*, François Hartog afirma que “ninguém, além de Michelet, conseguiu exprimir melhor essa concepção do historiador como pontífice; ninguém, além dele, viveu mais intensamente esse sacerdócio do historiador” (HARTOG, 2013: 22).

Sem ter como saber se essa ideia de que o historiador substitui o padre passou pela cabeça de Machado ao compor o personagem mas sabendo que ele era leitor de Michelet, a primeira coisa que chama a atenção neste fragmento são as datas explícitas e subentendidas. Das duas datas explícitas: agosto de 1838 e abril de 1839, a primeira revela o momento em que o clérigo teve a ideia de escrever uma história; a segunda refere-se a um momento em que trabalhava em sua “história do reinado de D. Pedro I”. Já as subentendidas referem-se às datas que marcam o começo e o fim do período que ficou conhecido na historiografia brasileira como Primeiro Reinado (1822-1831).

Ao patentear estes marcos cronológicos, pretendo ressaltar que o historiador representado por Machado de Assis começou a investigar em 1838 eventos que

aconteceram de 1822 até 1831. Em termos historiográficos modernos, é possível caracterizar o historiador machadiano nesse conto como um historiador do tempo presente.

Outra coisa digna de observação neste excerto é oposição entre História (útil) *versus* Literatura (inútil), expressa de forma implícita, porém óbvia, pelo historiador machadiano quando este contrapõe as seguintes orações antitéticas: “escrever a história do reinado de D. Pedro I” *versus* “esperdiçara algum talento em décimas e sonetos, muitos artigos de periódicos, e alguns sermões”. No Brasil, alimentou-se por muito tempo o mito da incompatibilidade entre carreira política e carreira literária. No entanto, nas crônicas machadianas, essa incompatibilidade é sempre questionada: “Isto de político e homem de letras é uma coisa que só se vê naqueles países da velha civilização (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 473).

Há mais. É possível observar ainda, neste pequeno fragmento, uma crítica historiográfica extremamente contundente, exarada, contudo, por um historiador fictício. Aparentemente, a ideia de escrever uma história do Primeiro Reinado, para “mostrar que um membro da igreja brasileira podia fazer coisa melhor”, só ocorreu ao padre-historiador machadiano depois de ter lido as Memórias do padre-historiador Luís Gonçalves dos Santos – “foi esse livro que me meteu em brios” – e de tê-las considerado “seguramente medíocre”.

“Seguramente medíocre”? Será? Para os leitores de 1885 – época em que o conto foi publicado – e para os de hoje, seguramente. Mas, será que as *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, do padre Perereca, escritas em 1821, seriam consideradas “seguramente medíocres” em 1838, no momento em que o historiador machadiano as teria lido? Seria verossímil uma crítica historiográfica tão convicta e absoluta naquele momento e ainda por cima feita por um irmão de batina? Fica a dúvida e a sensação de anacronismo.

Essas poucas linhas do conto machadiano permitem observar: uma indicação de temporalidade referente ao fazer historiográfico no século XIX (em 1839 investiga-se o decorrido em 1831), uma reflexão crítica, apresentada de forma irônica, em torno da oposição história (útil) X literatura (inútil), e, por fim, uma crítica historiográfica sucinta, mas extremamente mordaz. Certamente a obra machadiana pode ajudar a lançar alguma luz sobre esses temas.

Há mais nesse conto. Talvez visando caracterizar como séria, resoluta e dinâmica a personalidade do seu historiador, na sequência imediata Machado o faz afirmar:

Comecei logo a recolher os materiais necessários, jornais, debates, documentos públicos, e a tomar notas de toda a parte e de tudo. No meado de fevereiro, disseram-me que, em certa casa da cidade, acharia, além de livros, que poderia consultar, muitos papéis manuscritos, alguns reservados, naturalmente importantes, porque o dono da casa, falecido desde muitos anos, havia sido ministro de Estado. Compreende-se que esta notícia me aguçasse a curiosidade (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 184).

Algumas passagens desse excerto merecem atenção. Primeiro, o historiador machadiano informa um intervalo de tempo entre ter tido a ideia de escrever uma história do reinado de Pedro I e ter tomado conhecimento da existência de uma documentação, potencialmente inédita, que poderia contemplar seus recortes temático e temporal.

O intervalo em questão é de aproximadamente seis meses e meio, sendo os seus marcos cronológicos: agosto de 1838 (quando decide escrever a história do Primeiro Reinado, depois da decepcionante leitura do livro do Padre Perereca) e meado de fevereiro de 1839 (quando toma conhecimento da existência da documentação de um ex-ministro e parte para pesquisa em si).

Além disso, esse intervalo está caracterizado por um conjunto de ações ou de procedimentos que se referem a uma etapa da operação historiográfica³²: o levantamento preliminar para pesquisa, que, sucintamente, consiste em mapear o tema e em cartografar as fontes. Mapear o tema é elaborar uma espécie de dossiê daquilo que foi escrito sobre o tema (“recolher os materiais: jornais, debates, documentos públicos e tomar notas de tudo”). Cartografar as fontes significa identificar lugares onde fontes referentes ao tema podem ser encontradas (“disseram que na casa de um ex-ministro de Estado acharia livros e muitos papéis importantes que poderia consultar”).

³² Segundo Michel De Certeau, “encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)” (CERTEAU, 2010: 66).

Dessa forma, a verossimilhança – conseguida por Machado na indicação do tempo despendido e dos procedimentos que caracterizam um dos estágios iniciais da operação historiográfica – configura-se como um indício de que ele conhecia o *métier* do historiador. É possível, por conseguinte, observar mais um fio ligando Machado à História e mais um motivo para a História investigar sua obra.

Na passagem que se segue, o padre-historiador – anônimo – narra a primeira impressão que teve da família do finado ministro:

A verdade é que me sentia tolhido. Casa, hábitos, pessoas davam-me ares de outro tempo, exalavam um cheiro de vida clássica. Não era raro o uso de capela particular; o que me pareceu único foi a disposição daquela, a tribuna de família, a sepultura do chefe, ali mesmo, ao pé dos seus, fazendo lembrar as primitivas sociedades em que florescia a religião doméstica e o culto privado dos mortos (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 186).

Produzidas por meio de uma comparação histórica, as impressões do historiador machadiano nascem da constatação de semelhanças morfológicas entre sociedades temporalmente distantes: de um lado, a configuração social (privada), vigente no primeiro terço do século XIX e, do outro lado, configuração semelhante pode ser observada em “primitivas sociedades em que florescia a religião doméstica e o culto privado dos mortos”.

As semelhanças entre tais sociedades tocaram tão profundamente a sensibilidade do historiador machadiano que ele chegou ao ponto de sentir “um cheiro de vida clássica”. No entanto, esse “cheiro de vida clássica” pode escamotear uma crítica velada, derivada da percepção de um anacronismo. Pode ser que com a expressão “casa, hábitos, pessoas davam-me ares de outro tempo” o historiador machadiano quisesse significar: de forma cordata, “que eles ainda vivem no passado”, ou de forma metonímica: “o passado ainda vive”. Além disso, no conjunto, a reflexão do historiador machadiano pode significar a intenção de desmascaramento de uma dominação que perdura há séculos, com a mesma configuração: senhores, parasitas/agregados, servos, escravizados e marginais, em resumo.

Aproveitando ainda a metáfora “cheiro de vida clássica”, suponho que assim como o historiador machadiano foi capaz de sentir “um cheiro de vida clássica” que “casa, hábitos, pessoas” exalavam, é possível “sentir um cheiro” ou perceber uns

traços de historiografia oitocentista na forma de raciocinar e sentir do historiador machadiano. Talvez ecos ou apropriações de Fustel de Coulange, de Michelet/Athénaïs³³, de Ernst Renan, de Chateaubriand, de Charles Ribeyrolles, entre muitos outros...

Imediatamente após aquela primeira impressão transcrita acima, o padre-historiador entra em contato com os moradores da Casa Velha, inclusive com a viúva do ex-ministro, para tratar da sua pesquisa:

Félix, eu e o Padre Mascarenhas falávamos de política, do ministério e dos sucessos do Sul. Notei desde logo, no filho do ministro, a qualidade de saber escutar, e de dissentir parecendo aceitar o conceito alheio, de tal modo que, às vezes, a gente recebia a opinião devolvida por ele, e supunha ser a mesma que emitira. Outra coisa que me chamou a atenção foi que a mãe, percebendo o prazer com que eu falava ao filho, parecia encantada e orgulhosa. Compreendi que ela herdara as naturais esperanças do pai, e redobrei de atenção com o filho. Fi-lo sem esforço; mas pode ser também que entrasse por alguma coisa, naquilo, a necessidade de captar toda a afeição da casa, por motivo do meu projeto.

Foi só depois do almoço que falamos do projeto. [...] D. Antônia chamou-me, sentei-me ao pé dela, com o Padre Mascarenhas.

— Reverendíssimo, a casa está às suas ordens, disse-me ela. Fiz o que o Sr. Padre Mascarenhas me pediu, e a muito custo, não porque o não julgue pessoa capaz, mas porque os livros e papéis de meu marido ninguém mexe neles.

— Creia que agradeço muito...

— Pode agradecer, interrompeu ela sorrindo; não faria isto a outra pessoa. Precisa ver tudo?

— Não posso dizer se tudo; depois de um rápido exame, saberei mais ou menos o que preciso. E V. Ex.^a também há de ser um livro para mim, e o melhor livro, o mais íntimo. . .

— Como?

³³ Em *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*, Bonnie Smith afirma que “nos testamentos que fez em 1865 e 1872, Jules [Michelet] legou a Athénaïs os direitos autorais sobre seus livros e outros textos, não apenas porque ela lhe servira de secretária, pesquisadora e leitora de provas, mas porque ‘escrevera muitos capítulos desses livros’”. Portanto, tendo participado ativamente das pesquisas históricas do marido e tendo ajudado a escrever, é dever considerar Athénaïs co-autora. Ainda segundo Smith, “muitas esposas de historiadores trabalhavam assiduamente nos projetos de seus maridos ou até escreviam livros elas mesmas, no decorrer da profissionalização do século 19 e também no século 20, muitas obras e pesquisas eram feitas em família. Os membros da família eram pesquisadores, copistas, colaboradores, editores, revisores e *ghost writers*, e grande parte dos tetos era escrita em casa”. Para as citações, respectivamente: (SMITH, 2003: 194 e 181).

— Espero que me conte algumas coisas, que não de ter ficado escondidas. As histórias fazem-se em parte com as notícias pessoais. V. Ex.^a, esposa de ministro. . .

D. Antônia deu de ombros.

— Ah! eu nunca entendi de política; nunca me meti nessas coisas.

— Tudo pode ser política, minha senhora; uma anedota, um dito, qualquer coisa de nada, pode valer muito (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 186-187).

Rico excerto. A primeira coisa que chama a atenção é a análise que o historiador faz do filho do ex-ministro. Embora possa parecer despropositada para o tema investigado aqui, a análise que o historiador fez do filho do ex-ministro merece atenção, pois demonstra que Machado atribuiu ao seu historiador, além de uma boa capacidade de observação, uma singular perspicácia analítica, visto que seu historiador é capaz de acompanhar sincronicamente um debate, perceber sua evolução a partir do movimento contra-argumentativo de um dos debatedores e reconhecer a capacidade desse debatedor de – refutando – convencer com sutileza e classe.

Depois disso, digno de nota, é uma demonstração de honestidade dada pelo historiador machadiano, quando ele confessa ao leitor uma cordialidade interesseira, que visava, em suas próprias palavras: “captar toda a afeição da casa, por motivo do meu projeto”. De minha parte, considero a honestidade o atributo indispensável ao historiador e a condição *sine qua non* para o fazer historiográfico.

Quando o historiador é honesto e declara suas limitações ideológicas ou filosóficas, quando demonstra seus interesses e pretensões, quando confessa ignorância ou desconhecimento; quando revela suas influências e dívidas; quando patenteia suas dúvidas e incertezas; quando o historiador faz tudo isso, ele não se faz mais fraco, ele se faz humano e ao mesmo tempo mais digno de confiança. Refletindo sobre isso, Ivan Jablonka escreveu:

Poderia crer-se que essa confissão não é mais que uma coqueteria, um prurido romântico ou uma provocação de ativista. Em realidade, tem um alcance considerável. Revela uma segunda subjetividade, desconhecida para os cientificistas: a do investigador situado. Essa subjetividade não consiste em fazer confidências ou dar opinião própria, senão em saber de onde se fala. [...] Todo investigador está em situação, mas não basta recordar. É preciso ademais que assuma seu eu [*moi*], seu enraizamento espaço-temporal, sua categoria social, seus interesses, sua filosofia, sua posição no campo, isto é,

que calcule a distância que separa seu ponto de ancoragem do objeto de estudo fixado. Esse esforço de localização ajuda a não se enganar com os próprios preconceitos, a não ser refém de seus interesses, uma marionete de si mesmo (JABLONKA, 2016: 296).

Na sequência do conto, acontece a entrevista para tratar do projeto de pesquisa do historiador machadiano com a viúva do ex-ministro, D. Antônia, que como uma verdadeira Senhora – considerando toda a significação que este termo carregava no século XIX³⁴ – dispõe discricionária e terminantemente das coisas e das pessoas que lhe dizem respeito.

D. Antônia autoriza a pesquisa – “a casa está às suas ordens” –, mas deixa claro que faz um favor ao conceder a permissão – “pode agradecer”, “fiz o que o Sr. Padre Mascarenhas me pediu” –, enfatizando que lhe foi penoso – “e a muito custo” – e apresentando suas razões de curadora exclusiva dos pertences, dos escritos e das memórias do finado ministro: “não porque o não julgue pessoa capaz, mas porque os livros e papéis de meu marido ninguém mexe neles”.

Em vista disso, quando D. Antônia faz a pergunta “precisa ver tudo?”, ela está sinalizando de forma discreta, porém clara, que há limites a serem observados. Tanto é que o historiador percebe o caráter sutilmente restritivo da pergunta e responde de forma sagaz e evasiva: “Não posso dizer se tudo; depois de um rápido exame, saberei mais ou menos o que preciso”. Ou seja, ele praticamente afirma que só depois de examinar tudo vai saber o que precisa. Qual historiador não gostaria de ter acesso franqueado a tudo que diz respeito ao seu objeto de pesquisa?

Percebo ainda, nessa passagem, quatro coisas que podem interessar à História da Historiografia. A primeira diz respeito aos obstáculos do fazer historiográfico, muito especificamente sobre a questão do acesso a acervos privados ou particulares³⁵. Fica claro na passagem que a permissão só foi dada porque alguém muito próximo e com

³⁴ Um pouco adiante no conto ela será definida como Imperatriz da casa.

³⁵ É importante observar que esse é um obstáculo que ainda hoje inviabiliza ou dificulta pesquisas. Três exemplos próximos são suficientes: os arquivos da família Caiado, cuja documentação sobre Goiás abrange desde o século XVIII, sendo mais densa a partir da metade do XIX, até a metade do XX; há também o acervo histórico sob a guarda da família Pompeu de Pina, constituídos de documentos e objetos de diferentes temporalidades e oriundos de diferentes famílias Meiapontenses (Pirenopolinas); caso semelhante ao de Pirenópolis, ocorre em Corumbá de Goiás, onde Ramiro Curado detém, em acervo particular, documentos de diferentes origens e temporalidades. Nenhum desses três arquivos referidos tem como princípio o livre acesso de qualquer pesquisador ou interessado.

alguma influência sobre a família – no caso, o Padre Mascarenhas, confessor da família – interveio a favor do historiador. Talvez – conjeturo – a permissão só tenha sido dada porque esse historiador era também um padre.

A segunda questão que pode interessar à História da Historiografia, refere-se àquilo que o historiador machadiano afirma que poderia ser objeto de interesse para a História Política Brasileira de meados do século XIX: “Tudo pode ser política, minha senhora; uma anedota, um dito, qualquer coisa de nada, pode valer muito”. Há, implícita, nessa passagem, a ideia de que havia diferentes formas de se pesquisar e de se escrever a História no século XIX, afinal, como o próprio Machado afirmou na crônica do dia 21 de outubro de 1894: “Na história há Macaulay e Michelet, e tudo é história” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1038).

Talvez com isso Machado quisesse dizer que havia diferentes estilos historiográficos albergados no conceito de História. Segundo Temístocles Cezar, isso acontecia também no Brasil:

o IHGB, frequentado por literatos em profusão, era um palco onde se manifestavam as indefinições entre a moderna narrativa – científica, neutra e objetiva – e a narrativa literária, sujeita sempre às disposições da subjetividade do autor, [...] a questão não ficou definida e o bom e velho estilo ainda era um atributo importante (CEZAR, 2018: 26).

Muito a propósito, o historiador machadiano se assemelha bastante ao “historiador perfeito” de Macaulay:

O historiador perfeito é aquele em cuja obra o caráter e o espírito de uma época são exibidos em miniatura. Ele não relata nenhum fato, não atribui nenhuma expressão a seus personagens que não sejam autenticados pelo testemunho apropriado. Mas, pela seleção judiciosa, rejeição e ordenação, confere verdade aquelas atrações que foram usurpadas pela ficção. Em sua narrativa, uma subordinação é devidamente observada: alguns processos são proeminentes; outros, relegados. Mas a escala na qual ele os representa é aumentada ou diminuída, não de acordo com a dignidade dos personagens envolvidos, mas de acordo com grau no qual elucida a condição da sociedade e da natureza do homem. Ele nos mostra a corte, o acampamento e o senado. mas também mostra a nação. Não considera nenhuma anedota, nenhuma peculiaridade de costumes, nenhum provérbio familiar como demasiado insignificante para sua observação, nem demasiado insignificante para ilustrar a ação das leis, da religião e da educação, e para

assinalar o progresso da mente humana. Os homens não serão meramente descritos, mas se tornarão intimamente conhecidos (MACAULAY *apud* MALERBA, 2010: 245). [Grifos meus].

Não sei se Machado de Assis teve acesso a esse texto de Macaulay especificamente, é provável, porque havia dez (10) livros desse historiador na biblioteca machadiana. De qualquer forma, o certo mesmo é que ele o conhecia bastante e sabia da diferença entre os pontos de vista e de estilo de Macaulay e Michelet. Além disso, havia diferenças também entre os métodos e os procedimentos de pesquisa de cada historiador ou de cada escola historiográfica.

Sobre as possibilidades de se conceber e de levar a cabo uma pesquisa histórica e sobre as diferentes formas de escrever a História no século XIX, Bonnie Smith assevera que:

Ao iniciar-se o século 19, a pesquisa em arquivo não era de forma alguma o caminho universalmente aceito para a verdade histórica, como também não era o seminário a principal forma de instilar um sofisticado conhecimento histórico. Entre 1750 e 1830, o mais provável era que os historiadores homens tivessem a formação de juristas e teólogos; ou eram banqueiros e burocratas que escreviam por puro passatempo. [...]

Dessa forma, no que se referia a pedagogia, público, metodologia e práticas, a história foi menos disciplinada nos anos iniciais do século 19 do que em gerações posteriores, porque naquela época de revoluções o conteúdo e o foco da história eram menos definidos. Os românticos alemães encontravam vestígios históricos em monumentos, narrativas folclóricas, linguagem e ruínas antigas, embora outra corrente de historiadores enfatizasse a evidência escrita. Para outras ainda, as evidências não tinham praticamente nenhum significado. O estilo da obra histórica era também indeterminado. A história podia tomar forma de poesia épica, como no trabalho de Lucy Aikin; a peça teatral histórica era uma forma popular; e alguns historiadores proto-profissionais estavam inclusive passando a considerar o jornalismo um meio de comunicação histórico, além de um concorrente (SMITH, 2003: 49-50).

Por outro lado, mas ainda refletindo sobre as possibilidades de se pensar e de se escrever a História no Brasil, Temístocles Cezar afirma que:

No século XIX, foram fixados temas, perspectivas, cronologias, fontes, maneiras de olhar para o passado, que se constituíram, muitas vezes à revelia dos atores sociais, na visão unificadora e simplificadora de que se tem um passado em comum, mesmo que se desconfie da existência de descontinuidades inaudita que formariam

uma história viva, abortada em última instância e paradoxalmente, pela historiografia (CEZAR, 2018: 18).

Admitindo sem restrições as reflexões e as afirmações de Smith e de Cezar, é possível considerar a fala do historiador machadiano – aceitando como fonte para uma História “uma anedota, um dito, qualquer coisa de nada, pode valer muito” – como indício de sua forma de conceber e realizar a operação historiográfica. A que escola poderia estar vinculado o historiador de Machado? Não sei se é possível dizer, porque naquele momento cada historiador era sua própria escola, com estilos pessoais, com métodos distintos, com concepções de História diferentes e com maneiras diversas de conceber a operação historiográfica.

Nisso, tocamos na terceira questão, que se refere à tipologia das fontes. Isto é, quais tipos de fontes são legítimas para o historiador machadiano? É evidente que, ao esperar que D. Antônia lhe contasse “algumas coisas, que não de ter ficado escondidas”, o historiador admitiu como legítima a utilização de fontes orais, inclusive, deu-lhes primazia: “V. Ex.^a também há de ser um livro para mim, e o melhor livro, o mais íntimo”. Isso fica ainda mais claro quando ele reitera que “as histórias [leia-se: as histórias políticas da primeira metade do século XIX] fazem-se em parte com as notícias pessoais”.

A quarta refere-se ao possível método utilizado pelo historiador machadiano para determinar o que precisaria. Que método seria esse ou que técnica seria essa, disponível no século XIX, capaz de orientar um historiador acerca da utilização de fontes a partir “de um rápido exame”? Não há indicação no texto, mas suponho que fosse algo próximo ao que Ciro Flamarion e Héctor Brignoli denominam “a técnica estatística da amostragem”. Embora as fontes consideradas por Flamarion e Brignoli sejam de um tipo diferente das que o historiador machadiano tem à sua disposição, isso não inviabiliza o “emprego da amostragem”:

Muitas vezes, no curso de uma pesquisa, o historiador enfrenta situações em que motivos ligados ao tempo e ao custo tornam impossível o estudo da totalidade da documentação disponível [...] [forçando-o a contentar-se] com o exame de uma parte apenas, através daquilo que os estatísticos denominam de amostra (CARDOSO e BRIGNOLI, 2002: 333-335).

No que concerne ao uso de técnicas estatísticas na História no século XIX, se se considerar os anos de publicação do conto (1885-86), Temístocles Cezar ilumina a questão ao afirmar que “em 1872, devido à participação ativa no congresso de estatística de São Petersburgo, [Varnhagen] foi eleito um dos vice-presidentes da “Comissão Permanente” (CEZAR, 2018: 54). No entanto, se se considerar a data em que o historiador machadiano realizava a pesquisa em 1839 e a data em que Varnhagen participou do Congresso em 1872, talvez essa informação não venha tanto a calhar.

Retornando ao conto. No fragmento do conto machadiano que se segue, mais uma vez percebo a presença da História: com diferentes propósitos, em diferentes profundidades, mas sempre informando algo.

Antes de me despedir deles, fui ver a biblioteca. Era uma vasta sala, dando para a chácara, por meio de seis janelas de grade de ferro, abertas de um só lado. Todo o lado oposto estava forrado de estantes, peçadas de livros. Estes eram, pela maior parte, antigos, e muitos *in-fólio*; livros de história, de política, de teologia, alguns de letras e filosofia, não raros em latim e italiano. Eu via-os, tirava e abria um ou outro, dizia alguma palavra, que o Félix, que ia comigo, ouvia com muito prazer, porque as minhas reflexões redundavam em elogio do pai, ao mesmo tempo que lhe davam de mim maior ideia. Esta ideia cresceu ainda, quando casualmente dei com os olhos na *Storia Fiorentina* de Varchi, edição de 1721. Confesso que nunca tinha lido esse livro, nem mesmo o li mais tarde; mas um padre italiano, que eu visitara no Hospício de Jerusalém, na antiga Rua dos Barbonos, possuía a obra e falara-me da última página, que, em alguns exemplares faltava, e tratava do modo descomunalmente sacrílego e brutal com que um dos Farneses tratara o bispo de Fano.

— Será o exemplar truncado? disse eu.

— Truncado? repetiu Félix.

— Vamos ver, continuei eu, correndo ao fim. Não, cá está; é o cap. 16 do liv. XVI. Uma coisa indigna: *In quest'anno medesimo nacque un caso...* Não vale a pena ler; é imundo.

Pus o livro no lugar. Sem olhar para o Félix, senti-o subjugado. Nem confesso este incidente, que me envergonha, senão porque, além da resolução de dizer tudo, importa explicar o poder que desde logo exerci naquela casa, e especialmente no espírito do moço. Creram-me naturalmente um sábio, tanto mais digno de admiração, quanto que contava apenas trinta e dois anos. A verdade é que era tão-somente um homem lido e curioso. (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 188).

Mais um longo excerto. Poderia ser diferente? Os excertos lastreiam os argumentos e, além disso, carregam em si alguns dos “Sabores do Arquivo” (FARGE, 2017). Além disso, “o método da interpretação de textos deixa à discrição do intérprete um certo campo de ação: pode escolher e dar ênfase como preferir. Contudo, aquilo que afirma deve ser encontrável no texto” (AUERBACH, 2015: 501).

A primeira aparição da História nessa passagem se dá na biblioteca do finado ministro, portanto, diz respeito a ele, ao seu universo e a seu repertório linguístico e cognitivo. A História se destaca quando o historiador machadiano faz um inventário sumário dos livros dessa biblioteca: “Estes eram, pela maior parte, antigos, e muitos *in-fólio*; livros de história, de política, de teologia, alguns de letras e filosofia, não raros em latim e italiano”. Por que os livros de História são os primeiros da lista? A História figura antes mesmo da Política que era a área de interesse e a vocação do finado ministro. Interpreto a presença da História nessa passagem como uma pista da importância que o próprio Machado atribuía ao conhecimento da História para a compreensão do mundo, da realidade. Todavia, admito que pode ser apenas uma percepção tendenciosa do historiador, que acaba “enxergando mais” o que lhe interessa.

Na segunda aparição da História nesse excerto, esta surge como componente de uma farsa, diferente daquela a que Marx se referiu. Nessa passagem, o historiador machadiano usa informações sobre um livro de História – *Storia Fiorentina* de Varchi – de modo confessadamente farsesco: “nunca tinha lido esse livro, nem mesmo o li mais tarde”. O que pode ser um agravante no caso é que o historiador machadiano usa das informações com o propósito de granjear credibilidade ou “dar maior ideia de si”. Com efeito, pelo que se seguiu, tal propósito teve êxito, considerando que, depois de encenar tal farsa, o historiador machadiano afirma que “sem olhar para o Félix, senti-o subjugado”. E logo depois conclui: “creram-me naturalmente um sábio, tanto mais digno de admiração, quanto que contava apenas trinta e dois anos”. Por fim, a atenuante fica por conta da confissão do historiador de que aquele incidente o envergonhava e que “a verdade é que era tão-somente um homem lido e curioso”. Diga-se de passagem, ser “lido e curioso” são atributos indispensáveis aos que pretendiam e pretendem se dedicar ao ofício de historiador.

Pelo que ficou expresso no parágrafo anterior, posso conjecturar que Machado de Assis pretendeu insinuar que *nem tudo que brilha é ouro*, entre os que se dedicam a investigação histórica. Afinal, parecer erudito não é tão difícil:

[basta] empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de Medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar, quando precisam delas. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. *Caveant consules* é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum*. Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 264).

Há ainda outros meios de produzir esse “efeito de erudição”³⁶ no âmbito da historiografia. Por exemplo, li um livro de História, recentemente publicado, em que o(a) autor(a), escrevendo em língua portuguesa (com descuidada revisão técnica), cita livros e artigos em diversas línguas estrangeira, a despeito de já existirem traduções em português, inclusive publicadas pela editora que o(a) acolheu.

Atendendo a essa demanda por demonstração de erudição, o(a) autor(a) fez algo desnecessário e ainda foi deselegante para com sua editora. Em sociedades que cultuam as aparências (diga-se de passagem, a grande maioria das sociedades contemporâneas!), existe essa triste demanda, afinal, nelas chega-se a mesma conclusão que o narrador do conto *O segredo do bonzo* chegou depois de ouvir uma explicação desse mesmo bonzo: “Considerarei o caso, e entendi que, se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências paralelas a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 295). No Brasil, as revistas científicas, atualmente, valorizam esses artifícios, que para alguns leitores – já poucos – dão a impressão de que tais trabalhos foram realizados por “homens que sabiam javanês” (LIMA BARRETO, 2001: 1129-1135).

De volta ao conto, o historiador machadiano faz um balanço superficial do que havia encontrado na biblioteca do finado ministro, relacionando materiais que

³⁶ Alusão ao conceito de Roland Barthes: “efeito de real”, que será posteriormente abordado neste trabalho.

poderiam ser considerados as fontes para sua pesquisa sobre o Primeiro Reinado: “quanto à parte que imediatamente me interessava, achei muitas coisas, opúsculos, jornais, livros, relatórios, maços de papéis rotulados e postos por ordem, em pequenas estantes, e duas grandes caixas que o Félix me disse estarem cheias de manuscritos” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 188). Aparentemente não há nada de surpreendente em termos historiográficos ou mais precisamente metodológicos, a única coisa inusitada, talvez, seja um veículo da imprensa (jornais) figurar – no século XIX, no Brasil – no rol das prováveis fontes históricas.

Feito o levantamento preliminar das fontes e aparentemente considerando-as suficientes para a realização da pesquisa, o historiador machadiano comunicou a um superior, Monsenhor Queirós, “o projeto que tinha de escrever uma história do Primeiro Reinado”. Não fica explícito na passagem, nem posteriormente, mas pode ser que esse superior fosse o responsável por conceder a permissão para a realização da pesquisa (de fato já começada). Todavia, independentemente de ser ou não o concesso, ele é um superior hierárquico. Portanto, chamo a atenção principalmente para a sua reação e para a sua advertência:

Já disse que saí de lá encantado, e que os deixei igualmente encantados comigo. Comecei os meus trabalhos de investigação três dias depois. Só então revelei a Monsenhor Queirós, meu velho mestre, o projeto que tinha de escrever uma história do Primeiro Reinado. E revelei-lho com o único fim de lhe contar as impressões que trouxera da Casa Velha, e confiar as minhas esperanças de algum achado de valor político. Monsenhor Queirós abanou a cabeça, desconsolado. Era um bom filho da Igreja, que me fez o que sou, menos a tendência política, apesar de que no tempo em que ele floresceu muitos servidores da Igreja também o eram do Estado. Não aprovou a ideia; mas não gastou tempo em tentar dissuadir-me. "Conquanto, disse-me ele, que você não prejudique sua mãe, que é a Igreja. O Estado é um padrasto" (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 188-189).

A primeira passagem digna de nota é que o historiador machadiano revela suas “esperanças de algum achado de valor político”. Essa esperança de achar algo de valor político pode estar relacionada à vontade – talvez oitocentista, talvez historicista,

talvez varnhageniana³⁷ – de ser um iniciador de tradição historiográfica, um descobridor de fontes históricas fundadoras da nação. Aliás, na crônica do dia 22 de março de 1886, Machado afirma que “a história estuda-se em documentos assim, não preparados, mas ingênuos e sinceros; é deles que se pode sacar a vida e a fisionomia de um tempo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 606).

Depois disso, o historiador descreve a desaprovação desconsolada do Monsenhor Queirós, imediatamente sucedida de sua resignação – “não gastou tempo em tentar dissuadir-me” – e de sua advertência restritiva: “Conquanto que você não prejudique sua mãe, que é a Igreja. O Estado é um padrasto”. Antes de mais nada, a advertência deve ter surtido efeito, pois, como o próprio historiador confessou, o monsenhor exercia certa influência moral sobre ele, como preceptor: “[foi o monsenhor] que me fez o que sou, menos a tendência política”.

Talvez justamente por saber que seu discípulo tinha uma tendência política diferente da sua, é que o monsenhor tenha feito aquela advertência. Em tempo, a gênese da quase mitológica indistinção entre as tendências políticas no Brasil – “Nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder”³⁸ – data aproximadamente do período em que a cena machadiana se desenrolou (1839). De qualquer forma, mais importante que descobrir a tendência política do historiador machadiano é já saber – pela própria boca dele – que a tinha. Diante disso, duas interdições³⁹ se configuram: uma política e uma religiosa. Será? Será que no Brasil do século XIX – século considerado cientificista e positivista por excelência – se um

³⁷ Segundo Temístocles Cezar, “Varnhagen não foi apenas um descobridor de fontes, foi também alguém que seguiu o movimento dos outros, que completou seus trabalhos. Tratava-se de uma vontade quase obsessiva de controlar os elementos que criavam as condições da escrita da história do Brasil. Mesmo não sendo o primeiro a detectar determinado arquivo ou fonte, ele sempre acrescentou alguma coisa, corrigiu a algo; a última palavra deveria ser sua” (CEZAR, 2018: 42).

³⁸ Frase atribuída ao político (deputado, senador, ministro) pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

³⁹ Em *A Escrita da História*, Michel De Certeau afirma que o lugar social impõe limites a toda pesquisa e, conseqüentemente, a toda escrita historiográfica, posto que “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesse, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. Ademais, consoante Certeau, o lugar tem a dupla função de permitir ou interditar determinadas pesquisas ou produções históricas. Em vista disso, “a articulação da história com o lugar é a condição de uma análise da sociedade [...] [caso contrário] instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser história”. Para as citações, respectivamente: (CERTEAU, 2010: 67 e 77).

historiador assumisse posição política e religiosa⁴⁰ ele teria seu trabalho interditado, invalidado por subjetivismo e parcialidade?

Por mais paradoxal que seja, a resposta é: nem sempre. É o que demonstra Temístocles Cezar em sua obra *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Segundo Cezar, na primeira edição de sua *História Geral do Brasil*, de 1857, Varnhagen confessou ser monarquista e católico, nem por isso teve sua obra interditada. Muito pelo contrário, inclusive, considerando o apoio e o reconhecimento que recebeu do Imperador D. Pedro II. Em decorrência dessas ponderações, o historiador machadiano adquire carne e a representação machadiana da história adquire verossimilhança.

No que diz respeito à advertência feita pelo Monsenhor Queirós, a primeira coisa a observar é que ela é, antes de mais nada, categórica: “Conquanto que você não prejudique sua mãe, que é a Igreja”. Em termos historiográficos, a advertência pode significar uma grave censura. É evidente que a preocupação do Monsenhor era com a imagem da Igreja, mas não é tão evidente o significado da expressão “O Estado é um padrasto”.

Vislumbro duas significações para essa expressão: 1) ela pode significar a maneira que o Monsenhor encontrou para lembrar ao historiador a instituição do Padroado [padrasto] ou 2) ela pode significar que Monsenhor quisesse dizer: “Igreja é mais importante que o Estado”. Monsenhor sabia que o historiador iria encontrar – de alguma forma – a presença da Igreja nos documentos do finado ministro e, por precaução, já estava orientando as decisões do seu discípulo.

⁴⁰ Aparentemente, as reflexões que se seguem sobre religiosidade, cientificidade e imparcialidade no âmbito da História, podem ser estendidas a Ranke. Segundo Peter Gay, em *O Estilo na História: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*, “Os elos entre a religião de Ranke e a história de Ranke não constituem uma nova descoberta; seus leitores veem-nos há um século. No entanto, seus mecanismos ainda merecem uma definição mais atenta. A religiosidade de Ranke era, a um só tempo, cultural e pessoal. Sob muitos aspectos, ele foi um fruto característico de seu tempo e espaço. Como bom protestante alemão, não via conflito entre a ciência e a religião; para ele, a ciência, quando mais não fosse, possuía uma fundamentação religiosa. Portanto, falar de Ranke como cientista devoto é falar não metafórica, mas literalmente. Todavia, a exata natureza de sua religião era, em grande parte, de sua própria lavra. Como já disse, era uma questão de experiência, não tanto teológica e sim, no sentido mais elevado do termo, vocacional. Deus compôs um poema eterno, e é tarefa do historiador lê-lo e traduzi-lo. Ranke não via préstimo na separação “ociosa” entre conhecimento e fé; a fé constitui uma forma inferior de conhecimento e o conhecimento leva à fé — a busca do saber, por conseguinte, tem uma justificação religiosa” (GAY, 1990: 79-80).

É importante observar que o próprio historiador machadiano já dera indícios de que sabia que iria encontrar a Igreja nos arquivos do ministro, pois, ao revelar o projeto de investigação ao Monsenhor, afirmou que “no tempo em que ele floresceu muitos servidores da Igreja também o eram do Estado”, portanto, ele já estava preparado para encontrá-la e talvez quisesse mesmo era saber o que Monsenhor o aconselharia a fazer diante desse encontro ou se este entenderia que “criticar quem o ajudou [no caso, a Igreja] não é uma manifestação de deslealdade, uma aleivosia infantil, mas uma consequência do método histórico, cujos fundamentos seriam derivações conscientes dos ‘documentos’” (CEZAR, 2018: 171).

Dessa aproximação entre um historiador que existiu na ficção machadiana e um historiador que existiu na realidade (Francisco Adolpho Varnhagen), pode-se observar que pouca diferença há entre ambos: 1) viveram aproximadamente no mesmo momento histórico; 2) declararam posição política; 3) fizeram profissão de fé; 4) dependiam diretamente de amparo institucional.

Essa comparação sugere uma questão aparentemente irrespondível: seria plausível que o Imperador D. Pedro II fizesse a Varnhagen uma advertência semelhante à do Monsenhor: “Conquanto que você não prejudique seu pai, que é o Estado. A Igreja é uma madrasta”. Independentemente de ter havido ou não uma advertência desse tipo por parte do Imperador, o importante é observar que para Machado uma advertência dessas – oriunda de uma autoridade institucionalizada, hierarquicamente superior – era bastante plausível. Afinal, consoante Temístocles Cezar:

No Brasil, a história nacional foi erigida sob o manto monárquico e dele há dificuldade de afastamento como se a Nação e seu acólito estrutural, o Estado, organizassem todo o regime de possibilidades historiográficas disponíveis à representação da história (CEZAR, 2018: 18).

Autorizado, preparado e advertido, o historiador machadiano parte para a pesquisa propriamente dita:

Na quarta-feira comecei a pesquisa. Vi então que era mais fácil projetá-la, pedi-la e obtê-la, que realmente executá-la. Quando me achei na biblioteca e no gabinete contíguo, com os livros e papéis à minha disposição, senti-me constrangido, sem saber por onde começasse (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 189).

Creio que não chega a ser novidade para a História da Historiografia um historiador constatar que é mais fácil projetar do que escrever uma História ou confessar-se constrangido diante da documentação, sem saber por onde começar. Muito provavelmente, foi por conhecer aquele constrangimento e também por ter chegado àquela constatação é que Marc Bloch, compartilhando da opinião dos historiadores que cita, escreveu em seu clássico *Apologia da História*: “E eis por que Fustel de Coulanges e, já antes dele, Bayle provavelmente não estavam totalmente errados ao dizê-la ‘a mais difícil de todas as ciências’” (BLOCH, 2001: 47). Com convicção semelhante, Auerbach assevera que “escrever história é tão difícil que a maioria dos historiadores vê-se obrigada a fazer concessões à técnica do lendário” (AUERBACH, 2015: 17).

Essa consciência da dificuldade de escrever uma História – que Machado demonstrou possuir, pois a expressou pela boca de seu historiador – pode ter sido adquirida a partir de uma experiência alheia, compartilhada com ele. Refiro-me ao conteúdo de uma correspondência entre Capistrano de Abreu e Machado de Assis.

Capistrano estivera na Secretaria onde Machado trabalhava, com a intenção de falar-lhe, no entanto, este não pôde atendê-lo. No dia 22 de julho de 1880, Machado escreveu a Capistrano: “Fiquei incomodado quando, anteontem, soube que se retirara, depois de longa espera. [...] apresso-me a escrever-lhe para que me diga que motivo o trouxe cá, em tão má hora, que nos não pudemos ver” (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 174). No dia seguinte, Capistrano respondeu:

A sua bondade é tão grande que me incomoda. Fui anteontem, mais levado antes pela simpatia que lhe dedico e pela vontade de vê-lo e ouvi-lo do que por negócio. Ia também para falarmos sobre o plano que na distribuição de fatos da História do Brasil me parece o mais próprio para tornar a narrativa una. [...] Se soubesse a que hora encontrá-lo em sua residência, iria qualquer domingo... (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 175).

O que pretendo evidenciar nessa troca de correspondência é que: primeiro, Capistrano tinha muito interesse em falar com Machado, pois “se retirara, depois de longa espera” e ainda se propunha a ir “qualquer domingo”, logo, depreendo que Capistrano – como historiador – admitia ou chancelava o conhecimento que Machado possuía da História e da História do Brasil em particular e considerava

historiograficamente legítimo o seu parecer, posto que pretendia falar/ouvir sobre estratégias que pudessem garantir unidade à sua escrita da História; segundo, aparentemente e de forma semelhante ao que ocorreu com o historiador machadiano, Capistrano enfrentou certa dificuldade “na distribuição de fatos [...] para tornar a narrativa [histórica] una”; terceiro, como afirmam Irene Moutinho e Sílvia Eleutério, em nota à tal correspondência: “a passagem dá a entender que Machado colaborou na elaboração de um plano geral de História do Brasil”⁴¹, todavia, as comentadoras lembram que “Capistrano não publicou nenhuma história geral” (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 176) [para as duas última citações]; quarto, chama atenção ainda o tema sobre o qual Capistrano queria tratar: em termos historiográficos, falar “sobre o plano [...] para tornar a narrativa una” pode significar falar sobre atribuição de sentido ou sobre estratégia argumentativa. Com efeito, essa conversa sobre “as estratégias que podem ser usadas pelos historiadores para alcançar diferentes tipos de ‘impressão explicativa’” (WHITE, 1995: 12) pode ser considerada uma conversa sobre Teoria da História. E por onde começaria essa conversa? Considerando que Capistrano dá ênfase à distribuição dos fatos, talvez a conversa começasse pela apresentação dos tópicos do enredo, uma vez que a estratégia escolhida por ele poderia ser a “explicação por elaboração de enredo” (WHITE, 1995: 12), que era uma das estratégias de explicação disponíveis no âmbito da historiografia no século XIX, segundo Hayden White.

Consequentemente, nessa tentativa de entender e interpretar a relação de Machado de Assis com a História, foi possível observar: 1) que o historiador machadiano compartilha com Fustel de Coulanges (entre outros) a opinião sobre a dificuldade de se escrever a História; 2) que o historiador machadiano conhece o repertório conceitual e o *métier* dos historiadores do século XIX; 3) que Machado conversava com Capistrano sobre a História do Brasil e que conversava sobre o processo de escrita ou mais precisamente sobre “estratégias de escrita”.

⁴¹ Nota completa: “A passagem dá a entender que Machado colaborou na elaboração de um plano geral de História do Brasil. De fato, na época das Americanas, Machado andou lendo bastante sobre história do Brasil, e empenhou-se em obter uma coleção completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto Capistrano não publicou nenhuma história geral, dando preferência a temas específicos, como Ensaios e Estudos (1875), Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil (1880) e O Descobrimento do Brasil Pelos Portugueses (1900)” (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 176).

De volta ao conto, o historiador machadiano patenteia um obstáculo que a operação historiográfica enfrenta nos arquivos privados. No caso, o obstáculo é subjetivo e suscita escrúpulos por parte do historiador machadiano, demonstrando que, para Machado de Assis, a honestidade, a “franqueza”, em todas as etapas da pesquisa, é um atributo indispensável ao historiador:

Não era uma casa pública, arquivo ou biblioteca, era um lugar onde, no que tocava a papéis e manuscritos, podia dar com alguma coisa privada e doméstica. Para melhor haver-me, pedi ao Félix que me auxiliasse, disse-lhe até com franqueza, a causa do meu acanhamento. Ele respondeu, polidamente, que tudo estava em boas mãos. Insistindo eu, consentiu em servir-me (palavras suas) de sacristão (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 189).

Em vista deste excerto, a primeira observação a ser feita concerne à distinção que o historiador estabeleceu entre público e privado: “não era uma casa pública, arquivo ou biblioteca”, logo, “podia dar com alguma coisa privada e doméstica”. Consoante Katia Muricy, a distinção entre público e privado faz parte de “uma nova racionalidade [...] requerida pelo Estado, no período oitocentista” (MURICY, 1988: 26). De acordo com Muricy, essa nova racionalidade relaciona-se com “a europeização da vida social [que] impunha-se às elites brasileiras como condição para a manutenção do seu prestígio” (MURICY, 1988: 53). Por sua vez, a manutenção do prestígio dependia da adoção, por parte das elites brasileiras, de “uma nova sociabilidade – a das festas particulares, a dos salões do império” (MURICY, 1988: 53). “Paralelamente a esse processo de exteriorização da família em uma nova sociabilidade, ocorre um processo de privatização da vida familiar. O sentimento de privacidade, [...] característica da família moderna, não está presente na família brasileira até os princípios do século XIX” (MURICY, 1988: 57-58). Portanto, ainda segundo Katia Muricy, “o aparecimento da privacidade da família é correlato à sua abertura para o exterior, para o convívio social. A casa que abre seus salões para a recepção é a mesma que privatiza seu espaço em torno do núcleo conjugal” (MURICY, 1988: 61).

A segunda observação suscitada pelo trecho acima diz respeito à maneira que historiador machadiano encontrou para equalizar (ainda que somente em sua consciência) a dicotomia público-privado: “Para melhor haver-me, pedi ao Félix que me auxiliasse”, ou seja, em seu microcosmo de pesquisa, o historiador machadiano

instituiu uma espécie de Comissão de Ética, cujo único integrante é representante da parte que poderia ser prejudicada com a publicação da pesquisa.

A terceira observação trata dos possíveis motivos implícitos do “acanhamento” do historiador machadiano, uma vez que a causa explicitada por ele refere-se apenas à possibilidade de se deparar “com alguma coisa privada e doméstica”. Um dos motivos implícitos pode ser o receio ou escrúpulo de ultrapassar os limites nada precisos impostos pela viúva do ministro. Outro possível motivo do “acanhamento” do historiador machadiano pode ser as interdições que o lugar social lhe impõe (CERTEAU, 2010), sobretudo seu lugar social enquanto religioso.

A quarta e última observação refere-se à passagem em que Félix, respondendo à solicitação de auxílio do historiador ou a convocação para constituir-se como “Comissão de Ética”, consente em servi-lo como sacristão. Por que sacristão? Pode-se conjecturar duas hipóteses não excludentes para utilização dessa expressão: 1) Machado de Assis quis apenas brincar com o fato de seu historiador ser padre e sendo padre seu auxiliar seria um sacristão; 2) ou Machado quis insinuar a ideia de que a História pode ser considerada uma religião civil, como, mais de uma vez, ele afirmou ao defender a reabilitação histórica de Tiradentes na crônica – já analisada – do dia em 25 de abril de 1865, na qual escreveu que “os povos devem ter os seus santos” e que Tiradentes teria “direito à santificação da história” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 266-267).

Na sequência do conto, o historiador machadiano supera aquele confessado constrangimento inicial (“senti-me constrangido, sem saber por onde começasse”) e indica por onde começou a pesquisa propriamente dita. Por fim, presta contas do seu regime de trabalho:

Ocupei os primeiros dias na leitura de gazetas e opúsculos. Conhecia alguns deles, outros não, e não eram estes os menos interessantes. [...] Eu, em geral chegava às dez horas, conversava um pouco com a dona da casa, as sobrinhas e o coronel; o primo Eduardo retirara-se para S. Paulo. Falávamos das coisas do dia, e poucos minutos depois, nunca mais de meia hora, recolhia-me à biblioteca com o filho do ex-ministro. As duas horas, em ponto, era o jantar. No primeiro dia recusei, mas a dona da casa declarou-me que era a condição do obséquio prestado. Ou jantaria com eles, ou retirava-me a licença. Tudo isso com tão boa cara que era impossível teimar na recusa. Jantava. Entre três e quatro horas descansava um pouco, e

depois continuava o trabalho até anoitecer (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 189).

Como está claro, o historiador machadiano começa sua pesquisa lendo gazetas e opúsculos. E mais uma vez Machado fez seu historiador indicar a imprensa como uma fonte para a História. Exemplarmente, numa crônica publicada em 1 de abril de 1862, ao tratar da discussão na imprensa que antecedeu a inauguração de uma “estátua equestre do primeiro imperador”, o próprio Machado de Assis instituiu a imprensa como fonte para a história: “O historiador futuro que quiser tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, há de vacilar sobre a expressão da memória que hoje domina a praça do Rocio” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 66).

Acredito que por trás dessa inclusão precoce da imprensa como fonte para a História no Brasil, talvez haja uma vontade de Machado de Assis, enquanto protagonista na imprensa de sua época, de ser uma testemunha da História, de consignar sua versão de determinado acontecimento.

Dito isso, do excerto anterior, pode interessar à História da Historiografia Brasileira computar o regime de trabalho observado pelo historiador machadiano. Pois bem: primeiramente ele afirma que: 1) “em geral chegava às dez horas” e que “conversava um pouco com a dona da casa” e com outros convivas, “nunca mais de meia hora”; 2) que, então, “recolhia-me à biblioteca”, sendo que “às duas horas, em ponto, era o jantar”; 3) que “entre três e quatro horas descansava um pouco; 4) e que “depois continuava o trabalho até anoitecer”. Ou seja: começa a trabalhar 10:30; interrompe o trabalho às 14:00 (para almoçar e descansar); e retorna ao trabalho às 16:00, permanecendo nele, suponhamos, até 18:30. Logo, o historiador machadiano cumpriria um regime de trabalho de seis horas diárias ou 30 horas semanais.

Mais uma observação pode ser feita, tendo em vista o fragmento anterior. Essa observação diz respeito às dificuldades e às situações delicadas que envolvem a pesquisa em arquivos privados. Na passagem em questão, o historiador machadiano é “coagido” a aceitar o convite para jantar: “a dona da casa declarou-me que era a condição do obséquio prestado. Ou jantaria com eles, ou retirava-me a licença. Tudo isso com tão boa cara que era impossível teimar na recusa. Jantava”. Apesar do tom ameno da passagem, Machado mostra-se atento às possíveis dificuldades que os

arquivos privados oferecem, por exemplo: interrupções diárias provocadas por pessoas alheias ao universo da pesquisa (visitas ou limpeza e organização do ambiente); interrupções da pesquisa por motivo de viagem ou doença dos mantenedores desses arquivos; inconveniências de ordem fisiológica (que banheiro usar?); entre outras. Poucos parágrafos adiante no conto, o próprio historiador machadiano ilustra um desses inconvenientes:

Voltei para o trabalho; eram onze horas e meia. Perto de uma, entrou na biblioteca o filho de D. Antônia; [...]. Estava singularmente alegre, expansivo, fazendo-me perguntas e não atendendo, ou atendendo mal às respostas. [...]. A prova de que não dei então grande importância ao estado do espírito dele, é que daí a pouco quase que não lhe respondia nada, e continuava a ver os papéis. Folheava justamente um maço de cópias relativas à Cisplatina, e preferia o silêncio a qualquer assunto de conversa (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 192).

Além de narrar um dos possíveis inconvenientes que a pesquisa em arquivos privados pode oferecer, o fragmento anterior informa sobre parte do conteúdo do arquivo disponível ao historiador machadiano. É oportuno dizer que, em nenhum momento do conto, o historiador machadiano declina o nome da pasta que o ex-ministro ocupou, logo, mesmo sabendo que havia “um maço de cópias relativas à Cisplatina”, não se sabe por qual “porta” o historiador machadiano poderia entrar para escrever sua “História Política”, ou mais precisamente, sua “História do reinado de D. Pedro I”, pois, nos esforços de uma guerra, quase todas (ou todas) as pastas de um Estado são mobilizadas. Há, porém, uma passagem em que um personagem secundário, o Coronel Raimundo, durante uma conversa com o historiador machadiano, referindo-se ao ex-ministro, afirma: “Não era militar, como sabe, — continuou olhando para mim, — mas era homem às direitas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 215). De tal forma que é possível concluir que ele não ocupou a pasta do Exército nem a da Marinha.

Ainda sobre esta passagem, resta destacar que, ao folhear os documentos relativos à Cisplatina, o historiador machadiano “preferia o silêncio a qualquer assunto de conversa”. Ao meu ver, essa preferência pelo silêncio pode indicar duas coisas: uma necessidade de concentração que qualquer leitura requer; ou, pode ser ainda que, diante do conteúdo dos documentos relativos à Guerra da Cisplatina, o historiador

machadiano precisasse de silêncio para sublimar o sentimento suscitado: aquele sentimento misto de tristeza e respeito pelos mortos na guerra, indignação pela barbárie que ela significa e descrença na razão e no destino da humanidade.

Na sequência do conto, antes de lhe insinuarem o suposto incesto, referido no início desta análise, o historiador machadiano refletia sobre a afinidade de Félix, filho do ex-ministro, e Cláudia (Lalau), uma agregada da Casa Velha:

Achava-os tão ajustados um ao outro, que não acabarem ligados parecia-me uma violação da lei divina. Tais eram as reflexões que vim fazendo, quando dali voltei nesse dia, e para quem andava à cata de documentos políticos, não é de crer que semelhante preocupação fosse de grande peso; mas nem a alma de um homem é tão estreita que não caibam nela coisas contrárias nem eu era tão historiador como presumira. Não escrevi a história que esperava; a que de lá trouxe é esta [a do romance frustrado] (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 194).

Neste fragmento, o historiador machadiano mais uma vez vincula sua pesquisa à História Política do Brasil, posto que “andava à cata de documentos políticos”. Além disso, há duas confissões: a de que não “era tão historiador como presumira” e a de não escreveu “a história que esperava”. A confissão de que não era tão historiador como presumira pode ser relativizada, pois a alegação oferecida – a de que estava preocupado com o destino dos dois jovens e que ocupou seus pensamentos com eles, ao invés de pensar exclusivamente na História que pretendia escrever – não justifica o demérito. Afinal, qual historiador vive exclusivamente pensando em sua pesquisa? Já a outra confissão – a de que não escreveu a história que esperava – demonstra que Machado de Assis tinha consciência de que o processo de pesquisa às vezes encontra obstáculos intransponíveis, quer seja no âmbito pessoal (subjetivo ou emocional), quer seja no técnico (carência de fontes ou recursos financeiros); quer seja no institucional (desaprovação do Comitê de Ética ou desaprovação dos superiores imediatos, por exemplo); quer seja no âmbito histórico-profissional (inadequação de teorias e métodos); entre outros.

Alguns parágrafos à frente do fragmento anterior, o historiador machadiano faz um comentário interessante, no que diz respeito à presença da subjetividade na operação historiográfica:

Era mais de onze horas; o dia estava quente, o ar parado, a casa silenciosa; salvo um ou outro mugido, ao longe, ou algum canto de passarinho. Eu, com os estudos clássicos que tivera, e a grande tendência idealista, dava a tudo a cor das minhas reminiscências e da minha índole, crescendo que a própria realidade externa, — antiquada e solene nos móveis e nos livros, — recente e graciosa em Lalau, — era propícia a transfiguração (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 195).

Refletir sobre sua subjetividade é uma tarefa obrigatória para todo e qualquer historiador⁴². Estar atento a ela e tentar “discipliná-la” por meio do princípio da transparência é um dever que assumo. Isto – refletir, ter atenção e tentar disciplinar minha subjetividade – é o que venho tentando fazer desde o primeiro parágrafo (literalmente) deste estudo. Desse modo, não causa espanto saber que o historiador machadiano, “com os estudos clássicos que tivera, e a grande tendência idealista, dava a tudo a cor das minhas [dele] reminiscências e da minha [dele] índole”, “quieta e eclesiástica” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 191).

Não causa espanto porque qualquer historiador deve estar ciente e consciente de que “a imparcialidade objetiva [...] é inumana”, como observou Gustav Droysen (DROYSEN *apud* COSTA LIMA, 2006: 64). Por outro lado e ao mesmo tempo, o historiador deve levar em consideração o fato de que se existe “uma parcialidade inevitável, não se há de confundi-la com uma inevitável distorção” (COSTA LIMA, 2006: 91). Todavia, no caso do historiador machadiano, o importante é saber que ele tinha consciência de que “os estudos clássicos que tivera, e [sua] a grande tendência idealista” transfiguravam (expressão dele) sua percepção da realidade.

Logo em seguida, o historiador machadiano comunica mais uma interrupção do seu trabalho por pessoa alheia à pesquisa. Desta vez, foi Cláudia (Lalau) quem o interrompeu, invadindo sorratamente a biblioteca e pegando o historiador de surpresa:

- Como é que a senhora entrou?
- Entrando; vi o senhor aqui, e vim muito devagar, pensando que não chegasse ao fim da sala, sem que o senhor me ouvisse, mas não ouviu nada, todo embebido no que está escrevendo. O que é?

⁴² Com Hartog, é possível entender minha maneira de refletir como um produto ou uma reverberação “[d]esse movimento e [d]esse momento – que por conveniência, podem ser designados como ‘reflexivos’ (conferindo-lhes o duplo qualificativo: epistemológico e historiográfico) – [que] dizem respeito não só à história, mas ao conjunto das ciências sociais” (HARTOG, 2013: 249).

- Coisas sérias.
 - Nhãtônia disse que o senhor está aqui fazendo umas notas políticas para pôr num livro.
 - Então se sabia como é que me perguntou?
- (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 195).

Além de enfatizar mais uma vez a vinculação do historiador com a História Política⁴³ e de conter ainda a narração de mais uma interrupção do trabalho do historiador machadiano – o que reforça a ideia de que há obstáculos a enfrentar, quando se realiza uma pesquisa em arquivos privados –, o excerto anterior apresenta o historiador tão concentrado ou “todo embebido no que está escrevendo”, a ponto de não se dar conta da chegada de uma pessoa: só quem se dedica seriamente a uma pesquisa ou a um estudo consegue aquilatar o tormento e os “prejuízos” que essas interrupções podem significar. Aos que não vivenciaram essa experiência, a leitura do livro *O sabor do arquivo*, de Arlete Farge, ilumina alguns aspectos da rotina que um historiador enfrenta nos arquivos, com a ressalva significativa de que ela trata de arquivos públicos e não privados.

Igualmente digna de nota, no excerto transcrito, é a resposta que o historiador machadiano dá à pergunta feita por Cláudia: “o que é [que estava escrevendo]?”; “Coisas sérias”, responde ele. A tempo, não apenas o historiador machadiano, mas o próprio Machado de Assis considera que escrever a História é coisa séria. Como já assinalado, na crônica do dia 17 de julho de 1864, ao comentar a publicação do Tomo XXVII da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Machado observou que “a coleção das revistas do Instituto é uma fonte preciosa para as letras e para a ciência, uma obra séria e útil” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 136).

Algumas páginas adiante, o historiador machadiano, arguido pelo filho do ex-ministro sobre seu trabalho naquele dia, fala sobre aquela interrupção de Cláudia (narrada no excerto anterior), não com rancor, mas com satisfação. Nesse passo, é importante estar atento aos limites, tanto físicos quanto psicológicos, entre a dedicação exclusiva e a negligência abusiva, entre a diversão necessária e a dispersão

⁴³ Um pouco adiante, o historiador machadiano irá afirmar: “Sou antes especulativo que ativo; gosto de escrever política, não de fazer política” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 198).

deletéria. Como sujeito social ativo e para o bom desenvolvimento de sua pesquisa, o historiador deve tentar encontrar o seu ponto de equilíbrio entre o ócio e o cansaço⁴⁴:

- Trabalhou muito hoje? Perguntou-me ele quando nos preparávamos para jantar.
- Pouco; tive uma visita.
- Mamãe?
- Não; outra pessoa, Lalau, não é assim que lhe chamam? Esteve aqui uma meia hora. Podia estar três ou quatro horas que eu não dava por isso. Muito engraçada!
- Mamãe gosta muito dela, disse ele.
- Todos devem gostar dela; não é só engraçada, é boa, tem muito bom coração. Digo-lhe que pus de lado o Imperador, os Andradas, os Sete de Abril, pus tudo de lado para ouvi-la falar (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 198).

Neste excerto, observe, o historiador machadiano patenteia, de passagem, um evento e alguns personagens significativos (“o Imperador, os Andradas, os Sete de Abril”) para a História Política do Primeiro Reinado, segundo sua perspectiva. A partir disso, é possível concluir que tanto personagens quanto evento não discrepam da “História Oficial”, que prevaleceu até o advento da República.

Pouco adiante no conto, o historiador machadiano teve uma conversa/entrevista – sobre temas relativos à História de Pedro I – com um parente da Casa Velha, o Coronel Raimundo. Na verdade, foi o Coronel que se ofereceu para prestar seu “depoimento”, asseverando que podia dar boas informações sobre alguns episódios e personagens do Primeiro Reinado:

No dia seguinte fui mais cedo para a Casa Velha, a fim de chegar antes dos hóspedes que D. Antônia esperava da roça, mas já os achei lá; tinham chegado na véspera, às ave-marias. Um deles, o Coronel Raimundo, estava na varanda da frente, conheceu-me logo, e veio a mim para saber como ia a história de Pedro I. Sem esperar pela resposta, disse que podia dar-me boas informações. Conhecera muito o imperador. Assistira à dissolução da Constituinte, por sinal que estava nas galerias, durante a sessão permanente, e ouviu os discursos do Montezuma e dos outros, comendo pão e queijo, à noite, comprados na Rua da Cadeia; uma noite dos diabos.

- Vossa Reverendíssima vai escrever tudo?
- Tudo o que souber.
- Pois eu lhe darei alguma coisa.

Começamos a passear ao longo da varanda grande. Egoísmo de letrado! A esperança de alguns documentos e anedotas para o meu

⁴⁴ Referência às reflexões contidas no livro *Sociedade do cansaço*, de Byung-Chul Han.

livro pôs de lado a principal questão daqueles dias; entreguei-me à conversação do coronel. Já sabemos que era parente da casa; era irmão de um cunhado do marido de D. Antônia, e fora muito amigo e familiar dele. Falamos cerca de meia hora; contou-me muita coisa do tempo, algumas delas arrancadas por mim, porque ele nem sempre via a utilidade de um episódio.

— Oh! isso não tem interesse!

— Mas diga, diga, pode ser, insistia eu.

Então ele contava o que era, uma visita, uma conversa, um dito, que eu recolhia de cabeça, para transpô-lo ao papel, como fiz algumas horas depois. Raimundo foi-se sentindo lisonjeado com a ideia de que eu ia imprimir o que me estava contando, e desceu a minúcias insignificantes, casos velhos, e finalmente às anedotas dele mesmo, e às partes da sua vida militar.

— Nhãtônia, disse ele vendo entrar a parenta na varanda, este seu padre sabe onde tem a cabeça (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 186-187).

Este excerto deixa patente (outra vez) que para o historiador machadiano os depoimentos orais são dignos de figurar como fontes para a História ou em suas próprias palavras: “As histórias fazem-se em parte com as notícias pessoais” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 186-187). Dessa maneira, para o historiador machadiano, a “História Oral” tem o direito de infiltrar-se na História Documental, sem grandes rigores ou preocupações teórico-metodológicas: “Então ele contava o que era, uma visita, uma conversa, um dito, que eu recolhia de cabeça, para transpô-lo ao papel, como fiz algumas horas depois”.

Obviamente, entendo que a “História Oral” não resume à etapa da entrevista ou à obtenção de um determinado depoimento, todavia, a entrevista é uma etapa fundamental dessa forma de se produzir História. E, considerando que o historiador machadiano afirmou que “as histórias fazem-se em parte com as notícias pessoais”, é possível concluir que ele pretendia produzir uma História levando em consideração essas entrevistas e depoimentos.

Dessa maneira procede o historiador machadiano na coleta de seus dados, de suas fontes orais; um tanto displicentemente para os padrões contemporâneos, sim. Porém, não faz sentido esperar o rigor metodológico que esta corrente (escola) historiográfica – a História Oral – desenvolveu ao longo dos séculos XX e XXI. Todavia, não deixa de causar estranheza essa flexibilidade, essa postura pouco sistemática do

historiador machadiano, sendo que naquele momento exigia-se cada vez mais do historiador aquele rigor dito científico.

Embora o historiador machadiano pretendesse incluir depoimentos pessoais na História que estava escrevendo, não é qualquer depoimento que ele acata. Como adverte François Hartog, em seus primórdios, na Antiguidade grega, “o saber [histórico] deve fundar-se na autópsia e organizar-se com base nos dados que esta proporciona” (HARTOG, 2003: 57):

Dos dois meios do conhecimento histórico, o olho e o ouvido, só o primeiro pode conduzir a uma visão clara e distinta (*saphôs eidénai*). Além disso, é preciso usá-lo bem: a autópsia não consiste num dado imediato; convém filtrá-la mediante todo um procedimento de crítica dos testemunhos, a fim de estabelecer os fatos com tanta exatidão quanto possível. O ouvido, em compensação, jamais é seguro, pois o que se propaga e transmite não foi verificado (como sobre uma pedra de toque). Não se pode, por princípio, depositar confiança na memória, que esquece, deforma ou cede, no momento da exposição, à lei do prazer que regula a passagem da boca ao ouvido (HARTOG, 2003: 57).

Nesse sentido, o historiador machadiano inscreve sua História na tradição historiográfica ocidental, muito embora tenha desprezado ou não tenha tomado conhecimento da advertência acerca da pouca confiabilidade do ouvido, isto é, da pouca confiabilidade na informação adquirida por meio deste. Posto isso, para o historiador machadiano, o depoimento do Coronel Raimundo é extremamente confiável, pois, além de conhecer alguns dos protagonistas da História que pretendia escrever (“Conhecera muito o imperador” e era parente do ex-ministro), ele participou – estando presente: vendo e ouvindo – de um dos episódios mais importantes daquela História: “Assistira à dissolução da Constituinte [...] e ouviu os discursos do Montezuma e dos outros, comendo pão e queijo”.

Aliás, aparentemente acessório, quase insignificante, esse detalhe – “comendo pão e queijo, à noite, comprados na Rua da Cadeia” – é bastante interessante: porque, por meio desse “detalhe concreto”, torna-se praticamente impossível (não só ao historiador machadiano, mas igualmente ao leitor) duvidar do Coronel Raimundo: ele estava lá; viu, ouviu e lembra-se dos mínimos detalhes, até do que comeu enquanto assistia à dissolução da Constituinte. Em vista disso, por meio desse recurso ao detalhe, cria-se aquilo que Barthes denominou de *efeito de real*:

Semioticamente, o “detalhe concreto” é constituído da colusão direta de um referente e de um significante; o significado é expulso do signo, e com ele, bem entendido, a possibilidade de desenvolver uma forma do significado, isto é, na realidade, a própria estrutura narrativa (a literatura realista é, certamente, narrativa, mas o é porque nela o realismo é somente parcelar, errático, confinado aos “detalhes” e porque o discurso narrativo mais realista que se possa imaginar se desenvolve de acordo com os caminhos irrealistas). Isto é o que se poderia chamar de *ilusão referencial*. A verdade desta ilusão é a seguinte: suprimido da enunciação realista, a título de significação de denotação, o “real” volta para ela, a título de significado de conotação; pois no mesmo instante em que esses detalhes são supostos denotarem diretamente o real, eles não fazem mais que os significarem, sem dizê-lo: o barômetro de Flaubert, a pequena porta de Michelet, não dizem nada mais que isto: *somos o real*; é a categoria do “real” (e não seus conteúdos contingentes) que é então significada; ou melhor, a própria carência do significado em proveito do único referente torna-se o próprio significante do realismo: produz-se um *efeito de real*, fundamento desse inverossímil inconfessado que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade (BARTHES, 1972: 43).

Em momento oportuno, ao citar Michelet, Barthes está incluindo a História naquilo que ele denomina “literatura realista”, visto que, segundo o autor, ela também recorre a esses “detalhes concretos” para produzir os seus efeitos de real. Todavia, para ficar mais clara essa associação ou inclusão:

A história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é de fato o modelo dos discurso narrativos que admitem preencher os interstícios de suas funções por notações estruturalmente supérfluas, e é lógico que o realismo literário tenha sido, há alguns decênios atrás, contemporâneo do reinado da história “objetiva” (BARTHES, 1972: 41).

Ainda acerca do fragmento do conto anteriormente transcrito, há observações e questões a serem feitas acerca de uma passagem: refere-se à eleição do que é digno ou não de figurar numa determinada História. Quem elege o que (episódio ou personagem) deve entrar para História? A partir de quais critérios é feita a eleição?

Aparentemente, para o historiador machadiano, a pessoa que viveu um determinado episódio histórico, nem sempre é capaz de compreender sua importância, tampouco lhe atribuir sentido. É o que fica subentendido no momento em que o historiador afirmou que o Coronel Raimundo “nem sempre via a utilidade de um episódio”, afirmando-lhe que aquilo “não tem interesse!”. No entanto, o

historiador, que “sabia onde tinha a cabeça”, insistia e arrancava informações e significações para sua História do Primeiro Reinado.

Por conseguinte, não é quem vivenciou certo evento que terá o direito de instituí-lo com histórico. Em outras palavras, é o historiador machadiano que, tendo em mente o sentido que pretende atribuir à sua História, evidencia ou omite um certo acontecimento ou um certo personagem. Diga-se de passagem, o próprio Machado de Assis, numa crônica publicada em 10 de julho de 1892, manifestou essa vontade de poder, ou melhor, essa vontade de eleger:

Não gosto que os fatos nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões de estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentais; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 842).

Abordei a questão da vontade de poder ou do exercício do poder que influencia e, muitas vezes, determina o processo de elaboração e difusão de determinadas representações historiográficas, quando tratei do tema da “reabilitação histórica” e da consequente “reescrita da História”.

Logo, passando ao largo da relação da História com o poder, é preciso refletir acerca das implicações narrativas que envolvem a ideia de atribuição de sentido à História por meio da inclusão ou omissão de determinados personagens ou episódio. Será que, por acaso, esse procedimento ou essa estratégia não poderia ser denominada de “explicação por elaboração de enredo”? (WHITE, 1995: 12).

Tendo por objeto de análise obras historiográficas e de Filosofia da História do século XIX, Hayden White dissecou seus componentes estruturais, sublinhando os aspectos narrativos do conhecimento histórico. Segundo White, o discurso histórico sobre o passado é limitado por uma estrutura poética profunda, ou seja, pelos quatro tropos básicos para a análise da linguagem poética: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. E é justamente a convicção de que existe uma estrutura poética profunda em toda e qualquer narrativa – não só na narrativa histórica – é que permite White afirmar que

Nenhum conjunto de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma estória; o máximo que pode oferecer ao historiador são os elementos de estória. Os

acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça (WHITE, 1994: 100).

Aparentemente, o procedimento do historiador machadiano pode ser denominado de “explicação por elaboração de enredo”. No entanto, é mister considerar que “retirada “de uma multiplicidade dispersa e caótica” (COSTA LIMA, 2006: 114), “a narração efetua [...] a ‘síntese do heterogêneo” (JABLONKA, 2016: 146). Em outras palavras, a partir de um ponto de vista intelectual, “a escrita da história converte uma heterogeneidade de fatos em um conjunto temporal explicado” (COSTA LIMA, 2006: 128). Segundo François Hartog, desde Herótodo, “ordenam e criam continuidade: em suma, fazem seu trabalho de historiador” (HARTOG, 2014: 21). Consciente disso, em crônica do dia 31 de agosto de 1885, Machado escreveu que “tudo o que em vida andou pelos corredores, tudo o que anda no fundo da alma, fatos de opiniões, tudo isso será divulgado e classificado, e a história que recolha e escolha o que lhe convier (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 586). Em vista disso, talvez Machado concordasse que:

Contar um acontecimento é, inseparavelmente, explicá-lo e compreendê-lo, responder a um como e um porquê que o fazem apropriável desde um ponto de vista intelectual. Um relato é, pois, em si mesmo, uma explicação. [...] A narração, portanto, não é o jugo da história, seu mal necessário; constitui, ao contrário, um de seus recursos epistemológicos mais poderosos (JABLONKA, 2016: 146).

Em seguida, no conto, o historiador machadiano informa ao leitor que o seu “trabalho estava no fim. Tinha visto e revisto muitos papéis e tomara muitas notas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 220).

Estava recolhendo tudo, quando dei por falta de uma nota tomada naquele dia; não era fácil reproduzir a nota, pois não a havia tirado de uma só página nem de um só livro, mas de muitos livros diferentes. O caso aborreceu-me; procurei o papel atabalhoadamente; depois recomecei com cuidado. Abria os livros com que trabalhara nesse dia, um por um, mas não achava nada. Vim achar a nota, depois, ao pé da grade da janela, prestes a cair.

Entre os livros que folheei, procurando, achava-se um relatório manuscrito, que eu lera apenas em parte, não o tendo feito na que continha tão-somente a transcrição de documentos públicos. Pegando no livro pela lombada, e agitando-o para fazer cair a nota, se ali estivesse, vi que efetivamente caía um papelinho.

Vinha dobrado, e vi logo que era por letra do ex-ministro. Podia ser alguma coisa interessante, para os meus fins. Era um trecho de bilhete a alguma mulher, cujo nome não estava ali, e referia-se a uma criança, com palavras de tristeza. Podiam ser outros amores; podiam ser os próprios amores da mãe de Lalau. Hesitei em guardar o papel, e cheguei a pô-lo dentro das folhas do relatório; mas tornei a tirá-lo, e guardei-o comigo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 221).

Neste excerto, o historiador machadiano oferece um exemplo de como trabalhava, de como “tomava suas notas”, aquela específica, “não a havia tirado de uma só página nem de um só livro, mas de muitos livros diferentes”, logo, “não era fácil reproduzir a nota” e por isso ficou aborrecido. Aborrecimento absolutamente compreensível, pois redundaria em mais trabalho, em mais tempo e, em outros casos que não o dele, em mais gastos de recursos financeiros.

No Brasil, aproximadamente até os anos de 1990, era pequena a possibilidade de se conseguir fotografar ou copiar mecanicamente um documento. Na grande maioria dos casos, o pesquisador tinha que transcrever de próprio punho os documentos que lhe interessavam, o que dificultava e encarecia sobremodo a pesquisa. Essa realidade vem se modificando gradativamente nos últimos anos no Brasil, principalmente em virtude da digitalização de acervos e de sua disponibilização na internet.

Pouco adiante, mas ainda revelando sua forma de trabalhar, o historiador machadiano confessa que “lera apenas em parte um relatório manuscrito”, “não o tendo feito na que continha tão-somente a transcrição de documentos públicos”. Não há no conto explicação para essa opção de negligenciar parte de um relatório; a única explicação para isso é a de que nessa parte encontrava-se um bilhete pessoal do ex-ministro. Não fosse isso, não faria sentido o historiador afirmar que não leu a parte “que continha tão-somente a transcrição de documentos públicos”, afinal, ele não pretendia escrever a biografia do ex-ministro e sim a História Política do Primeiro Reinado: e por acaso a História Política não se faz também e sobretudo com documentos públicos?

Por fim, o excerto anterior traz uma outra confissão do historiador machadiano. Muito mais grave do que negligenciar a leitura de parte de um relatório, ele confessa o furto de um documento: “Hesitei em guardar o papel, e cheguei a pô-lo dentro das folhas do relatório; mas tornei a tirá-lo, e guardei-o comigo”. Com essa confissão, cai por terra a aura de honestidade que atribuí ao historiador machadiano no começo desta interpretação.

Entretanto, num país onde a corrupção fez-se instituição, não causa espanto (mas causa indignação) o furto de um documento histórico. Mais de uma vez, ao longo desta pesquisa, me deparei com algum historiador ou pesquisador denunciando o desaparecimento de algum documento anteriormente consultado. É o caso, por exemplo, de Glória Viana que denuncia o desaparecimento de 69 livros da biblioteca de Machado de Assis (JOBIM, 2008: 104); e é o caso também de Raimundo Magalhães Júnior que no prefácio à coletânea *Contos sem data* denuncia o extravio, a danificação e a mutilação de jornais e revistas da Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956: 1-2).

Depois dessa passagem, o historiador machadiano não faz mais nenhuma referência à sua pesquisa ou à História. Afinal, “seu trabalho estava no fim”, já “estava recolhendo tudo” e, além disso, desde o começo do conto, o historiador machadiano já havia advertido que “não escreveu a história que esperava” e a que de lá trouxe era outra: a de um suposto incesto que, ao final, a viúva do ex-ministro confessa ser uma invenção “com o único fim de obstar ao casamento” entre o seu filho Félix e a agregada Lalau (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 222).

Até aqui, afirmei e demonstrei primeiramente que, indubitavelmente, a presença da História é uma constante na obra do Bruxo do Cosme Velho e que essa presença foi observada e interpretada de diferentes formas por vários estudiosos de sua obra. Em seguida, afirmei e demonstrei ainda que Machado de Assis tratou a História de forma ambígua, oscilando entre o elogioso e o injurioso, representando-a em sua obra ora positiva, ora negativamente, apontando-lhe, ao longo dos anos, os vícios e as virtudes. Tudo isso sobejamente lastreado por numerosos indícios colhidos em sua obra e na de seus intérpretes: antes pecar pelo excesso do que pela escassez de provas.

O próximo passo é tentar perceber e entender que funções ou papéis a História desempenha na obra machadiana. Seria a História um recurso estilístico ou retórico? Seria um elemento contextual, acessório ou ornamental, uma espécie de pano de fundo para o desenvolvimento de personagens e ações? Ou seria uma ferramenta heurística, uma ferramenta metodológica que propicia o conhecimento e a transmissão dele? Ou ainda: seria a História uma “trincheira” na qual Machado se abrigava para falar de coisas presentes dissimulando-as ou camuflando-as em referências a eventos, a episódios, a situações e a personagens semelhantes do passado? São essas questões que irão orientar o próximo capítulo.

8 – PROVÁVEIS FUNÇÕES DA HISTÓRIA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

Neste ponto já não pode restar dúvida de que a História ou o conhecimento dela teve importância fundamental para a formação intelectual e para o desenvolvimento da obra do maior escritor brasileiro. A partir da aceitação dessa evidência, é lícito acreditar que a familiaridade com a História e o conseqüente trânsito por ela (por entre as diferentes épocas e por entre suas – nem sempre – diferentes configurações sociais) forneceram a Machado uma importante ferramenta para o conhecimento: o distanciamento histórico ou o estranhamento cultural.

Não é difícil entender que o distanciamento possibilita diferentes perspectivas e que essas perspectivas, por sua vez, podem suscitar múltiplas concepções-posturas filosóficas. Essa ideia é corroborada por Erwin Panofsky: no livro *A perspectiva como forma simbólica*, ele afirma que “pode-se comparar a função da perspectiva renascentista com a do criticismo e a função da perspectiva helênica-romana com a do ceticismo” (PANOFSKY 2010: 48) [Tradução minha]. É forçoso, portanto, concordar com Ginzburg, quando escreve que “estimulante é o paralelo, repetidamente ressaltado por Panofsky, entre a invenção da perspectiva linear na Itália do Renascimento e o surgimento simultâneo de uma atitude crítica com relação ao passado” (GINZBURG, 2001: 189).

Sem solução de continuidade, aprofundando a reflexão em torno da questão da distância como ferramenta metodológica, heurística, que possibilita uma melhor percepção da realidade, no livro *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*, Carlo Ginzburg afirmou que “o vaivém de Velázquez entre a *Vocação de São Mateus* e *A forja de Vulcano* mostra que o confronto entre tradições culturais diferentes – diferentes sobretudo em sua pretensão de verdade – podia gerar um olhar profundo e inesperado sobre a realidade” (GINZBURG, 2001: 60), concluindo que, no caso de Velázquez, “a capacidade de pôr entre aspas a tradição própria e a alheia era uma arma poderosíssima” (GINZBURG, 2001: 60).

Por reconhecer que Machado possuía essa “capacidade de pôr entre aspas a tradição própria e a alheia” e que por isso ofereceu ao leitor “um olhar profundo e inesperado sobre a realidade”, John Gledson pôde afirmar que Machado “tinha uma

memória política maior e um sentimento histórico mais afinado do que os seus compatriotas” (GLEDSON, *In*: MACHADO DE ASSIS, 1996: 19).

Dito de outra forma, no caso de Machado, o distanciamento tornou possível uma determinada perspectivação, que permitiu a ele uma visão crítica, mais ampla, plural e complexa da realidade (quer fosse ela: próxima ou distante; presente ou passada; concreta ou abstrata), sendo que, para o Bruxo, “a perspectiva consistia numa metáfora que permitia construir um modelo cognitivo fundamentado numa pluralidade de pontos de vista” (GINZBURG, 2001: 193). Foi a partir dessa visão multifacetada da realidade, que Machado de Assis construiu sua obra ficcional e factual, em cuja essência há – sem sombra de dúvidas – uma determinada concepção filosófica.

A propósito, na obra machadiana, o tema da pluralidade de pontos de vista é recorrente. Me parece que há uma necessidade e uma intenção constante de reiterar que existem diferentes perspectivas para a percepção e narração de um mesmo evento ou para a descrição de uma mesma paisagem. A passagem seguinte, extraída da crônica do dia 1 de julho de 1894, demonstra de forma clara que Machado tinha a convicção de “que há, necessariamente, uma pluralidade de interpretações fundamentalmente equivalentes” e de que todos os “pontos de vista são mais ou menos interessantes e, enquanto pontos de vista, absolutamente irrepreensíveis” (VEYNE, 1995: 25):

O gato dizia que a história do rato era apenas uma longa série de violências contra o gato, e o rato explicava que, se perseguia o gato, é porque o queijo o perseguia a ele. Talvez nenhum deles estivesse convencido. O sabiá suspirava. A um canto, a lagartixa, o lagarto e o crocodilo palestravam em família. Coisa digna da atenção do filósofo é que a lagartixa via no crocodilo uma formidável lagartixa, e o crocodilo achava a lagartixa um crocodilo mimoso; ambos estavam de acordo em considerar o lagarto um ambicioso sem gênio (versão lagartixa) e um presumido sem graça (versão crocodilo) (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1010).

Antes de mais nada, é importante ressaltar que, mesmo em chave alegórica, o excerto representa uma disputa entre narrativas históricas divergentes. Ao contrapor essas supostas narrativas umas às outras, essa representação machadiana relativiza ou coloca em perspectiva as verdades históricas, sublinhando que sempre vão existir múltiplas versões para um mesmo fato histórico, logo, o leitor machadiano deve

concluir que as versões são relativas ao ponto de vista ou à visão de mundo do observador. Afinal, a partir da aceitação desse “modelo cognitivo fundamentado numa pluralidade de pontos de vista” pode-se concluir pela existência de conflito entre eles ou pela existência de harmonia ou complementariedade. Por exemplo, “enquanto o modelo de Maquiavel se baseava no conflito, o de Leibniz se baseava na coexistência harmoniosa de uma infinita multiplicidade de substâncias” (GINZBURG, 2001: 193). Aparentemente, na obra de Machado de Assis, a pluralidade de pontos de vista pressupõe um conflito. Contudo, é esse conflito o que faz a beleza e a variedade da vida e o que quebra a monotonia dela.

Outro exemplo da recorrência do tema da multiplicidade das perspectivas pode ser encontrado na crônica do dia 9 de julho de 1893. Esta não se refere à disputa de narrativas históricas, mas se refere à maneira como cada sujeito percebe e interpreta o mundo que o cerca a partir das suas idiossincrasias, a partir de seus conhecimentos ou de sua ignorância. Em suma, o mundo adquirirá a cor da lente por meio da qual o observador o enxergou:

Uma batalha não tem o mesmo interesse para o estrategista que para o pintor. Este cuida principalmente da composição dos grupos, da expressão dos combatentes, do modo de obter a unidade da ação na variedade dos pormenores, e de dar ao vencedor o lugar que lhe cabe. O estrategista pensa, antes de tudo, na concepção do ataque, no movimento e na distribuição das forças, na concordância dos meios para alcançar a vitória. [...] Com o espetáculo da natureza dá-se a mesma diversidade de interesse. O geólogo cuidará da composição interior da montanha, que para o engenheiro dará ideia de uma via férrea elevada ou de um simples túnel. Vede o mar, vede o céu, vede esta flor. Entregue pela noiva ao noivo, à despedida, traz consigo todos os aromas dela, as suas graças, os seus olhos, a poesia que ela respira e comunica à alma do outro, e ainda as recordações de uma noite, de um beijo, a fugir entre a porta e a escada. Nas mãos de um botanista [sic] é um simples exemplar da espécie, a que ele dá certo nome latino. Grave, seco, sem ternura, ele diz o nome da espécie e da classe, e deita fora a flor, como um simples diário velho.

Quantos olhos, tantas vistas. Essa variedade é que torna suportável este mundo, pela satisfação das aptidões, das situações e dos temperamentos. O contrário seria o pior dos fastios (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 931).

A essência dessa filosofia ou desse modo de perceber a realidade foi sintetizada pelo próprio Machado: “não se há de excluir uma, por não ser igual às outras. A monotonia é a morte. A vida está na variedade” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4:

900). E essa filosofia que parece pós-moderna pode ser antiga ou pós-antiga, porque como o próprio Machado adverte, “a diversidade é o próprio espírito grego”⁴⁵ (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 608).

Advertido sobre a pluralidade de pontos de vista e de percepções de mundo, é possível começar a “aprender a parte do presente que há no passado, e vice-versa” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 581) e é possível começar a perceber que o trânsito pela História possibilitou a Machado comparações entre lugares (Brasil X Mundo) e tempos (Presente X Passado): entre a sociedade brasileira oitocentista e a sociedade clássica (Antiguidade Clássica), como acontece, por exemplo, nos contos *Casa Velha* e *Uma visita de Alcibíades*. Afinal, uma vez que “na antiguidade houve igual situação [...] um espírito esclarecido, como eu imagino que é meu leitor, liga naturalmente o ato de Atenas com o do Rio de Janeiro” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo II: 31).

As comparações e as aproximações que a História propiciou contribuíram para as reflexões de Machado sobre os avanços ou não da humanidade. Nos livros de historiadores e autores antigos, aos quais Machado frequentemente se referia ou citava – Tito Lívio, Luciano, Suetônio, Tucídides, Tácito, entre outros –, é possível encontrar referências a organizações político-sociais nas quais figuram imperadores, reis, senhores, agregados/parasitas, escravos e marginais. Pois bem, em termos estruturais e também em termos conceituais, não há grandes diferenças entre as configurações sociais e as sociabilidades que Machado conheceu por meio desses livros e a configuração social e a sociabilidade brasileira do século XIX, na qual estava inserido.

E qualquer coisa poderia desencadear essas comparações entre diferentes tempos, sociedades e culturas, suscitando-lhe reflexões sobre o “andar” da humanidade. Exemplo disso pode ser encontrado na crônica do dia 6 de fevereiro de 1870, em que o cronista compara “a moda de namorar pelo *Jornal do Comércio*” com os modos de namorar na Antiguidade Clássica:

Mas nada há novo sobre a terra.

⁴⁵ Conforme José Carlos Reis, para Nietzsche, “o grego pré-socrático foi o mais alto tipo de homem que já existiu. Ele quer retornar aos pré-socráticos a polifonia musical da cultura grega, a pluralidade/multiplicidade da filosofia grega” (REIS, 2013: 160).

Este sistema de namorar em público é antiquíssimo. Verdade é que os antigos não tinham jornais, mas escreviam nos muros. Aristófanes fala dos gamenhos atenienses que iam escrever no cerâmico a sua paixão e o nome da pessoa amada, a qual no dia seguinte lhe respondia pelo mesmo teor. [...]

Acontecia em Pompeia o mesmo que em Atenas, – com a diferença que na cidade de Minerva o cerâmico era que fazia as vezes de Jornal do Comércio, ao passo que em Pompeia eram todas as ruas (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 235).

Antes e depois desse trecho, o cronista refere-se às poesias de Anacreonte, à felicidade de Epimênides, a Virgílio e a Horácio, a Bruto e a Júlio César, a Catão e a Catulo, ao Circo e aos Pórticos, às mofinas romanas, a Tarquínio, aos Idos de Março, a Plínio e ao Egito Antigo, comparando pessoas, ações e episódios da Antiguidade aos Contemporâneos, para, por fim, concluir em tom cético-pessimista que:

Nada é novo debaixo do sol. Esta triste verdade, que todos copiam dos livros franceses, podendo ir lê-las nas Escrituras (Eclesiastes I, 10), recebe agora mais uma confirmação. Tudo é velho; nós apenas refazemos o que já foi feito.

Que temos aí de novo que não seja contemporâneo do espirro, do bocejo e do sono? (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 237).

Logo, é bastante provável que, por meio da História, Machado tenha chegado à conclusão de que havia semelhanças formais entre as sociedades do passado e as do presente, isto é, havia “homologias morfológicas”⁴⁶ entre elas, e que essas homologias apontavam para permanências um tanto quanto sistemáticas em todas as instâncias do existir. Quando muito, as mudanças haviam se dado na forma como a humanidade se vestia e se matava reciprocamente, em inúteis guerras: “fazia-se a história e a civilização, e o homem, nu e desarmado, armava-se e vestia-se” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 608-609), como afirmou Brás Cubas depois de ver a procissão dos séculos.

Via de regra, as comparações são procedimentos metodológicos que alimentam um processo de conhecimento, porque “comparar nos leva a sair do particular e abandonar a religião do único” (JABOLNKA, 2016: 17). Isto posto, acredito que essas comparações suscitaram em Machado um certo relativismo (no sentido de estabelecer relações), sendo que este relativismo produziu uma espécie de ceticismo-pessimista no que diz respeito aos “progressos” da humanidade.

⁴⁶ Conceito utilizado por Jacques Revel para tratar da abordagem de Panofsky sobre as estreitas relações entre a Arquitetura Gótica e o pensamento escolástico (REVEL, 2009).

Entretanto, o que tem a ver o trânsito pela História ou o distanciamento histórico com o tom cético-pessimista que caracteriza a obra de Machado de Assis? Como a História poderia ter contribuído para o seu ceticismo-pessimista?

Como observado anteriormente, John Gledson acredita que a origem do pessimismo machadiano decorre da “influência das doutrinas de Schopenhauer” (GLEDSON, 1991: 148). Por outro lado, em *O Calundu e a Panaceia*, Enylton de Sá Rego afirma que parece “simplista a aproximação feita por parte da crítica brasileira entre o pessimismo e a filosofia social de Schopenhauer e as opiniões de Machado sobre a humanidade, história e a sociedade” (SÁ REGO, 1989: 128).

No que diz respeito às influências machadianas, também há muitas divergências entre os intérpretes. Por exemplo, enquanto Raimundo Faoro afirma que na obra machadiana “o padrão teórico, colhido nos moralistas e nos sociólogos deterministas do século XIX, sublima-se como produto da investigação crítica, pressuposto do ordenamento da realidade” (FAORO, 1974: 353); Alfredo Bosi, por sua vez, acredita que “Machado educara seu olhar em valores e modos de pensar que vinham da tradição analítica e moral seis-setecentista. Valores e modos de pensar que permearam o seu distanciamento estratégico e deram à sua linguagem um quê de discreto e picante que pode até parecer clássico” (BOSI, 2007: 163). Contudo, tenho para mim que a inversão da proposição de Bosi parece mais verdadeira: com o olhar educado nos valores e modos de pensar da Antiguidade Clássica, Machado adquiriu o distanciamento estratégico para o desempenho de sua crítica à cultura e à sociedade ocidental, que foi expressa em uma linguagem que possui um quê de discreto e picante que pode até parecer moderna, ou melhor, pós-moderna.

Diante disso, mais do que cogitar sobre as possíveis influências machadianas, acredito que foram as idas e vindas da sua Contemporaneidade para a Antiguidade e da Antiguidade para a Contemporaneidade – passando obviamente por outras épocas – que permitiram a Machado de Assis colocar em perspectiva histórica os acontecimentos, relativizando-os, ou seja, colocando-os em relação uns com os outros. É o próprio Machado de Assis quem discorre sobre essa ideia de que esse trânsito no tempo ou de que essas aproximações históricas produzem o distanciamento e, conseqüentemente, a desfamiliarização: “A Antiguidade cerca-me por todos os lados.

E não me dou mal com isso. Há nela um aroma que, ainda aplicado a coisas modernas, como que lhes troca a natureza (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1043).

Em minha interpretação, a História ou a perspectivação histórica permitiu que Machado estabelecesse relações entre os homens e as configurações sociais do passado e os homens e as configurações sociais do presente, observando as semelhanças e as diferenças ao longo do tempo. Por óbvio que seja, é importante ter em mente que o simples fato de haver termos de comparação demonstra que as diferenças entre os homens e as sociedades do passado e os homens e as sociedades do presente não eram tão grandes quanto os teóricos da ideia de progresso gostariam que fossem.

Em sua tese, intitulada *Machado de Assis e a experiência da história: climas e espectralidade*, André da Silva Ramos considera que:

a leitura de obras de história por Machado e a apreciação da recepção das mesmas foram elementos que constituíram o seu repertório literário e a concepção crítica de diversos projetos de modernização em escalas globais. A melancolia e o ceticismo de Machado se constituíram, então, em interação com percepções historiográficas e literárias que eram capazes de questionar a inexorabilidade do progresso da própria História (RAMOS, 2018: 169).

Nesse sentido, mais do que possibilitar a constatação de semelhanças e diferenças entre sociedades e entre tempos, as comparações poderiam suscitar dúvidas no que diz respeito ao significado das ações humanas ao longo da História ou do tempo: Há utilidades nas ações humanas? Há distinção entre as boas e más ações individuais tendo em vista os destinos da humanidade? Somos diferentes do que fomos? Melhoramos em termos morais? Em suma, houve progresso na História da humanidade?

Parece plausível supor, portanto, que o ceticismo-pessimista machadiano tenha a ver “talvez [com] o fato de não estar convencido das teorias do progresso” (GLEDSON, 1991: 136). Ora, a meu ver, essa descrença para com o progresso – hiperbolizada na ideia de que a humanidade “não saiu do lugar” – foi adquirida e alimentada pelo seu vasto conhecimento da História e por uma concepção de mundo crítica e contestadora. Como não poderia deixar de ser, essa combinação entre o conhecimento da História e uma concepção crítico-contestadora produziu “uma visão

da história como uma série vã de ilusões e desapontamentos” (GLEDSON, 1991: 148), na qual “a humanidade não aprende com seus equívocos [...] e o mundo é reduzido a um monótono “sistema de erros” (GLEDSON, 1991: 152).

Embora eu tenha feito uso de uma hipérbole ao me referir à ideia de que a humanidade “não saiu do lugar”, o próprio Machado – ao comentar em crônica dois casos de canibalismo (um na Guiné, na África, e outro em Salinas, Minas Gerais) – reiterou essa ideia da imobilidade da História ao escrever: “A conclusão que tiro do caso de Salinas e do caso da Guiné é que estamos talvez prestes a tornar atrás, cumprindo assim o que diz um filósofo — não sei se Montaigne — que nós não fazemos mais que andar à roda” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1123).

Em vista disso, portanto, para Machado, seriam despropositadas, sem sentido ou inúteis todas as ações humanas. Segundo Gledson, Machado estava “longe de partilhar a crença no progresso inevitável, típica do século XIX” (GLEDSON, 1991: 135-136). Embora existam interpretações divergentes⁴⁷, acredito que esta se coadune melhor com o espírito machadiano, que parece mais propenso a concordar com Baudelaire e com o Eclesiastes: com este quando preconiza que “o que foi tornará a

⁴⁷ Interpretação diferente, por exemplo, é a de Raimundo Faoro que, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, afirma: “O século XIX está bem presente na ficção do escritor e se expande no mito mais caro ao tempo. Há, sempre que os fatos o demonstram, a manifesta alegria no progresso de uma forma nova sobre uma velha: o bonde de eletricidade sobre o bonde de burros, a influência do jornal. A ideia do progresso – o mito do progresso – penetra na ficção de Machado de Assis por meio de uma inovação particular, que o simboliza e o expressa. Não o sensibiliza, senão incidentalmente, o industrialismo, a revolução industrial. O progresso, para os brasileiros do Segundo Reinado, ainda não se traduz em fábricas e usinas, em siderurgias e estaleiros. Ele vive nas suas manifestações exteriores, acabadas: a iluminação, o bonde, os serviços públicos. Trata-se de um progresso importado, sobreposto a um país agrícola – resultado e não processo” (FAORO, 1974: 172).

A bem da verdade, o próprio Machado nos artigos “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal” fez um bem arrazoado elogio ao progresso, no entanto, o próprio Machado adverte em nota ao primeiro artigo que “a ideia deste trabalho pertence ao meu amigo o Sr. Reinaldo Carlos”, ou seja, é um trabalho “sob encomenda”. De qualquer forma, nestes artigos, Machado associou o progresso especificamente ao surgimento do jornal, acreditando que a forma de literatura ali contida nivelaria as classes sociais, pois sua expressão estaria em sintonia com princípios democráticos e que por isso o jornal representava o fim do “direito da força”, porque promoveria a discussão, que segundo Machado, é a sentença de morte de todo o *status quo*” (MACHADO DE ASSIS, 2006, Vol. 3: 1018). E nesse sentido, realmente, o jornal representou um progresso; não o esperado, mas o possível. Afinal, como instrumento ou extensão de um poder, ao fim e ao cabo, o propósito do jornal é servir a este. Além disso, trabalhando em diferentes jornais e colhendo os frutos desse trabalho, seria uma irracionalidade depor acintosamente contra o jornal. Esses artigos podem ser encontrados em: (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 991-996 e 1017-1019).

ser, o que foi feito se fará novamente; não há nada novo debaixo do sol” (ECLESIASTES, cap.1, vers.9); e com o escritor francês Charles Baudelaire, quando este afirmou que “há outro erro muito em voga, de que quero manter-me distante como do inferno – estou falando da ideia de progresso. Esse fanal obscuro, invenção do filosofismo atual [...]. Quem quiser ver claro na história deve antes de mais nada apagar esse pérfido fanal” (BAUDELAIRE *apud* GINZBURG, 2001: 158-159).

Mas, uma pergunta se impõe: o que tornou possível esse distanciamento histórico de Machado de Assis?

Minha hipótese é a de que essa passagem da sincronia (do presente) para diacronia (para o passado) e vice-versa, que a História possibilita, pode ter provocado uma anacronia ou uma extemporaneidade e, justamente, essa condição de anacrônico/extemporâneo possibilitou a Machado o distanciamento e consequentemente a ampliação do seu horizonte de percepção e cognição. Entendendo com José Carlos Reis que extemporâneo é tudo aquilo que é “filho do seu tempo, mas contra o seu tempo” (REIS, 2013: 161).

A condição do anacrônico/extemporâneo assemelha-se à do exilado, considerando a anacronia/extemporaneidade tanto quanto “o exílio, como condição de possibilidade desse duplo olhar ou dessa posição de entre-dois” (HARTOG, 2003: 15). Em tempo, acredito que, considerando a singularidade e a genialidade de Machado de Assis, termos como extemporâneo, exilado e *outsider* se adequam bem a ele, mesmo que em um sentido mais psicológico do que sociológico. Dessa forma, por essa sua condição de anacrônico/extemporâneo ou exilado/*outsider*, por estar entre-dois lugares/tempo, o repertório semântico de Machado foi potencializado e sua visão da realidade, perspectivada.

Algo que Erich Auerbach escreveu sobre o “tema do descobrimento de um novo mundo” e seus efeitos sobre o pensamento ocidental fornece elementos para uma reflexão sobre as possíveis consequências que esse “choque de civilizações e de temporalidades” pode ter provocado em Machado:

No meio disto, porém, ressoa um tema totalmente diferente e novo, de grande atualidade naquele tempo, o tema do descobrimento de um novo mundo, com toda a surpresa, o deslocamento do horizonte e a mudança da imagem do mundo que seguiram a tal descobrimento. Este é um dos grandes temas do Renascimento e dos

dois séculos seguintes, um dos motivos que serviram de alavanca para a revolução política, religiosa, econômica e filosófica. Sempre reaparece; quer os escritores façam uma ação se desenrolar naquele mundo ainda novo e semidesconhecido, enquanto lá constroem uma situação mais pura e primordial do que a europeia, o que lhes permite uma forma eficaz e, ao mesmo tempo, um tanto graciosamente velada de crítica às situações locais; quer introduzam um habitante daqueles estranhos países no mundo europeu, fazendo então brotar a sua crítica sobre a situação europeia constituída da sua ingênua surpresa ou, em geral, das suas reações diante do que vê na Europa, em ambos os casos, o motivo tem uma força revolucionária, uma força que sacode a situação existente, pondo-a num contexto mais amplo e tendo, portanto, um efeito relativizante (AUERBACH, 2015: 235).

Comparativamente e guardadas as devidas proporções, acredito que o “tema da História” foi essa “alavanca para a revolução” machadiana, pois produziu em suas concepções aquele mesmo efeito relativizante que o “tema do descobrimento de um novo mundo” produziu no período do “Renascimento e dos dois séculos seguintes”. Afinal de contas, conhecer a História não é descobrir e explorar novos mundos ainda que extintos? É exatamente isso que Thomas Macaulay afirma: “Em muitos aspectos, o efeito da leitura da história é análogo àquele produzido pela viagem ao estrangeiro” (MACAULAY *apud* MALERBA, 2010: 244).

Em *Os antigos, o passado e o presente*, refletindo sobre a etno-história, François Hartog afirma que “vista de perto (isto é, de longe), a antiguidade foi certamente um outro mundo” (HARTOG, 2003: 198). Sem dúvida, foi assim que não só a Antiguidade, mas, o “tema da História” funcionou para Machado de Assis. Isto é, na obra machadiana, a História funciona como esse “outro mundo”, que produz aquele efeito relativizante que caracteriza as suas percepções e a sua concepção de mundo.

Também, o próprio Hartog reflete sobre a relação entre distanciamento e perspectivação. Ao analisar os efeitos no repertório conceitual do Ocidente provocados pela descoberta do Novo Mundo, ele enfatiza a relativização das ideias que se tinham acerca do que significava ser antigo e do que significava ser moderno, a partir da inserção do termo “selvagem” na equação antigos X modernos, utilizada para refletir sobre a relação do homem com o passado e com a ideia de “progresso”.

Em um primeiro momento, o recurso ao antigo assegurou pontos de referência para uma geografia dos confins (as sereias, as amazonas, a

presença ou a ausência de monstros). Mas bem depressa, com os primeiros relatos de viagem, passou-se, por assim dizer, dos confins ao próprio coração do mundo dos antigos, dos *mirabilia* aos *nómoi* da cidade: as práticas guerreiras, funerárias, e outras do selvagem vieram a ser relacionadas não mais ou não só com as dos citas, mas também com as dos espartanos ou dos romanos. Não importa, de resto, se para marcar semelhanças ou desvios; o que conta é, acima de tudo, o próprio estabelecimento de um paralelismo. Ao proceder assim, contribuía-se imperceptivelmente para a construção da importante e nova ideia de que o afastamento no espaço equivale à distância no tempo. Com efeito, ‘ver’ os selvagens, descrevê-los mediante referências antigas, conduziu, sem que se desse conta disso, a pôr a distância os antigos: a distância que nos separa dele seria medida quase que fisicamente, e tornar-se-ia cada vez mais viva a ideia moderna da diferença entre os tempos. Daí em diante, entre os antigos e nós, havia ou acabaria por haver um oceano! (HARTOG, 2003: 131) [Grifo meu].

Pois então, uma vez aceita a proposição de que “o afastamento no espaço equivale à distância no tempo”, é possível considerar como verdadeira a ideia de que o afastamento no tempo equivale ao afastamento no espaço. No caso, ocorre apenas uma inversão nos termos da equação, cujas grandezas são diretamente proporcionais. Isso pode significar – e decerto significa – que ao se afastar no tempo, o sujeito que se afastou é igualmente “deslocado no espaço”, isto é, ele sai do seu lugar de origem e, por conseguinte, sua perspectiva com relação ao presente é modificada.

Em outras palavras, o trânsito pela História ou “o descobrimento de novos mundos por meio da História” possibilitou um distanciamento, que potencializou a capacidade de Machado de Assis de perceber a realidade que o circundava e de a interpretá-la, ao mesmo tempo, de forma densa, profunda e perspectivada. Não obstante a evidência de que o trânsito pela História tenha contribuído positivamente com o processo interpretativo da realidade presente, uma importante advertência deve ser lembrada:

É quase a mesma coisa conversar com os que viveram em outros séculos e viajar. É bom conhecer um pouco os costumes dos diversos povos a fim de julgar mais corretamente os nossos [...]. Mas quando se despence tempo demais a viajar, acaba-se por tornar-se estrangeiro no próprio país; e quando se é excessivamente curioso sobre as coisas praticadas nos séculos passados, comumente se fica muito ignorante das que se praticam no nosso (DESCARTES, *apud* HARTOG, 2003: 134).

E Hartog resume a ideia de Descartes: “Viajar ao exterior, assim como ler livros antigos, é ótimo, desde que não dure muito” (HARTOG, 2003: 134). Afinal, “a história é um desvio que, ao desviar-se do presente, arrisca tornar-se diversão” (HARTOG, 2003: 135).

Contudo, a advertência de Descartes não cabe a Machado de Assis, pois o que Machado fazia era justamente utilizar a Antiguidade, os Antigos, o Passado, a História, em suma, para refletir sobre o presente e muitas vezes criticá-lo à luz dessa mesma História. Consoante John Gledson, “a Roma antiga (ou o Japão contemporâneo) não eram para ele apenas fontes de historietas morais, ou de citações sonoras: forneciam maneiras de revelar a natureza da sua própria sociedade” (GLEDSON, 1990:13). Ou seja, com seu conhecimento de História ele instaurava a distância necessária para enxergar com lucidez e dimensionar com precisão os acontecimentos contemporâneos. Parafraseando o que Ginzburg disse sobre Maquiavel, Machado possuía “uma consciência decorrente [...] de ‘uma longa experiência das coisas modernas e de uma contínua lição das coisas antigas’” (GINZBURG, 2001: 191).

Em vista disso e da aproximação que Enylton de Rego Sá fez entre a concepção machadiana da história e a de Hayden White – com a qual concordei antes mesmo de conhecer a obra de Enylton –, é interessante considerar as possíveis relações e implicações entre o conceito de pós-moderno e o de pós-antigo, apresentadas por Marcus Vinicius de Freitas em seu artigo “Do pós-moderno ao pós-antigo”. Nesse artigo, amparado em Mikhail Bakhtin, Freitas afirma que “pós-antigo é o que segue cronologicamente ao antigo, sobretudo é o que coloca em jogo esse antigo, que repensa, refaz e recontextualiza o antigo. Pós-antigo é um modo de lidar com a tradição” (FREITAS, 1996-1997: 256).

Logo, “se no pós-moderno, através da consciência da repetição, supera-se o mito da originalidade, no pós-antigo, através da consciência da originalidade supera-se o mito da repetição, em um raciocínio ao mesmo tempo simétrico e inverso” (FREITAS, 1996-1997: 257). Marcus Freitas afirma ainda que a “pós-antiguidade constitui uma atitude crítica em relação à Antiguidade” (FREITAS, 1996-1997: 258). E conclui que:

o pós-antigo, enquanto afinidade eletiva do pós-moderno, enquanto precursor construído, traz ao próprio pós-moderno uma consciência histórica, uma linha de tradição, e o vacina contra a doença infantil

da invenção da roda. O pós-moderno ganha, assim, história, e pode-se pensar diacronicamente (FREITAS, 1996-1997: 258).

Ora, se a obra machadiana se inscreve na tradição luciânica e se Luciano é pós-antigo, não é absurdo pensar que Machado de Assis talvez tenha herdado esse travo pós-antigo ou essa atitude crítica que tanto se assemelha às reflexões tidas como pós-moderna. Afinal, tanto o pós-antigo quanto o pós-moderno são produtos de momentos de crise, como esclarece Freitas. Logo, a postura machadiana de duvidar, de criticar, de discutir, de perspectivar e de relativizar (inclusive o seu próprio discurso) pode ser tanto uma herança pós-antiga quanto um vislumbre pós-moderno.

Oportunamente, sobre esse tema, é interessante observar e registrar uma curiosa semelhança entre a obra de Nietzsche e a de Machado e entre esta minha investigação e uma de José Carlos Reis. No Capítulo II de sua *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*, Reis afirma que seu “objetivo, nesta pesquisa, é discutir a representação da história de Nietzsche, que denominamos de ‘anti-hegeliana’ e ‘pós-moderna’” (REIS, 2013: 162).

Continua Reis:

Nós a vemos como a primeira e a base das múltiplas interpretações da história que dominam os tempos ditos “pós-modernos”: Foucault, Derrida, Deleuze, os filósofos, literatos e historiadores do *linguistic turn* americano, entre outros. [...] O tema da história é permanente em sua obra, aparecendo fortemente não só nesse texto [*Segunda consideração extemporânea*], mas também em outros como *Para além do Bem e do Mal*, *Assim falou Zaratustra*, *A vontade de potência* e sobretudo *A genealogia da moral* (REIS, 2013: 162).

A primeira semelhança, muito óbvia, é que eu e José Carlos Reis investigamos representações da História nas obras de dois grandes pensadores do século XIX, de dois grandes críticos da cultura ocidental e que viveram no mesmo período. Outra semelhança, não menos óbvia, é que, ao analisarmos as permanentes representações da História contidas nas obras desses dois ícones, percebemos que elas apresentam homologias com as representações da História consideradas pós-modernas e daquelas associadas ao *linguistic turn*. Seria isso indício do *zeitgeist*? Ou existe outra explicação menos metafísica? Para ambas as questões, minha resposta é: sim! Mas tentarei responder apenas à segunda questão, e em momento mais oportuno.

Na obra machadiana, muitas vezes a interpretação da realidade aparece com traços de ceticismo-pessimista e sempre naquele tom irônico, naquele “gênero misto de seriedade cômica, ou chacorrice grave” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 493), que caracteriza seus escritos. Acredito que isso se deve ao fato de que para dar vazão a esse ceticismo-pessimista sem se tornar desagradável ou lúgubre, Machado de Assis escolheu a ironia como forma de expressão, porque “a vida é isto mesmo: um entremeado de riso e melancolia” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 295). O interessante disso tudo é que, não raro, os estudiosos de sua obra consideram o distanciamento, a diversidade, o relativismo, o ceticismo, o pessimismo e a ironia como as principais características da escrita machadiana. Ou seja, é como se uma coisa levasse naturalmente à outra, como desdobramento ou como um corolário.

Em minha concepção, o ceticismo-pessimista machadiano pode ser interpretado como a marca de uma desilusão, provocada pela percepção de que a humanidade “não saiu do lugar”, sendo que essa percepção se deu em virtude do conhecimento que Machado tinha da História. No mesmo sentido aponta André da Silva Ramos ao afirmar “que o crescimento exponencial da melancolia e do ceticismo de Machado logo nos primeiros anos da sua prática como cronista e crítico pode ser entendido com maior profundidade à medida que exploramos a sua percepção da experiência histórica” (RAMOS, 2018: 188).

Nesse passo, tentando estabelecer a relação entre o ceticismo-pessimista machadiano e a História, abordarei de passagem um episódio da obra de Machado de Assis em que essa relação é bastante explícita – o delírio de Brás Cubas –, sublinhando nele um indício específico da relação de Machado com a História. Antes, porém, é necessário ponderar sobre como interpretar esse indício e ainda ponderar sobre a relação desse indício com o próprio Machado.

No livro *Machado de Assis e o hipopótamo*, em uma abordagem bastante – para não dizer violentamente – psicologizante, Gondin da Fonseca afirma peremptoriamente que “Rubião [personagem do livro *Quincas Borba*] é Machado de Assis. Todos os personagens de um autor revelam facetas diversas desse autor. Mesmo quando Deus inventou o homem, criou-o à sua imagem e semelhança. Nem poderia acontecer de outra forma” (FONSECA, 1960: 17).

Longe de concordar com Gondin da Fonseca e ao mesmo tempo ciente de que a “visão repetitiva da História, partilhada por Brás Cubas e Bento, é frequentemente considerada a do próprio Machado, sem atenuações” (GLEDSON, 2003: 259), acredito que o delírio de Brás Cubas pode corroborar com a ideia de que o trânsito pela História foi o responsável por sua visão complexa e plural da realidade e ao mesmo tempo pelo atmosfera cético-pessimista de sua obra. Segundo André Ramos,

O ceticismo e a melancolia de Machado, portanto, se manifestam enredados à sua apreciação diacrônica da experiência histórica [...]. Desse modo, tal concepção melancólica em direção ao passado relacionava-se estreitamente com o seu ceticismo a respeito da compreensão de progresso histórico vulgarizada em sua contemporaneidade (RAMOS, 2018: 189).

Embora não tendo a certeza de que a visão da História presente nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* seja a do próprio Machado, estou convicto de que, no episódio do delírio de Brás, é evidente que Machado de Assis concebeu o trânsito pela História como uma ferramenta de conhecimento, demolidora das ilusões humanas e geradora de ceticismos e pessimismos. Afinal, “a verdade ignota aos homens é o delírio de quem a anuncia” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 516).

O episódio do delírio começa quando surge a figura de uma mulher com “olhos rutilantes como o sol” e com “a vastidão das formas selváticas”. Diante dessa visão escatológica, “tudo escapava à compreensão do olhar humano”. Brás precisou de um tempo para se recompor do susto. Recompuesto, pergunta “quem era e como se chamava” aquela mulher. E ela responde: “Chama-me Natureza ou Pandora; sou tua mãe e tua inimiga”. Depois de um longo diálogo sobre a vida, sobre a morte, sobre o tempo, Pandora afirma que o *leitmotiv* de suas próprias ações – isto é, “o estatuto universal” – está fundamentado no egoísmo e no instinto de conservação.

Isso dizendo, arrebatou-me ao alto de uma montanha. Inclinei os olhos a uma das vertentes, e contemplei, durante um tempo largo, ao longe, através de um nevoeiro, uma coisa única. Imagina tu, leitor, uma redução dos séculos, e um desfilar de todos eles, as raças todas, todas as paixões, o tumulto dos Impérios, a guerra dos apetites e dos ódios, a destruição recíproca dos seres e das coisas. Tal era o espetáculo, acerbo e curioso espetáculo. A história do homem e da Terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto que o que eu ali via era a

condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago. Os séculos desfilavam num turbilhão, e, não obstante, porque os olhos do delírio são outros, eu via tudo o que passava diante de mim, — flagelos e delícias, — desde essa coisa que se chama glória até essa outra que se chama miséria, e via o amor multiplicando a miséria, e via a miséria agravando a debilidade. Aí vinham a cobiça que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba, e a enxada e a pena, úmidas de suor, e a ambição, a fome, a vaidade, a melancolia, a riqueza, o amor, e todos agitavam o homem, como um chocalho, até destruí-lo, como um farrapo. Eram as formas várias de um mal, que ora mordida a víscera, ora mordida o pensamento, e passeava eternamente as suas vestes de arlequim, em derredor da espécie humana. A dor cedia alguma vez, mas cedia à indiferença, que era um sono sem sonhos, ou ao prazer, que era uma dor bastarda. Então o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das coisas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura, — nada menos que a quimera da felicidade, — ou lhe fugia perpetuamente, ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se, como uma ilusão.

Ao contemplar tanta calamidade, não pude reter um grito de angústia, que Natureza ou Pandora escutou sem protestar nem rir; e não sei por que lei de transtorno cerebral, fui eu que me pus a rir, — de um riso descompassado e idiota.

— Tens razão, disse eu, a coisa é divertida e vale a pena, — talvez monótona — mas vale a pena. Quando Jó amaldiçoava o dia em que fora concebido, é porque lhe davam ganas de ver cá de cima o espetáculo. Vamos lá, Pandora, abre o ventre, e digere-me; a coisa é divertida, mas digere-me.

A resposta foi compelir-me fortemente a olhar para baixo, e a ver os séculos que continuavam a passar, velozes e turbulentos, as gerações que se superpunham às gerações, umas tristes, como os Hebreus do cativo, outras alegres, como os devassos de Cômodo, e todas elas pontuais na sepultura. Quis fugir, mas uma força misteriosa me retinha os pés; então disse comigo: — “Bem, os séculos vão passando, chegará o meu, e passará também, até o último, que me dará a decifração da eternidade”. E fixei os olhos, e continuei a ver as idades, que vinham chegando e passando, já então tranquilo e resoluto, não sei até se alegre. Talvez alegre. Cada século trazia a sua porção de sombra e de luz, de apatia e de combate, de verdade e de erro, e o seu cortejo de sistemas, de ideias novas, de novas ilusões; cada um deles rebentavam as verduras de uma primavera, e amareleciam depois, para remoçar mais tarde. Ao passo que a vida tinha assim uma regularidade de calendário, fazia-se a história e a civilização, e o homem, nu e desarmado, armava-se e vestia-se, construía o tugúrio e o palácio, a rude aldeia e Tebas de cem portas, criava a ciência, que perscruta, e a arte que enleva, fazia-se orador, mecânico, filósofo, corria a face do globo, descia ao ventre da Terra, subia à esfera das nuvens, colaborando assim na obra misteriosa, com que entretinha a necessidade da vida e a melancolia

do desamparo. Meu olhar, enfarado e distraído, viu enfim chegar o século presente, e atrás deles os futuros. Aquele vinha ágil, destro, vibrante, cheio de si, um pouco difuso, audaz, sabedor, mas ao cabo tão miserável como os primeiros, e assim passou e assim passaram os outros, com a mesma rapidez e igual monotonia. Redobrei de atenção; fitei a vista; ia enfim ver o último, — o último!; mas então já a rapidez da marcha era tal, que escapava a toda a compreensão; ao pé dela o relâmpago seria um século. Talvez por isso entraram os objetos a trocarem-se; uns cresceram, outros minguaram, outros perderam-se no ambiente; um nevoeiro cobriu tudo, — menos o hipopótamo que ali me trouxera, e que aliás começou a diminuir, a diminuir, a diminuir, até ficar do tamanho de um gato. Era efetivamente um gato. Encarei-o bem; era o meu gato Sultão, que brincava à porta da alcova, com uma bola de papel... (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 608-609).

O delírio de Brás Cubas é extremamente eloquente no que diz respeito à ideia de que o trânsito pela História possibilita um distanciamento e, conseqüentemente, propicia uma perspectiva mais ampla da realidade presente, pois a distância possibilita enxergar as coisas sinopticamente ou em conjunto. Por sua vez, essa visão sinóptica dos tempos e dos movimentos do homem, na maioria das vezes, suscita ceticismos em quem a pratica, mas pode também produzir e alimentar pessimismos.

Logo no início da descrição do delírio, Brás afirma que contemplou “durante um tempo largo, *ao longe*, através de um nevoeiro, uma coisa única”, na qual se confundem “flagelos e delícias”, bem e mal, começo e fim. Posteriormente no romance, depois de morto, Brás Cubas será capaz de converter essa visão ou “converter a *síntese* em uma *diégesis*, uma narrativa contínua” (HARTOG, 2003: 46).

Tendo visto passar, “num turbilhão”, todos séculos diante de seus olhos; tendo diante de si “a história do homem e da Terra”, Brás afirma: “eu via tudo o que passava diante de mim, — flagelos e delícias, — desde essa coisa que se chama glória até essa outra que se chama miséria”. E a conclusão de Brás Cubas é que tanto os flagelos quanto as delícias “agitavam o homem, como um chocalho, até destruí-lo, como um farrapo”.

Nesse momento, é oportuno divagar sobre a estreita relação entre essa conclusão de Brás Cubas e o ponto de vista distanciado que a possibilitou (“arrebato-me ao alto de uma montanha”; “ver cá de cima o espetáculo”; “A resposta foi compelir-me fortemente a olhar para baixo”). Considerando o distanciamento como uma das características que possibilitaram a vinculação da obra machadiana à tradição

luciânica, Enylton de Sá Rego afirma que uma “característica fundamental da obra de Luciano [de Samósata] [...] é a utilização sistemática do ponto de vista do *kataskopos*” (SÁ REGO, 1989: 63). O termo *kataskopos* define uma forma de observar “o mundo de um ponto de vista privilegiado, em geral do alto de uma elevação, ou mesmo da Lua” (SÁ REGO, 1989: 64).

Ainda segundo Enylton, o ponto de vista do *kataskopos* seria o do “observador distanciado, que, como um espectador desapaixonado, analisa não só o mundo a que se refere como também a sua própria obra literária, a sua própria visão-de-mundo” (SÁ REGO, 1989: 46). Em outras palavras, “a busca de um ponto de vista distanciado, uma rejeição de compromissos assumidos anteriormente, uma compulsão no sentido de colocar-se de fora para poder então olhar para dentro” (DUNCAN *apud* SÁ REGO, 1989: 63) caracterizam tanto a obra de Luciano quanto a obra de Machado, é o que conclui Enylton.

Voltando ao delírio de Brás Cubas. Portanto, além de tornar a observação dos séculos monótona e sem efeito a distinção entre flagelos e delícias, esse distanciamento histórico suscitou o ceticismo-pessimista, pois, à distância, Brás observou que havia ainda continuidades no que diz respeito aos valores e às paixões humanas (“a cobiça que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba”): desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, os homens fazem guerras por poder e glória, acreditando que isso são valores reais e válidos, quando, na verdade, são apenas a fugaz materialização da “quimera da felicidade”⁴⁸, correm “atrás de uma figura nebulosa e esquiva” que “foge perpetuamente”, sumindo “como uma ilusão”, rindo deles com escárnio, deixando-lhes apenas “a melancolia do desamparo”. Como manter o otimismo e a esperança depois de ter essa experiência propiciada pela História?

E importante também: foi o delírio que ofereceu parâmetros para Brás Cubas dimensionar e relativizar sua própria vida como um todo e cada uma de suas ações em particular. O delírio em sua estreita relação com a História lhe forneceu a distância necessária para perspectivar sua história e a morte lhe forneceu a coragem, a “imparcialidade” e a imunidade para narrá-la sem censura, enfim, “por que recorrer a

⁴⁸ “Porém fazer o quê se o maluco não estudou / 500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou [...] Vaidade e ambição, munição pra criar inimigo / Desde o povo antigo foi sempre assim / Quem não se lembra que Abel foi morto Caim” (RACIONAIS MC’s - Música: A vida é desafio - Álbum: Nada como um dia após o outro dia - 2002).

eufemismos quem já transpôs a soleira dessa vida de ficções?” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo II: 56). Em tempo, é oportuno recordar com François Hartog que “a epopeia e a história pressupõem a morte” (HARTOG, 2003: 26).

Desse modo, a partir dos indícios e das reflexões até aqui compartilhados, é possível dizer que a primeira e – talvez – a principal função que a História desempenha na obra de Machado de Assis é a de propiciar o distanciamento entre o observador e o objeto observado. Para o desenvolvimento e lastreamento de sua crítica à cultura, Machado usou a História como uma ferramenta heurística, que lhe permitiu distanciar do presente, colocando-o em perspectiva e relativizando-o por meio de comparações. E assim, o Bruxo conseguiu perceber e representar a realidade que o circundava com maior nitidez e profundidade.

Além disso, em alguns momentos na obra machadiana, ao meu ver, a História funciona como pano de fundo para a construção da narrativa. Como acontece, por exemplo, no conto *Casa Velha*, quando em uma conversa entre o filho do falecido ministro, Félix, o confessor da família e o historiador, este último afirma: “falávamos de política, do ministério e dos sucessos do Sul”. Ora, tendo em vista que a narrativa começa “no mês de abril de 1839”, a expressão “os sucessos do Sul” refere-se à Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos.

Noutra passagem no mesmo conto, D. Antônia, a viúva do ex-ministiro, narra o seguinte episódio: “Meu avô, quando aqui chegou o rei, levou-me a ver as festas da cidade, e, como eu, ainda mocinha, impressionada, lhe dissesse que tinha medo de encarar o rei, se ele aparecesse na rua” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 187). Pois bem, em 1839 D. Antônia “devia ter quarenta e seis a quarenta e oito anos” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 186), mas informa que era “ainda mocinha” quando acompanhou o avô às festas da cidade, logo, a expressão “quando aqui chegou o rei” refere-se a D. João VI e ao episódio da Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808.

A presença da História como cenário ou pano de fundo, de que trata os dois últimos parágrafos, não acrescenta muita coisa à narrativa, não determina ações nem constitui enredo, mas no primeiro caso (“sucessos do Sul”) informa visões de mundo, interesses e preocupações de determinados personagens; já no segundo (“quando

aqui chegou o rei”) esclarece elementos da formação da personalidade sobranceira de D. Antônia.

Ainda em *Casa Velha*, mais uma vez a História funciona como pano de fundo, desta vez, criando contraste para caracterizar diferentes tendências políticas. Uma referência ao período Regencial – ou mais especificamente aos regentes Diogo Antônio Feijó e Pedro de Araújo Lima – permitiu a Machado, por meio de seu historiador, insinuar que em política nunca houve consenso no Brasil, nem mesmo entre membros de uma mesma família.

E olhe que acho tudo pouco para dar em terra com a tal Regência do Sr. Pedro de Araújo Lima. . .

— Lá vem o coronel com as suas ideias extravagantes, acudiu a velha baronesa abrindo a caixa de rapé, e oferecendo-me uma pitada, que recusei. Acha que o Araújo Lima vai mal? Preferia o seu amigo Feijó?

Raimundo replicou, ela treplicou [...] (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 209-210).

Além de salientar a longa história do dissenso político no Brasil, essa passagem tem o mérito de pôr em dúvida uma afirmação feita pela viúva do ex-ministro no começo do conto: “Ah! eu nunca entendi de política; nunca me meti nessas coisas”. Ora, quem não entende de política debateria (treplicaria) com quem entende, com quem viveu os bastidores da política, como o Coronel Raimundo fez questão de evidenciar? Há que se duvidar!

Depois disso, é a Revolução Farroupilha que ganha o proscênio e ainda aqui a História continua servindo de pano de fundo para revelar – além de traços da personalidade dos personagens – diferentes pontos de vista acerca de determinados acontecimentos históricos.

— Reverendíssimo, bradou parando embaixo da janela o coronel, os farrapos invadiram Santa Catarina, entraram na Laguna, e os legais fugiram. Eu, se fosse o governo, mandava fuzilar a todos estes para escarmento. . . [...]

Lembra-me que disse ali mesmo, agarrando-me nos ombros, uma multidão de coisas duras contra Bento Gonçalves, e principalmente contra os ministros, que não prestavam para nada, e deviam sair. O melhor de tudo era logo aclamar o imperador. Dessem-lhe cinquenta homens, — vinte e cinco que fossem, — e se ele em duas horas não pusesse o imperador no trono, e os ministros na rua, estava pronto a perder a vida e a alma. Uns lesmas! Tudo levantado, tudo sublevado, ao norte e ao sul... Agora parece que iam mandar tropas, e falava-se no General Andréa para comandá-las.

Tudo remendos. Sangue novo é o que se precisava... Parola, muita parola (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 215).

Impossível ler este excerto e não lembrar de um infeliz pronunciamento feito por um dos inomináveis do presente: “Basta um cabo e um soldado para fechar o STF”. Tanto as afirmações do Coronel Raimundo quanto a do inominável são expressões de uma vontade personalista (fascista!), que tem dificuldade em perceber a distinção entre o público e o privado. Muito provavelmente, essa vontade personalista tem suas raízes naquilo que, em *Os donos do poder*, Raimundo Faoro, na esteira de Max Weber, conceituou como patrimonialismo, isto é: uma forma de dominação tradicional em que o soberano/dirigente organiza o poder político/público de forma semelhante ao exercido na instância doméstica/privada (FAORO, 2012).

No que diz respeito à versão do Coronel Raimundo no que tange aos episódios atinentes à Revolução Farroupilha, há que se ressaltar que a virulência expressada pelo Coronel, não contra os revoltosos, mas contra as ações, ou melhor, contra as inações do governo geralmente não figuram nas historiografias tradicionais, mais especificamente nas reproduzidas nos livros didáticos de História. Nas historiografias tradicionais, não é aventada a possibilidade de o governo “mandar fuzilar, para escarmento, os legais [que] fugiram [de] Laguna”, tampouco, os ministros daquele período, são representados como “uns lesmas, que não prestavam para nada” e também não me recordo de ter lido que se cogitou, naquele momento, “aclamar o imperador”, então com 10 anos de idade.

Diga-se a tempo, a presença da História ou, mais pontualmente, de acontecimentos históricos como pano de fundo da narrativa ou como tema para conversa e reflexões dos personagens machadianos é uma constante. Bastam alguns exemplos para ilustrar: A guerra da Criméia, em *Dom Casmurro*; A noite das Luminárias, em *Memórias Póstumas*; A Guerra do Paraguai, em *Iaia Garcia* (neste livro, o acontecimento histórico – a Guerra – é quase uma personagem); O Encilhamento e a Proclamação da República, em *Esaú e Jacó* (neste livro, as questões em torno da Proclamação da República são imprescindíveis para a caracterização dos dois personagens principais). Por ora basta, mas há muitos outros exemplos.

Por fim, é possível dizer que, ao propiciar o distanciamento, a História desempenha outra função na obra machadiana: a função de trincheira. Se, por

exemplo, quisesse criticar um ato ditatorial, se referia a Nero, a Calígula, a Gessler; se quisesse criticar a moda do momento, trazia Alcibíades para ridicularizar os adeptos dela. Utilizando-se pragmaticamente da História, Machado se coloca em segurança para exercer sua liberdade de expressão e criticar tudo, resguardando-se, ao menos parcialmente, de ser considerado um contestador do *status quo*. Machado sabia quem lia suas crônicas e suas obras, portanto, sabia que havia limites para o que podia ser dito escancaradamente. Na época em que ele escrevia, o jornal praticamente dependia de assinaturas e “qualquer infração ao código tácito que regia os costumes da sociedade brasileira acarretava da parte dos que pagavam a assinatura a ameaça de uma automática rescisão” (MASSA, 1971: 542).

Enfim, resta agora interpretar a constante presença da História não apenas na obra de Machado, mas também na sua vida. Isto é, resta portanto, a partir de todos esses vestígios, atribuir um sentido ou um significado plausível para essa presença da História tão amalgamada à obra e à vida do Bruxo do Cosme Velho.

9 – UM POSSÍVEL SIGNIFICADO DA HISTÓRIA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

“Afinal, que é o metro? Uma convenção. O sentido é outra convenção” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1087). Sim! Sem sombra de dúvidas, Machado estava certo ao afirmar que tanto o metro quanto o sentido são convenções. A diferença entre estas convenções se dá na medida em que o metro é uma convenção imposta a uma determinada coletividade, enquanto o sentido – nas sociedades consideradas livres – tende a ser uma convenção que depende de consentimentos e de adesões.

Ora, se o sentido é uma convenção que pressupõe aquiescência, o significado também deve ser. Contudo, em História, essa aquiescência ou concordância do leitor necessariamente precisa ser conquistada por meio da exposição do raciocínio histórico do autor/pesquisador e da transparência na caracterização de cada uma das etapas do processo de investigação (JABLONKA, 2016).

Além disso, no âmbito acadêmico ou científico, a plausibilidade de um estudo ou de uma investigação, isto é, validação de uma interpretação ou de uma atribuição de significado ainda vai depender da aquiescência de leitores autorizados, que são aqueles “seus pares” dentro da Academia, que analisam e julgam o que é ou não História, ou seja, exercem o controle sob o argumento da necessidade de se observar determinadas regras que supostamente assegurariam a existência e a permanência da História no rol das Ciências Humanas e/ou Sociais.

Dito isso, passo a expor o meu raciocínio histórico e a narrar as etapas do processo de investigação que me permitiram enxergar, perceber ou atribuir um possível significado para a História na obra de Machado de Assis. Em outras palavras, passo a narrar a ficção de método que criei para interpretar a presença ostensiva da História na obra do mais célebre e versátil escritor brasileiro.

Não sem antes de dizer que, apoiado em Ivan Jablonka, entendo que ficções de método são “fabricações intelectuais capazes de apartar-se dos fatos precisamente para pensá-los” (JABLONKA, 2016: 215)⁴⁹. Em convergência, Clifford Geertz entende

⁴⁹ De acordo com Jablonka, os postulados, os conceitos, as explicações causais, os “como se” epistemológicos, os tipos ideais, as categorias (como as de “espaço de experiência” e de

que as interpretações “são ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’” (GEERTZ, 1978: 25-26). Para Ivan Jablonka, as ficções de método possibilitam as abstrações, que são ferramentas imprescindíveis e legítimas para as Ciências Sociais. Por sua vez, Marc Bloch fez questão de afirmar que “nenhuma ciência seria capaz de prescindir da abstração. Tampouco, aliás, da imaginação” (BLOCH, 2001: 144).

Como já dito noutra parte deste trabalho, o tema da História na obra de Machado de Assis se constituiu gradativamente para mim. Comecei a percebê-lo frequentemente durante o processo de mapeamento dos temas presentes e recorrentes em suas crônicas, que eram minhas fontes de pesquisa na investigação materializada em minha dissertação de mestrado. Concomitante à percepção de que o tema da História se repetia na obra de Machado, comecei a observar que os comentários de Machado de Assis acerca da História às vezes eram positivos, às vezes eram negativos, isto é, “comporta[va]m uma apreciação elogiosa-injuriosa”, para usar uma categoria bakhtiniana (1999).

Naquele momento da pesquisa me questioneei: “afinal, qual seria o motivo para essa oscilação nas representações da História na obra machadiana? Qual o propósito desse tratamento dúbio? Não tendo uma explicação evidente, foi justamente essa ambiguidade de tratamento que suscitou em mim o interesse em investigar e compreender a existência de um possível significado da História na obra de Machado de Assis.

Contudo, outras questões se juntavam àquelas acerca desse possível significado da História: Por que Machado faz tantas referências à História? Qual função a História desempenha – se é que desempenha – nos escritos machadianos? O que Machado de Assis entende por História ou o que se pode entender por História, a partir de sua

“horizonte de expectativa”, de Koselleck), as metáforas (como “Holocausto brasileiro”, “Cortina de ferro”), as abstrações, “o se” (de Max Weber), a ucronia (a História contrafactual), o anacronismo controlado, em suma, todas essas ferramentas heurísticas são ficções de método utilizadas nas Ciências Sociais.

Depois de apresentar todas essas ferramentas heurísticas como ficções de método, Ivan Jablonka conclui: “Todas estas ferramentas são ficções de método no sentido inicial de *fictio*, isto é, fabricações intelectuais capazes de apartar-se dos fatos precisamente para pensá-los” (JABLONKA, 2016: 215).

obra? Há uma concepção de História em sua obra? Há uma filosofia da História na obra de Machado de Assis?

Meu primeiro movimento, como já mencionado, foi procurar respostas para essas questões na fortuna crítica concernente à obra do Bruxo, nos estudiosos que se dedicaram seriamente a interpretar sua obra: desde os contemporâneos de Machado aos meus contemporâneos. Com esse movimento, consegui algumas poucas – mas importantes – pistas e uma infinidade de outras questões e dúvidas.

O que mais me intrigou nessa busca foi me deparar com interpretações bastante discrepantes e por vezes inconciliáveis em torno não só do tema da História na obra machadiana, mas também no que concerne a diversos outros temas e concepções, como por exemplo: ao tema da Humanidade, ao tema da Política, ao tema da Liberdade, ao conceito de Verdade, ao conceito de Crônica, ao conceito de Tempo, ao conceito de Progresso.

Para refletir sobre esses dois últimos conceitos em um fragmento da obra machadiana, permitam-me mais uma digressão, afinal, não foi por acaso de denominei minha forma de exposição como interlocução digressiva.

Em *A memória, a história, o esquecimento*, Paul Ricoeur entende que “a abertura do horizonte de expectativa designado pelo termo ‘progresso’ é a condição prévia da concepção dos Tempos modernos como novos” (RICOEUR, 2007: 312). Essa premissa parece verdadeira considerando Machado de Assis e sua obra. Como visto anteriormente, para John Gledson, Machado não estava “convencido das teorias do progresso” (GLEDSON, 1991: 136). E como estaria? Se estava convicto – graças à História – de que “a humanidade não aprende com seus equívocos” (GLEDSON, 1991: 152) e que, portanto, não existindo “nada novo debaixo do sol” (ECLESIASTES), não “fazemos mais que andar à roda” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1123). Com efeito, conhecendo a História como o Bruxo conhecia, ele relativizava os avanços e tinha dificuldade em reconhecer progressos. Mas nem por isso deixava de ter e de viver uma experiência com o tempo.

Parafraseando Hartog, algumas “forma[s] da experiência do tempo” ou algumas “maneira[s] de ser no tempo” (2015: 29) podem ser encontradas na obra de Machado de Assis. Uma dessas formas da experiência machadiana do tempo pode ser percebida na crônica de 3 de janeiro de 1865, na qual ele afirmou que “o homem corre

a vida entre dois horizontes, o passado e o futuro, – a saudade e a esperança” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 218). Essa mesma ideia encontra-se desenvolvida na poesia “Os Dois Horizontes”:

Dois horizontes fecham nossa vida: Um horizonte, — a saudade / Do que não há de voltar; / Outro horizonte, — a esperança / Dos tempos que hão de chegar; / No presente, — sempre escuro, — / Vive a alma ambiciosa / Na ilusão voluptuosa / Do passado e do futuro. / Os doces brincos da infância / Sob as asas maternas, / O voo das andorinhas, / A onda viva e os rosais; / O gozo do amor, sonhado / Num olhar profundo e ardente, / Tal é na hora presente / O horizonte do passado. / Ou ambição de grandeza / Que no espírito calou, / Desejo de amor sincero / Que o coração não gozou; / Ou um viver calmo e puro / À alma convalescente, / Tal é na hora presente / O horizonte do futuro. / No breve correr dos dias / Sob o azul do céu, — tais são / Limites no mar da vida: / Saudade ou aspiração; / Ao nosso espírito ardente, / Na avidez do bem sonhado, / Nunca o presente é passado, / Nunca o futuro é presente. / Que cismas, homem? — Perdido / No mar das recordações, / Escuto um eco sentido / Das passadas ilusões. / Que buscas, homem? — Procuo, / Através da imensidade, / Ler a doce realidade / Das ilusões do futuro. / Dois horizontes fecham nossa vida (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 621-622).

Guardadas as diferenças de linguagem e especificidades temporais, as ideias que Machado expressou nessas passagens se aproximam das que Reinhart Koselleck desenvolveu acerca das categorias “espaço de experiência e horizonte de expectativas”. Comparando as duas reflexões, é possível observar que, de um lado, Machado de Assis afirmou que “o homem corre a vida entre dois horizontes, o passado e o futuro, – a saudade e a esperança”; de outro lado, Reinhart Koselleck escreveu: “nossas duas categorias [experiência e expectativa] indicam a condição humana universal” (KOSELLECK, 2006: 308). Então, para Machado: homem-saudade-esperança; para Koselleck: homem-experiência-expectativa.

Diante disso, se “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006: 308), seguindo a lógica do paralelismo que Paul Ricoeur estabeleceu entre as categorias de Koselleck e as de Santo Agostinho⁵⁰, ao aproximar

⁵⁰ “O paralelismo entre o par horizonte de expectativa e o espaço de experiência e o par presente do futuro e presente do passado [de Santo Agostinho e presente em *sai Confissões*] é marcante. Os dois pares dependem do mesmo nível de discurso. Ademais, eles se prestam um

as categorias de Machado às de Koselleck, pode-se afirmar, então, que a saudade e a esperança também são categorias apropriadas, visto que igualmente entrelaçam passado e futuro.

A propósito, percebendo e operacionalizando a saudade como um conceito, Durval Muniz de Albuquerque Junior assevera que:

a saudade é conceituada e enunciada nos escritos de um dado sujeito específico e como esse ser saudoso implica uma dada maneira específica de se relacionar com o passar do tempo, com o passado e com o presente, como ela direciona dadas ações na direção do futuro e como ela traz consigo uma forma de conceber o histórico, uma dada relação com a história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013: 156).

Portanto, admitindo essa ideia de Durval Muniz, se Machado afirmou que “no presente, — sempre escuro, vive a alma ambiciosa na ilusão voluptuosa do passado e do futuro”, significa que ele tinha consciência de que “a história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas” (KOSELLECK, 2006: 309), sendo que as duas categorias usadas por ele — a saudade e a esperança — ajudam a nortear as ações “no presente — sempre escuro”. Sem dúvida, Machado de Assis poderia cogitar que

A história espontaneamente processada, que serve de lastro material para a elaboração do historiador, já é por si formada por contingentes que pertencem a tempos diversos. Viver é conviver com épocas distintas. Não apenas o outro está alocado noutro tempo, mas nós mesmos somos um mosaico de tempos heterogêneos (COSTA LIMA, 2006: 131).

Necessariamente, a experiência de Machado com o tempo, que não se limita ao exemplo referido, tem implicações em seu pensamento e em sua forma de avaliar o passado, afinal

Nessa nova forma de se relacionar com o tempo, as luzes vêm do futuro e o passado deve ser avaliado, posto em dúvida. Surge daí uma consciência crítica em relação ao espaço de experiência, traduzido por um sentimento de distância e diferença em relação ao passado (NICODEMO *et.al*, 2018: 13).

socorro mútuo: as estruturas do tempo histórico não se limitam a dar às do tempo mnemônico uma amplitude mais vasta, mas abrem um espaço crítico no qual a história pode exercer sua função corretiva em relação à memória” (RICOEUR, 2007: 312).

Deixando a relação do Bruxo com Cronos para outro momento e voltando à relação dele com a musa Clío. Acredito que a discrepância nas interpretações acerca do tema da História na obra machadiana se deve basicamente a dois fatores. Em primeiro lugar, essa discrepância decorre de escolhas metodológicas – por parte de diferentes pesquisadores – que privilegiaram uma abordagem pontual e parcial da obra machadiana, em detrimento de uma abordagem ampla ou de conjunto, ainda que panorâmica. Em segundo lugar, é porque, espalhadas por toda a obra machadiana, existem múltiplas representações da História, que só podem adquirir significado quando vistas e interpretadas em conjunto.

Oportunamente, é importante reiterar que o que dá coerência ao conjunto das fontes utilizadas nesta pesquisa é a ideia de que “a obra é a unidade principal do sistema literário e a significação completa só é obtida em seu quadro” (TODOROV, 1972: 153). Em *A descrição da significação em Literatura*, da coletânea *Literatura e Semiologia*, Tzvetan Todorov continua:

Os problemas da significação, que estão entre os mais difíceis em linguística ou em filosofia, complicam-se ainda mais em análise literária. A obra literária contém vários planos diferentes que só obtém significação definitiva quando unidos num discurso narrativo particular (TODOROV, 1972: 153).

Por isso, com o propósito de apreender as múltiplas representações da História e a fim de criar um “discurso narrativo particular” capaz de dotar de significação a presença da História na obra machadiana, foi necessário percorrer toda essa obra ignorando ou abstraindo as fronteiras estabelecidas entre os gêneros literários. E nesse percurso, atribuí menos importância aos critérios que distinguem os gêneros literários – romance, conto, poesia, teatro, crônica, crítica literária, correspondência – e mais importância à obra literária como um todo. Ou seja, o processo de construção de um possível significado da História na obra machadiana exigiu que eu relativizasse as fronteiras entre os gêneros literários, unificando-os na noção mesma de obra, porque, enfim, “já é tempo de começar a compreender a obra de Machado como um todo coerentemente organizado” (SANTIAGO *apud* GLEDSON, 2003: 64).

Tenho consciência de que para alguns estudiosos os indícios utilizados neste trabalho parecerão fragmentários, isto é, parecerão recortes arbitrários e violentos da

obra machadiana. Contudo, é preciso ter em mente que os mosaicos e os vitrais – como os da Catedral de Brasília, por exemplo – são constituídos de fragmentos e isso não impede que tenham existência, unidade e beleza, enfatizando que procuro, entre outras coisas, apreender um possível significado da História na obra machadiana e este só pode ser captado a partir da análise do conjunto.

No mesmo sentido e com o mesmo propósito, me preocupei menos em descobrir o que Machado pensava ou acreditava e me preocupei mais em perceber as formas como ele concebeu e representou literariamente a História. Em outras palavras, procurei perceber e interpretar as representações e as referências à História contidas na obra do Bruxo, não como concepções ou como opiniões pessoais dele, mas como concepções utilizadas por ele, saídas de sua pena.

Inclusive, não se pode esquecer que Machado, enquanto jornalista, era um funcionário: atendia ordens, pedidos e recebia encomendas. Consequentemente, algumas sugestões e ideias alheias podem ter ajudado a plasmar as representações e referências à História contidas em sua obra. Nesse momento, é apropriada uma advertência de R. Magalhães Júnior, contida no prefácio de *Ideias e imagens de Machado de Assis*:

É preciso que se não cometa o crasso engano, contra o qual já nos preveniu um crítico inglês, de confundir sistematicamente o autor com os personagens por ele criados. Deve-se levar em conta o fato de que três dos maiores livros de Machado de Assis não foram por ele escritos... Quem os escreveu então? Perguntará, espantado, o leitor. E a resposta é simples. Foram escritos por três individualidades distintas da de Machado de Assis: três ilustres cavalheiros que se chamaram Bento Santiago, o Bentinho dos dias da infância, o Dom Casmurro da velhice amargurada pela persistente lembrança de Capitu, a infiel dos olhos de ressaca; Brás Cubas, o avesso daquele, porque enganador, em vez de enganado; e, finalmente, o velho diplomata Aires, que não se satisfizera em ser personagem em “Esaú e Jacó” e, ponto as mangas de fora, quis ser também autor, rascunhando um memorial que é um jardim de melancolias... pode Machado responder pelos conceitos de personagens tão diferentes, pelas características pessoais, pela educação, pelo meio em que viveram, pela natureza mesmo dos incidentes de que participaram e das épocas em que foram situados? Evidentemente, não, e seria absurdo pretender aí coerência, de vez que, para obtê-la, teria Machado que fazê-los iguais uns aos outros, ou iguais a si mesmo, isto é, com a mesma enfiatura intelectual e as mesmas condições psicológicas (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956, Vol. 8: X-XI).

Por esses motivos, justifico a escolha do título deste capítulo ser Um Possível Significado da História “na obra de” Machado de Assis e não Um Possível Significado da História “para” Machado de Assis, porque como adverte Sidney Chalhoub em consonância com Magalhães Júnior:

não é possível decidir, de antemão, sobre qualquer série cronística à baila, se podemos ler esses textos como a expressão das ideias de Machado, mesmo que minadas por sua ironia, ou, ao contrário, se devemos lê-los na chave d’algum narrador ficcional, do naipe de Brás ou Dom Casmurro, e por isso muito distante da perspectiva do próprio Machado de Assis (CHALHOUB, 2005: 70).

De minha parte, acredito que não é possível decidir se podemos ler qualquer texto machadiano como a expressão das ideias de Machado e também não acredito que é possível afirmar que as perspectivas dos narradores ficcionais estejam distantes da perspectiva do próprio Machado de Assis, apesar de, segundo Chalhoub, haver “indícios de que os leitores não distinguiam muito entre as figuras do escritor real e do narrador ficcional” (CHALHOUB, 2005: 74).

Diante disso, me parece temerário afirmar que exista uma concepção de História de Machado de Assis, pois, além de não ser possível determinar se uma concepção expressa as ideias do próprio Bruxo, há várias e variadas representações da História em sua obra, que possibilitaram aos intérpretes atribuírem diferentes concepções de História a Machado, como observei anteriormente no capítulo "Não se há de excluir uma por não ser igual as outras".

Voltando aos intérpretes – não sem antes considerar a impossibilidade de tratar de todos os que abordam a relação de Machado com a História – alguns nomes devem ser enfatizados, sendo que muito provavelmente essa ênfase se dê por afinidade de opiniões e interpretações, isto é, a ênfase se dá, deliberadamente, por afinidades eletivas ou por afinidades afetivas.

Deliberadamente quer dizer ciente de que as escolhas são arbitrariedades necessárias, visto a imensidão de sua fortuna crítica. Não obstante, para alguns estudiosos essas escolhas parecerão mais violentas, por deixar de fora muitos trabalhos que consideram indispensáveis para compreensão da obra machadiana.

Recapitulando: no meu processo particular de construção ou interpretação de um possível significado da História na obra de Machado de Assis, John Gledson foi meu ponto de partida, com a ideia de que Machado “reescreveu” a História do Brasil de forma alegorizada; depois, Roberto Schwarz com a ideia de substrato histórico sustentando a obra machadiana; na sequência, Alfredo Bosi com a apresentação de uma concepção machadiana da História, bastante pontual, posto que extraída de uma única obra: *Memorial de Aires*; logo depois, Sidney Chalhoub com a ideia de que Machado é um historiador, em termos; e, por fim, Astrojildo Pereira com a ideia de que a obra de Machado, em termos historiográficos, ombrearia com a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Abstendo-me de repetir o que já foi dito sobre as colaborações desses intérpretes, remeto novamente o leitor ao capítulo "Não se há de excluir uma por não ser igual as outras".

Embora admitindo a imprescindibilidade de todas essas contribuições, é preciso confessar que a grande pista para interpretação ou atribuição de um possível significado da História na obra de Machado de Assis e conseqüentemente para elaboração desta tese me veio da leitura do livro *O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*, de autoria de Enylton de Sá Rego. A bem da verdade e em termos de originalidade, esta tese é apenas um desdobramento, uma ramificação – no âmbito da História e da História da Historiografia Brasileira – das interpretações e hipóteses oferecidas por Enylton na obra em questão.

Como fica patente desde o título, para Enylton de Sá Rego, há uma relação íntima entre Machado de Assis e a sátira menipeia. Embora Enylton não associe o termo “cínico” ou “cinismo” à sátira menipeia, no meu entender, eles são indissociáveis, pois a sátira menipeia, desde sua origem, nada mais é do que a expressão literária do cinismo.

Curiosamente, Enylton parece fazer questão de os distinguir. Por exemplo: ao tratar do estranho caráter do Livro Eclesiastes, assevera que:

composto nos dois séculos antes de nossa era, o Eclesiastes é certamente um produto do período helenístico [...]. Como sabemos, é este também o período histórico em que floresce o movimento filosófico dos cínicos, tão frequentemente confundido com a tradição literária da sátira menipeia (SÁ REGO, 1989: 128-129).

No entanto, desde já, afirmo estar ciente de que existem controvérsias em torno da ideia de Luciano de Samósata ser ou não um cínico; contudo, há consenso no fato de sua obra ser uma das poucas fontes para o estudo do cinismo ou da Filosofia cínica.

De modo que, de saída, Enylton esclarece que existem alguns critérios para a classificação de um texto como sátira menipeia. Um deles, o prosimétrico:

É este critério “prosimétrico”, sugerido por Quintiliano e até hoje defendido pela maioria dos classicistas, segundo o qual a sátira menipeia seria caracterizada pela “mistura de prosa e verso”. No caso de Machado de Assis, a aplicação de tal critério nos levaria evidentemente a concluir pela negativa, ou a insistir em um absurdo. Portanto, se quisermos estudar as relações entre a obra de Machado e a sátira menipeia, torna-se patente a necessidade de se encontrar uma melhor definição para este conceito (SÁ REGO, 1989: 29-30).

Todavia, Enylton esclarece que o critério formal (prosimétrico) era “utilizado pelos romanos para definir a obra de seus satiristas”, contudo, a sátira grega não se limitava “a nenhuma restrição formal, pois era não só escrita em ‘diferentes metros’, mas era ainda uma ‘miscelânea de diversos elementos’. Portanto, em virtude do seu caráter *híbrido*, a sátira menipeia não podia ser formalmente considerada pelos romanos como um ‘gênero’ literário” (SÁ REGO, 1989: 34).

A obra de Machado de Assis é tão pródiga em suscitar controvérsias, que até quando se concorda com um intérprete, é preciso discordar, ao menos em parte. No entanto, no caso, minha discordância com Enylton é irrisória: diz respeito à afirmação de que “a aplicação de tal critério [prosimétrico] nos levaria evidentemente a concluir pela negativa”. É com esta conclusão que discordo.

Se a única exigência desse rigoroso critério prosimétrico fosse ‘mistura de prosa e verso’⁵¹, ainda assim seria possível afirmar que há sátira menipeia na obra de Machado de Assis, basta lembrar do conjunto de crônicas intitulado *Gazeta de Holanda* e também (por que não?), da peça de teatro intitulada *Os Deuses de casaca*.

⁵¹ Critério rigoroso, contudo, coerente, pois, como demonstra Jacyntho Lins Brandão em *Poética do Hipocentauro*, Luciano de Samósata – figura importante para a História do cinismo (cheguei a ele no momento oportuno) – enfatizava o potencial poético e criativo dessa “mistura de gêneros literários”, sendo justamente essa mistura de gêneros que caracterizaria sua poética, segundo Brandão.

Controvérsias à parte, não satisfeito com o critério prosimétrico e em busca de “uma melhor definição para este conceito”, Enylton elabora um “Breve Resumo Histórico-Crítico da Sátira Menipeia” (SÁ REGO, 1989: 30 e 31), que interessa acompanhar nos pontos fundamentais, pois foram esses pontos que conduziram minha investigação sobre um possível significado da História na obra de Machado de Assis a Luciano de Samósata e de Luciano ao cinismo.

Atribuída a Menipo de Gadara (século III a.C.) – personagem sírio, de existência também controversa e cujos textos todos se perderam – a sátira menipeia, segundo a tradição iniciada por Diógenes Laércio, seria “um tipo de sátira que desrespeitaria as tradições literárias vigentes na época” (SÁ REGO, 1989: 31). Isso já faz lembrar a obra de Machado e uma recepção específica e íntima do livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: a de Capistrano de Abreu.

Íntima pois presente numa correspondência, endereçada de Campinas e datada de 10 de janeiro de 1881, na qual, referindo-se às *Memórias póstumas*, Capistrano de Abreu escreveu:

Li de Rio Claro a Campinas, e, preciso dizer-lhe? – a impressão foi deliciosa, – e triste também, posso acrescentar. Sei que há uma intenção latente porém imanente em todos os devaneios, e não sei se conseguirei descobri-la.

Em São Paulo, por diversas vezes, eu e Valentim Magalhães nos ocupamos com o interessante e esfíngico X. Ainda há poucos dias ele me escreveu: o que é Brás Cubas em última análise? Romance? dissertação moral? desfastio humorístico? Ainda o sei menos que ele (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 188).

Além disso, o próprio Machado intuía que para alguns leitores e críticos dessa obra ele estaria desrespeitando “as tradições literárias vigentes na época” e muito provavelmente por isso ele colocou ironicamente seu autor defunto, na advertência *Ao leitor*, para justificar:

Trata-se, na verdade, de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne, ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo. Pode ser. Obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio. Acresce que a gente grave achará no livro umas aparências de puro romance, ao passo que a gente frívola não achará nele o seu romance usual; ei-lo aí fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 599).

Com esse conceito mais abrangente de sátira menipeia – “um tipo de sátira que desrespeitaria as tradições literárias vigentes na época” – amplia-se a possibilidade de incluir a obra machadiana nessa categoria. Em boa hora, Enylton de Sá Rego (1989: 8) aponta essa “extrema dificuldade de classificação genérica”, como uma das características principais da sátira menipeia.

Não obstante, continuando seu resumo histórico da sátira menipeia, Enylton apresenta outros critérios que ampliam ainda mais a possibilidade de inclusão da obra de Machado nessa categoria. Conforme o autor, além do critério formal, o prosimétrico, “o segundo critério de classificação da sátira menipeia pelos romanos é o critério moral. Conseqüentemente, é o mais difícil de ser estabelecido com precisão” (SÁ REGO, 1989: 34).

Aparentemente, este critério moral se baseia em duas diferentes concepções da função social do riso e da sátira. [...] [Nesse sentido] a sátira deve ter uma função moralizadora indubitável, e o riso deve servir apenas como meio para a denúncia dos vícios da humanidade (SÁ REGO, 1989: 34).

Ao que tudo indica, ainda não satisfeito com a caracterização da sátira menipeia pelo critério moral, Enylton apoia-se em G. L. Hendrickson para afirmar “que os gregos ‘nunca desenvolveram uma designação específica para aquilo que chamamos de sátira, nem criaram formas fixas para sua expressão’” (SÁ REGO, 1989: 36). E citando Hendrickson continua:

[entre os gregos] o único termo compreensivo que abrange a sátira em todas suas formas e nuances é simplesmente o de “riso” – *gelos, gelan*, – o riso do divertimento e da gozação, da ironia, da raiva, que penetra a máscara da pretensão, demolindo os valores falsos e restaurando os verdadeiros através do solvente da realidade (HENDRICKSON *apud* SÁ REGO, 1989: 36).

Ainda consoante Enylton (1989: 36), Hendrickson rejeita “os critérios moralistas impostos pela tradição da sátira romana”, por entender e considerar mais importante “a função típica do riso na sátira grega, que apresenta tradicionalmente o satirista como *spoudogeloion*, isto é, como um personagem que através do seu riso – *gelon* – fala com seriedade – *spoudaion*” (SÁ REGO, 1989: 36). Ou seja, possuir “este caráter *spoudogelios* ou sério-cômico” é outro critério importante para se considerar uma sátira como menipeia (SÁ REGO, 1989: 36).

Ainda segundo Enylton e seguindo seu resumo histórico, a sátira menipeia possui sempre o caráter parodístico, “partindo-se da definição de paródia como ‘canto paralelo’, isto é, como prática textual que se refere prioritariamente a outra prática textual” (SÁ REGO, 1989: 52). Na obra de Luciano podem ser encontrados, segundo Enylton, três tipos principais de paródia: “a) paródia aos gêneros e convenções da literatura passada e presente; b) paródia aos temas e ideias da literatura e da vida social contemporânea; c) paródia a textos definidos, através de citações literais ou quase-literais (“citações truncadas”), geralmente em um contexto distinto daquele do qual a passagem em questão teria sido apropriada” (SÁ REGO, 1989: 52).

“A extrema liberdade de imaginação demonstrada pelo artista frente às limitações a ele impostas pela história ou por uma visão ‘realista’ ou ‘representacional’ da obra de arte” (SÁ REGO, 1989: 63) também é uma característica que deve ser observada quando se pretende inserir ou vincular uma obra literária qualquer à tradição luciânica, consoante Enylton, que sugere “substituir o termo ‘sátira menipeia’ pelo de ‘tradição luciânica’, ‘ou lucianismo’” (SÁ REGO, 1989: 68), sob o argumento de que “a obra de Luciano, única a sobreviver integralmente daquele período, foi o principal meio de propagação literária deste espírito” (SÁ REGO, 1989: 67-68).

Como já referido de passagem, um outro aspecto importantíssimo para vincular algum escrito à tradição luciânica “é a utilização sistemática do ponto de vista do observador distanciado, ou seja, do ponto de vista do *kataskopos*” (SÁ REGO, 1989: 63). Ainda segundo Enylton de Sá Rego, o ponto de vista do *kataskopos*, via de regra, é considerado um “ponto de vista irônico, distanciado e geralmente julgado como pessimista” (SÁ REGO, 1989: 8).

Interpretado como pessimista muito provavelmente porque a própria distância oblitera todas as diferenças: risos-lágrimas, bom-mau, Luzia-Saquarema, à distância é tudo igual. Dessa maneira, entende-se que, durante o processo de construção de uma percepção e de uma interpretação da realidade, o ponto de vista distanciado funciona como um mecanismo de relativização: relativiza as convenções, relativiza as convicções, relativiza as verdades, relativiza até o relativizador, em suma, relativiza tudo.

Apresentadas as principais características que permitem classificar um texto como sátira menipeia ou vinculá-lo à tradição luciânica, Enylton de Sá Rego empreende

o meticuloso trabalho de demonstrar que tais características – “extrema dificuldade de classificação genérica, caráter fragmentário e parodístico, ponto de vista irônico, distanciado e geralmente julgado como pessimista” (SÁ REGO, 1989: 8) – “passam a ocupar uma importante posição na segunda fase da obra de Machado” (SÁ REGO, 1989: 191).

No que diz respeito a essa divisão da obra machadiana, convencionou-se dividi-la em duas fases: a “primeira fase”, percebida como “fase romântica” e a “segunda fase”, considerada “fase realista”. Segundo essa divisão, cujo critério me parece bastante inconsistente⁵², a “primeira fase” abrangeria as obras da juventude: *Ressureição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878); enquanto a “segunda fase” abarcaria as obras da maturidade: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1892), *Dom Casmurro* (1900), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908).

Enfim, chego ao ponto que mais me interessa na interpretação de Enylton de Sá Rego acerca da obra machadiana: “a visão da história expressa por Machado de Assis em suas crônicas e romances a partir de 1876” (SÁ REGO, 1989: 152). Embora esse seja o ponto que me interessa, ele só me interessou porque concordei em grande parte com os argumentos – sobejamente lastreados por indícios textuais extraídos da obra do Bruxo – que Enylton usou para vincular a obra machadiana à tradição luciânica e por isso considerei necessário apresentar as características elementares dessa tradição.

⁵² A tempo, comentando a divisão da obra de Nietzsche, José Carlos Reis tece as seguintes considerações nada intempestivas, que podem, acredito, ser estendidas a Machado e sua obra: “Contudo, pode se falar em ‘obra de juventude’ e ‘obra de maturidade’ para Nietzsche? É uma metáfora que lembra a árvore, cujos frutos são o resultado do ‘desenvolvimento necessário’ de uma semente originária. Mas a obra de Nietzsche não desenvolve uma semente originária, o conhecimento dos escritos posteriores permite introduzir diferenças, autorizando leituras diferentes de um mesmo texto, assim como ele propõe que se faça com a cultura: reinterpretá-la, apropriar-se dela de uma forma nova. Julgando indignos de Nietzsche os que dividem o seu pensamento em ‘1º Nietzsche’ e ‘2º ou 3º Nietzsche’ e, pior, que consideram que um ‘Nietzsche maduro’ seria um ‘Nietzsche melhor’ porque teria resolvido os conflitos de um ‘jovem Nietzsche’. É provável que haja vários Nietzsche, mas é improvável que um deles seja o ‘verdadeiro Nietzsche’. O Nietzsche mais velho não seria o ‘mais maduro’ e muito menos o ‘mais verdadeiro’. E, se há um ‘jovem Nietzsche’, é o vigor da sua jovem ideia de história que nos interessa aqui. E o próprio Nietzsche preferiria talvez confiar na *maturidade* dos seus primeiros instintos quando seu ‘animal sagrado’ cavalgava a pleno galope” (REIS, 2013: 163). Isso demonstra, ao meu parecer, que há mais semelhanças entre ambos do que sonha nossa vã filosofia.

Em virtude disso e considerando a aproximação da obra machadiana com a tradição luciânica, estou convencido de que, entre todas visões ou concepções da História atribuídas a Machado, a oferecida por Enylton de Sá Rego é a mais consistente, a mais coerente e a que mais explica a complexa e ambígua relação de Machado de Assis com a História, apesar de eu discordar dela em alguns pequenos mas significativos pontos.

Sobre a visão machadiana da História, Enylton ponderou:

Se é verdadeira a nossa tese central segundo a qual os textos de Machado, a partir dessa época [1876], podem ser adequadamente situados na tradição luciânica, encontraremos neles um grande desrespeito pelos ditames da verossimilhança e pela história como guia da narração artística. Mostraremos que o ceticismo de Machado frente à história contrasta com as opiniões em vigor no século dezenove, século essencialmente historicista. Veremos ainda como a posição de Machado frente à história e à narrativa segue a tradição luciânica, sobretudo em sua tendência a privilegiar a ironia e a imaginação, e a rejeitar todo e qualquer sistema filosófico totalizador, como Machado rejeitou as filosofias da história do século dezenove (SÁ REGO, 1989: 152).

Antes de seguir com a interpretação de Enylton sobre “a visão da história expressa por Machado de Assis”, gostaria de apontar algumas passagens dessa citação que merecerão, posteriormente, uma reflexão mais detida.

Já no início do extenso excerto, Enylton afirma que, se sua interpretação estiver certa, será possível perceber nas obras analisadas: a) “um grande desrespeito pelos ditames da verossimilhança e pela história como guia da narração artística”; b) “que o ceticismo de Machado frente à história contrasta com as opiniões em vigor no século dezenove, século essencialmente historicista”; c) que “a posição de Machado frente à história e à narrativa segue a tradição luciânica, sobretudo em sua tendência a privilegiar a ironia e a imaginação, e a rejeitar todo e qualquer sistema filosófico totalizador, como Machado rejeitou as filosofias da história do século dezenove”.

Para essas afirmações, como para quase todas as afirmações e interpretações sobre as concepções presentes na obra machadiana, tenho vontade de dizer que estão certas e erradas ao mesmo tempo, isto é, tenho vontade de admiti-las como verdadeiras e refutá-las como falsas.

Primeiro porque Machado não desrespeita apenas os ditames da verossimilhança e da História, tanto quanto Luciano, o Bruxo desrespeita tudo. E como a de Luciano, “sua linguagem é essencialmente ambígua, dessacralizando todas as verdades absolutas, solapando inclusive suas próprias afirmações” (SÁ REGO, 1989: 51). Ora, se sua linguagem é ambígua e sua expressão é sério-cômica, como não perceber que, ao lado do desrespeito provocado pelas injúrias e pela comicidade, há também um grande respeito, uma verdadeira veneração pela História, que decorre necessariamente do tratamento elogioso e positivo dispensado à História, por parte de Machado.

Segundo porque o ceticismo de Machado não se restringe à História e não contrasta apenas com as opiniões em vigor no século dezenove. Machado antepõe seu ceticismo à Medicina, à Biologia, à Ciência, à Filosofia, à Política, à Diplomacia, à Economia, à Religião, à Tradição, à Lei, à Autoridade, ao Progresso. O ceticismo de Machado não se restringe, tampouco, às ideias de História do século dezenove: o ceticismo de Machado abrange e atinge as ideias de História de diferentes períodos históricos; e mais, o ceticismo machadiano visa à cultura universal de uma forma geral. Tal como Luciano de Samósata criticava a cultura grega, Machado de Assis criticou a cultura ocidental, sendo portanto um crítico da sociedade ocidental.

Além disso, seria difícil explicar a ambiguidade de tratamento dispensado à História por parte de Machado de Assis. Se por um lado, como observou Enylton, há desrespeito e ceticismo para com a História e rejeição para com a Filosofia da História, por outro lado, nos momentos em que Machado trata a História de forma positiva/elogiosa, quando aborda a questão da reabilitação histórica de Tiradentes, por exemplo, ou quando realiza a crítica literária de algum livro de História, sua representação da História não se distancia muito da dos historicistas.

Em momento oportuno, não será o “historicismo” um conceito posterior ao movimento ou à corrente de ideias que esse termo procura caracterizar? No período em questão – século XIX – todas ideias acerca da História eram tão coerentes e harmoniosas entre si que é possível abrigá-las sob um mesmo conceito? Os historiadores historicistas se reconheciam como historicistas e estavam cientes de que praticavam historicismo, quando escreviam a História como a escreviam?

Acredito que as respostas para essas questões sejam negativas, conseqüentemente, como afirmar que é “claramente revelado” “o ceticismo de Machado frente ao historicismo”? (SÁ REGO, 1989: 157). Ora, se o “historicismo” não tinha uma existência evidente, palpável, se não tinha “um corpo concreto”, como antepor-se a ele? Além disso, há na biblioteca de Machado livros de historiadores ditos historicistas e em sua obra há referências a eles: Theodor Mommsen, por exemplo, é citado mais de uma vez por Machado. Afinal, de que corrente historiográfica seriam aqueles “autores alemães, cuja pena, semelhante a uma picareta, desbastou os inventos de dezoito séculos, não nos deixando mais que uma certa porção de sucessos exatos”? Conseqüentemente, acredito que o mais plausível é afirmar que Machado de Assis criticou algumas ideias ou concepções de História e não essa ou aquela corrente historiográfica.

E terceiro porque, por fazer um uso pragmático da História, a posição de Machado “frente à história e à narrativa” privilegia a ironia e a imaginação apenas quando ele aborda a História de forma injuriosa/negativa, geralmente equalizando acintosamente a História com a ficção, História com a lenda. Entretanto, tal como Luciano, Machado sabia perfeitamente que existiam limites e diferenças entre esses tipos literários ou entre essas formas de narrativas⁵³. Aliás, segundo Jacyntho Lins

⁵³ Ao refletir sobre a distinção entre a lenda e a História, Erich Auerbach escreve: “Se é difícil distinguir, dentro de um relato histórico, o verdadeiro do falso ou do parcialmente iluminado, pois isso requer uma cuidadosa formação histórico-filológica, é fácil, em geral, separar a lenda da história. A sua estrutura é diferente. Mesmo quando a lenda não se denuncia imediatamente pela presença de elementos maravilhosos, pela repetição de motivos conhecidos, pelo desleixo da localização espacial ou temporal, ou, por outras causas semelhantes, pode ser reconhecida rapidamente, o mais das vezes, por sua estrutura. Desenvolve-se de maneira excessivamente linear. Tudo o que correr transversalmente, todo atrito, todo o restante, secundário, que se insinua nos acontecimentos e motivos principais, todo o indeciso, quebrado e vacilante, tudo o que confunde o claro curso da ação e a simples direção das personagens, tudo isso é apagado. A história que presenciamos, ou que conhecemos através de testemunhos de contemporâneos, transcorre de maneira muito menos uniforme, mais cheia de contradições e confusão; só quando, numa zona determinada, ela já produziu resultados, podemos com a sua ajuda ordená-los de algum modo; e quantas vezes a ordem que assim achamos ter obtido, torna-se novamente duvidosa, quantas vezes nos perguntamos se aqueles resultados não nos levaram a uma ordenação demasiado simplista do originalmente acontecido! A lenda ordena o assunto de modo unívoco e decidido, destaca-o da sua restante conexão com o mundo, de modo que este não pode intervir de maneira perturbadora; ela só conhece homens univocamente fixados, determinados por poucos e simples motivos cuja integridade de sentimentos e ações não pode ser prejudicada” (AUERBACH, 2015: 16).

Brandão, “o tratado *Como se Deve Escrever a História*, que é sem dúvida um libelo contra historiadores de sua época, mas também um extraordinário esforço de distinção entre a história e a poesia” (BRANDÃO, 2001: 33).

Por fim, não sei se é plausível afirmar que Machado rejeitou “todo e qualquer sistema filosófico totalizador, como rejeitou as filosofias da história do século dezenove”, acredito que o mais sensato seria afirmar que ele relativizou todo e qualquer sistema filosófico totalizador, da mesma maneira como relativizou todas as filosofias da história e não só as do século dezenove. Aparentemente, Machado pôs em questão todas as tentativas de explicação para os movimentos da História.

Voltando, portanto, à interpretação de Enylton acerca da visão machadiana da História e à ideia de que ela “se afasta do historicismo do século dezenove” (SÁ REGO, 1989: 153). Para perceber esse afastamento, segundo o autor:

basta lembrar que as correntes de pensamento mais importantes na Europa – e no Brasil – de então eram o Romantismo, o Idealismo e o Positivismo, e que estas foram exatamente as mais importantes ‘escolas’ do pensamento histórico do século dezenove. Tanto o Romantismo quanto o Positivismo tiveram importantes repercussões no Brasil (SÁ REGO, 1989: 153).

Em seguida, Enylton de Sá Rego adverte que está se referindo especialmente e “sobretudo ao pré-romantismo alemão simbolizado pelos irmãos Augusto e Frederico Schlegel, que chegou ao Brasil em sua versão francesa, via Chateaubriand, Madame de Staël e sobretudo através de Ferdinand Denis” (SÁ REGO, 1989: 153).

Pois bem, novamente sou obrigado a discordar em parte da interpretação de Enylton. Primeiramente porque acredito que “se afastar” é uma coisa e “não ser influenciado” é outra coisa bem diferente. Uma vez que o século XIX é o século da História⁵⁴ e do historicismo seria muito pouco provável que um contemporâneo desse século passasse incólume no que se refere à influência da História e do historicismo.

⁵⁴ “De fato, na história da historiografia contemporânea, é consenso considerar o século XIX como a época clássica dos estudos históricos, o “século da história”, tal o volume de transformações e o aprimoramento dos níveis de reflexão acumulados nos domínios de Clío. Ora, a percepção do século XIX como uma espécie de “idade de ouro” dos estudos históricos parece mesmo acertada, haja vista ter-se verificado nesta quadra uma nova concepção da própria história vivida, agora voltada para o planejamento de alianças estratégicas com as forças promotoras do progresso da humanidade” (BENTIVOGLIO; LOPES, 2013: 8).

Se, como afirma Enylton, o Romantismo, o Idealismo e o Positivismo foram as mais importantes 'escolas' do pensamento histórico do século dezanove, necessariamente Machado deveria se afastar e/ou repudiar todas essas escolas. No entanto, não é isso que acontece no caso específico do Romantismo e é o próprio Machado que confessa essa influência: "Gente que mamou leite romântico, pode meter o dente no rosbife naturalista; mas cheirando a teta gótica e oriental, deixa o melhor pedaço de carne para correr à bebida da infância. Oh! meu doce leite romântico!" (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 883).

Além dessa influência confessada, não se pode esquecer a grande admiração que Machado nutria por Victor Hugo e Ernest Renan, ambos comumente vinculados à escola romântica. Também não é possível desprezar a influência de Chateaubriand, frequentemente citado pelo Bruxo.

Por fim, mas não menos importante, é igualmente difícil desconsiderar o impacto de Madame de Staël sobre Machado, principalmente sabendo que dedicou uma poesia à Corina, cuja identidade nunca foi revelada, nem quando Carolina – em correspondência e antes de se casar com ele – insistiu em saber. O interessante é que a resposta de Machado aproxima sua Corina da de Staël:

A minha história passada do coração, resume-se em dois capítulos: um amor, não correspondido; outro, correspondido. [...] A tua pergunta natural é esta: Qual destes dois capítulos era o da Corina? Curiosa! era o primeiro. O que te afirmo é que dos dois o mais amado foi o segundo. Mas nem o primeiro nem o segundo se parecem nada com o terceiro e último capítulo do meu coração. Diz a Staël que os primeiros amores não são os mais fortes porque nascem simplesmente da necessidade de amar (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo I: 259).

Essa influência de Staël sobre Machado de Assis talvez não tivesse tanta importância para esse trabalho, caso sua *Corinne* não fosse uma historiadora, que, segundo Irene Moutinho, tem "a própria imagem da autora, inteligente, cativante e apaixonada" (MOUTINHO *in* MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo I: 261). A partir disso, conjeturo que, como amante de História, foi fácil a Machado se "apaixonar" pela historiadora de Madame de Staël e depois personificar essa paixão platônica

transferindo-a para alguma conterrânea, que certamente compartilhava alguns traços psicológicos e talvez físicos com a *Corinne* de Stäel⁵⁵.

Corinne é verdadeiramente uma personagem apaixonante: historiadora, inteligente, independente, personalidade forte, versátil e heterodoxa na forma de pensar, como ressalta Bonnie G. Smith, em *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Historicizando a obliteração do papel da mulher na constituição da História científica, Smith interpreta a *Corinne* de Madame de Stäel como uma possibilidade historiográfica, dotada de uma concepção de História bastante diferente daquelas comumente atribuídas aos românticos e aos historicistas. *Corinne* representa ainda outras racionalidades e outras epistemologias, pautadas sobretudo no pensamento reticular. Smith afirma que

Enquanto *Corinne* dá a cada cultura (francesa, grega, italiana e outras) o que lhe é devido ao marcar sua história e seu caráter nacional particulares, Oswald [o amante inglês de *Corinne*] permanece preso a maior parte do tempo a uma identidade inferida e singular ao usar instituições políticas como o único padrão para a avaliação histórica. *Corinne*, por outro lado, dá peso histórico uma cornucópia de fatos (nas artes, na religião, na sociabilidade) (SMITH, 2003: 67).

Na análise de Bonnie Smith, *Oswald* corporifica uma História factual, oficial, racional, nacional e política; já *Corinne* simboliza uma História cultural, extraoficial, emocional (feita de sensibilidades, transitividade, intuições, imaginações), cosmopolita e social. Enfatizando a capacidade de observação e análise do olhar de estrangeira-exilada de *Corinne*, Smith sinaliza para outras possibilidades de História oferecidas por de Stäel. E é isso o que verdadeiramente importa nessa paixão de Machado por Corina: saber que o Bruxo conheceu essa outra possibilidade historiográfica.

Para além de Machado ter confessado o gosto pelo Romantismo e de ter expressado sua admiração por uma figura importante dele (Mme. de Stäel), no prefácio aos *Contos Recolhidos*, Raimundo Magalhães Júnior afirma que há uma “forte

⁵⁵ Como indício da impressão duradoura de Stäel sobre Machado e da paixão deste por *Corinne*, em crônica datada de 8 de janeiro de 1893, ele se expressou dessa forma: “Na velha Rua Direita, centro do comércio, dominavam as quitandas de um lado e de outro, africanas e crioulas. Destas, as baianas eram conhecidas pela trunfa, — um lenço interminavelmente enrolado na cabeça fazendo lembrar o famoso retrato de Mme. de Stäel. Mais de um lorde Oswald do lugar, achou ali a sua Corina” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 887).

influência” ou uma “impregnação do indianismo de Gonçalves Dias” principalmente nas poesias contidas nas *Americanas*, mas não só nelas, estando presente também no conto *Rui de Leão*, que compõe esta coletânea organizada e prefaciada por Magalhães Júnior, que afirma ainda que “foi entre 1872 e 1875 que tal influência se exerceu mais intensamente sobre Machado” (MAGALHÃES JÚNIOR *in* MACHADO DE ASSIS, 1956, Vol. 4: 8). Em vista disso, acredito que cai por terra a ideia de que Machado “se afasta do historicismo” e “das mais importantes ‘escolas’ do pensamento histórico do século dezenove”.

O que pretendo insinuar com essas ponderações – que relativizam as afirmações de Enylton – é que há nuances consideráveis e singularidades literárias significativas encobertas por conceitos tão amplos e homogeneizadores como Romantismo e Historicismo. Via de regra, essas e outras categorias se referem, ou melhor, pretendem se referir a um conjunto multifacetado de ideias e ações ou de práticas e representações, supostamente afins e cronologicamente delimitadas⁵⁶.

Muitas vezes, os categorizadores e/ou aqueles que fazem uso dessas categorias esquecem-se de que “na vida das coletividades, nada acontece por acaso, tudo tem seu momento próprio e decorre de condições concretas” (SODRÉ, 1959: 9), esquecem-se ainda de que as ideias não se constituem a partir do nada, esquecem-se de que jamais as ideias se manifestam puras ou absolutamente isentas de influências, esquecem-se também de que as ideias não desaparecem instantaneamente, quando outras começam a se insinuar ou quando assumem o protagonismo.

E no mais, mesmo que essas categorias fossem coletiva e consensualmente aceitas e mesmo que as fronteiras entre elas fossem bem definidas, o que são categorias e fronteiras para um cínico – mesmo que literário – que menospreza as

⁵⁶ Em seu famoso *Vindiciae*, artigo em que defende Machado dos ataques mordazes e despropositados de Sílvio Romero, Labieno (Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira) assim se refere a essa vontade classificadora:

“A primeira necessidade lógica que sente o senhor Romero ao iniciar o seu estudo, é a de classificar Machado de Assis, de dizer a que escola pertence. É clássico, é romântico, realista, é naturalista? Mania de retórico das velhas retóricas.

Essa questão de classificar em escola clássica, escola romântica, escola realista, é um tema cediço, um lugar comum com que se entretêm os espíritos estéreis, amigos de fórmulas vãs, e incapazes de análises penetrante e profundas dos fatos literários” (PEREIRA, 1934: 18).

convenções, que tem vocação para as misturas e transições, que faz uso sistemático e pragmático da História, para os fins que lhe convêm?

Contudo, merece atenção uma outra parte das interpretações de Enylton de Sá Rego, segundo a qual:

Machado sugere uma visão da história como estrutura narrativa de valor sobretudo simbólico, na qual – como nas lendas e nas obras de arte – a imaginação e a forma de apresentação têm tanto ou mais valor do que a veracidade dos fatos narrados. Por outro lado, veremos ainda como tal visão de Machado anuncia correntes de pensamento e tendências estéticas que viriam a ser plenamente desenvolvidas no século vinte, com o ceticismo e o distanciamento irônico que as caracterizam (SÁ REGO, 1989: 152-153).

Interpretando aquela crônica na qual Machado declarou que “a lenda [do Grito do Ipiranga] é melhor do que a história autêntica” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 294), Enylton asseverou que, na opinião de Machado, a história se aproxima da lenda e da poesia, porque “para ser representativa a história exige não apenas fatos verdadeiros mas sobretudo uma apresentação formal que tenha forte valor simbólico e comunicativo” (SÁ REGO, 1989: 160). E ainda conforme Enylton de Sá Rego, “o ceticismo e a ironia da visão machadiana da história se aproximam bastante das visões modernas da história, sobretudo da apresentada por Hayden White em seu livro *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*” (SÁ REGO, 1989: 160).

Concordo com essa aproximação! Visto que, em 2018, antes mesmo de conhecer a obra de Enylton – que só me foi apresentada em 2019/2020, pelo professor Daniel Barbosa – submeti um projeto de pesquisa, como já mencionei, que fazia essa mesma aproximação. Com o título “‘A lenda é melhor do que a história’. Machado de Assis: uma outra concepção de História”, o projeto tinha o intuito de concorrer ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

Esse projeto foi elaborado a partir de três percepções: 1) a de que havia inúmeras referências à História na obra machadiana; 2) a de que essas referências podiam ser diretas ou indiretas; 3) a de que essas referências podiam ter cargas semânticas positivas e negativas. A partir dessas percepções e procurando interpretá-las, tentei aproximar a concepção de História de Machado de Assis às concepções de

História de Paul Veyne e às de Hayden White, procurando caracterizar Machado, respectivamente, como um precursor não reconhecido dos teóricos considerados pós-modernos e daqueles associados ao *linguistic turn*.

Além disso, procurei ainda evidenciar as analogias semânticas entre os conceitos machadiano de “saudade” e “esperança”, contidos na poesia *Dois Horizontes*, e às categorias de “espaço de experiência” e de “horizonte de expectativas”, elaborados por Reinhart Koselleck, em seu já clássico livro *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Com essas aproximações, o intuito era enfatizar o caráter bastante contemporâneo das reflexões de Machado de Assis acerca da História.

Apesar de concordar com a interpretação de Enylton – segundo a qual, para Machado, “para ser representativa a história exige não apenas fatos verdadeiros mas sobretudo uma apresentação formal que tenha forte valor simbólico e comunicativo”, aproximando-se da lenda e da poesia – é preciso relativizá-la.

Para tanto, é preciso considerar que a forma elogiosa-injuriosa (ou positiva e negativa, como eu havia interpretado) de tratar a História pode se manifestar alternada ou separadamente. Isto é, às vezes o tratamento pode ser só injurioso, noutras vezes o tratamento pode ser só elogioso.

Com efeito, muitas vezes o Bruxo tratou a História de forma positiva, judiciosa: basta lembrar das críticas feitas por Machado a obras históricas produzidas por seus contemporâneos, entre elas a que aborda o livro *A Constituinte perante a história* e um artigo sobre o *Golpe de Estado de 1823*, ambos escritos por Homem de Melo; basta reler o Necrológico feito em virtude da morte de Henriqueta Renan, irmã de Ernest Renan, para constatar o respeito que Machado tem pelo trabalho historiográfico de ambos; basta considerar a crônica escrita à guisa de Necrológico, quando a notícia da morte de João Francisco Lisboa foi confirmada, em 1 de julho de 1863; basta ter em mente as reiteradas e veementes – até mesmo audaciosas e perigosas – interpelações pela reabilitação histórica de Tiradentes; basta recordar a ênfase desapontada que Machado dá à desigualdade dos destinos de Martinha e de Lucrecia (esta, “uma lenda que a História meteu nos seus livros”; aquela, uma verdade que “vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade”); basta saber que “na época das *Americanas*, Machado andou lendo bastante sobre história do Brasil, e empenhou-se em obter uma coleção

completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, obtendo-a e agradecendo o obséquio por meio de uma carta datada de 20 de outubro de 1871 e destinada ao Secretário do IHGB, Cônego Fernandes Pinheiro, na qual escreveu:

Estou de posse da coleção de Revistas, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a pedido do seu ilustrado 3º vice-presidente, o Senhor Doutor Joaquim Norberto de Sousa e Silva, resolveu me fosse remetida. Rogo a Vossa Senhoria queira transmitir à ilustre associação, de que é muito digno secretário, os meus cordiais agradecimentos (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 35).

Por que solicitaria Revistas do Instituto se não respeitasse a História e o trabalho historiográfico⁵⁷?

Portanto, sim! Sem sombra de dúvidas, há na obra de Machado “um grande desrespeito pelos ditames da verossimilhança e pela história como guia da narração artística”; e, por outro lado, não! Não há apenas desrespeito, há também respeito e veneração pela História. E novamente sim! De fato, “o ceticismo de Machado frente à história contrasta com as opiniões em vigor no século dezenove, século essencialmente historicista”; e, de novo, não! Não há só ceticismo frente à História, há também crença na História, ou seja, em sua obra, Machado não só duvida, mas também crê na História; e mais uma vez sim! Efetivamente, em determinadas passagens de sua obra, tem-se a impressão de que “para ele, a história se aproxima mais do simbolismo da lenda e da obra de arte do que da objetividade da ciência, objetivo tão típico do século dezenove” (SÁ REGO, 1989: 158); e outra vez não! Em outras passagens de sua obra, Machado espera que o historiador possa “liquidar imparcialmente o passado”, ele espera, por exemplo, “que o sr. Homem de Melo prossiga nas suas investigações histórico-políticas e que outros o imitem em trabalhos tão sérios”. E Machado espera isso porque esse “é o mais legítimo desejo de quem ama a vitória do pensamento e da verdade”. Ele sabe que não se deve escrever uma História sem que haja seriedade, honestidade e, ao menos, uma vontade de verdade; e ele sabe que a aporia da verdade é um pressuposto que diferencia e distancia a História, da lenda, da ficção e da poesia. E por fim, só não! Machado não simplesmente

⁵⁷ Sobre a relação de Machado com a Revista do Instituto consultar o trabalho de João Cezar de Castro Rocha: *Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (JOBIM, 2008: 315-334).

rejeitou “todo sistema filosófico totalizador” e “as filosofias da história”. Afinal, como o próprio Enylton ressaltou, “uma das características principais de sua linguagem [da de Luciano] é a de relativizar constantemente suas próprias afirmações” (SÁ REGO, 1989: 49). Ora, se Machado seguiu a tradição luciânica, ao invés de afirmar que ele rejeitou “todo e qualquer sistema filosófico totalizador” e “as filosofias da história do século dezenove”, seria mais coerente afirmar que ele criticou os sistemas totalizadores e as Filosofias da História, relativizando-os. Inclusive, pode-se dizer que o Bruxo relativizou até os sistemas relativistas. Ele apontou criticamente a superficialidade ou o caráter abstrato das interpretações totalizadoras e/ou a fragilidade probatória das Filosofias da História do século XIX; o que aparentemente ele sugeria aos filósofos da História – e ostensivamente ele sugeriu no conto *Os óculos de Pedro Antão*⁵⁸ – é que não interpretassem “à primeira vista todas as aparências” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 1202-1214), para que o edifício de suas interpretações não desmoronasse devido a graves inconsistências factuais ou em virtude de quaisquer novas descobertas.

Apesar dessas ressalvas para com a interpretação de Enylton de Sá Rego acerca da visão de História de Machado, no momento em que a li pela primeira vez, eu a considerei a interpretação mais plausível e coerente com a concepção de História que eu havia percebido na obra machadiana.

⁵⁸ O conto gira em torno do testamento que um tio legara a seu sobrinho, que, considerando a excentricidade do tio e o mistério que envolvia sua pessoa e sua casa, convidou um amigo a acompanhá-lo à casa do finado tio. Esse amigo – que é médico e também o narrador da história – é convidado porque tem “interesse e gosto em penetrar nos negócios misteriosos” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 1202). Lá chegando, encontram objetos aleatórios espalhados pela casa. Imediatamente, o médico-narrador, *a la* Sherlock Holmes, começou interpretar aqueles indícios e ao final ofereceu uma explicação lógica, que incorporava os indícios, mas que rescendia à superinterpretação (ECO, 2018). Porém, antes que fossem embora encontraram “uma gaveta escondida por traz de uma tabuinha. [...] Dentro havia um rolo fino de papel com esta nota por fora. ‘- Para ser entregue a meu sobrinho Mendonça’. Vejamos. Mendonça abriu o rolo. Continha uma folha de papel com as seguintes palavras: ‘Meu sobrinho. Deixo o mundo sem saudades. Vivo recluso tanto tempo para me acostumar à morte. Ultimamente li algumas obras de filosofia da história, e tais coisas vi, tais explicações encontrei de fatos até aqui reconhecidos, que tive uma ideia excêntrica. Deixei aí uma escada de seda, uns óculos verdes, que eu nunca usei, e outros objetos, a fim de que tu ou algum pascácio igual inventassem a meu respeito um romance, que toda a gente acreditaria até o achado deste papel. Livra-te da filosofia da história’. Calcule agora o leitor o efeito deste escrito, espécie de dedo invisível que me deitava por terra o edifício da minha interpretação! Daí para cá não interpretei à primeira vista todas as aparências” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 1214).

E por considerá-la plausível procurei conhecer um pouco mais sobre a tradição luciânica, sobre a obra de Luciano de Samósata e sua relação com a História. Com esse intuito e seguindo uma sugestão do próprio Enylton, resolvi “contrastar dois de seus textos, ‘*Como se deve escrever a história*’ e ‘*Uma história verdadeira*’” (SÁ REGO, 1989, 57). Com esse procedimento, meu propósito foi observar a relação de Luciano de Samósata com a História e, a partir daí, perceber em que medida a relação de Machado de Assis com a História se assemelha à de Luciano.

Tive acesso primeiramente ao livro *A História Verdadeira*, na tradução de Gustavo Piqueira e depois na tradução de Lucia Sano, que acompanha o livro *Biografia Literária: Luciano de Samósata*, organizada por Jacyntho Lins Brandão. Em *A História Verdadeira* ou *Das narrativas verdadeiras* (como traduziu Sano), Luciano utiliza-se da forma ou da expressão literária própria da História para narrar uma porção de histórias fantásticas e absurdas como se fossem verdadeiras: desde histórias que narram a existência de um rio de vinho; passando por histórias de naufragos que habitam uma baleia viva; até histórias que beiram o surrealismo com videiras-mulheres lindas e enraizadas e abutres gigantes de três cabeças, galopados por homens; ou ainda histórias que assemelham-se a ficções científicas, com navios navegando pelos ares, em direção à Lua, e ilhas navegadas por gigantes; chegando por fim ao paroxismo de imaginar histórias em que seres com gêneros e papéis sociais mutáveis, desenvolviam suas gestações nas batatas das pernas.

Antes disso, porém, ainda na apresentação, Luciano confessa ao leitor que naquele livro ele declara “mentiras variadas de maneira convincente e verossímil” (LUCIANO *in* BRANDÃO, 2015: 143) e “por isso, os leitores não devem de forma alguma acreditar” nelas (LUCIANO *in* BRANDÃO, 2015: 144), ressaltando que “cada uma das coisas relatadas alude não sem comicidade a alguns dos antigos poetas, historiadores e filósofos, que muitas coisas prodigiosas escreveram” (LUCIANO *in* BRANDÃO, 2015: 143). Assim sendo, ele conclui implicitamente que o que o diferencia de poetas, historiadores e filósofos antigos e contemporâneos é que ele diz a verdade pelo menos uma vez, quando confessa que mente (LUCIANO *in* BRANDÃO, 2015: 144). Portanto, em síntese, *A História Verdadeira* é uma sátira que tem por tema a História.

Diga-se de passagem, ao que tudo indica, foi seguindo os rastros da sátira que Enylton percebeu “em sua [de Machado] obra de ficção uma concepção não-realista

da história” (SÁ REGO, 1989: 193), ou seja, para Enylton, “Machado de Assis tinha uma visão bastante clara da história, e que tal visão era sumamente cética e irônica, em contradição, portanto, com as crenças historicistas típicas de seu século” (SÁ REGO, 1989: 156). Por esse motivo, na concepção de Enylton, “em sua obra literária⁵⁹, Machado revela uma grande desconfiança para com sistemas de ‘filosofia da história’” (SÁ REGO, 1989: 156).

No meu caso, foi seguindo os rastros da História em toda a sua obra – tanto ficcional (contos, romances, poesias) quanto factual (crônicas, críticas, correspondências) – que percebi o tratamento ambíguo (positivo e negativo) dispensado a ela por parte de Machado; percebi ainda que por trás desse tratamento ambíguo – revelado pelo uso sistemático e pragmático que Machado fazia da própria História – havia uma concepção ambivalente da História: ambivalente porque é, ao mesmo tempo ou alternadamente, positiva e negativa, sendo, portanto, possível caracterizá-la como uma concepção cínica da História; percebi também, certamente por não ter me restringido às obras ficcionais, que nem sempre suas representações da História eram expressadas de forma irônica, e mesmo quando eram expressadas ironicamente, podiam ser interpretadas às vezes de forma injuriosa e às vezes de forma elogiosa.

Em virtude disso, reitero, percebi na obra do Bruxo não apenas “uma concepção não-realista da história”, mas também uma concepção realista; percebi não apenas uma “contradição, com as crenças historicistas”, mas também uma concordância com elas; por fim, percebi no conjunto da obra machadiana não apenas o ceticismo para com a História, mas também a crença nela.

Todavia, voltando à obra de Luciano com o intuito de verificar a legitimidade da associação feita por Enylton entre a obra machadiana e a tradição luciânica, foi possível perceber que, apesar de satirizar a História, Luciano de Samósata também acreditava nela. Acreditava tanto que escreveu o seu *Como se deve escrever a história* com o objetivo expresso de propor aos historiadores “uma pequena exortação e alguns poucos conselhos, a fim de participar da construção de sua obra” (SAMÓSATA, 2009: 35).

⁵⁹ Qual obra de Machado de Assis não é literária?

Quando tive acesso ao livro *Como se deve escrever a história*, na tradução de Jacyntho Lins Brandão, para minha grata surpresa, a plausibilidade de uma relação entre Machado de Assis e Luciano de Samósata foi reiterada literalmente desde as primeiras palavras do livro, ei-las:

Machado de Assis escreveu, de julho de 1876 a abril de 1878, na revista quinzenal *Ilustração brasileira*, uma seção que batizou de “História de quinze dias”. Em 15 de março de 1877, ele comentava:

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar.¹

Além dessa referência a Machado (surpreendente e auspiciosa, para mim) – contida na primeira linha, do primeiro parágrafo, da Introdução ao texto de Luciano –, Jacyntho Lins Brandão afirma, nessa mesma Introdução, que empreendeu essa tradução com a pretensão de que ela

se integre não só ao rol das traduções de Luciano em língua portuguesa, mas venha a constituir uma contribuição brasileira (e latino-americana) para os estudos de um autor cuja influência em nossa cultura pode ser atestada em ninguém menos que o nosso Machado de Assis (BRANDÃO *in* SAMÓSATA, 2009: 29-30).

As pesquisas, às vezes, oferecem essas surpresas: indo atrás da obra de Luciano de Samósata para verificar se, deveras, como afirma Enylton, há nela elementos que permitam a vinculação da obra machadiana à tradição luciânica, encontro um fragmento da obra do próprio Machado de Assis dando início às reflexões de Jacyntho Lins Brandão em torno da questão da História (e do historiador) na obra de Luciano.

Por si só, isso já seria indício de que minha interpretação sobre um possível significado da História na obra machadiana está no caminho certo. Afinal, quando o

maior especialista brasileiro na obra de Luciano de Samósata e também conhecedor da obra machadiana⁶⁰ cita Machado na introdução a um texto de Luciano e conclui essa mesma introdução afirmando que Luciano, certamente, influenciou Machado, é forçoso reconhecer as autoridades e começar a dar crédito para existência da relação Machado-Luciano.

Contudo, a convicção é uma árvore que precisa ser regada e adubada com substâncias probatórias para que possa se desenvolver, florir e frutificar; e isso acontece ao longo da pesquisa. Uma pesquisa histórica constitui-se gradativamente como uma teia de conhecimentos ou como uma estrutura de significação, que o pesquisador – por meio do raciocínio histórico, lastreado por provas (JABLONKA, 2016: 181) – procura compreender e, ao mesmo tempo, procura oferecer instrumentos para que outros também compreendam.

Para isso, é imprescindível, de acordo com Ivan Jablonka, dizer as coisas e mostrar como estão feitas, partindo do princípio da transparência, que é o raciocínio em sua honestidade maior (JABLONKA, 2016: 313). Como consequência disso e seguindo a esteira de Dilthey, Weber e Marrou, Jablonka concebe a História como uma ciência interpretativa em busca de sentido (JABLONKA, 2016: 145), e é por isso que me amparo em suas reflexões ao buscar um sentido ou um significado para a presença da História na obra machadiana.

Considerando isso, continuo procurando indícios da relação Machado-Luciano que possam fortalecer minha convicção. Na Introdução ao *Como se deve escrever a História*, uma das primeiras coisas que Jacyntho Lins Brandão afirma é que “sem dúvida, Luciano ‘é tudo, menos historiador’ – como observou Hartog – não passando, a maior parte do tempo, de um contador de histórias”.

Diante dessa afirmação – Luciano é tudo, menos historiador –, meu primeiro impulso ou minha reação imediata seria aproveitar essa deixa e dizer o mesmo sobre o Bruxo: Machado é tudo, menos historiador. Mas isso traria um inconveniente teórico, uma desconsideração factual e despertaria a animosidade de toda uma escola ou linha de pesquisa machadiana, aquela capitaneada por Sidney Chalhoub.

⁶⁰ Vide o artigo *A Grécia de Machado de Assis* (BRANDÃO in: MENDES *et.al*, 2001: 351-374).

O inconveniente teórico está no fato de eu concordar com as ideias relacionadas à tese de que *A história é uma literatura contemporânea*, defendida com argumentos consistentes e sobejamente amparada por indícios documentais, por Ivan Jablonka, que – como já visto – lembra inclusive que “antes do último terço do século XIX os historiadores não tinham tantos escrúpulos com respeito à literatura. Heródoto, Gibbon e Michelet eram, sem dúvida, escritores” (JABLONKA, 2016: 227). A incipiente institucionalização da História ainda não havia permitido a sedimentação de critérios rígidos que a distinguisse absolutamente da Literatura, as fronteiras ainda eram bastante porosas e relativamente indefinidas.

Se por um lado a História foi e é uma Literatura que, por meio do método, produz conhecimento (JABLONKA, 2016: 221), por outro lado, e ainda como inconveniente teórico, há a ideia de que a Literatura é uma espécie de História, isto é, como todo produto humano, a Literatura, ou mais amplamente, a Arte carrega traços de sua historicidade, carrega em si o “DNA” do tempo em que foi concebida. Dito de outra forma, não se pode desprezar o “caráter da arte como historiografia inconsciente” (ADORNO, 2012: 389).

Além disso, a referida desconsideração factual estaria no fato de o próprio Machado se denominar “um pobre historiador de coisas leves” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 978) ou um historiador de migalhas [“são migalhas da história, mas as migalhas devem ser recolhidas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1118)]. Há ainda o fato de Machado denominar sua seção de crônicas na *Ilustração Brasileira de História de quinze dias* e de renomeá-la mais tarde de *História de trinta dias*, justificando ironicamente que “um fato de trinta dias pertence à história, não à crônica” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 368).

Ora, concordando com a feliz expressão de Margarida de Souza Neves, segundo a qual “a crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto, sempre e de formas diversas, uma escrita do tempo” (1992: 82) e concordando com Marc Bloch que a História é a ciência dos homens no tempo (2001: 55), é absolutamente plausível admitir ou aceitar as crônicas como Histórias em migalhas, mas ainda assim: História.

No mais, relativizando certas concepções de História, é preciso lembrar com Arnaldo Momigliano que até o começo do século XIX considerava-se “História” aquelas narrativas quase que exclusivamente políticas e militares sobre os Estados-Nações,

ficando ao Antiquariato a incumbência de tratar dos “detalhes mínimos”, isto é, dos costumes, das tradições, das práticas religiosas, das ideias, dos medos e dos anseios (da psicologia coletiva), das línguas, das práticas médicas, das relações sociais (sociabilidades) das sociedades passadas. Em suma, interessava a um historiador tratar das questões políticas e militares, à maneira de Tucídides⁶¹, enquanto que a um antiquário interessava tratar das questões culturais (materiais e imateriais) das sociedades que existiram no passado.

A propósito, se parece – e, em termos, é – legítimo caracterizar Machado como um historiador, como pretende Sidney Chalhoub, tendo em vista as considerações de Arnaldo Momigliano, no livro *As raízes clássicas da historiografia moderna*, muito mais legítimo parece ser caracterizá-lo como um antiquário, cujos temas de interesse estão mais próximos de Tácito (História psicológica) e de Tito Lívio (História Nacional) do que de Tucídides (História Política e Militar). Para isso, basta observar a utilização pragmática que Machado de Assis faz da Antiguidade; ou basta acompanhar as reflexões de Jacyntho Lins Brandão no artigo *A Grécia de Machado de Assis*; ou ainda basta lembrar que no final da vida ele se dedicou ao estudo do grego.

Nesse sentido, é possível afirmar que Machado de Assis foi um classicista e, segundo François Hartog, “todo classicista é, de direito (ou em potência), senão de fato, historiador” (HARTOG, 2003: 202), mesmo que seja “um pobre historiador de coisas leves” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 978) ou apenas um “romancista, que podemos chamar historiador, no sentido de contar a vida das almas e dos costumes” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1118). Segundo Auerbach, Honoré de Balzac sustentava energicamente “que a sua atividade deve[ria] ser considerada como historiografia (AUERBACH, 2015: 427)⁶².

⁶¹ “No século XIX, três historiadores tão diferentes quanto Ranke, Macaulay e Eduard Meyer viam Tucídides como o modelo de historiador” (MOMIGLIANO, 2019: 19).

⁶² Nas palavras de Erich Auerbach: “Quando Balzac designa os seus *Etudes des Moeurs au dix-neuvième siècle* como história – de forma semelhante Stendhal já tinha dado ao seu romance *Le rouge et le Noir* o subtítulo *Chronique du dix-neuvième siècle* – isto significa, em primeiro lugar, que considera a sua atividade criativa e artística como uma atividade histórico-interpretativa, de natureza mesmo histórico-filosófica, como já podia ser apreendido no *Avant-propos*; em segundo lugar, significa que considera o presente como história; isto é, o presente é algo que ocorre surgindo da história. De fato, os seus homens e os seus ambientes, por mais presentes que sejam, estão sempre representados como fenômenos que emanaram dos acontecimentos e das forças históricas. Basta reler, por exemplo, a descrição da origem da

Depois dessas reflexões em torno da ideia de Machado ser um historiador (como defende Chalhoub) ou ser tudo menos um historiador (como pensei em afirmar amparado em Jacyntho/Hartog), acredito que o mais prudente é afirmar que é possível caracterizá-lo como historiador, sendo, contudo, indispensável considerar e refletir sobre que concepção de História é capaz de abrigá-lo como historiador. E isso Sidney Chalhoub não fez em seu livro *Machado de Assis, historiador*.

Seguindo confessadamente as pistas de John Gledson, Chalhoub limitou-se a identificar a experiência histórica que esteve por trás ou que serviu de mote para elaboração dos romances machadianos e, em seguida, a interpretar o sentido que, segundo ele, Machado quis dar a cada uma das experiências históricas alegorizadas por seus romances.

No entanto, no quarto parágrafo da introdução daquele livro, Chalhoub afirma que o seu “modo de ler os romances de Machado dependia muito visceralmente de interpretar o sentido da experiência histórica da década de 1870” (CHALHOUB, 2003: 11); pois então, dessa afirmação me surge uma dúvida: se o modo de ler os romances dependia dessa interpretação, essa interpretação é anterior à leitura, assim, se a obra machadiana era a fonte, ao invés de lê-la com uma interpretação preconcebida, não seria mais apropriado procurar esse “sentido da experiência histórica da década de 1870” na própria obra? O que quero insinuar é que o sentido da experiência histórica que Chalhoub atribui a Machado pode ser uma projeção de sua própria interpretação do sentido da experiência histórica. Afinal, “as coisas têm o valor do aspecto, e o aspecto depende da retina” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1249-1250).

Mas, voltando agora a tratar do *Como se deve escrever a história*, de Luciano, Jacyntho Lins Brandão assevera que a junção entre “o estilo [que] apresenta elevadas qualidades” e “a forma desrespeitosa como aborda tudo” é o que “melhor define o modo luciânico de escrever e foi ela que garantiu não só a conservação de sua obra, como a formação de uma autêntica ‘tradição luciânica’” (BRANDÃO, 2009: 13). Nesses termos, não resta dúvida de que Machado seja herdeiro dessa tradição, contudo,

fortuna de Grandet (*Eugénie Grandet*), ou a carreira de Du Bousquier (*La vieille Fille*), ou a do velho Goriot, para se aperceber disso; nada semelhante tão consciente nem exato se encontra em parte alguma antes do aparecimento de Stendhal e de Balzac, e este último ultrapassa o primeiro de longe no que se refere à ligação orgânica entre homem e história. Uma tal concepção e uma tal prática são totalmente historicistas” (AUERBACH, 2015: 430).

minha suspeita é a de que seja herdeiro (inicialmente inconsciente) por pura afinidade de visão de mundo, por possuírem pontos de vistas semelhantes, cujas raízes podem ser encontradas nos lugares sociais a partir dos quais ambos – Machado e Luciano – percebiam e representavam a realidade.

Em minha interpretação, essas características constituem a identidade literária de Machado de Assis, exceção feita à sua correspondência e a algumas críticas literárias. Identidade construída ou forjada a partir da interação entre a sua vida e a sua obra. Como bem observou Enylton de Sá Rego, há semelhanças significativas entre as biografias de Luciano de Samósata e de Machado de Assis: ambos são de origem social desprestigiada (Machado ainda abaixo de Luciano); viveram sob regimes monárquicos, em sociedade com acentuada desigualdade socioeconômica, constituída por sujeitos com diferentes estatutos; ocuparam entre-lugares em suas respectivas sociedades racistas (Luciano é um estrangeiro, um “não-grego” e Machado é um negro, um “não-branco”); cedo dedicaram-se às letras; cedo adquiriram autonomia; tornaram-se funcionários públicos; e alcançaram notoriedade.

Isso me leva a crer que, no caso de Machado de Assis, a condição social, o gosto pelas Letras, o conhecimento da História, o conhecimento da Filosofia e o espírito extremamente crítico e contestador é que fizeram com que seu ponto de vista e sua forma de expressão se assemelhasse com a de Luciano de Samósata. Afinal, o próprio Luciano é a prova de que é possível desenvolver um cinismo literário sem seguir, imitar ou se vincular a qualquer tradição literária.

Em *Como se deve escrever a história*, uma das primeiras coisas que Luciano faz é advertir o leitor de que não vai “escrever a história ou discorrer sobre os acontecimentos” (SAMÓSATA, 2009: 35) e logo em seguida, em tom pedagógico, acrescenta: “o que proporei aos historiadores é uma pequena exortação e alguns poucos conselhos, a fim de participar da construção de sua obra, se não da inscrição, pelo menos tocando a argamassa com a ponta do dedo” (SAMÓSATA, 2009: 35).

Não obstante Luciano ter advertido, no parágrafo 32 de *Como se deve escrever a história*, que “não escreveu para fazer rir e escarnecer de histórias que são assim belas, mas tendo em vista o que é útil”, é difícil não rir dos absurdos que ele atribui aos historiadores: um conta que Aristóbulo matou mais de um elefante com um só dardo; outro narra que o general Prisco matou 27 inimigos com um só grito; um terceiro

afirma que na batalha de Europo morreram setenta mil duzentos e trinta e seis inimigos e só dois mortos e nove feridos dentre os romanos.

Em sua forma de criticar, Machado de Assis agiu um pouco diferente de Luciano: cotidianamente ele discorria sobre os acontecimentos, não como um historiador no sentido estrito e socialmente aceito no século XIX, quando muito como um “contador de histórias” ou como um “recolhedor de migalhas da história”, entretanto, o fato é que discorria sobre acontecimentos não só presentes, mas também do passado. E tal como Luciano, contudo, um pouco menos direto, Machado de Assis propôs aos historiadores “pequenas exortações e alguns poucos conselhos”.

Na verdade, não sei se é possível dizer que foram pequenas exortações e poucos conselhos, porque toda a obra machadiana (da poesia ao teatro, do romance ao conto, da crítica literária à crônica, e principalmente esta) está repleta dessas exortações e desses conselhos, que na maioria das vezes estão envoltos na capa da ironia, a mais requintada forma de expressão sério-cômico, e que, como o riso, revela uma concepção de mundo.

Outra coisa que aproxima Machado de Luciano é consciência de que escrever a história é uma tarefa difícil.

No parágrafo 5 do *Como se deve escrever a história*, Luciano afirma que a maioria acha

muito fácil e ao alcance de todos escrever a história, conquanto que alguém possa expressar com palavras o que acontece. Mas você sabe, tão bem quanto eu, ó colega, que não se trata de algo fácil de manejar nem que se possa compor com negligência, mas que necessita, como tudo o mais nos discursos, de muita reflexão (SAMÓATA, 2009: 37).

Mais de uma vez em sua obra, Machado demonstra consciência dessa dificuldade. Por exemplo, no conto *A Casa Velha*, no momento em que o historiador confessa: “Vi então que era mais fácil projetá-la, pedi-la e obtê-la, que realmente executá-la. Quando me achei na biblioteca e no gabinete contíguo, com os livros e papéis à minha disposição, senti-me constrangido, sem saber por onde começasse” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 189). E para completar, no segundo parágrafo do capítulo III, quando o padre historiador afirma que saiu da *Casa Velha* sem ter escrito a história que pretendia escrever acerca do Primeiro Reinado.

Também em *Iaiá Garcia* há um aspirante a historiador que desiste antes de começar. Num determinado momento da trama, Jorge, um dos protagonistas, dividia sua vida

entre o estudo e a sociedade, à qual cabia somente uma parte mínima. Estudava muito e projetava ainda mais. Delineou várias obras durante algumas semanas. A primeira foi uma história da guerra, que deixou por mão, desde que encarou de frente o monte de documentos que teria de compulsar, e as numerosas datas que seria obrigado a coligir (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 527).

Essa consciência da dificuldade de se escrever a História aparece também na crítica literária sobre a obra de Homem de Melo – “é difícil a tarefa, nem o sr. Homem de Melo dissimula”. [Afinal, nele] “o verdor dos anos corre de par com a erudição e a proficiência literária” – e igualmente na crônica em que trata da morte de João Francisco de Lisboa, traçando um pequeno “Necrológio”, no qual lamenta a perda enfatizando que “todos os que conhecem seus escritos dispensam da minha parte uma enumeração dos seus raros e elevados dotes, de seus profundos e sólidos estudos” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 105).

Dessa forma, tanto Luciano quanto Machado mostram bastante conhecimento do ofício do historiador. No caso de Machado, além do interesse pelos livros de História, que se manifestou desde bem cedo (como provou Glória Vianna), é possível que esse conhecimento da dificuldade de se escrever a História seja ainda mais profundo, visto que o Bruxo mantinha estreitas relações com diversos historiadores, entre eles: Capistrano de Abreu – que, diga-se de passagem, pediu ajuda a Machado para escrever uma História, que não escreveu – e Max Fleiuss, secretário do IHGB, apesar da grande diferença de idade.

E é exatamente esse conhecimento da História que permitiu tanto a Luciano quanto a Machado exaltá-la e vilipendiá-la, abordá-la seriamente ou ridicularizá-la jocosamente; nas obras de ambos há “a associação de altas qualidades estilísticas com uma temática iconoclasta” (BRANDÃO *in*: SAMÓSSATA, 2009: 14).

Eles têm conhecimento tanto das forças quanto das fraquezas da História: conhecem a grandeza da gigante e seus pés de barro, sendo que ambos demonstram consciência de que a força ou a fraqueza será uma consequência do uso que o historiador fizer das palavras, visto que a História é uma tentativa de “expressar com

palavras o que acontece[u]” (SAMÓSSATA, 2009: 37), logo, sendo uma arte literária – ou como diria Hayden White um “artefato literário” – está sujeita aos “erros que são comuns a todos os discursos” (SAMÓSSATA, 2009: 37).

Apesar disso, ambos tinham consciência de que as intenções e as regras da Literatura ou da poesia são umas, “enquanto as da história são outras” (SAMÓSSATA, 2009: 39). Em essência, a Literatura prescinde da aporia da verdade (COSTA LIMA, 2006), isto é, a Literatura, a poesia tem a “liberdade pura”, já “a história, nela introduzindo-se uma mentira, nem a menor delas suportaria” (SAMÓSSATA, 2009: 39).

Em *A poética do hipocentauro*, Jacyntho Lins Brandão assevera que:

Luciano fundou o que chamarei de sua teoria dos gêneros literários, ou sua teoria dos gêneros do discurso, sobre um conceito bastante original: o da *ákratos eleuthería*, isto é, a pura liberdade do poeta. [...] Entretanto, não se trata, em Luciano, de desclassificar a poesia, mais de classificar o discurso do historiador, do filósofo e do orador em face do discurso poético (BRANDÃO, 2001: 33).

Por assim dizer, o poeta, e por extensão, a poesia, a ficção e a Literatura constituem-se em exterior constitutivo do historiador e da História, do filósofo e da Filosofia e do retor e da Retórica. “Confirma-se assim a tendência de definir a historiografia pelo que ela não deve ser, antes de tentar se uma formulação positiva” (BRANDÃO, 2001: 38). E de modo recíproco o historiador e a História convertem-se em exterior constitutivo do poeta, da poesia, da Literatura.

É tendo em vista essa pura liberdade de invenção que a liberdade do historiador se define. Seu discurso verdadeiro não deixa de ser um recorte do discurso do poeta: é como se, não existindo, de início, senão o discurso livre do poeta, em que a distinção entre verdade e mentira não teria sentido, a questão da verdade se impusesse apenas a partir do momento em que o historiador define um espaço próprio para seu discurso, declarando-o verdadeiro e, esse modo, implícita ou explicitamente, condenando como falso o discurso poético. A verdade, neste caso, não tem valor em si, servindo apenas para que se possa discernir a história da poesia: uma vez que a história pretende ser o reino da verdade, a poesia se torna, conseqüentemente, o reino do *pseûdos* (BRANDÃO, 2001: 50).

Na primeira parte de *Como se deve escrever a história*, Luciano empenha-se em advertir os historiadores sobre procedimentos inconvenientes à História. Na perspectiva dele, o maior inconveniente à História é a mentira, que a desnatura e a

converte em outra coisa que não é mais História. O exagero é outro inconveniente, vizinho da mentira. Além disso, elogios e adulações desmensurados, motivados por interesse e visando benefícios pessoais também são inconvenientes. Adornos retóricos igualmente.

Contudo, desde que o historiador se atenha à finalidade própria da História, que é dizer a verdade (com franqueza), não há inconveniente em refletir sobre sua escrita, em ocupar-se com sua beleza. Ademais, recentemente essa mesma advertência foi reiterada por Ivan Jablonka, para quem a História “tem o direito de falar de tudo desde que obedeça a um método. O raciocínio histórico jamais impediu escrever, construir uma narração, levar a cabo um trabalho sobre a língua nem sequer ter uma intenção estética” (JABLONKA, 2016: 256).

Já na segunda parte de *Como se deve escrever a história*, Luciano trata dos procedimentos convenientes ou ideais para a escrita da História. É conveniente, por exemplo, ser preciso na caracterização dos lugares e personagens. Também é conveniente que o discurso seja “homogêneo e da mesma cor, harmonizando-se o resto do corpo com a cabeça” (SAMÓSSATA, 2009: 55), em suma, esforçando-se por abordar tudo, a partir de diferentes perspectivas, sem contudo pender para nenhum lado, o historiador deve “ordenar os acontecimentos de forma bela e mostrá-los da maneira mais clara possível” (SAMÓSSATA, 2009: 77), oferecendo desta feita uma visão de conjunto. É absolutamente conveniente que o historiador seja inteligente e que tenha capacidade de expressão, porém, Luciano enfatiza que isso não é suficiente, é preciso que “não falte nobreza para pensar e falar, que tenha visão aguda” (SAMÓSSATA, 2009: 67). “Principalmente e antes de tudo mais, que seja livre de espírito e não tema ninguém nem espere nada, senão será igual aos maus juízes que, por favor ou por ódio, julgam em vista de recompensa” (SAMÓSSATA, 2009: 67). Seguindo esses preceitos, será um “historiador justo”, que, a bem do interesse público, “fará mais caso da verdade que da inimizade [...] [visando] não os que agora o ouvem, mas os que conviverão com seus escritos no futuro” (SAMÓSSATA, 2009: 69).

Por tudo isso, *Como se deve escrever a história* transpira um tipo ideal de historiador:

[Para Luciano, o historiador deve ser] sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [...], alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe,

nem respeite, nem humilhe; que seja juiz equânime [...]; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou (SAMÓSATA, 2009: 71).

Isto posto, mais uma vez recorro a Tzvetan Todorov, para refletir sobre “o último passo na análise da significação [que] será a reconstituição do modelo da obra” (TODOROV, 1972: 155). Segundo Todorov, “O modelo leva em consideração, embora de maneira esquemática, as relações estruturais no interior da obra e a maneira pela qual estão ligados” (TODOROV, 1972: 155).

Por esses motivos e seguindo um caminho apontado por Enylton de Sá Rego, optei por fazer uma analogia entre o tratamento dispensado à História na obra machadiana e o tratamento dispensado à História nas obras *Como se deve escrever a história* e *História Verdadeira*, de Luciano de Samósata.

Dito isso, durante a configuração deste trabalho, buscando por um possível significado da História na obra machadiana e procurando “reconstituir seu modelo”, tentei expressar a forma de tratamento dispensado à História na obra machadiana – sem confessá-lo anteriormente – por meio da criação de dois capítulos: 1) “A lenda é melhor do que a história”: História como lenda, ficção, mito e loureira (ênfase negativa/injuriosa: os vícios) e 2) “Não se pode deixar de recorrer à história”: Reabilitação histórica, justiça histórica e crítica historiográfica (ênfase positiva/elogiada: as virtudes), com o intuito de enfatizar, neste momento, as semelhanças estruturais com a forma cínica de tratamento dispensada à História por Luciano de Samósata.

Forma cínica de tratamento, no caso, significa dizer as coisas como elas são, sem eufemismos, a despeito das convenções sociais e a partir de um ponto de vista distanciado – *kataskopos* –, mas sempre rindo, escancaradamente ou com o canto da boca.

É bastante provável (no sentido de que há muitas provas) – como ficou demonstrado por Enylton de Sá Rego, em *O calundu e a panaceia* – que a postura irônica ou a expressão sério-jocosa nas obras machadianas da “segunda fase” tenha ascendência em Luciano de Samósata, cuja obra completa, em dois Tomos, em francês, editado pela Garnier, encontrava-se em sua Biblioteca.

Contudo, é importantíssimo lembrar que a relação de Machado de Assis com a História é bem anterior ao ano de 1873, data da edição das obras completas de Luciano de Samósata que se encontravam em sua biblioteca. Igualmente anterior a 1873, é sua forma elogiosa-injuriosa ou positiva-negativa de tratar a História. Além disso, é possível encontrar numerosas referências ao cinismo em toda obra machadiana, inclusive, na suposta “primeira fase”. Aliás, acredito que os conhecimentos e as concepções que Machado já possuía acerca da História facilitaram sua identificação com o ponto de vista cínico e, posteriormente, sua filiação consciente à tradição luciânica.

E por que foi feita alusão a um modelo cínico de expressão e ao ponto de vista dos cínicos e não luciânico? Porque, ainda segundo Brandão, “a referência a Diógenes na abertura de *Como se deve escrever a história* não quer dizer mais que isto: Luciano identifica sua função com a do filósofo” (BRANDÃO, 2009: 151). E qual a função desse filósofo? “Desfigurar a moeda”! Questionar todas as convenções sociais e repudiá-las por inúteis, em suma, a função social precípua de um cínico é criticar tudo, até a si mesmo: “Levando então a sério algo inútil – rolar seu tonel – Diógenes adota a única ação eficaz no presente, ou seja, a crítica que desloca as fronteiras entre o sério e o ridículo, que ridiculariza o sério e se bate contra toda a sorte de consenso” (BRANDÃO, 2009: 149).

Então, como Diógenes, Machado de Assis configura-se como um crítico da cultura ou da sociedade, de um modo geral, e como um crítico da História, de modo específico. Entendendo, com Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, que “na filosofia, a crítica possui o sentido de *análise*” e análise significa “divisão ou decomposição de um todo ou de um objeto em suas partes, seja materialmente (análise química de um corpo), seja mentalmente (análise de conceitos)” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996: 59 e 9).

Portanto, o mesmo que José Carlos Reis disse sobre Nietzsche, pode ser estendido a Machado: “Ele é “crítico” na medida em que formula a questão: este valor dominante do “Bem” é mesmo um “Bem”? Esta “verdade” dominante é mesmo a “Verdade”? (REIS, 2013: 148). Na verdade, na própria obra machadiana pode-se encontrar essa mesma ideia:

Eu, posto creia no bem, não sou dos que negam o mal, nem me deixo levar por aparências que podem ser falazes. As aparências enganam; foi a primeira banalidade que aprendi na vida, e nunca me dei mal com ela. Daquela disposição nasceu em mim esse tal ou qual espírito de contradição que alguns me acham, certa repugnância em execrar sem exame vícios que todos execram, como em adorar sem análise virtudes que todos adoram. Interrogo a uns e a outros, dispo-os, palpo-os, e se me engano, não é por falta de diligência em buscar a verdade. O erro é deste mundo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1202).

A respeito da ideia de Machado ser um crítico, desde 1858 ele exercia a função de crítico literário, sendo que em 1865 publicou o *Ideal do crítico*, logo, não resta dúvida de que Machado era um exímio crítico. E admitir isso não seria nenhuma novidade. Em carta destinada a Machado e datada de 18 de fevereiro de 1868, José de Alencar escreveu: “o Senhor foi o único de nossos modernos escritores, que se dedicou à cultura dessa difícil ciência que se chama a crítica”. Por fim, José de Alencar classifica Machado como o “primeiro crítico brasileiro”: primeiro no sentido de primazia (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo I: 229). De posse dessa ferramenta analítica (decompor e interpretar) e heurística, Machado estava mais do que habilitado para aplicá-la na apreensão e compreensão tanto de obras literárias, filosóficas, científicas, artísticas, quanto de sujeitos individuais ou coletivos (grupos ou sociedades).

Pois bem, por um lado, *Como se deve escrever a história* é, antes de mais nada, uma reflexão crítica sobre a escrita da História, uma crítica à História, uma espécie de *Meta-história* da Antiguidade. Segundo Jacyntho Lins Brandão, em *Como se deve escrever a história* os vícios e as virtudes da história contrapõem-se (BRANDÃO, 2009: 229). Em outras palavras, *Como se deve escrever a história* está “dividido claramente em duas partes: a crítica dos maus historiadores (a qual se estende do parágrafo 14 ao 30) e a elaboração do que deve ser um historiador e como deve ele escrever a história (de 30 a 60)” (BRANDÃO, 2009: 214).

Por outro lado, considerando a obra machadiana como um todo, considerando a multiplicidade de representações da História e considerando ainda o tratamento ambíguo dispensado a ela, é possível afirmar que a obra machadiana mantém semelhanças formais (nas formas) com a obra *Como se deve escrever a história*.

Conseqüentemente, em vista das múltiplas representações da História, do tratamento ambíguo dispensado a ela e do uso pragmático dela na obra machadiana,

isto é, em virtude de sua relação com a História, é possível dizer que, como Luciano, ao exercer sua atividade de escritor e desempenhando a sua função maior de crítico da sociedade ou da cultura, Machado de Assis adotava uma postura cínica ou se utilizava literariamente do cinismo.

E essa é a principal diferença entre a minha interpretação e a de Enylton de Sá Rego. Aproveitando a oportunidade, gostaria de esclarecer em que medida minha tese difere da de Enylton de Sá Rego e em que pontos a minha interpretação amplia ou complexifica sua interpretação com relação à visão de História do Bruxo. Todavia, sendo transparente, reitero que esta tese – elaborada sob a perspectiva da História e da História da Historiografia Brasileira – é um desdobramento das interpretações de Enylton, que foram elaboradas à luz da crítica literária e da teoria literária, no âmbito das Literaturas.

Eis, portanto, uma diferença interpretativa: enquanto Enylton defende a ideia de que a visão de História de Machado “era sumamente cética e irônica” (SÁ REGO, 1989: 156), de minha parte, acredito que a visão de História ou ainda a concepção de História contida na obra de Machado de Assis é cínica e por isso as representações machadianas da História são ambíguas, isto é, oscilam entre as cargas positivas/elogiosas e negativas/injuriosas. Sendo que a forma de expressar essa concepção cínica, pode, sim, ser considerada cética e irônica. De acordo com Erich Auerbach:

[a ironia era um recurso estilístico] muito apreciado na Antiguidade, e já então era chamado “ironia”; uma tal forma discursiva, mediata e indiretamente insinuante, tem como pressuposto um sistema complexo e múltiplo de possibilidades de valorização e, também, uma consciência perspectiva, que, juntamente com o acontecimento, insinua o seu efeito (AUERBACH, 2015: 192).

Em boa hora, de acordo com Mikhail Bakhtin, “na época moderna (sobretudo depois do Romantismo), a forma mais difundida do riso reduzido é a ironia” (BAKHTIN, 1999: 103). Logo, o que Bakhtin escreveu sobre o riso pode ser estendido à ironia:

o riso tem um profundo valor de concepção do mundo, é uma das formas capitais pelas quais se exprime a verdade sobre o mundo na sua totalidade, sobre a história, sobre o homem; é um ponto de vista particular e universal sobre o mundo, que percebe de forma diferente, embora não menos importante (talvez mais) do que o *sério*; por isso a grande literatura (que coloca por outro lado

problemas universais) deve admiti-lo da mesma forma que ao sério: somente o riso, com efeito, pode ter acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo (BAKHTIN, 1999: 57).

Assim, considero que o *spoudogeloios*, o sério-cômico ou a sátira menipeia são formas de expressão do cinismo, essa demolidora corrente filosófica, cuja ausência de sistemas doutrinários, segundo Brandão (2001: 61), causa dúvidas com relação ao seu estatuto (escola filosófica ou atitude diante da vida?). No entanto, esclarece Jacyntho Lins Brandão, que “o cinismo é antes de tudo uma pragmática que informa certa visão de mundo dela decorrente” (BRANDÃO, 2001: 61).

Em virtude de tudo isso, é possível afirmar que o ceticismo e a ironia na obra machadiana compõem a linguagem por meio da qual Machado de Assis expõe ou representa uma concepção e/ou uma Filosofia cínica do mundo e da História. Sendo que essa linguagem “lhe permitia apresentar tudo o que pudesse ser chocante para as forças reacionárias da época sob uma meia-luz, entre o cômico e o sério, o que, em caso de necessidade, lhe tornaria mais fácil eximir-se de uma responsabilidade total” (AUERBACH, 2015: 245).

Em outras palavras, o ceticismo e a ironia são as vozes do cinismo machadiano – mesmo que esse cinismo seja utilizado apenas literariamente, como ferramenta para o desempenho seguro do seu ofício de escritor. Sugiro que pode perfeitamente ser estendido a Machado de Assis o que J. Schwartz afirmou acerca de Luciano – isto é: que “é bem provável que Luciano não professe senão um ‘cinismo literário’” (*apud* BRANDÃO, 2001: 60). Na verdade, melhor do que insinuar que Machado de Assis exerça um “cinismo literário”, é obter sua própria “confissão”, ainda no começo de sua carreira de jornalista e de crítico literário e teatral.

Em crítica semanal para a *Revista dos Teatros*, Machado iniciou a do dia 2 de outubro de 1859 referindo-se à busca de Diógenes por um homem sensato. Depois disso, pede um olhar complacente das leitoras para aquelas “linhas magras”: “esse olhar, que agradeço aqui do meu tonel literário, é o que eu peço com mais instância hoje; um olhar complacente; mais nada” (MACHADO DE ASSIS, 1957, Vol. 30: 52). Afinal, não é preciso ser um fac-símile de Diógenes para ser considerado cínico, pois,

como observa Robert Dobbin – em *Os filósofos cínicos: de Diógenes a Juliano*⁶³–, Diógenes “não esperava que todos os seus discípulos o seguissem nos extremos aos quais conduzia suas austeridades” (DOBBIN, 2012: XVIII).

Portanto, acredito que o cinismo tenha sido uma ferramenta de trabalho para Machado de Assis e não uma concepção sua, particular, introjetada e vivida na prática, na intimidade. Por isso, ao invés de afirmar que Machado de Assis possuía uma visão cínica da História, me sinto mais confortável ao afirmar que a obra machadiana está vazada numa concepção cínica da História.

Outra diferença significativa entre a minha interpretação e a de Enylton, é que enquanto ele acredita que a sátira menipeia ou o lucianismo se manifestou nas obras de ficção da suposta “segunda fase” da obra de Machado; eu considero que a sátira menipeia é apenas uma forma de expressão do cinismo e que como crítico da sociedade, da cultura e da História, Machado “nasceu cínico”, isto é, acredito que o cinismo perpassa sua obra do começo ao fim, exceção feita apenas às correspondências e a determinadas críticas literárias.

Isto posto, um pouco mais precisa, mais abrangente e mais próxima da minha, é a interpretação de Barretto Filho, em sua indispensável *Introdução a Machado de Assis*:

Uma espécie de cinismo amargo e desenvolto caracteriza as produções da época de Brás Cubas, inclusive as suas crônicas. O moralista adota uma atitude sarcástica, cheia de uma virulência especial. Há nele pela primeira vez um frenesi interno, que o estilo comedido mal consegue disfarçar, e que por ele revela revolta e desapontamento, como se a vida houvesse abusado de sua inocência e boa fé. A sua reação, em face da crise dos quarenta anos, reproduz a surpresa melindrada da infância, já agora sem o corretivo da alegria matinal de viver. De modo que o seu espírito é sombrio, irônico, ferino e inquieto, disfarçando a agitação da sensibilidade no derivativo do humorismo (FILHO, 1980: 100-101).

Sob esse aspecto, a minha interpretação difere da de Barretto Filho apenas em grau e abrangência, visto que ele se refere a “uma espécie de cinismo” e não ao cinismo propriamente dito e restringe essa característica às “produções da época de

⁶³ Título original: *The Cynics Philosopher from Diogenes to Julian*. Advertência! São traduções minhas todas as citações diretas extraídas deste livro.

Brás Cubas”. Coisa semelhante acontece ao contrapor a minha interpretação à de José Veríssimo, segundo ele:

Havia entretanto no primeiro romance de Machado de Assis e ainda mais talvez nos que mais de perto seguiram, *A mão e a luva* (1864), *Helena* (1876), visíveis ressaibos de romantismo senão do Romantismo. Temperava-os, porém, já, diluindo-os num sabor mais pessoal e menos de escola, a sua nativa ironia e a sua desabusada visão das coisas, que o forravam ao romanescos, à sentimentalidade amaneirada que tanto viciou e desluziu a nossa ficção (VERÍSSIMO, 1963: 313).

É nítido o esforço de José Veríssimo de tentar enquadrar da obra machadiana na ideia de fases e em conceitos literários pouco flexíveis e pouco porosos. No entanto, todo o seu esforço se mostrou inútil quando ele lança mão desse “porém, já”, porque ele invalida a proposição anterior e, invalidando-a, é possível “traduzir” o período da seguinte maneira: *desde os seus primeiros romances, Machado de Assis temperava-os com a sua nativa ironia e a sua desabusada visão das coisas, apesar dos visíveis ressaibos de romantismo*. Ora, no meu entender, falar “em nativa ironia” e “em desabusada visão das coisas” é o mesmo que falar em “cinismo de nascença”, isso porque uma pessoa que expressa ironicamente sua desabusada visão das coisas só pode ser um cínico e sendo que é nativo, significa que aquilo nasceu com a pessoa.

Convenientemente, refletindo sobre a insinuação da existência de um cinismo inato, em *Diógenes, o Cínico*, Luis E. Navia, em determinado momento, pondera que “talvez Diderot tivesse razão em sugerir que não se escolhe tornar-se cínico, porquanto cínico se nasce. Em sua opinião, ‘alguém poderia escolher tornar-se um filósofo acadêmico ou eclético, ou cirenaico, ou pirronista, ou cético mas cínico tem de ser nato’” (NAVIA, 2009: 21). Lógico que ninguém nasce cínico e que isso é apenas uma hipérbole: o que quero dizer é que desde o início de sua carreira literária – tanto jornalística quanto ficcional – Machado tinha um nítido conhecimento dos pressupostos e utilizava das ferramentas epistemológicas e heurísticas propiciadas pelo cinismo, visto que os apresenta e difunde em sua obra. Como afirmei anteriormente, acredito que foi a condição social de Machado que o habilitou para o cinismo. A respeito disso, Navia afirma que “os cínicos parecem ter sido o tipo de gente que começou a vida do lado errado e cujas vidas foram especialmente acometidas pela desgraça” (NAVIA, 2009: 115). E mais:

A menos que se esteja disposto a dispensar todas as fontes sobre o cinismo tem-se de reconhecer como um fato histórico que em praticamente todos os cínicos clássicos encontramos uma circunstância, algum incidente, alguma vicissitude, que parece ser o ponto de partida para o cinismo. Não raro, mas, pelo contrário, frequentemente, parecem os cínicos terem sido mergulhados no cinismo por alguma circunstância, natural ou social, que os afeta (NAVIA, 2009: 113).

A mim, essa ideia parece plausível, pois Machado de Assis nasce negro em uma sociedade racista e escravocrata; nasce pobre e agregado em uma organização socioeconômica estratificada e com poucas possibilidades de ascensão; além disso, muito cedo ele perde a irmã (1845), a mãe (1849), e o pai (1864), sendo obrigado a viver só e a se manter exclusivamente do fruto do seu trabalho.

Aqui cabe uma conjectura ou uma indução hipotética sobre a metamorfose cínica de Machado de Assis. Não há em sua obra pistas de como o Bruxo chegou ao cinismo, mas acredito que haja uma robusta probabilidade de que tenha sido Francisco de Paula Brito o responsável por inocular o veneno do cinismo em suas veias literárias⁶⁴. Segundo Sílvia Maria Azevedo,

[A] Sociedade Petalógica, criada por Francisco de Paula Brito, em 1853. Espécie de clube lítero-humorístico cujos associados tinham por propósito exercitar a imaginação e difundir petas, mentiras, a Petalógica reunia um grupo de intelectuais que frequentava a loja de Paula Brito, e do qual Machado de Assis passou a fazer parte, em 1855. Fazendo da mentira arma de combate, a intenção dos petalógicos era satirizar os mentirosos de todos os matizes, inventando mentira ainda maiores do que as deles, embora às vezes fosse difícil superá-los. Exemplo de uma dessas mentiras cabeludas é a que foi contada nas Badaladas de 22 de agosto de 1869, a partir da notícia divulgada no jornal *Vitoriense*, acerca do caso de um lavrador capixaba que encontrou uma cigarra com cara de mulher [...]

O fato de o Dr. Semana [pseudônimo de Machado] ter trazido tal notícia para as Badaladas, indica que o cronista embarcou no jogo no [sic] jornal de Vitória, tratando aquilo que era cômico de forma aparentemente séria, ou seja, assumindo a ironia como tom condizente para lidar com a mentira, por meio da qual o cronista

⁶⁴ No texto *Carta a Nigrino*, Luciano de Samósata escreveu: “Bem, não se espante com isso! Pois você sabe que aqueles que são mordidos por cachorros loucos não só ficam, eles mesmos, enlouquecidos pela raiva, mas, na sua loucura, põem outros mais no mesmo estado. É que algo da afecção se transmite com a mordida, a doença se propaga e a transmissão da loucura se multiplica” (BRANDÃO, 2015: 54). Tradução de Pedro Ipiranga Júnior, Cassiana Lopes Stephan, Priscila Caroline Buse.

percebia ser possível penetrar com mais acuidade na psicologia humana.

Contemporâneas dos trocadilhos, as charadas remontam ao tempo da *Marmota*, jornal de variedades fundado por Paula Brito em 1849, no Rio de Janeiro, e que circulou de forma sistemática até 1861, e esporadicamente até 1864. A principal característica da *Marmota* era atuar na formação cultural e moral do leitor. Para tanto, valia-se da perspectiva joco-séria, na busca de moralizar por meio do riso. [...] Colaborador da *Marmota*, durante a segunda e terceira fase da revista, quando respondiam, respectivamente, pelos títulos de *Marmota Fluminense* (1853-1857) e *A Marmota* (1857-1861 e 1864), foi nas páginas das publicações de Paula Brito que Machado de Assis iniciou o aprendizado da mistura do sério e do cômico, lição trazida, anos mais tarde, para as *Badaladas*, na inserção de enigmas e charadas no interior das crônicas (AZEVEDO *in*: MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 34-35).

É difícil ler esse excerto e não enxergar relação com a tradição do cinismo literário. A começar pelo emprego pedagógico e moralizante da mentira e do riso, *A História Verdadeira* de Luciano talvez seja o primeiro exemplo dessa mistura na História da Literatura⁶⁵. Parece plausível, portanto, a ideia de que tenha sido “nas páginas das publicações de Paula Brito que Machado de Assis iniciou o aprendizado da mistura do sério e do cômico”, porque o próprio Machado enfatiza esse caráter das publicações relacionadas à Petalógica:

Sociedade Petalógica, como é sabido, teve seu nascimento na antiga casa do finado e sempre chorado Paula Brito. Quando a sociedade nasceu já estava feita; não se mudou nada ao que havia, porque os membros de então eram aqueles que já se reuniam diariamente na casa do finado editor e jornalista.

Cuidavam muitos que, por ser *petalógica*, a sociedade nada podia empreender que fosse sério; mas enganaram-se; a Petalógica tinha sempre dois semblantes; um jovial, para as práticas íntimas e familiares; outro sisudo, para os casos que demandassem gravidade (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 171).

⁶⁵ Em boa hora, nas *Badaladas* mesmo é possível encontrar uma experiência machadiana muito próxima d'*A História verdadeira*: refiro-me às “Excavações/Escavações Históricas” (aparecem as duas grafias), nas quais o Dr. Semana, dizendo-se autor de um livro com esse título, afirmava, em 15 de março de 1874, que o seu propósito era “dar a razão histórica de certas palavras [...] [que] ninguém encontra nos poucos livros históricos que temos nem nos muito que têm os estrangeiros” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo II: 264-265). Posto isso, em todas as “Excavações Históricas”, o cronista apresenta as mais insólitas explicações para determinadas palavras, tudo isso dito com termos e conceitos da própria História, cada afirmação é seguida de referências a “livros velhos e pergaminhos” supostamente existentes e consultados, sendo todas as “hipóteses” “provadas com documentos”, que sempre estão ao dispor do Dr. Semana.

Ora, se a Sociedade Petalógica fazia uso da forma cínica de expressão, é provável que a herdasse de seu fundador e mantenedor, porque, como o próprio Machado salientou, “quando a sociedade nasceu já estava feita”. Outro indício, oferecido por Jean-Michel Massa, me fez aumentar a suspeita de uma suposta “influência cínica” de Paula Brito sobre Machado. Segundo Massa, era “Francisco de Paula Brito, mulato saído de um meio bastante humilde de artesãos, era homem que se fizera por si mesmo (MASSA, 1971: 82). Por si só, essa informação carrega um universo de possibilidades históricas, que continuarão apenas possibilidades, pelo fato de eu não dispor, no momento, de documentos e informações relativos a Paula Brito.

De qualquer forma, pode-se imaginar a profunda impressão que Paula Brito causou em Machado, então um jovem entre 14 ou 15 anos, pois Paula Brito era um indivíduo afrodescendente que, vindo “de um meio bastante humilde”, havia galgado a uma posição social digna e que era considerado e respeitado na corte, inclusive pelo Imperador. Considerando sua atuação, é possível pensar Paula Brito como componente da rede de literatos negros a que se refere Ana Flávia Magalhães Pinto, em seu *Escritos de Liberdade*. Por fim, para complexificar e potencializar as probabilidades da minha conjetura, “existe a afirmação de Salvador Mendonça de que Machado de Assis foi ‘caixeiro da loja de livros e tipógrafo de Paula Brito’” (MASSA, 1971: 88):

Para o rapazinho que era Machado de Assis, esses contatos com o mundo novo, com um universo variado, foram decisivos. Aí viveu e aprendeu muita coisa. Que tenha sido ou não tímido, sua experiência se enriqueceu nesse meio. Um grande passo fora dado. Já não se tratava mais da chácara, do Livramento ou do Engenho Novo, onde vivia seu pai. Lá, o ritmo de vida era diferente, raras as visitas, inexistente a vida intelectual ou quase inexistente. Machado de Assis não descobria a cidade do alto ou de longe, mas lá passava as horas mais ativas do seu tempo, sua jornada de trabalho. Ainda que se ignore a exata natureza de sua atividade, parece verossímil que a publicação dos seus primeiros poemas (no começo de 1855) corresponde justamente à sua vinda para a Cidade, para exercer uma ocupação remunerada. Bastante plausível que Machado de Assis, “filho de operário, foi destinado, ao comércio, onde apenas permaneceu três dias, como caixeiro de uma loja de papel”⁶⁶ (MASSA, 1971: 87-88)

⁶⁶ Essa citação utilizada por Jean-Michel Massa é de Araripe Júnior e encontra-se em sua *Obra Crítica*. Massa enfatiza que esses dados biográficos fornecidos por Araripe Júnior foram

Além disso, para se ter ideia da impressão (não há termo melhor para se referir a um editor) que Paula Brito causou em Machado, basta observar em algumas de suas crônicas a mistura de saudade, admiração e respeito que Machado devotava a Paula Brito e à Petalógica. Em pelo menos quatro ocasiões ele se referiu a Paula Brito, em 24 de dezembro de 1861, em 1 de janeiro de 1863, em 11 de setembro de 1864 e em 3 de janeiro de 1865, em todas com uma espécie de veneração.

Quando noticiou, por exemplo, a morte do amigo em 24 de dezembro de 1861, escreveu:

[Era] um homem que, pelas suas virtudes sociais e políticas, por sua inteligência e amor ao trabalho, havia conseguido a estima geral.

Começou como impressor, como impressor morreu. Nesta modesta posição tinha em roda de si todas as simpatias.

Paula Brito foi um exemplo raro e bom. Tinha fé nas suas crenças políticas, acreditava sinceramente nos resultados da aplicação delas; tolerante, não fazia injustiça aos seus adversários; sincero, nunca transigiu com eles.

Era também amigo, era, sobretudo amigo. Amava a mocidade, porque sabia que ela é a esperança da pátria, e, porque a amava, estendia-lhe quanto podia a sua proteção.

Em vez de morrer, deixando uma fortuna, que o podia, morreu pobre como vivera graças ao largo emprego que dava às suas rendas e ao sentimento generoso que o levava na divisão do que auferia do seu trabalho.

Nestes tempos de egoísmo e cálculo, deve-se chorar a perda de homens que, como Paula Brito, sobressaem na massa comum dos homens (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 41).

Como assevera Massa, foi decisivo e enriquecedor o contato do rapazinho Machado de Assis com um homem “raro e bom”, justo até com os adversários, estimado por “suas virtudes sociais e políticas, por sua inteligência e amor ao trabalho”. Com esse amigo, “viveu e aprendeu muita coisa”. E muito provavelmente, Sílvia Maria Azevedo tenha razão ao afirmar que “foi nas páginas das publicações de Paula Brito que Machado de Assis iniciou o aprendizado da mistura do sério e do cômico”.

Contudo, o aprendizado mais importante, aquele que fez perceber que para se sobressair “na massa comum dos homens”, “nestes tempos de egoísmo e cálculo”, foi o dar à fortuna, à riqueza, ao dinheiro o devido valor que eles têm, isto é, o valor de

publicados ainda durante a vida de Machado, em 1895, na *Revista Brasileira*, de José Veríssimo e que ambos – Veríssimo e Araripe Júnior – são cofundadores da Academia Brasileira de Letras, logo, bem próximos do Bruxo do Cosme Velho.

servir a outrem. Afinal, segundo o próprio Machado, foi isso que fez Francisco de Paula Brito, “em vez de morrer, deixando uma fortuna, que o podia, morreu pobre como vivera graças ao largo emprego que dava às suas rendas e ao sentimento generoso que o levava na divisão do que auferia do seu trabalho”. É oportuno salientar que o elogio de um caráter íntegro e verdadeiro, que vive na prática o que acredita e prega, mesclado à ideia de uma pobreza honrada é um tema caro aos cínicos (BRANDÃO, 2001: 233).

Ao que tudo indica, a pobreza é, por assim dizer, uma condição prévia para o exercício do cinismo e uma consequência inexorável dele. Diga-se de passagem, é mais ou menos isso que diz o narrador machadiano, no conto “Uma excursão milagrosa”: “Daqui vem que, se era pobre e infeliz, mais infeliz e pobre ficou depois disto. É a sorte de todos quanto entendem dever dizer o que sabem; nem se compra por outro preço a liberdade de desmascarar a humanidade” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 826).

Acredito, portanto, que na condição social do Bruxo encontra-se uma das raízes robustas do seu cinismo. Filho da pobreza e do trabalho, como escreveu Caetano Filgueiras no prefácio das *Crisálidas*⁶⁷, e dotado de um espírito eminentemente crítico, era impossível a Machado viver e não se indignar com “o desconcerto do mundo”.

⁶⁷ “Ali, – horas inteiras, – alheios às lutas do mundo, conchegados nos lugares e nas afeições, levitas do mesmo culto, filhos dos mesmos pais – a pobreza e o trabalho, – em derredor do altar do nosso templo – a mesa de estudo... falávamos de Deus, de amor, de sonhos; conversávamos música, pintura, poesia!... [...]”

Éramos, pois, cinco. Líamos e recitávamos. Denunciávamos as novidades: zurzíamos as profanações: confundíamos nossas lições: – segredávamos nossos amores! O quinto, – o menino [Machado de Assis], – depunha, como todos nós, sua respectiva oferenda. Balbuciando apenas a literatura, – ainda novo para os seus mistérios, ainda fraco para o seu peso, nem por isso lhe faltava ousadia; antes sobrava-lhe sofreguidão de saber, ambição de louros. Era vivo, era travesso, era trabalhador. Aprazia-me de ler-lhe no olhar móvel e ardente a febre da imaginação; na constância das produções a avidez do saber, e combinando no meu espírito estas observações com a naturalidade, o colorido e a luz de conhecimentos literários que ele, – sem querer sem dúvida, – derramava em todos os ensaios poéticos que nos lia, dediquei-me a estudá-lo de perto, e convenci-me, em pouco tempo, de que largos destinos lhe prometia a musa da poesia... E por isso quando, lida alguma composição do nosso jovem companheiro, diziam os outros: bons versos! mas simplesmente – bons versos, – eu nunca deixava de acrescentar, cheio do que afirmava: – belo prenúncio de um grande poeta!” (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo I: 49-50).

Em suas primeiras composições essa concepção cínica do mundo já se manifesta, quer seja abominando a opressão, quer seja patenteando a insanidade do mundo, quer seja insinuando a hipocrisia por trás do “Suave mari magno”⁶⁸.

Em “Minha Musa”, por exemplo, poesia escrita em 22 de fevereiro de 1856 e publicada na *Marmota Fluminense*, em 4 de março desse mesmo ano, Machado escreveu: “A Musa, que inspira meus cantos é livre, / Detesta os preceitos da vil opressão” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 691). Já em “Um Anjo”, poesia dedicada à sua falecida irmã, escrita em outubro de 1855 e publicada também na *Marmota Fluminense*, em 1 de março de 1856, Machado escreveu: “Alheia ao mundo devasso, / Passaste a vida sorrindo;” [...] Deste negro pego insano / Não sofreste o menor dano / Que tu’alma era do Céu” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 694). Ao escrever essas poesias, o menino Machado tinha apenas 16 anos, idade pouco propícia para sentimentos tão profundos e expressões tão amargas.

Já sobre a Sociedade Petalógica, Machado de Assis assim se expressou quando comentava, em 3 de janeiro de 1865, a publicação do livro *Lembranças*, de autoria de José Antônio:

Este livro é uma recordação, — é a recordação da Petalógica dos primeiros tempos, a Petalógica de Paula Brito — o café Procópio de certa época, — onde ia toda a gente, os políticos, os poetas, os dramaturgos, os artistas, os viajantes, os simples amadores, amigos e curiosos, — onde se conversava de tudo — desde a retirada de um ministro até a pirueta da dançarina da moda; onde se discutia tudo, desde o dó de peito do Tamberlick até os discursos do marquês de Paraná, verdadeiro campo neutro onde o estreante das letras se encontrava com o conselheiro, onde o cantor italiano dialogava com o ex-ministro.

Dão-me saudades da Petalógica lendo o livro de José Antônio, — não porque esse livro reúna todos os caracteres daquela sociedade; dão-me saudades porque foi no tempo do esplendor da Petalógica

⁶⁸ “Suave mari magno” (locução latina que significa “é agradável no mar largo”) é o título de uma poesia machadiana, na qual se lê que “Na rua, ao sol de verão, / Envenenado morria / Um pobre cão. / Arfava, espumava e ria, / De um riso espúrio e bufão”. Difícil não enxergar no “riso espúrio e bufão de um cão” uma referência a Diógenes. Mas o mais importante aqui é o significado da locução latina, que de acordo com Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, refere-se ao egoísmo humano, pois remetendo a Lucrécio (*De Rerum Natura*, II, 1), a expressão adquire sentido: “É agradável, quando no mar largo os ventos levantam as ondas, contemplar da terra firme os perigos a que os outros se acham expostos”. “Suave mari magno”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/suave%20mari%20magno> [consultado em 12-04-2023].

primitiva que os versos de José Antônio foram compostos e em que saiu à luz a primeira edição das *Lembranças*.

Cada qual tinha a sua família em casa; aquela era a família da rua — *le ménage en ville*; — entrar ali era tomar parte na mesma ceia (a ceia vem aqui por metáfora) porque o Licurgo daquela república assim o entendia, e assim o entendiam todos quantos transpunham aqueles umbrais.

Queríeis saber do último acontecimento parlamentar? Era ir à Petalógica. Da nova italiana? Do novo livro publicado? Do último baile de E***? Da última peça de Macedo ou Alencar? Do estado da praça? Dos boatos de qualquer espécie? Não se precisava ir mais longe, era ir à Petalógica.

Os *petalógicos*, espalhados por toda a superfície da cidade, lá iam, de lá saíam, apenas de passagem, colhendo e levando notícias, examinando boatos, farejando acontecimentos, tudo isso sem desfaltar os próprios negócios de um minuto sequer.

Assim como tinham entrada os conservadores e os liberais, tinham igualmente entrada os lagruístas e os chartonistas; no mesmo banco, às vezes, se discutia a superioridade das divas do tempo e as vantagens do ato adicional; os sorvetes do José Tomás e as moções de confiança aqueciam igualmente os espíritos; era um verdadeiro *pêle-mêle* de todas as coisas e de todos os homens (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 219-220).

A partir dessa descrição machadiana é possível perceber que a Sociedade Petalógica possuía a característica cínica de transitar por diversos temas, mantendo uma certa distância (“campo neutro”) admitindo diferentes perspectivas, a fim de conhecê-las de perto e por dentro e de criticá-las com propriedade e acuidade, quando fosse o caso. Nesse sentido, a Petalógica era uma verdadeira difusora da “poética cínica”, a Igreja do Caos (“era um verdadeiro *pêle-mêle* de todas as coisas e de todos os homens”), afinal, como Machado gostava de dizer, citando Boileau: “muitas vezes uma bela desordem é um efeito de arte!”⁶⁹

Não obstante as raízes de sua metamorfose cínica, Machado desde o início da carreira estava bastante familiarizado com o repertório linguístico do cinismo, caracterizado pela expressão cético-irônica ou ainda pelo tom sério-jocoso. Certamente, no início da carreira Machado ainda não dominava com a maestria que veio a dominar posteriormente esse repertório, mas desde o começo o ceticismo-pessimista e a ironia estão presentes em sua obra, ou seja, desde sempre o cinismo esteve lá.

⁶⁹ “*Souvent un beau désordre est un effet de l’art*” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 489).

O que acontece, às vezes, é que os intérpretes percebem essa presença cínica, mas não conseguem conciliar a concretude dessa presença com as teorias literárias e com os dogmas de determinadas correntes da crítica literária. Como exemplo: a divisão da obra machadiana em fases é um dogma; a impossibilidade da presença do ceticismo-pessimista e da ironia na “primeira fase” é outro dogma; o desprestígio das crônicas, em virtude de sua baixeza cotidiana também é um dogma. E há muitos outros dogmas sustentados apenas pela fé dos asseclas, mas que caem por terra com uma leitura menos prefigurada.

Aparentemente percebendo desde os primeiros escritos machadianos aquela presença, André da Silva Ramos precisou fazer um esforço interpretativo ao se deparar, em *Como se Inventaram os Almanques*, com o “encontro entre o dito autor cético de maturidade e o convencional autor dos primeiros romances” (RAMOS, 2018: 237). Diante desse encontro – nada inusitado posto que constante, dependendo da perspectiva analítica adotada –, Ramos se vê obrigado a questionar uma parte das teorias que procuram limitar as possibilidades interpretativas em torno da obra machadiana e a apontar “para a própria precariedade dessas categorizações” (RAMOS, 2018: 237).

E José Veríssimo também percebeu, mas parece que fez questão de não aproximar a obra machadiana do cinismo, talvez por medo de conspurcá-la com a carga negativa que o cinismo, de um jeito ou de outro, sempre carregou. Talvez por isso, Veríssimo parece se esforçar para não dizer que Machado exercia um cinismo literário, pois em sua crítica, de alguma forma, ele o caracteriza, mas não o denomina:

Com a variedade de temas, de enredos de ações, de episódios, que distinguem cada romance de Machado de Assis no conjunto de sua obra, há em todos uma rara unidade de inspiração, de pensamento e de expressão. Todos, porém, representam, talvez com demasiado propósito, mas sem excesso de demonstração, a tolice e a malícia humanas. É este o tema geral, e ao mesmo tempo o duende, o espantalho do escritor. Ele descobriu esses estigmas e os expôs sob todas as suas faces e modalidades, até ao amor paterno ou na ternura materna, nas ações mais sublimes e nos atos mais corriqueiros, e não por um propósito também malicioso ou simplesmente literário, mas porque os seus olhos de artista – o que pode ser uma inferioridade ou um defeito – não os viam senão assim, e a sua íntima sinceridade que lhe permita modificar a própria visão por com prazer com o gosto vulgar. Mas como a sua faculdade mestra é a imaginação humorística, isto é, a visão pessimista das coisas,

através da inteligência da sua necessidade e contingência e do sentimento da nossa impotência⁷⁰ contra elas, as viu com risonho desdém ou com irônica benevolência (VERÍSSIMO, 1963: 315-316).

Nessa passagem, Veríssimo afirma que “há no conjunto de sua obra uma rara unidade de inspiração, de pensamento e de expressão que tem o propósito de demonstrar o tema geral da tolice e da malícia humanas, por trás de sua visão pessimista das coisas, mas como a sua faculdade mestra é a imaginação humorística e diante das contingências da vida e da nossa impotência contra elas, as viu com risonho desdém ou com irônica benevolência” (adaptado). Suponho que essa seja a melhor definição de “cinismo literário”, sem que o autor tenha precisado usar esse conceito. Ora, se no conjunto da obra machadiana é o tema da tolice e da malícia humanas – expresso com pessimismo e ironia – que garante unidade de inspiração, de pensamento e de expressão é porque que devia haver uma convicção, uma Filosofia ou uma concepção de mundo sustentando essa unidade. E, decerto, havia: uma Filosofia cínica ou uma concepção cínica do mundo expressa literariamente.

Lastreada em indícios presentes no conjunto da obra machadiana, a hipótese do “cinismo literário”, já de saída, tem o mérito de justificar e explicar a existência de interpretações tão divergentes acerca da presença da História, pois fazendo uso pragmático da História, admitindo e negando ao mesmo tempo todas as possibilidades historiográficas, isto é, adotando uma postura cínica em relação à História, Machado de Assis deu azo a tais interpretações ao pôr em jogo representações da História extremamente ambíguas. Afinal, se precisasse elogiá-la ou positivá-la para sustentar alguma argumentação, ele fazia isso sem pudor e com propriedade; por outro lado, se sua argumentação exigisse uma crítica severa à História, não se fazia de rogado, mordida a História.

Como já afirmei anteriormente, amparado em Jacyntho Lins Brandão, “o cinismo é antes de tudo uma pragmática que informa certa visão de mundo dela decorrente” (BRANDÃO, 2001: 61). Logo, o uso pragmático da História é um uso cínico. Machado não descarta nenhuma das possibilidades de conceber e representar a História (ela pode ser crítica, ela pode ser ficção/lenda, ela pode ser mestra da vida, ela pode ser inútil, ela pode ser remédio, ela pode ser veneno). Mas, qual delas Machado

⁷⁰ No texto original aparece “importância”, considerei ser erro tipográfico e substituí o termo.

defende e a qual se vincula? A nenhuma! E é exatamente esse uso pragmático, desvinculado, que caracteriza o uso cínico da História por parte de Machado de Assis. Interpretar o uso pragmático da História como decorrente de uma concepção cínica do mundo e da História me permitiu cumprir um requisito acadêmico, isto é, fazer o enquadramento forçado de Machado a uma determinada escola ou corrente. Entretanto, contraditoriamente, uma compreensão verdadeiramente cínica da História não permite ou autoriza um tal enquadramento. E nisso, mais uma vez, Machado se aproxima de Nietzsche, pois são pragmáticos e não se filiam a nenhuma escola, a não ser ao criticismo, que demole tudo⁷¹.

E mais: no caso de Machado de Assis, o uso cínico, pragmático, desvinculado não se limita à História, ele se estende à Filosofia, à Política, à Medicina, e, sobretudo, à Literatura. Como é possível observar no excerto seguinte. Com exceção dessa referência ao criticismo do parágrafo anterior, foi mais ou menos isso que Caetano Filgueiras afirmou em uma carta-prefácio, datada de 22 de julho de 1864, ao comentar as supostas influências de escola sobre as composições enfeixadas na primeira edição de *Crisálidas* (1864).

A que escola pertence o autor deste livro? À mística de Lamartine, à cética de Byron, à filosófica de Hugo, à sensualista de Ovídio, à patriótica de Mickiewicz, à americana de Gonçalves Dias? A nenhuma. Qual o sistema métrico que adotou? Nenhum. Qual a musa que lhe preside às criações?... A mitológica de Homero, a mista de Camões, a católica do Dante, a libertina de Parny? Nenhuma. A escola de Machado de Assis é o sentimento; – seu sistema a inspiração: sua musa a liberdade. Tríplice liberdade: liberdade na concepção; liberdade na forma; liberdade na roupagem. Tríplice vantagem: – originalidade, naturalidade, variedade (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo I: 51).

Essa desvinculação de escolas ou de sistemas, somada à multiplicidade temática e à expressão sério-jocosa, tendo, ainda por cima, a inspiração da musa liberdade revelam uma concepção cínica do mundo e da História e caracterizam a escrita de Machado de Assis desde o começo de sua carreira literária, tanto jornalística quanto ficcional. No prefácio aos *Contos Esquecidos* de Machado, R. Magalhães Júnior assevera que:

⁷¹ Devo essa reflexão acerca do uso pragmático da História por parte de Machado ao historiador (e meu amigo) Thalles Murilo Vaz Costa.

Não se pode deixar de reconhecer que mesmo Machado dos primeiros tempos, longe de ser um escritor perfeito, já tinha contido qualidades pessoais que singularmente o distinguiam e que estão presentes nos seus derradeiros escritos. Entre essas qualidades, a maneira pela qual desenvolvia, em torno dos assuntos, considerações filosóficas mescladas de humorismo (MAGALHÃES JÚNIOR *in* MACHADO DE ASSIS, 1956: 2).

Além disso, a hipótese do exercício do “cinismo literário” ajuda a entender e a explicar porque a ironia – característica fundamental e indissociável da escrita machadiana, segundo alguns intérpretes – não aparece em sua escrita íntima, em sua correspondência, que deveria ser a fonte mais segura e fiel para se identificar, para se construir ou para se lastrear qualquer concepção do próprio Machado.

Na verdade, foi justamente a ausência da ironia em suas correspondências que me convenceu de que o Bruxo exercia um “cinismo literário”. Pois, se o tom irônico (sério-jocoso), isto é, cínico, presente nos romances, contos, crônicas é o que singulariza a escrita machadiana, as correspondências e parte das críticas literárias de Machado não são machadianas, porque ali o cinismo, seu repertório linguístico e sua forma de expressão não estão presentes.

Em vista disso, alegoricamente, o cinismo foi a lente por meio da qual o míope Machado enxergou e interpretou a realidade que o cercava, permitindo-lhe criticá-la, decompô-la, sendo que a História foi a ferramenta que permitiu enxergá-la à distância, possibilitando uma percepção plural e profunda dessa mesma realidade. Logo, entende-se que, quando utilizada como uma ferramenta heurística, a História pode propiciar o distanciamento, que, por sua vez, pode possibilitar uma perspectivação. E qualquer perspectivação é relativizadora, pois estabelece relações entre diferentes elementos num mesmo conjunto.

De fato, todos os campos da experiência foram gradualmente afetados pela relatividade histórica, como atesta o triunfo das ideias de ponto de vista e de perspectiva. Tantos observadores, tantos pontos de vista. Pode-se, certamente, atribuir a essa ideia uma origem leibniziana, mas ao preço do abandono da referência forte a uma integral dos pontos de vista. A ideia de uma pluralidade de pontos de vista, uma vez privada de toda a vista panorâmica, propõe-se como a ideia antidogmática por excelência (RICOEUR, 2007: 319).

Logo, acredito que foi a História que possibilitou que Machado exercesse o cinismo literário, pois fornecendo-lhe um ponto de vista distanciado – *kataskopos* –

permitiu-lhe realizar uma perspectivação ao mesmo tempo relativizadora e antidogmática. Contudo, com essa perspectivação histórica, Machado desenvolveu ou aguçou a percepção de que a humanidade “não saiu do lugar” e essa percepção produziu um sistêmico ceticismo-pessimista que reverbera em quase toda a obra machadiana. Um exemplo disso pode ser encontrado na crônica do dia 21 de agosto de 1870, na qual, considerando a irracionalidade da guerra, tema cínico por excelência, Machado escreveu:

Falarei da guerra?

Não.

Eu confesso que a minha ansiedade por notícias anda misturada com alguma tristeza.

Algum princípio vai certamente triunfar na campanha atual, mas à custa de quantos *fins*?

O *chassepot*, a agulha, a metralhadora, lá estão neste momento a fazer gemer a humanidade, a varrer os campos, a decepar a flor das gerações, a fazer correr sangue e lágrimas.

Este famoso rei da criação é deveras um animal curioso.

Seu primeiro vestígio na história é um crime. Logo no quarto capítulo do Gênesis esbarramos com o sangue de Abel. Não se contentou com a força muscular; inventou uma arma grosseira. Mas a arma ao cabo de algum tempo não prestava; aperfeiçoou-a. A machadinha de pedra, a clava, a espada, a pólvora, a espingarda, o *chassepot*, a metralhadora... que procissão de melhoramentos! (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 357).

Como uma espécie de atmosfera que envolve e caracteriza a obra machadiana, essa postura cética-pessimista, que enfatiza a inutilidade e o despropósito, não só das guerras, mas, de todas as ações humanas, retroalimenta constantemente essa Filosofia cínica, que encontra na linguagem irônica a forma de expressão mais apropriada a dar-lhe existência literária. Atenuado e revestido pelo *spoudogeloios* o cinismo machadiano converte-se em estilo e torna-se palatável.

Mas o que é essa Filosofia cínica? O que significa ser um cínico? Quais as características elementares do cinismo?

O pressuposto elementar do cinismo é o da autarquia/autonomia⁷², condição *sine qua non* para o efetivo desempenho da parrésia (liberdade quase-absoluta de

⁷² O Dicionário Aurélio apresenta como sinônimos os verbetes “autarcia” e “autarquia”, contudo, no verbete “autarquia”, na quarta acepção do termo, figura uma definição que remete aos cínicos e por isso vou optar por esse verbete: “4. Hist. Filos. Nos vocabulários cínico e estoico, condição de autossuficiência do sábio, a quem basta ser virtuoso para ser feliz; autarcia” (FERREIRA, 1975: 162).

fala), pautada no estranhamento cultural e na poética da alteridade, que a observação distanciada (*kataskopos*) das coisas propicia, porque, ao distanciar, possibilita a relativização das diferenças.

É em virtude dessa distância relativizadora que os cínicos deixam de reconhecer a diferença entre bem e mal, entre risos e lágrimas, entre esquerda e direita, entre Luzia e Saquarema. E por causa disso, ridicularizam a polarização e aceitam a diversidade, sem, no entanto, abrir mão de um ceticismo visceral, que redundava na contestação de tudo, até de suas próprias afirmações.

Nesse passo, para uma caracterização mais precisa do cinismo, passo a dialogar com alguns especialistas no tema. Na introdução ao livro *Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e seu legado*, Marie-Odile Goulet-Cazé e R. Bracht Branham afirmam que, ao que tudo indica, o cinismo é “a ramificação mais original e influente da tradição socrática na Antiguidade” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 11). Representado ou alegorizado por meio da figura de Diógenes de Sinope, o cinismo pode ser interpretado como uma espécie de socratismo posto em prática (DOBBIN, 2012: 14).

No livro *Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade...*, no capítulo “O indecente e a sociedade. O despudor de Diógenes na cultura imperial romana”, Derek Krueger afirma que, justamente por colocá-lo em prática, Diógenes foi chamado por Platão de “um Sócrates enlouquecido” (KRUEGER in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 254). “Entre o diálogo platônico e o diálogo luciânico, o cinismo revela-se o elo que tanto garante a relação entre ambos, quanto marca sua diferença mútua” (BRANDÃO, 2001: 118).

Com isso, ao mesmo tempo em que se estabeleceu a associação entre o socratismo e o cinismo, Platão negativou semanticamente o cinismo, desqualificando-o, inclusive, epistemologicamente. Afinal, o que valem as palavras e as ações de um louco? No capítulo “Desfigurar a moeda. A retórica de Diógenes e a invenção do cinismo”, do livro *Os cínicos...*, R. Bracht Branham garante que, vinda de Platão, essa desqualificação do cinismo faz todo sentido, uma vez que “a tradição o aponta, a ele, o metafísico e plutocrata paradigmático, como uma espécie de antítese do cínico. Como tal, ele é um instrumento útil para definir a postura cínica por contraste e justaposição” (BRANHAM in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 102).

Por outro lado, é muito provável que Diógenes considerasse loucos os que estavam plenamente adaptados às convenções sociais, visto que para os cínicos a felicidade ou a virtude dependiam de um modo de vida conforme à natureza e por isso desprezavam o poder, a fama, a riqueza, a posse como bens ilusórios, posto que não-naturais.

Ao tentar levar uma vida conforme à natureza, com o mínimo necessário, e ainda por cima desprezando os valores e as convenções sociais, o cínico se coloca na posição de marginal ou de estrangeiro (que está à margem da sociedade ou não incluído nela). Logo, essa posição de marginal ou estrangeiro⁷³, somada à autossuficiência (autarquia/autonomia) conquistada por meio de uma vida “ascética”, dá ao cínico liberdade para falar de tudo (parrésia), para criticar absolutamente tudo. Em essência, é exatamente isso que um cínico faz: critica tudo e todos. Conforme Luis E. Navia,

Para Michel Foucault, em cujo panorama filosófico é fácil identificar a influência do cinismo clássico, Diógenes fixou o exemplo máximo do que a filosofia pode ensinar e de como deve ser um filósofo genuíno: um parresuasta, isto é, um homem unicamente votado à prática da *παρρησία* (*parrhēsia*), o comprometimento de falar a verdade ou, mais precisamente, de dizê-la por inteiro, consistentemente, em qualquer circunstância (NAVIA, 2009: 17).

Em consequência dessa postura crítica e de sua estética não-convencional ou marginal surgiu a associação com o “cão”, que etimologicamente está na raiz da palavra cínico. Essa associação se dá por afinidades, visto que tanto o animal quanto o cínico que vivem conforme à natureza, se alimentam das migalhas que lhes dão, vivem expostos a agressões e ao desabrigo das intempéries (na rua), sem pudor fazem suas necessidades fisiológicas em público, “rosnam, mordem e abanam a cauda” conforme lhes convêm.

A ideia cínica de levar a vida de acordo com a natureza tinha e tem o seu lado grotesco, que pode ser ilustrado pelas *chreiai* (anedotas/sínteses) em que Diógenes se masturbava ou copulava em público, por exemplo. Ou ainda no elogio cínico do incesto e do canibalismo como coisas naturais. De minha parte, acredito que essas

⁷³ “Longe de buscar tais alianças, parece que os cínicos se mantiveram alheios aos poderes políticos existentes. Sua licença para falar franca e descaradamente derivava da licença do *outsider* (estrangeiro/marginal) que, paradoxalmente, agia como a consciência da sociedade” (DOBBIN, 2012: XVII).

anedotas funcionem mais como hipérboles para escandalizar a sociedade, atrair sua atenção e, a partir disso, dar início ao processo pedagógico.

Afinal, esclarece Derek Krueger, no já referido capítulo “O indecente e a sociedade...”, desde sua origem, com a metáfora da “desfiguração da moeda”, o papel do cínico sempre foi o de escandalizar a sociedade, criticando seus fundamentos e certezas.

A tradição afirmava que Diógenes havia consultado um oráculo (em Delfos ou no oráculo de Apolo em Sinope) e recebera de Apolo a ordem de desfigurar a moeda (*parakharattein to nomisma*). Como todos os oráculos, isso estava aberto a interpretações equivocadas e, de acordo com uma tradição, Diógenes foi exilado de Sinope por falsificação. Com o passar do tempo, Diógenes compreendeu que deveria desfigurar a moeda da política e social, a troca de ideias que constituía a opinião geral. A crítica cínica afirmava que as convenções pelas quais a maioria levava a vida eram não-naturais e, portanto, tolas (KRUEGER *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 254-255).

Sobre isso, estou ciente de que ao considerar tais anedotas como hipérboles, de certa forma, contribuo para a tradição de mitigação dos aspectos mais perturbadores do cinismo, pois, “assim como havia tradições sobre os atos de Diógenes, havia também tradições sobre como interpretá-los” (KRUEGER *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 253).

Reforçando essa ideia, no capítulo intitulado “O cínico ideal: de Epicteto a Juliano”, do já mencionado livro *Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e seu legado*, M. Billerbeck adverte “que foram as qualidades de independência (*autarkeia*) e liberdade de fala (*parrhēsia*) que recomendaram a imitação de Diógenes. Por outro lado, o despudor (*anaideia*), que é um traço proeminente das histórias sobre Diógenes e caracterizou o comportamento real dos antigos cínicos, tende a ser suprimido” (BILLERBECK *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 242).

Nesse sentido, é possível afirmar que há um “cinismo recomendável” e um “cinismo não-recomendável”; há um Diógenes positivo e há um Diógenes negativo. Segundo Derek Krueger, no capítulo “O indecente e a sociedade. O despudor de Diógenes...”, por trás dessa tradição de mitigação “está uma tentativa de dissuadir ou mesmo impedir as pessoas de pôr em prática os aspectos mais perturbadores incluídos nas histórias sobre Diógenes” (KRUEGER *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 253).

Diante disso, o que me resta é afirmar que ao interpretar as anedotas mais perturbadoras como hipérboles, não tenho a intenção de impedir práticas cínicas, mas tão somente afirmar o potencial retórico do cinismo literário, que, em minha interpretação, caracteriza a obra machadiana em sua relação com a História.

Não obstante, mesmo que essas anedotas representassem comportamentos reais de Diógenes, é preciso considerar o fato de que, como afirma Robert Dobbin, segundo a tradição,

“[Diógenes de Sinope] costumava dizer que ele seguiu o exemplo dos treinadores de corais; pois eles também definiam a nota um pouco alto, para garantir que o restante [do coro] atingisse a nota certa. Em outras palavras, ele não esperava que todos os seus discípulos o seguissem nos extremos aos quais conduzia suas austeridades” (DOBBIN, 2012: XVIII).

No território das incertezas ou das imprecisões, é possível que exista um Diógenes real e outro fictício, afinal de contas, é preciso considerar a escassez (ou inexistência) de textos escritos pelos fundadores do cinismo – Antístenes, Diógenes de Sinope, Crates, Hípparchia, etc. – e é preciso considerar ainda as possibilidades criativas que podem ter sido suscitadas pelo intervalo de cinco séculos que há entre as supostas existências dos primeiros cínicos e os mais antigos registros sobre eles, que remontam a Diógenes Laércio (DOBBIN, 2012: XV). Em vista disso, no capítulo “Desfigurar a moeda. A retórica de Diógenes e a invenção do cinismo”, do livro *Os cínicos* R. Bracht Branham adverte que é mais produtivo “abordar Diógenes como o constructo retórico de uma tradição” (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 107). Tradição intimamente relacionada ao humor.

Seja como for, não restam dúvidas de que a literatura cínica possui uma natureza profundamente provocadora, questionadora, quase subversiva, pois, consoante Joel C. Relihan, no capítulo “Menipo na Antiguidade e no Renascimento”, do livro *Os cínicos...*, via de regra ela “brinca com a ideia de uma verdade absoluta ou transcendente e com aqueles que pretendem proclamá-la” (RELIHAN *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 291). Nesse mesmo livro, Derek Krueger assevera que “igualmente dominante era o entendimento de que o cinismo fosse uma forma de crítica social” (KRUEGER *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 254-255).

Levando tudo isso em consideração, fica fácil constatar que o cinismo é, com efeito, antes de tudo uma crítica à cultura de forma geral (*paidéia*, para os gregos) ou uma crítica a tudo que não é natureza. Logo, considerando a sociedade como uma antítese da natureza, o cinismo é uma aguda, penetrante e cortante crítica social; o cinismo são os dentes afiados e dilacerantes de uma crítica acerba cravados no corpo de uma determinada sociedade.

Nessas ocasiões, o cão espalha dentadas a esmo, não por inimizade pessoal, visto que não escolhe em que perna humana há de saciar a sua raiva antes com uma imparcialidade digna de imitação (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo II: 20)⁷⁴.

Em complemento, Mary Douglas enfatiza que, na literatura cínica, “o corpo humano nunca é visto como um corpo sem ao mesmo tempo ser tratado como uma imagem da sociedade” (DOUGLAS *apud* KRUEGER *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 260). Desse modo, entendido como crítica social, o cinismo pode se materializar de dois modos: como “modo de vida” ou como “recurso retórico-literário” (cinismo literário).

Independentemente do modo como se materializa, enquanto crítica social, o cinismo exige ou tem como pressuposto o distanciamento de tudo e de todos, inclusive da própria pátria (*polis*), pois só assim é possível o pleno exercício da liberdade de fala e de ação. Na introdução do livro *Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e seu legado*, Marie-Odile Goulet-Cazé e R. Bracht Branham afirmam que “Diógenes insistia para que as pessoas se abstivessem de todo engajamento político que, como obrigações familiares e sociais, pudessem constituir um obstáculo à liberdade individual” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 35). Afinal, como criticar

⁷⁴ A crônica de onde essa passagem foi retirada está repleta de referências ao “cão”, ficando evidente que Machado quis traduzir a relação cão-cinismo-crítica numa alegoria cheia de referências às questões do momento (a de animais abandonados no centro da cidade e a da perseguição aos maçons, proibidos de participarem de irmandades religiosas). Machado começa a crônica afirmando que “dizem todos os séculos decorridos desde de o dilúvio universal até à comuna de Paris, o cão é amigo do homem; é sobretudo a imagem da fidelidade”; um pouco adiante, fala em “divagações caninas”; depois lembra que “Diógenes achava que ele [o homem sensato] era puramente um produto de imaginação, visto que andava com a lanterna a procurar um exemplar da espécie e não o achou”; por fim escreve que “trouxe o cão para mostrar que se algumas pessoas tudo criticam, há quem louve alguma coisa” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo II: 19-21). O irônico nessa passagem é que o próprio cronista é quem tudo critica.

alguma coisa na qual se está inserido ou alguém com quem se mantém vínculos, sem incorrer em contradição? Nesse sentido, qualquer crítica social consistente e coerente só é possível quando quem realiza a crítica, de alguma forma, se distancia da sociedade criticada ou sob análise. No mesmo livro acima referido, no capítulo “A recepção moderna do cinismo. Diógenes no iluminismo”, Heinrich Niehues-Pröbsting escreveu que

Cada sociedade tem suas próprias noções morais e o que é considerado virtude de acordo com essas noções “com frequência revela-se apenas um vício esplêndido diante do tribunal da natureza”. Ao distanciar-se de preconceitos e parcialidades, que a integração a uma sociedade particular necessariamente envolve, o cosmopolita tem acesso privilegiado à verdade. Isso lhe permite dizer aos outros a verdade. Ele poderá, portanto, ser de grande benefício se os outros fizerem uso de seu discernimento. Assim, a existência do cínico é positivamente legitimizada no sentido humano universal (NIEHUES-PRÖBSTING *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 364).

O distanciamento crítico-analítico, a desfamiliarização e o estranhamento cultural são ferramentas heurísticas que permitem ver o “mesmo” como se fosse “outro”; permitem que o “familiar” se torne “estranho”; permitem perceber o “próprio” como se fosse “alheio”. A tempo, no capítulo “Cinocéfalos e bons selvagens. Cinismo antes dos cínicos”, James Romm esclarece que “o surgimento da literatura etnográfica nos séculos VI e V a.C. permitiu que os gregos vissem a sua própria cultura contrastada, nem sempre favoravelmente, com as culturas dos bárbaros” (ROMM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 138). Por isso, continua Romm,

Não nos deve surpreender encontrar uma conexão estreita entre o discurso crítico e a etnografia grega antiga. O cinismo é, entre outras coisas, uma forma de estranhamento cultural voluntário, em que o indivíduo passa a ver os costumes e valores de sua sociedade como de natureza arbitrária e desdenha sua observância (ROMM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 138).

Na obra de Machado de Assis, o uso pragmático e sistemático da História (da Antiguidade, dos Antigos, do Passado) ajuda a “mostrar o que essa técnica de distanciamento consegue realizar dentro da retórica das relações sociais” (MARTIN *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 155). Nas anedotas cínicas, Diógenes, Crates, Hipparchia, Anacarsis, etc., figuram como o “estrangeiro interior com liberdade de discurso para dizer o que nunca poderia ser expresso tão explicitamente *in propria*

persona” (MARTIN in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 155), é o que garante R. P. Martin, no capítulo “O sotaque cita: Anacarsis e os cínicos”. Na obra machadiana, a figura do “estrangeiro interior” é substituída por eventos históricos, por personagens históricos, pela Antiguidade e pelos Antigos, pelo Passado, em suma, pela História. Foi a História e o exercício do cinismo literário que permitiram a Machado de Assis ver e dizer as coisas, da forma como viu e disse. Consoante Luis E. Navia, “Oscar Wilde disse, certa feita, que o cinismo é a arte de ver as coisas tal como são em vez de como deveriam ser” (NAVIA, 2009: 12).

No que concerne ao uso pragmático da História por parte de Machado, acredito que uma observação de François Hartog pode ajudar a iluminar essa questão. Ao desenvolver o verbete “PRÁXEIS/ACONTECIMENTO”, no glossário anexo ao capítulo III – “A História entre o presente e o passado” – do livro *A História de Homero a Santo Agostinho*, Hartog assevera que:

As ações passadas são um “bem comum” de onde cada um, a começar pelo orador, pode tirar algo, diz Isócrates. Em momento algum se trata de “estabelecer” os fatos, investigar a realidade dos acontecimentos, mas sim pensar a respeito e a partir deles, saber, melhor que ninguém, exprimi-los, a fim de fazer o melhor uso deles, em função da conjuntura presente (*kairós*) (HARTOG, 2001: 103).

É exatamente isso que Machado faz; é exatamente assim que Machado usa a História. “Para Isócrates [como para Machado], as *práxeis* passadas não são invocadas senão por seu valor como exemplo, isto é, como argumento num discurso persuasivo que deve conduzir a uma decisão política” (HARTOG, 2001: 103). “Hoje está mais que provado que a política é tudo e tudo é política” (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo II: 193). Entendendo que a noção de “decisão política” tem um amplo espectro, não é absurdo cogitar que os textos de uma proeminente figura das letras e da imprensa, como é o caso de Machado, tenha “conduzido a decisões políticas”⁷⁵.

⁷⁵ Entendo que elogiar ou criticar um determinado veículo de imprensa é um chamado para uma decisão política; apoiar a Maçonaria ou a Igreja é tomar parte numa discussão política; apoiar um programa político liberal ou um programa político conservador é influenciar para uma decisão política; defender ou repudiar o alistamento militar obrigatório é interferir numa questão política; defender a implementação de medidas sanitárias ou contestá-las é uma forma de se posicionar politicamente e até criminalmente; criticar ou elogiar o sistema eleitoral é, ao mesmo tempo, uma manifestação política e uma interpelação para uma decisão política. Todos esses temas – tão presentes na atualidade – encontram-se desenvolvidos na

Em última instância, é pedagógico o propósito das críticas que o cinismo – como modo de vida ou como recurso retórico – faz ou representa, porque, como escreveu Machado de Assis, em uma de suas primeiras crônicas, publicada em 18 de outubro de 1861: “Mostrar as consequências do mal, lá me parece que é torná-lo antipático e repugnante” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 17). Consoante Dobbin, “Diógenes costumava dizer: ‘Os outros cães mordem inimigos, eu, por comparação, mordo meus amigos, com a intenção de corrigi-los’” (DOBBIN: 2012: 43). Por fim, Robert Dobbin questiona: “E ainda quão pessimistas os cínicos poderiam ter sido quando acreditavam que poderiam convocar os homens de volta às qualidades ‘primitivas’ incorporadas em heróis arcaicos como Hércules e Odisseu?” (DOBBIN, 2012: XXI).

Em consequência de sua intenção pedagógica, o pessimismo geralmente relacionado aos cínicos deve ser relativizado ou interpretado como uma espécie de ceticismo extremo. Vindo a calhar, na introdução do já referido livro *Os filósofos cínicos: de Diógenes a Juliano*⁷⁶, Robert Dobbin afirma que os cínicos “são especialmente críticos severos do pensamento dogmático, antecipando assim a ascensão do ceticismo entre filósofos (Acadêmicos, Pirrônianos) da era helenística” (DOBBIN: 2012: XV). Foi por essas e por outras razões que, desde o começo, fiz questão de vincular esse relativo pessimismo ao ceticismo machadiano.

Ainda no que diz respeito ao caráter pedagógico dos cínicos e das diferentes formas de expressão do cinismo, no capítulo “Cosmopolitismo cínico”, do livro *Os cínicos...*, John L. Moles assevera que:

É o vínculo potencial de humanidade entre o cínico e as massas que explica vários de seus papéis mais característicos. Ele é um “professor” (*didaskalos*) porque é a aplicação proveitosa da doutrina cínica que cria a ponte sobre o oceano existente entre os dois grupos. Se não é assim, para que serve o ensinamento cínico? Ele é um *kataskopos* (“espião”, “inspetor”) porque é ele quem busca a verdade e traz aos homens. Ele é um “mediador” (*diallaktēs*) porque reconcilia os homens e [...] porque reconcilia homens e deuses. Ele é um *agathos daimōn* (um “anjo da guarda”) porque é o mediador

obra machadiana, especialmente nas crônicas, portanto, sem sombra de dúvidas, é possível dizer que os escritos machadianos “conduziram a decisões políticas”.

⁷⁶ Título original: *The Cynics Philosopher from Diogenes to Julian*. A tradução do título no corpo do texto é minha.

entre os homens e os deuses (MOLES *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 132).

Seja como for – “quer como uma moralidade ascética prática para os que não têm nada, quer como um modelo ético universal de liberdade e autonomia, quer como uma prática cultural dedicada a ‘desfigurar’ os valores falsos da cultura dominante” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 31), quer como escandalizador da sociedade, quer como crítica social acerba – o cinismo incomodava muito e continua incomodando... muito!

O discurso dos cínicos era cáustico e agressivo; ele encurralava o interlocutor até este ser forçado a questionar a si próprio. É por isso que jogos de palavras, sarcasmo ácido e observação implacáveis são características de seus próprios métodos e do modo como foram representados por outros (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 36).

Diante de tudo isso, surge uma interessante questão: como o cinismo sobreviveu por mais de dois milênios? Como esse conjunto de ideias – tão indigesto, posto que sincero; tão crítico, posto que autônomo; tão subversivo, posto que contestador; tão perturbador, posto que alheio a convenções – conseguiu sobreviver por tanto tempo?

O cinismo conseguiu sobreviver porque, a despeito de tudo isso, fazia rir e fazendo rir “adocicava” o “azedume” de suas severas críticas. Segundo Derek Krueger, “as histórias cínicas reduzem as tensões inevitáveis em qualquer sistema de organização social dando àqueles que compartilham as histórias e o sistema oportunidade de obter distanciamento crítico e rir” (KRUEGER *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 262).

Como argumenta Mary Douglas sobre o bufão em geral, o humorista cínico “parece ser uma pessoa privilegiada que pode dizer certas coisas de uma certa maneira que confere imunidade [...] Seguro dentro do raio de ataque permitido, ele alivia para todos a opressividade da realidade social, demonstra sua arbitrariedade fazendo brincadeira com a formalidade em geral, e expressa as possibilidades criativas da situação” (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 117). [Para a citação utilizada por Branham neste excerto: (DOUGLAS, *The Social Control of Cognition: Some Factors in Joke Perception*, 1968: 374)].

Portanto, parece razoável acreditar que foi o humor que garantiu imunidade e, conseqüentemente, longevidade ao cinismo: “porque o humor cáustico e por vezes

grosseiro foi característico de todo o *eidós* do discurso cínico, de acordo com Demétrio (*De Eloc.* 259), e persiste no esquema geral até Luciano e mesmo Dion Crisóstomo” (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 107).

No capítulo “Desfigurar a moeda. A retórica de Diógenes e a invenção do cinismo”, do livro *Os cínicos*, R. Bracht Branham sugere que o humor que caracteriza o cinismo,

tem menos a ver com personalidade [de Diógenes ou de qualquer personagem cínica] do que (1) com a posição cultural e social dos cínicos na sociedade antiga, em particular com a sua atitude em relação à convenção social no que se refere à vida privada e ao corpo; e (2) com o estilo retórico ou heurístico de filosofia que Diógenes pratica, que consiste em submeter as regras e os costumes promulgados pela sociedade ao teste da corporificação e aos caprichos da existência material. Fazer de si mesmo o meio para tais argumentos com frequência coloca Diógenes em violação direta de regras tão conhecidas que raramente são articuladas, quanto mais impostas. A violação de incontáveis regras tácitas ou explícitas que governam o nosso comportamento, começando pelo nosso uso da linguagem, é básica em qualquer forma de humor. Nas palavras de Mary Douglas, a forma de uma piada “raramente está nas palavras apenas” e só pode ser compreendida com referência “à situação social total”. A inovação cínica está na exploração desse fato de modo polêmico, como forma de se definir em oposição – não a essa ou àquela regra ou a esse ou àquele grupo, mas à autoridade da sociedade para ditar o pensamento e o comportamento. Mary Douglas e Bakhtin ensinaram-nos que a significância da piada como atividade numa sociedade tradicional é a sua resistência ao controle social da cognição. O *motto* cínico – “Desfigurar a moeda corrente” (*parakharattein to nomisma*) – faz do chiste, da paródia e da sátira não apenas ferramentas retóricas úteis, mas indispensáveis, constitutivas da ideologia cínica como tal. O humor é o selo cinzelado do discurso cínico (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 107).

Donde se conclui que o humor e suas variadas formas de expressão literária (o chiste, a paródia, a sátira, a ironia etc.) caracterizam o cinismo, dando-lhe conteúdo e forma. Como conteúdo ou como ferramenta de cognição, segundo Branham, o humor pode ser “descrito como uma ponte sobre um intervalo lógico; um movimento entre códigos, quadros de referência ou universos de discurso estranhos entre si” (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 114). Ainda consoante Branham:

Qualquer descrição do cinismo que ignore ou reduza sua dimensão literária ou retórica – sua ligação com as artes do humor filosófico

conforme sugerido pelo termo *spoudogeloios* – deixa de fora o que fez o cinismo diferente de qualquer outra tradição filosófica antiga. O cinismo é o único movimento filosófico da Antiguidade a fazer da liberdade um valor central, e a liberdade de fala em particular. Esse fato está diretamente ligado à invenção cínica de formas satíricas e paródicas de literatura sem precedentes clássicos (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 119).

Contudo, não se deve esquecer que o humor cínico é escudado por uma postura distanciada (*kataskopos*), que traduz uma vontade de equanimidade ou de imparcialidade (de isenção ou de não-vinculação), que garante a liberdade de expressão quase absoluta (*parrhēsia*), que por sua vez é garantida pelo exercício da autarquia/autonomia, forjada arduamente por meio de uma vida ascética, disciplinada, cheia de privações. “A lei da *askēsis* cínica era simples: consistia em viver na pobreza e satisfazer apenas às necessidades naturais. [...] Desta forma, o cínico buscava liberdade da agitação emocional (*apatheia*) e independência do mundo exterior” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 37).

Não obstante, o humor também dá forma ao cinismo, ao materializar-se por meio de uma expressão literária ou de linguagem literária conhecida como sátira menipeia: “forma [de sátira] que parodiava tanto o mito como a filosofia” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 21), cuja criação é atribuída a Menipo de Gadara, “o único cínico expressamente chamado de *spoudogeloios* (‘sério-cômico’) na Antiguidade” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 21). Isto posto, seja como ferramenta de conhecimento ou como expressão literária sério-jocosa (*spoudogeloios*), é possível afirmar que o humor constitui, caracteriza ou tipifica a “estética cínica”, como sugere R. P. Martin (2007: 166).

Agora, no intuito de compreender um possível significado da História na obra machadiana, o que me interessa no momento é traçar brevemente a trajetória daquilo que se convencionou denominar cinismo literário, ressaltando sua importância enquanto “recurso retórico-literário” a serviço da crítica à cultura, de uma forma geral, e a serviço da crítica social, de forma específica.

Para tanto, a primeira coisa que fiz foi observar a uma advertência de Bratch Branham, segundo a qual:

É igualmente um engano, porém, pensar num conjunto de doutrinas cínicas primeiro formuladas e depois incorporadas em obras

literárias, o cinismo origina-se em boa parte na atividade retórica e literária, como exercício da *parrhēsia* (BRANHAM in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 119).

Nesse sentido, o cinismo pode ser interpretado como uma manifestação do pleno exercício da liberdade de expressão (*parrhēsia*), motivado por uma crítica sociocultural. Sendo que, na História do cinismo, em alguns momentos, essa crítica se manifestou de forma contundente em ações contra todas as convenções sociais, como fica claro nas histórias em torno das figuras de Diógenes de Sinope, de Crates de Tebas e de Hiparquia de Maroneia, etc. Em outros momentos, a crítica sociocultural tipicamente cínica se manifestou de forma mais sutil, menos pesada, mais jocosa, sub-reptícia, irônica, como nos escritos de Luciano de Samósata ou de Thomas Morus. E mais recentemente, no Brasil, essa crítica sociocultural cínica se manifestou mais “oblíqua e dissimulada”, mas sempre com aquele sorriso ao canto da boca na obra de Machado de Assis.

Permitam-me uma pequena mas importante digressão. Em vista dessa forma cínica de criticar de Machado de Assis e em referência e reverência à sua negritude, reporto a uma reflexão de Allan da Rosa acerca das formas ou das maneiras que os corpos negros/as mentes negras encontraram para resistir/driblar as barreiras raciais invisíveis (embora totalmente reais) que interditam o acesso da população negra aos bens sociais. Essa reflexão de Allan da Rosa encontra-se na *live* intitulada “Corpo negro e a potência de r-existir: racismo e colonialismo no Brasil”, produzida pelo Centro de Artes da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=MVMkmACET-4

Por outro lado, também faço referência a uma característica bastante significativa e importante da escrita machadiana: a arte de despistar o leitor. No livro *Machado de Assis – Historiador*, ao fazer um balanço das contribuições de John Gledson e Roberto Schwarz à fortuna crítica de Machado de Assis, Sidney Chalhoub assevera que “se a pena de Gledson revela um Machado empenhado em interpretar o sentido da história, também mostra que tal esforço é acompanhado de um processo não menos intenso de dissimulação e despistamento do leitor, que não raro vê o seu esforço de entendimento solenemente enviado para as calendas gregas” (CHALHOUB, 2003: 18).

Ao refletir sobre a questão racial que envolve Machado de Assis e sua obra; ao refletir sobre formas de expressão literária ou sobre formas de resistência literária (que, amparado na fala de Allan da Rosa, quero denominar de “escrita-capoeira”); ao refletir também sobre racismos e sobre os “nós e os laços” que criaram as redes de sociabilidade negra que propiciavam as manifestações antirracistas e abolicionistas no século XIX, é impossível não me referir elogiosamente ao livro *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*, de Ana Flávia Magalhães Pinto. A clareza na exposição dos argumentos, o lastro documental colossal, o conhecimento das fontes que compõem esse lastro, a conexão dos temas e dos personagens, a transparência na exposição dos métodos de pesquisa e o conhecimento das teorias pertinentes ao tema, tudo isso e mais a vocação de narrar de Ana Flávia Magalhães fazem do “*Escritos de liberdade*” um clássico de nascença!

Da mesma forma, é impossível falar sobre formas de expressão literária, insinuar uma literatura de resistência (“escrita-capoeira”), conhecer as ações e os mecanismos que propiciaram a formação de redes de difusão de questões raciais (antirracistas) e abolicionistas no século XIX, lendo os “*Escritos de liberdade*” e não lembrar da questão colocada por Gayatri Chakravorty Spivak: “*Pode o subalterno falar?*”

Em atenção a essa questão e considerando o teor cínico da escrita machadiana, eu respondo que: Sim! Pode o subalterno falar! Mas, de preferência, deve falar de forma sério-cômica, irônica, gingada, pronto para se esquivar e atacar. E considerando os “*Escritos de liberdade*”, a resposta também é sim! Desde que se construa coletivamente uma rede sólida de sociabilidade e comunicação.

Antes de voltar à caracterização da trajetória do cinismo literário, ofereço um exemplo dessa “escrita-capoeira” de Machado, cuja acidez cínica corrói a máscara das convenções e dos falsos valores, revelando-lhe a face hipócrita da sociedade e “o desconcerto do mundo”:

Há dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hipotecados. Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma destas aprovada, até que tudo acabou como nos demais bancos e no concílio dos deuses de Camões:

Pelo caminho lácteo...
(outra vez lácteo!)

*Pelo caminho lácteo...
Logo cada um dos deuses se partiu
Fazendo seus reais acatamentos
Para os determinados aposentos.*

Ora, entre os discursos proferidos houve um do digno acionista Sr. José Luís Fernandes Vilela, declarando ser tudo aquilo uma discussão vazia de sentido, porque já não existem escravos.

Confesso que estimei ler tão agradável notícia; mas, como não há gosto perfeito nesta vida, recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que retificasse o discurso do Sr. Fernandes Vilela. Há escravos, eles próprios os são. Estão prontos a jurá-lo e concluem com esta filosofia, que não parece de preto: “As palavras do Sr. Fernandes Vilela podem ser entendidas de dois modos, conforme o ouvinte ou leitor trouxer uma enxada às costas, ou um guarda-chuva debaixo do braço. Vendo as coisas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 752).

Diante desse pequeno fragmento da obra machadiana, cai por terra seu suposto absenteísmo; cai por terra também sua suposta misantropia; e ainda sua suposta indiferença para com as causas abolicionista e antirracista⁷⁷. Em sua tese de doutorado, intitulada *Machado de Assis e a experiência da história: climas e espectralidade*, André da Silva Ramos afirma que “a presença do preconceito exigiu do autor uma ética do cuidado de si, que a despeito da sua relativa vulnerabilidade, não

⁷⁷ Sobre a questão da Abolição e da Luta Antirracista, acredito que é possível perceber a participação de Machado em diferentes instâncias: 1) no desempenho de suas funções na Segunda Seção da Diretoria da Agricultura, emitindo pareceres sempre favoráveis às demandas dos escravizados e às que envolviam os ingênuos, na observância da Lei do Ventre Livre, como demonstrou Chalhoub em *Machado de Assis, historiador*; 2) na sua atuação na imprensa, como na passagem analisada ou como na crônica, publicada no dia 16 de outubro de 1892, em que, segundo Gledson, por meio de uma alegoria, ele refletia sobre a situação e o destino dos “libertos” no Pós-Abolição (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 864-866); 3) e na presença dessa questão na sua obra ficcional, como, por exemplo, em Memorial de Aires, quando o Bruxo faz com que uma herdeira, em vista da consideração demonstrada pelos escravizados, se pergunte: “que impedia que ela pegasse da fazenda e a desse aos seus cativos antigos? Eles que a trabalhem para si” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 1285), insinuando portanto uma possibilidade justiça socioeconômica, pouco considerada naquela época. Segundo Raimundo Faoro: “O enquadramento social do trabalhador livre no contexto da miséria, permitiu a Machado de Assis medir o escravo sob ângulo original. Somente ele insistiu na calamidade que a alforria poderia significar para o cativo. O escravo seria livre, mas ficaria sem trabalho e sem pão, entregue à mendicância. O senhor, só ele, lucraria com o ato de generosidade, ao se desfazer de uma boca inútil, envelhecida ou estropiada no trabalho. A Liberdade não passava, nas circunstâncias, de retórica cruel ou de mentira” (FAORO, 1974: 326).

deixou de tematizar a brutalidade da escravidão e da opressão ao negro” (RAMOS, 2018: 25).

Essa “ética do cuidado de si”, de que fala Ramos, caracteriza a escrita machadiana, porque Machado sempre escreveu absolutamente imerso na atmosfera do preconceito e justamente por isso precisava “jogar capoeira” com sua pena, para expressar suas ideias de forma sutil e, ao mesmo tempo, contundente, algo como dançar e passar rasteiras, “morder como quem beija!”⁷⁸

Sob o pseudônimo de “Boas noites”, o cronista/narrador noticia uma reunião promovida por um banco para tratar dos escravos, concluindo que naquela reunião, como na dos demais bancos e no concílio dos deuses de Camões, tudo acabou pelo caminho lácteo. Mas o que poderia significar isso?

Primeiramente, é preciso dizer que na referida poesia de Camões, ao invés de “pelo caminho lácteo...” está escrito “pelo caminho Lácteo glorioso” (CAMÕES, 1963: 19), portanto, o “glorioso” foi omitido acintosamente pelo narrador, insinuando que no caminho lácteo não há nada de glorioso. Além disso, nesse trecho da poesia, a palavra “lácteo” figura apenas uma vez e não três como aparece na crônica, conseqüentemente, essa ênfase dá indícios de que esse caminho lácteo é o caminho do branco endinheirado, representado pelo Sr. José Luís Fernandes Vilela, que se manifesta contrário aos interesses dos escravizados hipotecados ou não naquele banco. Logo, “o caminho lácteo” é o caminho desses “quase-deuses”⁷⁹, que legislavam e continuam a legislar em função e benefício dos seus próprios interesses e dos que os financiam de alguma forma. Em suma, o caminho lácteo é o caminho do opressor escravagista, contrário à liberdade dos escravizados negros. E por repugnante, foi tratado com indignação e desprezo pelo cronista/narrador: “(outra vez lácteo!)”.

Depois disso, o narrador ridicularizou o discurso do Sr. Fernandes Vilela antepondo ao seu falacioso discurso um fictício discurso assinado por 600 mil pessoas escravizadas: fictício mas certamente respaldado pelos censos elaborados pelo então Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao qual estava vinculada a Segunda Seção da Diretoria da Agricultura, onde Machado trabalhava diariamente. Por fim, patenteando cinicamente a relatividade do cruel e hediondo ponto de vista do Sr.

⁷⁸ Fragmento da poesia *Ser poeta*, de Florbela Espanca (2005: 229).

⁷⁹ Vide a peça de teatro intitulada *Os Deuses de casaca*.

Fernandes Vilela, o narrador – com a expressão “esta filosofia, que não parece de preto” – tripudiava de princípios racistas, como os de Silvio Romero, que apregoavam a degenerescência de determinadas raças, que seriam incapazes de abstrações e reflexões profundas. Conclui-se que para a maioria dessas teorias racistas, a população negra estaria impossibilitada de filosofar. E tudo isso expresso num tom cínico, mais que irônico, isto é, num tom sardônico, que, segundo o Dicionário Aurélio, refere-se ao “riso forçado e sarcástico” (FERREIRA, 1975: 1274). Tom que nesta passagem resplandece uma altivez majestática e uma graça desconcertantes para a maioria dos leitores brancos da *Gazeta de Notícias*, onde esta série – denominada de *Bons dias!* – foi publicada originalmente. Era isso que eu tinha em mente quando caracterizei a escrita machadiana como “escrita-capoeira”: uma escrita contundente mas ao mesmo tempo defensiva e evasiva, gingada e cortante, como a navalha de um marginal ou marginalizado capoeirista do século XIX.

Fecho essa longa digressão e volto a tratar da trajetória do cinismo literário.

Como afirma Branham, “o cinismo origina-se em boa parte na atividade retórica e literária, como exercício da *parrhēsia* (BRANHAM in GOULET-CAZÉ; BRANHAM 2007: 119). Como atividade especificamente retórica e literária, é provável que o cinismo tenha sua origem com Crates de Tebas:

Crates foi uma das figuras literárias mais influentes do século IV [a.C.] e seus escritos contribuíram muito para disseminar a ideologia cínica e estabelecer a paródia como um modo distintamente cínico de “desfigurar” a tradição. [...]

Além de sua mulher Hiparquia e seu irmão Pasicles, os alunos de Crates incluem seu cunhado Metrocles, que provavelmente foi o primeiro a coletar e publicar “ditos” (*chreiai*) cínicos, e Mônimo de Siracusa, cujas “brincadeiras” [*paignia*] misturadas com velada seriedade” estiveram entre os primeiros exemplos do estilo “sério-cômico” – um marco da literatura cínica associado particularmente a Crates e seus seguidores⁸⁰.

Menipo (da primeira metade do século III a.C.) é o mais famoso cínico da Antiguidade depois de Antístenes, Diógenes e Crates. [...] Menipo está entre os mais influentes autores helenísticos. É o único cínico expressamente chamado de *spoudogeloios* (“sério-cômico”) na Antiguidade (Estrabão 16.2.29, C 759), e como seu nome indica recebe o crédito de ter inventado a sátira menipeia, uma forma que

⁸⁰ “Ele [Crates] também ajudou a estabelecer a literatura cínica como um gênero, com elementos formais distintos e com o tom sério-cômico, que se tornaria o tom caracteristicamente cínico (DOBBIN, 2012: XXVIII).

parodiava tanto o mito como a filosofia. Diógenes Laércio atribuiu treze livros a Menipo, entre eles uma *Nekyia*. As imitações e adaptações de sua [de Menipo] obra por Varão (116-26 A.C.) e Luciano (no *Icaromenipo*, no *Menipo* e no *Diálogos dos mortos*) deram às formas menipeias uma sobrevida longa e influente na Antiguidade e no Renascimento, fazendo do cinismo uma das fontes primárias da literatura satírica na Europa (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 21).

Com esse excerto, fica traçado o percurso inicial – e talvez mais importante – do cinismo literário, que tem na figura de Luciano de Samósata seu maior expoente, porquanto foi por meio de seus escritos que o cinismo ganhou uma sobrevida, passando pela Antiguidade, pela Idade Média, pelo Renascimento, pela Era Moderna e chegando com vigor até a atualidade. Um exemplo contemporâneo de cinismo pode ser encontrado na série de crônicas audiovisuais denominada “*Greg News*”, protagonizada pelo humorista Gregório Duvivier e disponível em: www.youtube.com/playlist?list=PLRhP9oJut01keHMIDtBtSm3IMmj6As83N.

De acordo com Marie-Odile Goulet-Cazé e R. Bracht Branham, para Luciano de Samósata,

a literatura cínica era um exemplo libertador de inovação e subversão dentro da tradição clássica. Os clássicos cínicos (e a ideologia cínica) deram-lhe nada menos do que uma licença para escrever sátiras sobre todas as coisas gregas, que agora, claro, incluíam os cínicos e o cinismo (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 27).

Com efeito, foi por conhecer a literatura e a ideologia cínicas (prefiro Filosofia cínica) e por praticar o cinismo literário que “o bruxo realizou o objetivo, todo seu, de dizer as verdades que bem quis sobre a sociedade brasileira do século XIX” (CHALHOUB, 2003: 93), e não por fazer “da metodologia de dependentes como José Dias e Capitu um dos princípios de sua arte literária”, como assevera Sidney Chalhoub (2003: 93). Em suma, foi o casamento entre a História e o cinismo literário que criou condições (distanciamento/estranhamento) para que Machado percebesse a realidade de forma crítica e que forneceu a linguagem adequada e segura (*spoudogeloios*/sério-jocoso) para que pudesse exercer a crítica sociocultural de forma aguda e precisa, sem maiores consequências para ele, um sujeito negro e pobre, numa sociedade racista, “estamentada” e socioeconomicamente desigual.

Ainda sobre Luciano, Marie-Odile Goulet-Cazé e R. Bracht Branham afirmam que

suas muitas obras que utilizam *personae* cínicas (por ex., Diógenes, Antístenes, Crates, Menipo e outros) ou que fazem uso das tradições cínicas de paródia e sátira (por ex., *Leilão de vidas*, *Zeus, o ator trágico*, *Diálogo dos mortos*) nos dão as imagens mais vivas que temos de como podem ter sido os clássicos cínicos, e são os meios primários pelos quais as tradições cínicas tornaram-se parte da literatura europeia (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 27).

Em outras palavras, mesmo não sendo um cínico de fato e a despeito de ser um “contundente satírico em relação aos cínicos contemporâneos (com exceção de Demonax)” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 27), ao exercer o cinismo literário, Luciano de Samósata foi o maior responsável pela sobrevivência do cinismo e pela difusão das tradições cínicas.

De fato, a expressão mais poderosa da vitalidade do cinismo no início e no apogeu do mundo moderno provavelmente não está no domínio da filosofia *per se*, mas numa tradição literária de fantasia e diálogos satíricos (sério-cômicos) que vai de obras com influência de Luciano, como *Elogio da loucura* de Erasmo, *Utopia* de More e *Gargântua e Pantagruel* de Rabelais, passando pelas comédias satíricas de Bem Jonson, a *As viagens de Gulliver*, de Swift, e *O sobrinho de Rameau*, de Diderot (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 29).

Ao aproximar esse breve catálogo das obras cínicas, vinculadas a Luciano, e, conseqüentemente, à forma de expressão literária sério-jocosa a um fragmento da obra machadiana, presente no conto *A teoria do medalhão*, é possível perceber o quanto Machado de Assis conhecia a tradição cínica e o quanto, naquele momento, estava ciente de estar inserido nela: “Somente não debes empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cétricos e desabusados” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 267).

Para concluir esse esboço de caracterização do cinismo e da trajetória do seu exercício literário, uma lição de R. Bracht Branham pode, nesse momento, me ajudar a expressar o que acredito ser a “alma” do cinismo:

O Diógenes da tradição está, claro, perfeitamente consciente de sua condição de contrário. Certa vez, ao tentar entrar num teatro quando todas as outras pessoas estavam saindo, perguntaram-lhe por que fazia isso. Ele respondeu com naturalidade: ‘Isso é o que eu pratico [*epitēdeuō*] toda a minha vida’ (D.L. 6.64). Esse movimento de

autodramatização cômica é típico do modo como Diógenes é mostrado na tradição das *chreiai*, indo contra a maré de uma forma consciente e deliberadamente retórica (BRANHAM *in* GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 101).

Nesse contexto, “ir contra a maré” é uma metáfora que significa estar em permanente oposição, confrontação, contestação, refutação, em suma, por em discussão. “E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *status quo* [...]. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda” (MACHADO DE ASSIS, 2006, Vol. 3: 963-964).

Em vista de todas as questões que envolvem o cinismo abordadas nesse breve panorama, parece plausível sustentar que o cinismo, em essência, é uma crítica a tudo que pode ser criticado; uma contestação a tudo que pode ser contestado; uma interrogação a tudo que pode ser interrogado. Essa força demolidora do cinismo aproxima Machado não só de Diógenes, mas também de Nietzsche, pois eles operam magistral e cinicamente o “pensamento-martelo [que] quebra, corta e fura e ‘implode’ a fé e a verdade, os valores, da consciência histórica Ocidental” (REIS, 2013: 135).

Nesse sentido, é possível sustentar também que é dessa forma que o cinismo se manifesta na obra de Machado de Assis, sendo que essa perpétua interrogação, na grande maioria das vezes, é expressa de forma sério-jocosa, requintadamente irônica. Por fim, sustento que foi a História (ou a Cultura Histórica e tudo que esse termo envolve: o Passado, a Antiguidade, os Antigos, eventos históricos, personagens históricos etc.) que possibilitou a Machado o exercício do cinismo literário ou da “poética cínica”, fornecendo-lhe o distanciamento crítico e, conseqüentemente, a perspectivação/relativização de todas as coisas e eventos sob sua observação. Ao mesmo tempo, a História forneceu a Machado de Assis uma “trincheira segura”, de onde ele podia desferir suas “machadadas”⁸¹, ou seja, gingar sua pena exercendo sua liberdade de expressão (*parrhēsia*), sem correr muitos riscos.

⁸¹ Um delírio científico ou, para usar uma expressão machadiana, “alucinação erudita”: Um certo dia, depois de tanto observar e refletir sobre a postura extremamente crítica de Machado de Assis e já ciente do caráter pedagógico do cinismo, me fiz a seguinte questão: Por que Machado de Assis escolheu esse nome para assinar suas obras? Joaquim Maria Machado de Assis é seu nome; Joaquim não era um nome incomum no século XIX. Machado é uma palavra pesada e cortante demais para quem usa a pena. Machado é uma ferramenta de

A propósito dessa ideia de “poética cínica”, em *A poética do hipocentauro*, Jacyntho Lins Brandão caracteriza a poética de Luciano de Samósata como a “poética do hipocentauro”, porque, segundo ele, Luciano fez questão de afirmar que inovava criando um gênero literário novo, a partir da fusão de outros gêneros, enfatizando que seu mérito estava em fazer essa fusão de forma tão harmoniosa quanto Zêuxis, um renomado escultor, havia feito com o seu hipocentauro. De minha parte, opto por “poética cínica” por considerar que os elementos essenciais a partir dos quais Luciano construiu a sua poética já estavam associados ao cinismo mesmo antes dele: a crítica à cultura e às convenções sociais, o caráter de denúncia e desmascaramento do “desconcerto do mundo”, o propósito pedagógico por trás dos discursos, a aproximação da filosofia com comédia e até a forma de expressão sério-jocosa, tudo isso já era cínico antes de ser luciânico.

Mas onde encontrar na obra machadiana indícios de cinismo? Onde encontrar na obra de Machado de Assis indícios de que ele conhecesse a Filosofia cínica e sua tradição? Mais metaforicamente: onde encontrar pistas de que o Bruxo conhecesse o “Cão”?

Com a já justificada exceção das correspondências e de algumas críticas literárias e teatrais, é possível encontrar rastros de cinismo por toda a obra de Machado de Assis, do início ao fim de sua longa carreira literária. Como já ficou demonstrado, o tratamento ambíguo para com a História presente na obra machadiana é um traço cínico, a forma de expressão irônica ou sério-jocosa que Machado utilizava é tipicamente cínica, o ponto de vista distanciado e crítico (*kataskopos*) – cínico por excelência – foi um recurso heurístico constantemente utilizado pelo Bruxo. Mas isso não é tudo!

Alguns exemplos dessas referências ao cinismo já foram apresentados, mas não me custa robustecer o lastro probatório.

destruição mas também de construção: devasta mas edifica. Insisto: para quem vive das letras e das palavras, machado é uma palavra incisiva e cortante demais, para ter sido adotada irrefletidamente como assinatura. A expressão “alucinação erudita” encontra-se na crônica do dia 14 de junho de 1889 e refere-se à “recomposição do extinto” à “revivescência do passado”, que pode se dar, segundo Machado, quando uma pessoa encontra-se diante de um jornal de meio século ou em vista às ruínas de uma civilização.

Em *O Espelho*, Machado afirma que “a melhor definição de amor não vale um beijo de moça namorada; e, se bem me lembro, um filósofo antigo demonstrou o movimento andando” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 315). Nessa passagem, o Bruxo está se referindo à anedota em que Diógenes se levanta e começa a andar sem falar nada, mas com o intuito de refutar a Zenon, que discorria sobre a irrealidade do movimento. No conto *Miss Dollar*, o personagem Mendonça tem uma coleção de cães com nomes de homens ilustres e “o mais estimado deles chamava-se Diógenes” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 19) [Grifo meu]. Também no conto *O Pai*, escrito em 1866 e coligido por Magalhães Júnior em *Contos Recolhidos*, há um cão chamado Diógenes e muita Filosofia cínica [“Tinha fé nos homens, mas não a fé da credulidade cega; era uma fé que examinava, perscrutava, esmerilhava, não se fiava nas aparências, não se deixava fascinar pelos primeiros aspectos”; “Reparei que se lá fico mais tempo destruí dois princípios de minha vida. O primeiro é o de nunca olhar para baixo; o segundo é o de não sacrificar a minha liberdade a ninguém, de baixo ou de cima” (MACHADO DE ASSIS, 1956, Vol. 4: 37-68)]. Nas *Badaladas* do dia 23 de abril de 1871, o *Dr. Semana* escreveu: “O senhor J. Vítor é homem de Diógenes. Já lá vão dois mil anos que o ilustre cínico corria as ruas de Atenas à cata de um homem. E morreu sem dar com ele. Achei-o eu. Não o achei; ele mesmo veio ter comigo” (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo I: 547). Essa mesma anedota é evocada nas *Badaladas* do dia 19 de janeiro de 1873: “Todos sabem, senhores, que o homem é um animal bípede, perverso, contribuinte e legislador. Boileau chama-o tolo ainda por cima, *sot animal*, e Diógenes achava que ele era puramente um produto de imaginação, visto que andava com uma lanterna a procurar um exemplar da espécie e não ou achou” (MACHADO DE ASSIS, 2019, Tomo II: 20). Na citação anterior, além da explícita, há outra referência a Diógenes: ao se referir ao homem como animal bípede, o cronista se refere a anedota em que, depois de ouvir Platão descrever ou definir insatisfatoriamente o homem, Diógenes depena um galo e diz: “Eis o homem de Platão!”. É a essa mesma anedota que o cronista se refere no dia 15 de março de 1877, quando, ao tratar da criação de uma sociedade protetora dos animais, escreveu que “o primeiro homem que se lembrou de criar uma sociedade protetora dos animais lavrou um grande tento em favor da humanidade; mostrou que este galo sem penas de Platão pode comer os outros galos seus colegas, mas não os quer afligir nem mortificar” (MACHADO DE

ASSIS, 2015, Vol. 4: 323). Também na crônica do dia 11 de junho de 1888, o cronista afirma ter achado um homem singular e por isso era “mais feliz que Diógenes” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 765). Essa é a mesma ideia que se encontra presente nas *Histórias de 15 dias*, na crônica do dia 15 de junho de 1877; nos *Comentários da semana* do dia 14 de janeiro de 1862; em *Ao acaso*, na crônica do dia 11 de setembro de 1864; e, por fim, em *A Semana*, na crônica do dia 26 de julho de 1896, que inicia assim:

Apaguemos a lanterna de Diógenes; achei um homem. Não é príncipe, nem eclesiástico, nem filósofo, não pintou uma grande tela, não escreveu um belo livro, não descobriu nenhuma lei científica. [...] Não, o homem que achei, não é nada disso. É um barbeiro, mas tal barbeiro que, sendo barbeiro não é exatamente barbeiro. Perdoai esta logomaquia; o estilo ressentido da exaltação da minha alma. Achei um homem. Se aquele cínico Diógenes pode ouvir, do lugar onde está, as vozes cá de cima, deve cobrir-se de vergonha e tristeza; achei um homem. E importa notar que não andei atrás dele. Estava em casa muito sossegado, com os olhos nos jornais e o pensamento nas estrelas, quando um pequenino anúncio me deu rebote ao pensamento, e este desceu mais rápido que o raio até o papel. Então li isto: ‘Vende-se uma casa de barbeiro fora da cidade, o ponto é bom e o capital diminuto; o dono vende por não entender...’ Eis aí o homem. Não lhe ponho o nome, por não vir no anúncio, mas a própria falta dele faz crescer a pessoa. O ato sobra. Essa nobre confissão de ignorância é um modelo único de lealdade, de veracidade, de humanidade (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1213-1214).

Já no conto *O capitão Mendonça*, Machado se referiu a ideias e princípios cínicos. Num diálogo entre o Capitão Mendonça e seu genro, o primeiro afirma a relatividade de todas as coisas: “Aos olhos de um naturalista o diamante e o carvão de pedra valem a mesma coisa. - Sim, mas aos olhos do mundo... - Aos olhos do mundo o diamante é a riqueza, bem sei; mas é a riqueza relativa” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 954). Depois disso, ainda no diálogo entre ambos, surgem as clássicas ideias cínicas da insignificância do poder e da glória, da arbitrariedade e irracionalidade das convenções sociais e do conseqüente nivelamento social propiciado pela morte:

- [...] O poder e a glória não impedem que a caveira de Alexandre seja igual à caveira de um truão. As grandezas da terra não valem uma flor nascida à beira dos rios. [...]
- Lá por isso não se incomode, meu genro. Eu hei de ser feliz, quer queiram quer não. Um homem de minha têmpera nunca é infeliz.

Tenho a felicidade nas mãos, não a faço depender de vãos preconceitos sociais (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 2: 956).

Lembrando que, muito provavelmente, a referência ao “truão”, na citação anterior, seja uma referência a Diógenes e, também, à clássica anedota em que, depois de conhecer Diógenes, Alexandre, o Grande, teria dito que se não fosse Alexandre gostaria de ser Diógenes. Para finalizar, Diógenes serve de parâmetro para Machado em *A mão e a luva*, pois ao descrever a impressão que Jorge exercia sobre Guiomar, ele escreveu: “Jorge causava-lhe tédio, era um Diógenes de espécie nova; através da capa rota da sua importância, via-se-lhe palpar a triste vulgaridade” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 356).

Por fim, um ótimo exemplo dessa familiaridade de Machado com o cinismo ou mesmo da influência da Filosofia cínica na obra machadiana pode ser encontrado em *Iaiá Garcia*, que faz parte da “primeira fase”, de acordo com a classificação da obra machadiana em “primeira” e “segunda” fases, a que se refere, por exemplo, Enylton de Sá Rego (1989: 191).

J. Galante de Sousa, no seu clássico *Bibliografia de Machado de Assis*, afirma que o romance *Iaiá Garcia* foi escrito em 1877 e publicado pela primeira vez, de forma folhetesca em *O Cruzeiro*, entre 1 de janeiro e 2 de março de 1878, tendo saído em volume nesse mesmo ano, editado por G. Vianna & C., Editores.

O enredo de *Iaiá Garcia* é relativamente recorrente na obra de Machado de Assis: família senhorial, agregados, relações sociais assimétricas, relações amorosas complicadas em virtude da assimetria das relações sociais, jogos de interesses por todos os lados e em todas as classes. Diga-se de passagem, as desigualdades sociais e as convenções que as suportam estão entre os principais temas dos cínicos, que denunciam o sórdido interesse material que prevalece em detrimento da felicidade, da virtude e da vida.

Assim, segundo Brandão, sendo “inegável que as disparidades sociais constituem um verdadeiro *leit motiv* no interior do *corpus lucianum*, seja quando abordadas como tema central de algumas obras, seja como detalhe” (BRANDÃO, 2001: 148) e sendo que Luciano exerce um cinismo literário, não resta dúvidas de que o tema das desigualdades sociais é antes cínico que luciânico, visto que o cinismo é anterior a Luciano de Samósata e sempre esteve relacionado à crítica social ou à denúncia do

“desconcerto do mundo”, porque, “enquanto representante de um movimento de ‘contracultura’, baseado no exercício da autarquia, da parrésia e da liberdade, o filósofo cínico estava apto a tornar-se o porta-voz de todos os insatisfeitos” (BRANDÃO, 2001: 192).

O romance *Iaiá Garcia* surpreende apenas quando a personagem Estela explica à personagem *Iaiá Garcia* o motivo por que abdicou do amor de Jorge, que é filho de Valéria e herdeiro da dita família senhorial. Estela é filha do Sr. Antunes, um agregado da família de Jorge, conseqüentemente, ela também é uma agregada, já que desde a morte da mãe, o Sr. Antunes conseguiu que o pai de Jorge custeasse os estudos de Estela, sendo que, ao final dos estudos, Valéria a recebeu em sua casa como “dama de companhia”.

Na juventude, Jorge gostou de Estela e ela gostou dele, mas o amor não se realizou, não apenas por causa das posições sociais assimétricas: Jorge/rico X Estela/pobre. Lógico que esse motivo também esteve presente, mas o amor entre Estela e Jorge não se realizou por causa de um “princípio cínico”, manifesto na personalidade de Estela.

E é esse “princípio cínico” corporificado por Estela, que me interessa agora. Estela é caracterizada assim pelo narrador:

Pálida era, mas sem nenhum tom de melancolia ascética. Tinha os olhos grandes, escuros, com uma expressão de virilidade moral, que dava à beleza de Estela o principal característico. Uma por uma, as feições da moça eram graciosas e delicadas, mas a impressão que deixava o todo estava longe da meiguice natural do sexo. Usualmente, trazia roupas pretas, cor que preferia a todas as outras. Nu de enfeites, o vestido punha-lhe em relevo o talhe esbelto, elevado e flexível. Nem usava nunca trazê-lo de outro modo, sem embargo de algum dixe ou renda com que a viúva a presenteava de quando em quando; rejeitava de si toda a sorte de ornatos; nem folhos, nem brincos, nem anéis. Ao primeiro aspecto dissera-se um Diógenes feminino, cuja capa, através das roturas, deixava entrever a vaidade da beleza que quer afirmar-se tal qual é, sem nenhum outro artifício. Mas, conhecido o caráter da moça, eram dois os motivos — um sentimento natural de simplicidade, e, mais ainda, a consideração de que os meios do pai não davam para custosos atavios, e assim não lhe convinha afeiçoar-se ao luxo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 504).

Pálida, “mas sem nenhum tom de melancolia ascética”, cuja beleza tem como principal característica a virilidade moral; apesar da delicadeza e da graciosidade, Estela “estava longe da meiguice natural do sexo”; preferia roupas pretas e rejeitava quaisquer ornamentos, em suma: um “Diógenes feminino, cuja capa, através das roturas, deixava entrever a vaidade da beleza que quer afirmar-se tal qual é, sem nenhum outro artifício”.

Nesse fragmento, o narrador afirma que, embora graciosa e delicada, mesmo sem ornamentos, a beleza de Estela não está em seus aspectos exteriores, mas em seu caráter ou na integridade de sua moral, forjada por uma vida ascética, contudo, sem melancolia. Um Hiparquia moderna: sem os extremos de um Diógenes, mas como ele, fazendo de seu corpo o meio para sua mensagem. É exatamente essa integridade moral que possibilita a Estela – mesmo subterraneamente: sem explicar ao narrador nem ao leitor – cumprir o seu “programa” ou desenvolver o seu “motivo”: “afirmar-se tal qual é, sem nenhum outro artifício”, como Diógenes o fez, a despeito da sua aparência.

Para além disso, o narrador afirma a existência de “um sentimento natural de simplicidade, e, mais ainda, a consideração de que [...] não lhe convinha afeiçoar-se ao luxo”, que também são temas ou princípios cínicos. Como se não bastasse, imediatamente após essa caracterização de Estela como um Diógenes feminino, o narrador apresenta um exemplo, comentando um episódio aparentemente insignificante, protagonizado por essa personalidade exótica, austera e viril que ousa “afirmar-se tal qual é”.

— Por que não põe os brincos que mamãe lhe deu a semana passada? perguntou Jorge a Estela, um dia, em que havia gente de fora a jantar.

— Os presentes mais queridos guardam-se, respondeu ela olhando para a viúva.

Valéria apertou-lhe a ponta do queixo entre o polegar e o indicador: — Poeta! exclamou sorrindo. Você não precisa de brincos para ser bonita, mas vá pô-los, que lhe ficam bem.

Foi a primeira e última vez que Estela os pôs. A intenção era patente demais para não ser notada, e Jorge não esqueceu nem a resposta da moça nem o constrangimento com que obedeceu. Não podia suportar-lhe ingratidão, porque via a afeição com que Estela tratava a mãe. Em relação a ele não parecia haver afeição igual, mas havia certamente respeito e consideração, rara vez familiaridade, e ainda assim, uma familiaridade enluvada, um ar de visita de pouco tempo (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 504).

Sublinhando, chamo a atenção para esse trecho específico, do qual se depreende que depois de ser constrangida (“mas vá pô-los”) a colocar uns brincos que não queria colocar, o narrador faz questão de afirmar que “foi a primeira e última vez que Estela os pôs”, enfatizando que “Jorge não esqueceu nem a resposta da moça nem o constrangimento com que obedeceu”. Tanto o constrangimento em obedecer a alguém, quanto a atitude altiva de nunca mais usar os brincos reforçam a aproximação (Estela-Diógenes), visto que com isso o narrador atribui ao caráter de Estela (mesmo que implicitamente, por enquanto) uma virtude ou um princípio eminentemente cínico: o princípio da autarquia (autossuficiência ou autodeterminação), que acaba singularizando sua personalidade e regendo suas ações.

Para melhor caracterizar Estela, o narrador contrapõe o seu perfil, ou melhor, o seu caráter, sua índole, ao caráter do seu próprio pai. A rigor, a figura do exterior constitutivo é um expediente comum e frequente em qualquer processo de construção identitária. No caso, é em oposição à índole do pai que o caráter inquebrável (“broquel de diamante”) de Estela é forjado.

O pai de Estela era um “homem, nado e criado para as funções subalternas. Familiar com todas as formas da adulação, o Sr. Antunes ia do elogio hiperbólico até o silêncio oportuno” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 502). Mestre no artifício de se fazer indispensável, como outros tantos parasitas machadianos, o senhor Antunes era “um *factotum* do desembargador, seu braço direito, desde os recados eleitorais até às compras domésticas, vasta escala em que entrava o papel de confidente das empresas amorosas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 502). De mensageiro a confidente amoroso, o pai de Estela conquistou a confiança do desembargador fazendo-se comensal, “viu crescer-lhe o ordenado, multiplicarem-se-lhe as gratificações; foi admitido a comer algumas vezes em casa, nos dias comuns, quando não havia visitas de cerimônia. Nas ocasiões mais solenes era ele o primeiro que se esquivava” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 502).

O Sr. Antunes, que não era de extremas filosofias, tinha a convicção de que debaixo do sol, nem tudo são vaidades, como quer o Eclesiastes, nem tudo perfeições, como opina o Doutor Pangloss; entendia que há larga ponderação de males e bens, e que a arte de

viver consiste em tirar o maior bem do maior mal (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 502-503).

Referindo-se aos valores nada nobres compartilhados por seus parentes próximos para justificar a sua volubilidade, a sua falta de caráter, Brás Cubas – falando de si – afirma que “dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 613). O caso de Estela é o oposto absoluto disso: ela contradiz a terra e o estrume que a geraram; ela é a virtude que brota do vício:

Estela era o vivo contraste do pai, tinha a alma acima do destino. Era orgulhosa, tão orgulhosa que chegava a fazer da inferioridade uma auréola; mas o orgulho não lhe derivava de inveja impotente ou de estéril ambição; era uma força, não um vício, — era o seu broquel de diamante — o que a preservava do mal, como o do anjo de Tasso defendia as cidades castas e santas. Foi esse sentimento que lhe fechou os ouvidos às sugestões do outro. Simples agregada ou protegida, não se julgava com direito a sonhar outra posição superior e independente; e dado que fosse possível obtê-la, é lícito afirmar que recusara, porque a seus olhos seria um favor, e a sua taça de gratidão estava cheia. Valéria, que também era orgulhosa, descobrira-lhe essa qualidade, e não lhe ficou querendo mal; ao contrário, veio a apreciá-la melhor.

Pois o orgulho de Estela não lhe fez somente calar o coração, infundiu-lhe a confiança moral necessária para viver tranquila no centro mesmo do perigo. Jorge não percebera nunca os sentimentos que inspirara; e, por outro lado, nunca viu a possibilidade de os inspirar um dia. Estela só lhe manifestava o frio respeito e a fria dignidade (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 505).

Há um abismo entre os princípios e as posturas do pai e da filha: ela é orgulhosa e altiva, enquanto ele é subalterno e adulator; ao “fazer da inferioridade uma auréola”, Estela demonstra que tem consciência dos diversos lugares sociais existentes em sua sociedade e das convenções que os mantêm, por isso, para assegurar e defender sua autarquia, abdica de alçar – por esse caminho – a uma “posição superior e independente”. Seu orgulho não nasceu da inveja ou da ambição, “era uma força [...] que a preservava do mal”, era uma consequência de sua postura cínica, afinal, a coisa mais valiosa para o cínico é sua liberdade de dizer tudo, que depende de sua autonomia. E, sendo cínica, preferia recusar “esse favor”, uma vez que “a sua taça de gratidão estava cheia”. Por tudo isso, Estela dedicava a Jorge apenas “o frio respeito e a fria dignidade”.

No entanto, é a própria personagem Estela que irá confessar ser regida pelo princípio da autarquia, quando se vê obrigada por Iaiá Garcia a justificar seu repúdio ao amor de Jorge. Porém, para que a justificativa de Estela adquira maior profundidade, é preciso acrescentar um episódio determinante para a trama: o episódio do beijo forçado.

No episódio em questão, Estela e Jorge encontram-se sozinhos na varanda de uma casa na Tijuca, porque a mãe de Jorge e um prestador de serviços inspecionavam o restante do imóvel que deveria passar por reforma. Jorge acabara de resgatar dois pombos que haviam despertado a piedade de Estela, que os recebe “entre as mãos”. Nisso, a moça “deu alguns passos, a fim de ir ter com a viúva. Jorge deteve-a, metendo-se entre ela e a porta”. “Erguendo tranquilamente os grandes olhos límpidos”, Estela pergunta o motivo daquele gesto, ao que Jorge responde: “— Disfarçada!” Constrangida, “Estela baixou silenciosamente a cabeça e buscou dar outra volta para entrar na sala ao pé; Jorge, porém, interceptou-lhe de novo o caminho”. “Sem cólera nem súplica”, Estela pede passagem. “Naquela ocasião [Jorge perdera] toda a lucidez de espírito”. Nesse ínterim, Estela permanecia “diante dele, quieta e sem arrogância, como esperando ser obedecida”, a tranquilidade de Estela era interpretada por Jorge como indiferença, ferindo-lhe o amor-próprio e pela segunda vez ele se perguntava: “Quem era ela para o afrontar assim?” Então, “cravando os olhos em Estela, disse com voz trêmula, mas imperiosa: — Não há de sair daqui, sem me dizer se gosta de mim. Vamos; responda! Não sabe o que lhe pode custar esse silêncio?” Sem resposta, Jorge continua: “Saiba que posso vir a odiá-la e que talvez já a odeio; saiba também que posso tirar vingança de seus desrezos, e chegarei a ser cruel, se for necessário”. Impávida⁸², mas com a “intenção [de] não irritá-lo, com a resposta seca e má que lhe ditava o coração”, Estela esperava ansiosamente por Valéria. “Entretanto, na posição em que ficara tinha as costas voltadas para Jorge, circunstância que não era intencional, mas que pareceu a este um simples meio de lhe significar o seu desdém. A irritação de Jorge foi grande”. Algum tempo depois, como Estela acariciasse e beijasse os pombos que tinha nas mãos, despeitado Jorge

⁸² “Diógenes Laércio (6.15) diz que Antístenes proporcionou o modelo para o “autodomínio” de Crates e para a “imperturbabilidade” (*apatheia*) de Diógenes, os quais ele aprendera imitando Sócrates (6.2; V A 12 G), inaugurando assim o modo de vida cínico” (GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 17).

perguntou: “Por que há de gastar, com esses animais, uns beijos que podem ter melhor emprego?” Em vista dessa pergunta indecorosa para os padrões do século XIX, “Estela estremeceu toda e ergueu para o moço uns olhos que fuzilavam de indignação. Já não estava pálida, mas lívida. Estupefata, não sabia que dissesse ou fizesse”. Contudo, a máxima injúria ainda estava por vir: “Jorge tinha uma nuvem diante de si, através da qual não podia ver nem o seu decoro pessoal nem a dignidade da mulher amada; via só a mulher indiferente. Lançou-lhe as mãos à cabeça, puxou-a até si e antes que ela pudesse fugir ou gritar, encheu-lhe a boca de beijos”. Depois dessa vergonhosa atitude, “Estela sufocara um gemido e cobrira o rosto com as mãos”. Instantes depois, Valéria e o mestre de obras voltam ao local em que estavam Jorge e Estela. “A viagem foi quase inteiramente silenciosa [...], a viúva suspeitava que alguma coisa havia entre os dois e grave”. Sem conseguir “conhecer a natureza e os pormenores da situação”, Valéria pensou em interrogá-los, no entanto, não foi preciso, na seguinte manhã, Estela “expôs-lhe a necessidade de voltar para casa; estava moça, devia ir prestar ao pai os serviços que ele precisaria de alguém e tinha o direito de exigir da filha”. “Este pedido confirmava a suspeita de Valéria, mas só esclarecia metade da situação. A retirada de Estela era um meio de fugir a Jorge ou de lhe falar mais livremente?” Não satisfeita com as razões alegadas, Valéria tentou, em vão, arrancar de Estela uma confissão: “Estela afirmou que nada mais havia; mas, insistindo a viúva, respondeu curvando a cabeça, — o que importava meia confissão. Valéria lutou ainda muito tempo; empregou a brandura e a intimação, mas a moça não cedeu mais nada”⁸³.

Senti a necessidade de narrar todo o episódio porque só dessa maneira é possível perceber a atmosfera tensa que o envolve e da qual surge mais vigorosa a figura de Estela. O episódio é tão tenso que John Gledson o interpretou como sendo um estupro. Na verdade, foi um estupro, posto que o “beijo” não teve o consentimento de Estela, afinal, sem o consentimento da mulher, qualquer ação do homem sobre o corpo dela, sobre a consciência dela ou sobre a vontade dela torna-se repugnante, abjeta, hedionda.

⁸³ Todas as citações que se encontram nesse longo parágrafo podem ser encontradas no Capítulo III do romance em apreciação (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 501-509).

Assim como Diógenes arrostou a Alexandre, o Grande, Estela arrostou a Jorge: ao ser interceptada por ele, Estela ergue “tranquilamente os grandes olhos límpidos” e “sem cólera nem súplica” pede passagem e fica “diante dele, quieta e sem arrogância, como esperando ser obedecida”. Jorge sente-se afrontado pela tranquilidade de Estela e ameaça vingar-se. Em sua nobreza austera, Estela abriga-se no silêncio. Jorge interpreta o silêncio como desdém/indiferença e indecorosamente, sem pensar, investe contra a “dignidade da mulher amada”, beijando-a contra sua vontade. Por fim, como um típico machista, Jorge atribui a culpa por sua violência à própria Estela: “não tive culpa no que fiz, porque gosto muito da senhora”. No dia seguinte, resoluta, Estela deixa a casa de Valéria, alegando suas responsabilidades de filha. Porém, a verdadeira razão só irá aparecer no final do penúltimo capítulo (XVI), no qual Estela confessa à enteada o princípio cínico que a motivou afastar-se definitivamente de Jorge:

— A senhora não o amou nunca? interrompeu laiá, ao sentir o tremor e o despeito com que a madrastra proferiu as últimas palavras.

— Havia entre nós um fosso largo, muito largo, disse Estela. Eu era humilde e obscura, ele distinto e considerado; diferença que podia desaparecer, se a natureza me houvesse dado outro coração. Medi toda a distância que nos separava e tratei simplesmente de evitá-lo. Foi então que ele embarcou; interiormente aprovei-o. Talvez lhe não neguei um pouco de compaixão silenciosa, mas nada mais. Casamento, entre nós, era impossível, ainda que todos trabalhassem para ele; era impossível, sim, porque o consideraria uma espécie de favor, e eu tenho um grande respeito a minha própria condição. Meu pai já me achava, em pequena, uns arremessos de orgulho. Como querias tu que, com tal sentimento, pudesse desposar um homem, socialmente superior a mim? Era preciso dar-me outra índole. Todas as felicidades do casamento achei-as ao pé de teu pai. Não nos casamos por amor; foi escolha da razão, e por isso acertada. Não tínhamos ilusões; pudemos ser felizes sem desencanto. Teu pai não tinha os mesmos sentimentos que eu; era mais tímido que orgulhoso. Qualquer que fosse a razão do seu desapego ao mundo, bastava que o tivesse, para me fazer feliz; vivemos assim alguns anos de inteiro isolamento, sem conhecer o amargor, que é o que fica no fundo da vida, sem necessidade da dissimulação... Minto; tive necessidade de fingir, desde que aquele homem aqui apareceu; era necessário. Um dia teu pai mostrou-me essa carta e referiu-me a paixão encoberta que aí se conta; podes imaginar se ouvi tranquila.

Mas fora desse acontecimento, que outro podia perturbar minha alma? Não vi nenhuma porta abrir-se-me por obséquio, nenhuma mão apertou a minha por simples condescendência. Não conheci a polidez humilhante, nem afabilidade sem calor. Meu nome não serviu de pasto à natural curiosidade dos amigos de meu marido.

Quem é ela? Donde veio? Ninguém me perguntou donde vinha, não é verdade? Perguntaste-me quem era eu? Não; amaste-me como tinhas amado tua mãe, e eu amei-te, como se foras minha filha. E para isto bastou-nos estender os braços; não foi preciso descer nem subir.

— Não foi, bradou laiá comovida, apertando-lhe as mãos.

— Já vêes quem eu era e sou; uma espécie de animal feroz, que prefere a charneca ao jardim. Não me senti lisonjeada com a paixão que inspirei; rejeitei, talvez, um marido digno das ambições de qualquer mulher. Era isto o que querias saber? Pois aí tens a minha história, a história dessa carta, que já agora podemos rasgar... Estela pegou na carta e rasgou-a lentamente, em pedaços miúdos, enquanto a enteada refletia nas revelações que acabava de ouvir. A madrastra deitou os fragmentos do papel à cesta (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 591-592).

Me desculpem por mais esse extenso excerto, todavia não vislumbro alternativa que possibilite a captação da “alma” ou do “tom” da passagem. Essa no caso é extremamente cínica: o reconhecimento do “fosso [social] largo, muito largo” que havia entre ela e Jorge é um tema cínico; a “compaixão silenciosa” [dó] que Estela sentiu por Jorge reflete a altivez de uma personalidade que não reconhece soberania nenhuma, a não ser a da sua própria vontade, isso também é motivo cínico; a apologia ao “desapego ao mundo” para ser feliz é igualmente cínica; a repugnância pela dissimulação (a “polidez humilhante” e a “afabilidade sem calor”) que o convívio social exige é um mote cínico; por fim, a autodefinição de Estela como “uma espécie de animal feroz, que prefere a charneca ao jardim” também está de acordo com a tradição cínica.

Logo no começo daquele excerto, em conversa com sua enteada, Estela afirma que tem um grande respeito por sua própria condição e que, em virtude disso, “consideraria [o casamento com Jorge] uma espécie de favor”. Ora, para um cínico, qualquer espécie de favor ou benefício é uma ofensa à sua condição de autossuficiente e conseqüentemente um atentado contra o princípio da autarquia, que é o alicerce de toda a sua filosofia.

Em seguida, Estela insinua à enteada o caráter congênito do seu orgulho: “Meu pai já me achava, em pequena, uns arremessos de orgulho”. E lhe pergunta: “Como querias tu que, com tal sentimento, pudesse desposar um homem, socialmente superior a mim? Era preciso dar-me outra índole”. Lembrando que a primeira acepção

da palavra “índole” é a de “propensão natural”, o que reforça a ideia de que o orgulho era um sentimento “inato”.

Dessa forma, em vista de seus “inatos” princípios cínicos, era impossível a Estela “desposar um homem, socialmente superior” a ela, visto que, como um Diógenes feminino, ela não reconhecia e até mesmo repudiava e ridicularizava qualquer ideia de hierarquia instituída socialmente. Como um cínico – só que adaptado ao século XIX – Estela buscava um homem desapegado do mundo – “qualquer que fosse a razão do seu desapego ao mundo, bastava que o tivesse, para me fazer feliz” – e o encontrou na figura de Luís Garcia, pai de Iaiá.

Luís Garcia tinha um “ar circunspecto. Suas maneiras eram frias, modestas e corteses; a fisionomia um pouco triste”. A dor da perda da esposa “produzira em Luís Garcia um estado de apatia e ceticismo, com seus laivos de desdém. O desdém não se revelava por nenhuma expressão exterior; era a ruga sardônica do coração” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 490). “Nenhuma ambição, cobiça ou peleja vinha toldar-lhe a serenidade da alma” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 494). Talvez, sua única preocupação fosse com o futuro da filha para a qual desejava “senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor? [...] Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 494).

Logo, ligando-se a uma pessoa socialmente igual, “não foi preciso descer nem subir”, agindo por esse meio, Estela alcançava a felicidade mantendo intacta sua virtude ou sua índole, porque não se sentiu constrangida a nada e não precisou atuar no teatro das vaidades usando da máscara da dissimulação a benefício das convenções sociais, com isso, ela garante, não ter visto nenhuma porta se abrir “por obséquio”, nenhuma mão apertar a sua “por simples condescendência”, desconhecendo “a polidez humilhante” e “afabilidade sem calor”.

Disso conclui-se que Estela rejeitou o amor de Jorge não apenas porque ele se considerava superior, mas porque ele representava uma superioridade, uma autoridade, um poder que ela – como um Diógenes feminino – jamais haveria de reconhecer e, voluntariamente, se submeter, pois, como ela mesma afirmou, “já vê quem eu era e sou, uma espécie de animal feroz, que prefere a charneca ao jardim”.

Não satisfeito com o perfil autárquico de Estela que resulta da exposição de motivos de sua renúncia ao amor de Jorge, o narrador enfatiza esse perfil apresentando um diálogo entre Estela e o pai, em que ela comunica sua mudança para o norte de São Paulo – a fim de aceitar uma proposta para dirigir o estabelecimento de educação que ali fundara uma antiga condiscípula – e pede-lhe algo que para ela seria fácil, mas que para ele é impossível:

Depois contou-lhe a paixão de Jorge e todo o episódio da Tijuca, causa originária dos acontecimentos narrados neste livro; mostrou-lhe com calor, com eloquência, que, recusando ceder à paixão de Jorge, sacrificara algumas vantagens ao seu próprio decoro; sacrifício tanto mais digno de respeito, quanto que ela amava naquele tempo o filho de Valéria. Que pedia agora ao pai? Pouca e muita coisa; pedia que a acompanhasse, que cessasse a vida de dependência e servilidade em que vivera até ali; era um modo de a respeitar e respeitar-se. O pai escutava-a atônito.

— Tu chegaste a amá-lo! exclamou ele. Não o aborrecias? Amaram-se? E só agora sei... Bem digo eu; tu és uma fera. Não tens, nunca tiveste pena de minha velhice... Ele é tão bom! tão digno! E se morresse por tua causa? não terias remorso? não te havia de doer o coração quando soubesses que um moço tão bem-nascido, que gostava de ti... Sim, ele gostava muito de ti; e tu também... e só hoje!

Estela fechou os olhos para não ver o pai. Nem esse amparo lhe ficava na solidão. Compreendeu que devia contar só consigo, e encarou serenamente o futuro. Partiu; o pai despediu-se dela com o desespero no coração, — e desta vez a dor era desinteressada e pura. Jorge consolou-o depressa. Não houve interrupção na convivência, e o Sr. Antunes continuou a achar ali a mesma proteção e cordialidade. Se o casamento fora um atentado, ele os absolveu disso, e repartiu com ambos infinita solicitude. Outra vez comensal assíduo, tornou a ser o homem de confiança (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 495).

Como o próprio narrador afirma no início do romance, “Estela era o vivo contraste do pai”: altiva, virtuosa, independente e forte. Assim, “recusando ceder à paixão de Jorge, sacrificara algumas vantagens ao seu próprio decoro” e isso, por si só, a torna o “vivo contraste do pai”, o oposto dele.

Consequentemente, Estela pedia-lhe o impossível: “pedia que a acompanhasse, que cessasse a vida de dependência e servilidade em que vivera até ali; era um modo de a respeitar e respeitar-se”. Ora, para o pai de Estela era impossível atender a esse pedido; impossível porque para um “parasita” – tema frequente na literatura cínica e na machadiana – cessar a dependência é cessar a vida.

Muito a propósito, em minha interpretação, o tema dos parasitas interessou a Machado de Assis não apenas porque revela a dissimulação e a hipocrisia por trás da instituição do favor, como supôs Gledson ao comentar a importante contribuição de Roberto Schwarz sobre esse tema (GLEDSON, 1991: 10). O tema dos parasitas/agregados interessa a Machado por ser um tema cínico que permite uma contraposição ao conceito de autarquia. Como exterior constitutivo, o parasitismo é a antítese da autarquia e caracterizar algo por meio do contraste com o seu oposto é pedagógico.

E, como não há nada mais distante do princípio da autarquia do que a desprezível necessidade servil, Machado fez uso dessa oposição binária para enfatizar o caráter de Estela. É por estarem em posições diametralmente opostas que “o pai [de Estela] escutava-a atônito”, pois sequer compreendia as razões da filha. Afinal, “o Sr. Antunes entrava já nas consequências lógicas e naturais de uma longa dependência; preferia o favor ao trabalho, e os anos contribuíam para esse amor da inércia e do benefício gratuito” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 552).

Estela, porém, “compreendeu que devia contar só consigo, e encarou serenamente o futuro” e talvez para não aumentar a repugnância que sentia, “fechou os olhos para não ver o pai”, que sem interrupção, se fez “outra vez comensal assíduo”, achando na casa de Jorge e Iaiá “a mesma proteção e cordialidade”, repartindo entre “ambos infinita solicitude”, acabando por tornar-se “o homem de confiança” da casa, como José Dias, um outro parasita, em um outro romance.

Em vista dessas reflexões acerca do caráter cínico de Estela, ou melhor, em vista da precisão e da profundidade com que Machado constrói esse caráter – e que denunciam o interesse e o conhecimento que o Bruxo tinha sobre o tema do cinismo – fico tentado a conjecturar que o caráter de Estela reflete o caráter do próprio Machado de Assis. Semelhante a Estela, Machado nasceu agregado e muito cedo se libertou dessa condição, adquirindo a necessária autarquia (autossuficiência) para o efetivo desempenho da parrésia (liberdade de expressão).

Além disso, assim como Estela, Machado de Assis deixou explícito em sua obra uma certa repugnância cínica para com a figura do agregado. Embora seja recorrente em sua obra a presença dos “parasitas”, essa presença encontra-se sempre acompanhada por críticas, por ironias e até mesmo pelo desprezo declarado por essa

condição de excrecência: basta lembrar os multiformes comensais de Rubião, em *Quincas Borba*, de José Dias, o charlatão confesso, aceito e chorado⁸⁴ em *Dom Casmurro*.

Para Sidney Chalhoub, *Iaiá Garcia* “é mesmo o estudo do ponto de vista dos dependentes” (CHALHOUB, 2013: 72); já para mim, considerando que a liberdade é um importante tema cínico (BRANHAM in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 119), *Iaiá Garcia* é, antes de tudo, uma receita para qualquer pessoa, em qualquer tempo, se libertar da condição de dependente⁸⁵. Nesse sentido, pode ser que Estela seja a diretora cínica da escola mundo; pode ser também que ela seja uma estrela (Estela) guia a indicar a possibilidade de um caminho libertador não só para as mulheres do século XIX; e pode ser ainda que ela seja a estrela a iluminar as trilhas e as tramas do cinismo literário de Machado de Assis.

⁸⁴ Em determinado momento do romance, depois de narrar a morte de José Dias, Santiago confessa que chorou por ele, no entanto, é significativo saber que não chorou pela morte de Capitu nem pela de Ezequiel. Depois de saber da morte deste afirma que “apesar de tudo, jantei bem e fui ao teatro”; enquanto que depois de saber da morte de Capitu, almoçou e “se pensas que o almoço foi amargo, enganas-te” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 1040, 1043, 1041, respectivamente).

⁸⁵ É relevante notar a ênfase que Machado de Assis dá em sua obra à educação como forma de emancipação para às mulheres, sempre indicando-lhes esse caminho como o ideal para uma vida independente e honrada. É assim com a personagem Lalau no conto “Casa Velha”; assim também com Maria Benedita, a prima de Sofia, em *Quincas Borba*; igualmente com a personagem Iaiá Garcia: “Demais, que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor? Iaiá tinha por si a beleza e a instrução; podia não ser bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade. Não se podia dizer que Iaiá tivesse talento musical: que importa? Para ensinar a gramática da arte, era suficiente conhecê-la” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 494). Ademais, esse é o mesmo caminho apontado em *Cherchez la femme*, artigo publicado em 15 de agosto de 1881: “Assim, amável leitora, quando alguém vier dizer-vos que a educação da mulher é uma grande necessidade social, não acrediteis que é a voz da adulação, mas da verdade. [...] Enfim, é preciso que a mulher se descative de uma dependência, que lhe é mortal, que não lhe deixa muita vez outra alternativa entre a miséria e a devassidão. Vindo à nossa sociedade brasileira, urge dar à mulher certa orientação que lhe falta. Duas são as nossas classes feminis, — uma crosta elegante, fina, superficial, dada ao gosto das sociedades artificiais e cultas; depois a grande massa ignorante, inerte e virtuosa, mas sem impulsos, e em caso de desamparo, sem iniciativa nem experiência. Esta tem jus a que lhe deem os meios necessários para a luta da vida social; [...] Não faltaria dizer que a mulher é a estrela que leva o homem pela vida adiante, e que principalmente as leitoras d’A Estação merecem o culto de todos os espíritos elegantes. Mas estas coisas subentendem-se, e não se dizem por ociosas. Baste-nos isto: educar a mulher é educar o próprio homem, a mãe completará o filho” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1256). O sublinhado nessa citação tem o propósito de insinuar que o nome “Estela” pode ter sido escolhido por carregar em seu significado a associação entre “estrela” e “guia”.

Aliás, uma outra trilha do cinismo passa por *Quincas Borba*. Além da infestação de parasitas e da existência de um caçador (o próprio Rubião) de testamento – temas cínicos por excelência⁸⁶ –, o romance *Quincas Borba* talvez seja o mais explícito e, ao mesmo tempo, o mais dissimulado indício de cinismo na obra machadiana. Contudo, é possível perceber e reconhecer, de um só golpe de vista, os rastros do cinismo nesse romance. Para isso, é preciso começar pelo fim, literalmente pelo último capítulo/parágrafo, o CCI:

Queria dizer aqui o fim do Quincas Borba, que adoeceu também, ganiu infinitamente, fugiu desvairado em busca do dono, e amanheceu morto na rua, três dias depois. Mas, vendo a morte do cão narrada em capítulo especial, é provável que me perguntes se ele, se o seu defunto homônimo é que dá o título ao livro, e por que antes um que outro, — questão prene de questões, que nos levariam longe... Eia! chora os dois recentes mortos, se tens lágrimas. Se só tens riso ri-te! É a mesma coisa. O Cruzeiro, que a linda Sofia não quis fitar, como lhe pedia Rubião, está assaz alto para não discernir os risos e as lágrimas dos homens (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 903).

Acho difícil não reconhecer a intenção cínica, os motivos cínicos, o ponto de vista cínico e a forma de expressão cínica presentes nesse último capítulo. Por exemplo, quando o narrador atribui ao leitor uma “provável” pergunta sobre qual dos dois Quincas Borba – o cão ou o filósofo – dá o título ao livro (será que qualquer leitor a faria?) e conclui, sem responder à pergunta, que aquela era uma “questão prene de questões, que nos levariam longe”. Me parece óbvio que o narrador quis insinuar que ambos dão nome ao livro, afinal, o próprio filósofo, em determinado momento do romance, afirma: “Se eu morrer antes, como presumo, sobreviverei no nome do meu bom cachorro” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 903). Pois bem, ciente da cultura histórica, filosófica e literária de Machado de Assis, é impossível que essa associação,

⁸⁶ Sobre o tema dos testamentos, em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, Raimundo Faoro afirma que “a herança não será nova na ficção brasileira; já é tema batido por Alencar. [Na obra machadiana] Novo será o cinismo, a crueza do tratamento, a pérfida bajulação para aliciá-la, sem decoro íntimo nem afeição autêntica” (FAORO, 1974: 221). Apesar do adjetivo “cínico”, que figura como sinônimo de “sem pudor”, Faoro não estabelece relação entre Machado de Assis e o cinismo. Aparentemente, para Faoro, a obra machadiana revela os mecanismos de funcionamento e as estratégias empregadas na luta entre as classes.

ou melhor, essa fusão entre um cão e um filósofo⁸⁷ não seja uma referência a Diógenes de Sinope, o Cão, e, conseqüentemente, ao cinismo.

A imagem de um filósofo cínico típico foi bem apreendida nessas obras de arte, proporcionando-nos uma boa ideia do “uniforme” cínico: um manto roto, um farnel de couro, um cajado de madeira e, ocasionalmente, um companheiro cão (NAVIA, 2009: 62).

Todavia, para não restar dúvidas, ainda naquele pequeno parágrafo, o narrador se refere ao clássico tema cínico da indistinção entre risos e lágrimas: “chora [...], se tens lágrimas. Se só tens riso ri-te! É a mesma coisa”. Ademais, o narrador não se esquece de evidenciar que essa indistinção é promovida pelo distanciamento ou pela adoção do ponto de vista cínico, o ponto de vista do *kataskopos*, no caso, representado pela constelação do Cruzeiro do Sul.

Diga-se de passagem, foi esse ponto de vista que Sidney Chalhoub percebeu na série de crônicas machadianas denominadas “A+B”. Conforme Chalhoub, “a estratégia do narrador é se ausentar. Ao que parece, sua independência em relação aos acontecimentos referidos é completa. Age como se transcrevesse para o leitor os diálogos entre A e B, tais quais, como teriam realmente acontecido” (CHALHOUB, 2005: 74). Mesmo sem fazer referência ao ponto de vista cínico (*kataskopos*), Chalhoub percebe que a assunção de um ponto de vista distanciado traduz uma vontade de independência/autarquia ou de imparcialidade e que é essa condição que garante ao narrador sua liberdade de expressão (*parrhēsia*).

Oportunamente, o ponto de vista distanciado, que relativiza todas as coisas, é o alicerce da filosofia de Quincas Borba: o Humanitismo. A título de exemplo de sua filosofia, considerando a insuficiência de batatas para alimentar satisfatoriamente duas supostas tribos, o filósofo considera que a guerra entre as tribos é uma necessidade,

⁸⁷ Para reforçar a ideia de que Quincas Borba carrega traços do típico filósofo cínico, segue a descrição que Brás Cubas fez de Quincas Borba: “Imaginem um homem de trinta e oito a quarenta anos, alto, magro e pálido. As roupas, salvo o feitio, pareciam ter escapado ao cativo de Babilônia; o chapéu era contemporâneo do de Gessler. Imaginem agora uma sobrecasaca, mais larga do que pediam as carnes, — ou, literalmente, os ossos da pessoa; a cor preta ia cedendo o passo a um amarelo sem brilho; o pelo desaparecia aos poucos; dos oito primitivos botões restavam três. As calças, de brim pardo, tinham duas fortes joelheiras, enquanto as bainhas eram roídas pelo tacão de um botim sem misericórdia nem graxa. Ao pescoço flutuavam as pontas de uma gravata de duas cores, ambas desmaiadas, apertando um colarinho de oito dias. Creio que trazia também colete, um colete de seda escura, roto a espaços, e desabotoado” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 659).

visto que “a paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 741), donde o filósofo conclui que “ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 741). Questionado por seu interlocutor sobre a opinião do exterminado, o filósofo responde com outro exemplo de relativização cínicas das distinções:

— Não há exterminado. Desaparece o fenômeno; a substância é a mesma. Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias.

— Bem; a opinião da bolha...

— Bolha não tem opinião. Aparentemente, há nada mais contrastador que uma dessas terríveis pestes que devastam um ponto do globo? E, todavia, esse suposto mal é um benefício, não só porque elimina os organismos fracos, incapazes de resistência, como porque dá lugar à observação, à descoberta da droga curativa. A higiene é filha de podridões seculares; devemos-la a milhões de corrompidos e infectos. Nada se perde, tudo é ganho. Repito, as bolhas ficam na água (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 741-742).

Para a filosofia de Quincas Borba, o Humanitismo, como para o cinismo, tudo depende do ponto de vista, quanto mais distanciado, maior a indistinção entre todas as coisas. Essa mesma ideia de indistinção representada em *Quincas Borba* pelas bolhas/indivíduos que fazem-se e desfazem-se de contínuo, está presente também no delírio de Brás Cubas na figura das “gerações que se superpunham às gerações”, numa monótona “regularidade de calendário”, que equalizava tudo aos olhos de Brás, tornando indistinguíveis os flagelos das delícias ou as glórias das misérias.

Agora, porém, começando pelo começo. Como demonstrou fartamente John Gledson, *Quincas Borba* é uma clara alegoria à História do Segundo Reinado, no entanto, não deixa de ser uma denúncia e uma crítica – típica e propriamente cínica (BRANDÃO, 2001: 197) – aos valores e às forças que presidiram e determinaram os rumos dessa História. Mas não só dessa, pois, a História de Rubião, herdeiro de Quincas Borba, é a História de toda a Humanidade.

Como herdeiro universal de Quincas Borba, Rubião não herda apenas a fortuna ou os bens materiais, herda também sua loucura. Rubião dissipou a fortuna herdada e a loucura herdada dissipou a vida de Rubião. Para uma concepção cínica da História,

esse seria o resumo da História da humanidade: pouca fortuna, muita loucura e tudo absolutamente em vão!

Corroborando essa ideia, em *Memórias póstumas*, no capítulo CXLI, significativamente intitulado “Os cães”, o próprio Quincas Borba, consolando Brás Cubas de uma decepção política, conclama-o a lutar, contudo, ao depararem-se na rua “com uma briga de cães”, Brás afirma que:

Quincas Borba fez-me parar e observar os cães. Eram dois. Notou que ao pé deles estava um osso, motivo da guerra, e não deixou de chamar a minha atenção para a circunstância de que o osso não tinha carne. Um simples osso nu. Os cães mordiam-se, rosnavam, com o furor nos olhos... Quincas Borba meteu a bengala debaixo do braço, e parecia em êxtase. [...]

Nem deixou de recordar que em algumas partes do globo o espetáculo é mais grandioso: as criaturas humanas é que disputam aos cães os ossos e outros manjares menos apetecíveis; luta que se complica muito, porque entra em ação a inteligência do homem, com todo o acúmulo de sagacidade que lhe deram os séculos, etc. (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 721).

A mensagem contida nesse excerto é relativamente clara e traduz a concepção humanista de Quincas Borba, que em essência é também cínica e que pode ser resumida nesses termos: irracionais como aqueles cães, apesar da “ação da inteligência” e “todo o acúmulo de sagacidade que lhe deram os séculos” (pura ironia), os homens, “com o furor nos olhos”, rosnam e mordem-se, isto é, fazem guerra por um osso que não tem carne, “um simples osso nu”, isto é, por coisas que não têm valor, além do valor material que têm.

Nesse passo, é importante registrar a existência de uma convergência entre a minha interpretação sobre a concepção de História que perpassa a obra machadiana e a já referida interpretação de John Gledson, em *Machado de Assis: impostura e realismo*, segundo a qual, em determinadas obras, Machado concebe a “história como uma série despropositada de horrores [...], na qual a humanidade não aprende com seus equívocos [...], e o mundo é reduzido a um monótono “sistema de erros” (GLEDSON, 1991: 152). No entanto, há uma diferença significativa entre nossas interpretações, visto que Gledson considera que essa é uma concepção machadiana da História influenciada de Schopenhauer, enquanto eu a considero não uma concepção de Machado, mas uma concepção presente em sua obra, intimamente relacionada ao

exercício do cinismo literário. Sobre a questão da diferença entre as concepções de Schopenhauer e as dos cínicos, Luis E. Navia esclarece:

O pessimismo de Diógenes e de Schopenhauer se fundamentam, contudo, em raízes filosóficas diversas e se abrem para duas orientações ideológicas diferenciadas, embora em suas manifestações externas sejam igualmente enérgicos e cáusticos. Schopenhauer convenceu-se de que “a vida humana só pode ser um tipo de engano” e, pior ainda, que a própria existência brotou de uma fonte de males incomensuráveis, a Vontade, razão pela qual deve ser rejeitada e transcendida por meio de uma fuga para o nada absoluto, uma fuga que ele viu como praticamente impossível. Nenhum pensamento assim tão sombrio, porém, foi albergado por Diógenes, nem, de fato, por qualquer um de seus herdeiros. Não como o grande pessimista alemão, os cínicos retiveram ainda um elemento de otimismo revigorante que se encontra em toda parte em meio aos filósofos gregos e que levou muitos deles a concluir que, a despeito da bancarrota moral e da degeneração do mundo humano, não deixa de ser possível mover-se, se bem que dolorosamente e as apalpadelas para uma condição de melhora e regeneração. O caminho para esse avanço é fornecido por um compromisso com a razão e a lucidez (NAVIA, 2009: 108).

Em *Quincas Borba* Machado de Assis ofereceu um panorama da sociedade ocidental, representando sua dinâmica e seus elementos, sendo que esse panorama adquire a cor de uma contestação aos valores que regem nossa sociedade: relações artificiais ou superficiais mantidas por interesse, sentimentos verdadeiros desprezados, falsidades e dissimulações de toda ordem, cobiça desenfreada e desejo de ascensão social a qualquer custo, desconsideração pelo próximo e pela ideia de cooperação recíproca.

Sempre me pareceu muito estranho. As coisas que admiramos nos homens, bondade e generosidade, franqueza, honestidade, compreensão e sentimento são os elementos do fracasso em nosso sistema. E as características que detestamos, astúcia, ganância, cobiça, mesquinha e egoísmo, são os fatores do sucesso. Enquanto os homens admiram as qualidades que citei, adoram o resultado das outras características (STEINBECK: 1996: 151).

Essa passagem de *Caravana de destinos*, de John Steinbeck, tem a intenção de enfatizar que, décadas depois de Machado, não há “nada novo debaixo do sol”. O mesmo “desconcerto do mundo” – que Diógenes observou no século IV a.C., que Luciano constatou no século II da nossa era, que Morus e Camões denunciaram no século XVI, que Machado criticou no século XIX, que Steinbeck estranhou no século XX

– sobrevive ainda hoje, afinal, como afirmou Machado de Assis, citando Chamfort, a sociedade continua sendo composta por duas classes: “uma que tem mais apetite que jantares, outra que tem mais jantares que apetite” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 1060):

Hýbris, (ὑβρις, “arrogância”), a infração jamais perdoada pelos deuses, reina. Com ela, a violência alcança proporções descomunais e todas as regras de comportamento restam suspensas. A ganância cega desumaniza todas as relações convencendo-nos de que o petróleo é mais precioso do que a vida humana. Deus está morto, os deuses todos nos abandonaram e a razão definiu até a morte. Populações são dizimadas com o toque de um botão e soldados eliminam milhares sem terem de ver suas faces e sem a mínima hesitação. O momento de retroceder a um nível abaixo do de cães selvagens chegou por fim. As grandes nações literalmente devoram as nações pequenas, o rico espreme o pobre, edifícios são implodidos, soldados vencedores torturam os vencidos e riem disso, políticos mentem e conseguem espalhar suas enganações por toda parte e com impunidade perfeita, ao passo que as massas, incapazes de distinguir realidade de aparência, festejam e passam o tempo exatamente como os espectadores dos jogos ístmicos fizeram um dia, convencidos de que tudo está em ordem, exatamente como tem de ser (NAVIA, 2009: 230).

Tendo consciência do legado cínico, é impossível se conformar com “o desconcerto do mundo” sem ao menos criticar ou questionar os critérios utilizados para se mensurar um suposto progresso: quais são os parâmetros para se medir o progresso de uma sociedade específica e quais critérios poderiam mensurar o progresso da humanidade inteira? O progresso de uma única sociedade justifica o retrocesso forçado/imposto ou a estagnação de muitas outras?

Pode-se bem dizer que a estagnação cultural e moral é o jeito certo de descrever o curso da história humana desde o tempo em que, carregando uma lanterna acesa em plena luz do dia, ele [Diógenes] andava para trás ao longo das ruas de Atenas em busca de um ser humano de verdade (NAVIA, 2009: 9).

Perguntas retóricas cujas respostas dependerão do ponto de vista, afinal, como afirma o cínico narrador de *Quincas Borba*: “o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 750). Para Nietzsche, segundo José Carlos Reis, “o progresso é a humanidade sacrificada em favor de uma só espécie de homens fortes” (REIS, 2013: 153).

E nessa apologia do homem forte, Nietzsche se diferencia bastante de Machado: enquanto o Machado demonstra sua indignação com a provável “ferrugem da obscuridade” que corroerá a imagem e a ação de Martinha; Nietzsche, o pai do “super-homem”, “era contra os historiadores que defendiam valores igualitários e viam a história do ponto de vista dos grupos suprimidos ou derrotados” (REIS, 2013: 167).

A questão, no caso, é definir o que um cínico entende por “ser forte/vencedor” e por “ser fraco/fracassado”. De certa forma, a mensagem transmitida com a história de Rubião, em *Quincas Borba*, é uma tentativa machadiana de definir o que é vitória e o que é fracasso para um cínico. Ideia semelhante encontra-se no refrão do “Hino Patriótico”, que Machado escreveu por ocasião do episódio que ficou conhecido como Questão Christie: “Antes a morte de honrado / Do que a vida infame e vil!” (MACHADO DE ASSIS, 2009: 491). Rubião enlouqueceu, empobreceu e morreu, sempre honrado; Palha enriqueceu, ascendeu e viveu, sempre vil. Na concepção cínica, de nada vale ganhar o mundo, perdendo a si mesmo, sua liberdade, suas virtudes, sua honra.

Nessa perspectiva, em termos morais, é elucidadora a comparação entre Sofia e D. Tonica, filha do Major Siqueira: esta é apresentada como um exemplo de virtude, dedicação filial, laboriosidade, honradez e dignidade; aquela, em determinado momento, é hedionda, “um monstro, metade gente, metade cobra” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 770). Nas palavras da própria D. Tonica, Sofia é “vil, indigna, miserável” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 770). Dona Tonica detém todos os predicados admiráveis de que fala Steinbeck e por isso fracassa e é infeliz, até no amor; diametralmente oposta, Sofia é representada com características detestáveis, ainda segundo Steinbeck, e, a despeito disso, é bem sucedida: admirada, invejada e aparentemente feliz, até no amor, se é que se pode chamar sua relação com Cristiano Palha de amor.

Percebe-se então que a desigualdade dos destinos ou a justiça histórica é tema frequente na obra machadiana – basta lembrar a indignação com que ele contrapõe os destinos de Lucrecia e Martinha ou os destinos de Tiradentes e Pedro I – e esse tema aparece de forma nítida e dinâmica em *Quincas Borba*, como se uma fosse a condição de existência da outra.

Como apontado anteriormente, essa vontade de justiça histórica pode ser percebida tanto na peleja machadiana em torno da figura de Tiradentes, quanto na sua indignação diante da possibilidade de obliteração histórica do caso Martinha. Aparentemente, nesses casos, Machado atribuía à História e ao historiador um papel semelhante ao do *mnemon*, que, segundo Hartog, era uma espécie de homem-memória, “que, ao lado dos magistrados, intervém em decisões de justiça” (HARTOG, 2013: 55). Via de regra, nas representações machadianas da História, tanto positivas/elogiosas quanto nas negativas/injuriosas, ser justo ou promover a justiça é a “condição de existência” da História e do historiador. Segundo André Ramos, “na apreciação de Machado fica latente como sua reflexão sobre a história é vazada em estreita conexão com o seu senso de justiça para com as vozes do passado soterradas” (RAMOS, 2018: 176).

O interessante em *Quincas Borba* é que essa desigualdade dos destinos é narrada, aparentemente, em tempo real, isto é, à medida que vai acontecendo. Em termos materiais ou financeiros, o exemplo mais claro disso na obra encontra-se na contraposição dos destinos de Cristiano Palha e do Major Siqueira.

Enquanto Cristiano Palha e Sofia saem do morro de Santa Tereza para ir morar num palacete na Praia do Flamengo, esbanjando luxos e oferecendo banquetes com iguarias e bebidas importadas, o Major Siqueira e a filha, que inicialmente moravam na Rua do Senado, mudaram-se depois para a Rua Dois de Dezembro, para terminarem num “modesto sobradinho” na Rua dos Barbonos, gastando o parco dinheiro – reservado para a compra de um vestido novo para D. Tonica – na compra de “latas de conserva, ervilha, peixe, etc., [qu]e ficam guardadas”, para que no dia em que Rubião aparecesse para jantar, sem avisar, pudessem dar “um jantarzinho melhor” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 853).

Em minha interpretação, o tema da desigualdade dos destinos foi a maneira machadiana de desfigurar a moeda e foi a forma encontrada por Machado de Assis para exercer seu cinismo literário em *Quincas Borba*, denunciando e criticando os falsos e falaciosos valores instituídos em convenções sociais e que regem as ações dos indivíduos, sem que sequer saibam o que estão fazendo, posto que, imersos nessas convenções, estão impossibilitados de as ver e as considerar devidamente.

Pois, se “o cinismo é a arte de ver as coisas tal como são”, como disse Oscar Wilde (NAVIA, 2009: 12), a obra de Machado de Assis, tanto quanto “Diógenes pode[m] nos ensinar a ver o mundo dos homens precisamente tal como é, sem distorções, eufemismos ou enganos” (NAVIA, 2009: 13). Nesse sentido, desfigurando a moeda e subvertendo a ordem, *Quincas Borba* segue a tradição filosófica cínica “de chamar as coisas por seus nomes corretos e escarrar a verdade” (NAVIA, 2009: 219). E foi exatamente isso que Machado fez ao colocar nas mãos do major Siqueira, que estava ciente de sua situação social, o livro *Saint-Clair das ilhas ou os desterrados da ilha da Barra*, na parte em que este convocava a todos “os condenados da terra” (FANON, 1968) para um brinde: “Enchei bem os vossos copos, exclamou Saint-Clair, e bebamos de uma vez; eis o brinde que vos proponho. À saúde dos bons e valentes oprimidos, e ao castigo dos seus opressores. Todos acompanharam Saint-Clair, e foi de roda a saúde” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 853).

Assim como Machado de Assis, Luciano de Samósata “manifesta um marcado interesse em retratar diferenças sociais de um ponto de vista crítico” (BRANDÃO, 2001: 147), sendo que esse interesse, segundo Brandão, é interpretado ou como “mero divertimento” ou como “sátira social”, que expressa “uma simpatia sincera pelos explorados” (BRANDÃO, 2001: 147). Entendo, por conseguinte, que é o cinismo literário que professam que os faz questionar o *status quo* e tudo que o mantém.

Via de regra, na obra machadiana, a História secunda o cinismo no esforço de ensinar a ver ou fazer ver. Diga-se de passagem, essa parceria entre História e cinismo faz todo sentido, pois, segundo Hartog, “*hístōr* seria, antes de tudo e por princípio, um olho – e a *historiē*, por sua vez, alguma coisa (se não uma história) relativa ao olho” (HARTOG, 2014: 22). Nesse sentido, ainda de acordo com Hartog, “a *historiē* não é, de início ou somente, uma operação que, do ver, extrai o saber, mas principalmente um procedimento linguístico que, em certos casos, consegue fazer ver” (HARTOG, 2014: 25).

No delírio de Brás Cubas, por exemplo, a História ajuda a contemplar “através de um nevoeiro” o desfile de todos séculos e de “todas as paixões”, que redundam na “destruição recíproca dos seres e das coisas”. Diga-se de passagem, segundo Luis E. Navia, a ideia de que a humanidade está envolta num nevoeiro – “τύφος (*týphos*,

névoa, fumo, escuridão)” (NAVIA, 2009: 185) – “é a mais importante ideia do cinismo clássico” (NAVIA, 2009: 185).

E dissipando o nevoeiro e relativizando as coisas, a História ajudou Brás a perceber que não havia diferença entre “flagelos e delícias” e também o ajudou a constatar que na tentativa de capturar a “quimera da felicidade” a humanidade “não saiu do lugar”, visto que gerações se superpuseram fazendo “a história e a civilização”, até “chegar o século presente” que é “tão miserável como os primeiros”⁸⁸.

A par de sua brevidade e incerteza, a vida humana tem ainda outra característica inerente que Diógenes e outros cínicos depois dele reconheceram com grande clareza. Do nascimento à morte, mesmo que labutemos freneticamente para sermos felizes (o que admitidamente é o propósito da vida humana), a felicidade manifesta-se, pessoal e coletivamente, como um fantasma ilusório e enganador que se recusa a deixar que qualquer um o apanhe. Assim, a vida passa a ser uma oscilação constante entre miséria e tédio, sendo a felicidade a breve passagem transitória e ilusória de um extremo a outro (NAVIA, 2009: 163).

É precisamente isso que o delírio de Brás Cubas significa. Nesse sentido, acompanhando e alicerçando o cinismo de Brás, propiciando a perspectivação e relativização das coisas, a História possibilitou-lhe a “ἀτύφια (*atyphía*), isto é, [a] clareza de pensamento ou lucidez, [que] é a habilidade de ver as coisas tais quais são e de reconhecer o valor inerente às coisas e atividades como meios de atingir a felicidade” (NAVIA, 2009: 172).

Voltando a *Quincas Borba*, há algumas passagens esparsas que podem ser interpretadas como pistas para se reconhecer os traços do cinismo. Numa dessas passagens, Rubião recebe uma carta de Quincas Borba e depois de lê-la “devagar, analisando as palavras, desconjuntando-as, para ver bem o sentido”, Rubião afirma que reconheceu o estilo característico do filósofo, “aquele modo de o descompor brincando” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 745), que em essência é o modo cínico de criticar, “que consiste, conforme uma fórmula do próprio Luciano, em ‘morder rindo’” (BRANDÃO, 2009: 150).

⁸⁸ “Portanto, aquilo que me surpreende, ó Hermes, é que os aqueus não tivessem compreendido que sofriam por uma coisa tão efêmera e que tão facilmente perde a flor” (SAMÓSATA, 1998: 56).

Por fim, noutra dessas passagens, no momento em que a loucura toma posse completa de Rubião, há uma referência a um certo Lucien, “barbeiro e cabeleireiro da Rua do Ouvidor”, que – nada coincidentemente – chegou à casa de Rubião no momento em que este “estava em uma longa cadeira de extensão, ermo do espírito, que rompera o teto e se perdera no ar. A quantas léguas iria? Nem condor nem águia o poderia dizer. Em marcha para a lua” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 861), visto que, recapitulando sua própria história, Rubião não via “nenhum revés, nenhum malogro, nenhuma pobreza; — vida plácida, cosida de gozo, com rendas de supérfluo. Em marcha para a lua!” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 861). Tudo isso acompanhado por rosnados do cão Quincas Borba.

Considerando essa passagem e a acintosa associação entre a presença de um Lucien, de um cão que rosna a estranhos e de uma marcha para a lua que torna indistinguíveis os sucessos e os malogros da vida de Rubião, me parece óbvio, mais uma vez, que a intenção de Machado foi levantar uma pontinha do véu que envolve todo o seu processo de criação, revelando assim a perspectiva cínica que adotava em seus escritos.

Em minha interpretação, Lucien é uma clara referência a Luciano de Samósata. Inclusive, como asseverado anteriormente, a obra completa de Luciano que se encontra na biblioteca de Machado está em francês, logo, pode-se ler *Œuvre Complètes de Lucien de Samosate*. Todavia, o que me fez supor que seja uma referência a Luciano é a associação entre o nome Lucien, o cão rosnando e a marcha para lua, que me remeteu ao famoso *Icaromenipo* de Luciano, no qual Menipo empreende uma marcha para a lua a fim de observar a humanidade a partir de outra perspectiva. Aliás, me encaminho para as considerações finais fazendo um movimento inverso: abandonando a distância e conseqüentemente a perspectiva que me permitiram enxergar a obra machadiana como resultado do exercício continuado daquele “recurso retórico” que denominei – recorrendo a J. Schwartz/Jacyntho Lins Brandão e ao próprio Machado – de cinismo literário.

10 – “IRIA ADIANTE; MAS É FORÇOSO PARAR”⁸⁹: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua *História da Literatura Brasileira*, José Veríssimo, que era amigo pessoal de Machado de Assis, sustenta que “o que sobretudo lhe interessa é a alma das coisas e dos homens, é ela que ele procura exprimir e que geralmente exprime com insigne engenho e arte” (VERÍSSIMO, 1963: 313). Já em *Diógenes, o cínico*, Luis E. Navia afirma que: “a primeira proposição do pensamento de Diógenes pode ser assim asseverada: o único objeto da filosofia é a existência humana” (NAVIA, 2009: 159), ou seja, “a natureza humana é o único tipo pelo qual Diógenes demonstra um interesse mais do que casual” (BRANHAM in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 113). Dito de outra forma, para o Cão e para o Bruxo, “o mundo começa e acaba na presença de todo ser humano” (NAVIA, 2009: 160). Talvez, como Fustel de Coulange, Machado concebesse a “história como psicologia, ou seja, como uma ciência histórica da alma humana” (HARTOG, 2013: 157) e por isso se interessasse tanto por ela.

E é talvez por isso que suas vidas-obras – de Diógenes e de Machado – possuem um caráter pedagógico. Segundo Barretto Filho, “há na obra machadiana uma intenção pedagógica, que esteve sempre presente nas suas crônicas e que se disfarça nos livros de ficção sem deixar de ser efetiva” (FILHO, 1980: 159). No que diz respeito a Diógenes, segundo a tradição, ele mordida os amigos, com a intenção de corrigi-los (DOBBIN, 2012: 43).

Dessa maneira, além de ensinar a ver as coisas como são, o cinismo – como modo de vida de Diógenes ou como recurso retórico-literário de Machado – tinha a intenção de curar a humanidade de sua cegueira (*Tuphos*), representada pela preocupação com o luxo e com a posição social (DOBBIN, 2012: XX), pelos falsos valores que afastam a humanidade da virtude e, conseqüentemente, da felicidade, porque ao ganhar o mundo, ela corre o risco de perder a alma (DOBBIN, 2012: XXI). Nesse sentido, na obra machadiana, o cinismo é “um medicamento sublime, um emplastro anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade”, semelhante ao Emplastro Brás Cubas (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 601).

⁸⁹ (MACHADO DE ASSIS, 2019A, Tomo I: 601).

Portanto, depois de aproximar esses dois infinitos: Machado de Assis e o cinismo, chego à conclusão de que a partir do mosaico das representações machadianas da História que perpassam toda a sua obra e considerando que “toda história propriamente dita carrega consigo os elementos de uma filosofia da história plenamente desenvolvida” (WHITE, 1995: 434), é possível perceber uma concepção e/ou uma Filosofia cínica do mundo e da História, expressa em termos retóricos-literários, isto é, é possível perceber que, em toda a sua obra, Machado fez uso ou exercitou amplamente um cinismo literário.

Consequentemente, é por isso que a obra machadiana – no que diz respeito às representações da História – apresenta tantas semelhanças com a de Friedrich Nietzsche: para além do *zeitgeist* ou de outra explicação metafísica, as semelhanças se dão porque ambos praticaram o cinismo literário⁹⁰.

Entre os indícios que sustentam a percepção de uma concepção/Filosofia cínica do mundo e da História na obra machadiana, encontram-se: 1) a primazia de um ponto de vista distanciado (*kataskopos*); 2) a recorrência de um tratamento ambivalente dispensado à História, que oscila entre o tom elogioso e o tom injurioso ou entre a carga semântica positiva e a carga semântica negativa; 3) a adoção de uma forma de expressão sério-jocosa, irônica ou, mais precisamente, sardônica; 4) as diversas referências ao cinismo (temas, princípios, anedotas e personagens); 5) a ausência da ironia em suas correspondência e em parte de sua crítica literária; 6) a firme

⁹⁰ No capítulo “A recepção moderna do cinismo. Diógenes no iluminismo”, do livro *Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e seu legado*, Heinrich Niehues-Pröbsting assevera que “Nietzsche representou o estágio mais importante na história da recepção do cinismo que acabou levando ao conceito moderno de cinismo. Essa é a história da transformação do cinismo antigo no cinismo moderno” (NIEHUES-PRÖBSTING in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 384). Ainda segundo Niehues-Pröbsting: “A recepção do cinismo por Nietzsche é histórica – mas não apenas histórica. Em suas reflexões, Nietzsche direcionou seu interesse para além da questão meramente histórica e sondou quais possibilidades o cinismo poderia oferecer além de sua singularidade e de seu passado histórico: modos de vida possíveis; possibilidades morais, particularmente a problematização e a crítica da moral; possibilidades de esclarecer a moral; possibilidades de um estilo pessoal esclarecido de crítica à moral; possibilidades retórico-literárias e polêmicas. Ele acabou por adotar todas essas possibilidades de cinismo e, por fim, declarou enfaticamente a sua adesão ao ‘cinismo’. Na auto avaliação de *Ecco Homo*, ele disse a respeito de seus livros que eles ocasionalmente de fato atingiam ‘o mais alto que se pode atingir na terra: o cinismo” (NIEHUES-PRÖBSTING in GOULET-CAZÉ; BRANHAM, 2007: 384). [Grifo meu].

determinação de Machado de Assis em manter sua autarquia, o que lhe garantiu o exercício da sua liberdade de expressão (*parrésia*).

O momento é oportuno para que eu justifique uma afirmação. Ao longo deste trabalho, mais de uma vez afirmei que, procurando resguardar sua absoluta liberdade de expressão (*parrésia*), Machado se esforçou para manter sua autonomia, sua autarquia. Pois bem, adquiri essa convicção a partir da leitura de todas as suas correspondências: das quase 500 cartas que Machado escreveu/emitiu – que se encontram nos 5 Tomos (1173 correspondências) organizados por Sergio Paulo Rouanet e anotados por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério e também daquelas que se encontram em sua Obra Completa, editada pela Nova Aguilar – em apenas duas (02) – num curto intervalo de tempo e para o mesmo destinatário: Francisco Paz Ramos – ele pediu ajuda para si mesmo, pois estava apertado financeiramente, em função do seu casamento, e precisava de algum dinheiro (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1317).

Certamente, não seria difícil a Machado obter alguns benefícios se os houvesse solicitado em algum momento, considerando o prestígio social e político de alguns de seus interlocutores, entre eles: José de Alencar, Barão do Rio Branco, Quintino Bocaiuva, Franklin Dória, Alfredo D'Escagnolle Taunay, Joaquim Nabuco, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Rui Barbosa, Carlos de Laet, Rodrigo Octavio, Graça Aranha, Belmiro Braga. Por outro lado, em inúmeras ocasiões, Machado pediu-lhes ajuda a fim de instituir a Academia Brasileira de Letras.

Aproveitando a oportunidade, foi também a leitura de suas correspondências que me fez perceber na escrita machadiana mais ceticismos que pessimismos. Não estou negando a existência do pessimismo, o próprio Machado o reconheceu mais de uma vez, estou afirmando que, em momentos difíceis, como o que sucedeu uma de suas mais graves crises de epilepsia, Machado manteve-se firme, calmo e resignado, falando, quando muito, em trocar de remédio ou de médico, jamais cogitou em parar de tratar sua doença ou em desistir da vida. Apesar do seu mal e do seu sofrimento, mesmo em seus momentos de crise, Machado ainda reunia forças para consolar e estimular seus amigos, em especial, os também doentes, Mario de Alencar e Magalhães de Azeredo, estes sim, pessimistas depressivos.

O que pretendo enfatizar é que, na obra machadiana, quando muito o pessimismo assume a aparência de uma “melancolia do desamparo”, sem jamais assumir o aspecto do desespero. Isto porque:

O cinismo não é uma filosofia do desespero, um mergulho existencial em abandono [...] que nenhuma redenção, nenhuma escapatória promete. É mais uma postura filosófica que diagnostica corretamente e identifica, talvez cruelmente, as chagas e as mazelas que permeiam a condição humana dessa e de qualquer outra época, apontando o caminho (rude e brutalmente tanto quanto possível) que pode aliviar ao menos em parte tais chagas e mazela (NAVIA, 2009: 109).

Portanto, não resta dúvida, para mim, de que todos e cada um dos fios que ligam Machado de Assis à História e ao cinismo significam a existência de uma concepção e/ou de uma Filosofia cínica do mundo e da História atravessando toda a sua obra e que só pôde ser percebida levando-se toda ela em consideração: crônicas, contos, romances, poesias, peças teatrais, críticas literárias, correspondências, entre outras. Sem essa abordagem holística, abrangente, o máximo que se pode obter são concepções e percepções parciais que não são capazes de produzir um significado para a presença da História ou para qualquer outra presença.

Concluo também que – vista conjuntamente e abstraindo as fronteiras entre os gêneros literários – a obra do Bruxo do Cosme Velho é, à sua maneira, um *Como se deve escrever a História*, sendo, portanto, uma espécie de Meta-história, visto que as representações da História contidas em sua obra compõem um mosaico que traduz um discurso que – analisando a História, apontando os seus defeitos e as suas virtudes – oferece preceitos e advertências aos historiadores⁹¹. Por conseguinte, é possível

⁹¹ Mais uma vez Machado se aproxima de Nietzsche e mais uma vez – abstraindo, é claro, aquilo que só cabe a Nietzsche – os comentários de José Carlos Reis sobre ele podem ser estendidos a Machado e à sua obra, principalmente no que concerne à avaliação negativa dos historiadores, à sua visão geral da História, à crítica da História e à negação de sua utilidade. De acordo com Reis costuma-se pensar e afirmar que “Nietzsche teve uma relação superficial com a historiografia, fez uma avaliação negativa dos historiadores alemães objetivos e é visto como um dos primeiros críticos dos métodos históricos do século XIX. Iggers afirma que Nietzsche negava a utilidade da pesquisa histórica e do ensino de história. Contudo, o historiador sueco Brobjer procurou relativizar essa primeira interpretação de Nietzsche como um filósofo contra a história. Para ele, tem-se esse tipo de avaliação negativa da sua interpretação da história quando se toma como única referência do seu pensamento histórico à sua *Segunda intempestiva*, mas ‘esse ensaio de juventude’ não é representativo da sua visão geral da história. Brobjer não descarta esse ensaio, mas, para investigar a sua perspectiva histórica, privilegia outras fontes, como a sua correspondência e os comentários que aparecem

considerar Machado um “teórico da História ou da historiografia”, da mesma forma como “Canfora situa Luciano entre os ‘teóricos’ da historiografia grega, ao lado de Políbio” (BRANDÃO, 2009: 146).

Por fim, tentando responder à questão sobre o lugar que Machado de Assis ocuparia na História da Historiografia Brasileira, feita pela professora Cláudia Costa Brochado, concluo ainda que, como “teórico da História” e utilizando-se da “poética cínica”, Machado desenvolveu uma concepção singular acerca da História, visto que mesclou “uma concepção não-realista” da História com “uma concepção realista” da História, concomitantemente concordando e opondo-se às ideias e às opiniões historicistas. Em suma, a obra machadiana encontra-se vazada em algo que pode ser definido como “historici[ni]smo”: uma fusão entre o historicismo e o cinismo, que traduz esse amálgama indissociável entre ceticismo e crença na História⁹².

em outros textos. Para Brobjer, o jovem Nietzsche teve uma educação de historiador-filólogo e aprendeu a enfatizar a importância do método crítico e do estudo dos clássicos. Para ele, *A genealogia da moral* e *O anticristo* são mais reveladores da sua visão da história do que a *Segunda intempestiva*. *A genealogia* é profundamente histórica e *O anticristo* é uma história do cristianismo. Brobjer sustenta que Nietzsche conhecia bem os historiadores alemães, até pessoalmente, lia-os e admirava-os. O século XIX foi realmente o século da história, na Alemanha, e tudo era tratado historicamente. Essa ‘revolução historiográfica’ foi feita pelos historiadores Wolf, Niebuhr, Ranke, Mommsen, Droysen. Para Nietzsche, eles foram os ‘Galileus e os Newtons do campo histórico’, os ‘Colombos do espírito alemão’. O historiador suíço Burckhardt foi seu amigo pessoal e ajudou-o em momentos difíceis da sua doença. Nietzsche apreciava o ceticismo histórico desses historiadores, aprovou o método histórico, que incluía a crítica das fontes, a crítica textual (interna e externa) e a interpretação histórica. Ele aprendeu com os historiadores o ceticismo metódico” (REIS, 2013: 165-166). De forma semelhante ao que aconteceu com Nietzsche e sua obra, Machado e a sua também foram e continuam sendo – eu não diria mal interpretados, mas – parcialmente interpretados. E isso ocorre, pura e simplesmente, por falta de uma visão holística de sua obra e por excesso de dogmatismo de escola de alguns de seus intérpretes. Pouco se sabe acerca da formação de Machado de Assis, contudo, minha investigação deixou claro sua familiaridade com a História e com tudo que a acompanha: historiadores, estudos históricos, personagens e eventos históricos, períodos históricos, métodos históricos, fontes históricas, correntes históricas, romances históricos. O que se pode afirmar, sem medo de errar, é que, como Nietzsche, Machado de Assis, teve uma educação de historiador.

⁹² Essa ideia de perceber que o cinismo oscila entre o ceticismo e a crença me foi sugerida por uma crítica literária/teatral machadiana, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 24 de agosto de 1863, na qual Machado trata da “estreia o sr. César de Lacerda, ator português, que estreou no Teatro Lírico, no papel de Carlos do *Cinismo, ceticismo e crença*” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1043), concluindo que: “Minhas impressões acerca do sr. César de Lacerda foram das melhores” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 3: 1044). Os comentários sobre a atuação de César Lacerda continuam e, curiosamente, não há sequer um mínimo comentário sobre o enredo da peça. Por dias fiquei pensando se essa omissão não seria mais uma finta ou um golpe do capoeirista literário para despistar o leitor do seu interesse pelo cinismo. O que o

Metaforicamente pensando, como a expressão de uma concepção de mundo ou de uma Filosofia cínica da História, em seu conjunto, a obra machadiana é o filho do cão que Rubião promete repetidamente à sua comadre:

CAPÍTULO XVII

— Sinhá comadre, o cachorro? perguntou Rubião com indiferença, mas pálido.

[...]

— Está lá no fundo, no cercado grande; está sozinho para que os outros não bulam com ele. Mas o compadre vem buscá-lo? Não foi isso o que disseram. Pareceu-me ouvir que era para mim, que era dado.

— Daria cinco ou seis, se pudesse, respondeu Rubião. Este não posso; sou apenas depositário. Mas deixe estar, prometo-lhe um filho. Creia que o recado veio torto.

[...]

— Olhe o meu pavão! dizia a comadre.

Mas Rubião tinha os olhos no Quincas Borba, que farejava impaciente, e que se atirou para ele, logo que um moleque abriu a porta do cercado. Foi uma cena de delírio; o cachorro pagava as carícias do Rubião, latindo, pulando, beijando-lhe as mãos.

— Meu Deus! que amizade!

— Não imagina, sinhá comadre. Adeus, prometo-lhe um filho.

(MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 1: 749).

“Que amizade!” exclama a comadre; “não imagina”, responde Rubião. O espanto da comadre de Rubião foi parecido com o meu quando comecei perceber a presença constante da História na obra machadiana, mas, a princípio, eu não cogitava do seu significado, eu não imaginava de forma alguma que a História estava ali porque era indispensável para o exercício do cinismo literário de Machado de Assis. Assim como a comadre de Rubião, eu não imaginava uma amizade tão grande entre o Bruxo, a Clio e o Cão.

Enfim, acredito que é possível dizer que esta tese é uma tentativa de demonstrar que Machado cumpriu a promessa de Rubião, trazendo à luz uns “cinco ou seis” filhos do Cão.

Esta foi a ficção de método que me trouxe até aqui!

teria levado ao teatro? Sua obrigação de crítico ou a temática da peça? Então, sem a possibilidade de obter qualquer resposta, me contentei em refletir sobre os termos do título da peça teatral.

Chegando ao fim deste trabalho, percebi que, de fato, “a história se entrelaça com os historiadores” (MACHADO DE ASSIS, 2015, Vol. 4: 961), pois construí e escrevi esta História vivendo, afinal, a obra de Machado de Assis acompanhou minha formação como historiador desde antes do começo.

Agora, com este trabalho, abordando alguns aspectos da relação do Bruxo com a História e com o cinismo, escrevo uma parte da História dessa relação, mantendo a absoluta liberdade do meu “eu” nos limites absolutos fixados pela documentação (JABLONKA, 2016: 194).

E, por fim, mesmo sem uma intenção consciente, atendi à uma convocação de Ivan Jablonka, no sentido de “atualizar a potencialidade literária das ciências sociais” (2016: 293), porque, escrevendo este trabalho, fiz algo que tomou a forma híbrida de uma “investigação-testemunho-autobiografia-relato”⁹³.

⁹³ Segundo Jablonka, para renovar a escritura das Ciências Sociais, é preciso inscrevê-las em “uma forma que tenha ao mesmo tempo algo de investigação, de testemunho, de autobiografia, de relato: história enquanto põe em jogo um raciocínio, literatura enquanto dá vida a um texto” (JABLONKA, 2016: 293).

FONTES

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Machado de Assis. Obra Completa: Vol. 1.** São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Machado de Assis. Obra Completa: Vol. 2.** São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Machado de Assis. Obra Completa: Vol. 3.** São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Machado de Assis. Obra Completa: Vol. 4.** São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Correspondência de Machado de Assis. Tomo I.** Coordenação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2019.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Correspondência de Machado de Assis. Tomo II.** Coordenação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2019.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Correspondência de Machado de Assis. Tomo III.** Coordenação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2019.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Correspondência de Machado de Assis. Tomo IV.** Coordenação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2019.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Correspondência de Machado de Assis. Tomo V.** Coordenação Sérgio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2019.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Badaladas Dr. Semana, Tomo I.** Organização, apresentação, notas, índice onomástico por Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Nanquin, 2019A.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Badaladas Dr. Semana, Tomo II.** Organização, apresentação, notas, índice onomástico por Sílvia Maria Azevedo. São Paulo: Nanquin, 2019A.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **A poesia completa.** Organização Rutzkaya Queiroz dos Reis. São Paulo: Nanquin/Edusp, 2009.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **A Semana. Crônicas (1892-1893).** Edição, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Bons Dias!** Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1990.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Machado de Assis. Obra Completa: Crítica Teatral - Vol. 30.** Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. 1957.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos sem data.** Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos Esparsos.** Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos Avulsos**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos Recolhidos**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos Esquecidos**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Poesia e Prosa**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de J. Galante de Sousa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Diálogos e reflexões de um relojoeiro**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos e Crônicas**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Crônicas de Lélío**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Contos sem data**. Coleção Machado de Assis desconhecido. Organização, prefácio e notas de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Dispersos de Machado de Assis**. Coligidos e anotados por Jean-Michel Massa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1965.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Teoria estética**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira**. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/95/75> . Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN; Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BARRETO, Lima. **Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- BARTHES, Roland. **Literatura e semiologia: pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BARTHES, Roland. **Michelet**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, Alfredo. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOSI, Alfredo. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2011.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. "A Grécia de Machado de Assis", p. 351-374. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça; OLIVEIRA, Paulo Motta; BENN-IBLER, Veronika. **O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2001.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins (org.). **Biografia Literária: Luciano de Samósata**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A poética do Hipocentauro: Literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A invenção do romance**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CAMÕES, Luís de. **Obra Completa em um volume**. Rio de Janeiro: Aguilar Editora, 1963.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. **Entre ilustres e anônimos: a concepção de história de Machado de Assis**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CANDIDO, Antônio [et al.]. **A crônica – o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992

CERTEAU, Michel De. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 2ªed.

CERTEAU, Michel De. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no Brasil do século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel: 2002.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Machado de Assis na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1990.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.

DETIENNE, Marcel. **A invenção da Mitologia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

DOBBIN, Robert. **The Cynics Philosopher from Diogenes to Julian**. London: Penguin Books, 2012.

ECO, Umberto. **Sobre a Literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ECO, Umberto. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

- ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. **O signo de três. Dupin, Holmes, Peirce.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.
- ESPANCA, Florbela. **Poemas.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.
- FAORO, Raimundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo.** São Paulo: Edusp, 2017.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FILHO, Barretto. **Introdução a Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Agir, 1980.
- FINLEY, Moses I. **Uso e Abuso da História.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- FONSECA, Gondin da. **Machado de Assis e o hipopótamo: biografia e análise.** São Paulo: Editora Fulgor, 1960.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREITAS, M. V. de. **Do pós-moderno ao pós-antigo.** *Classica*, v. 9/10, n. 9/10, p. 255-261, 1996-1997.
- FRYE, Northorp. **Anatomia da crítica: quatro ensaios.** São Paulo: É Realizações, 2013.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. **Teoria da História.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força. História, retórica, prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **The judge and the historian: marginal notes on a late-twentieth-century miscarriage of justice.** London/New York: Verso, 2002.
- GLEDSON, John. **“Introdução”.** In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Bons Dias!** Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1990.
- GLEDSON, John. **“Introdução”.** In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **A Semana.** Crônicas (1892-1893). Edição, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: impostura e realismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GLEICK, James. **Caos: a criação de uma nova ciência**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- GOULET-CAZÉ, Marie-Odile; BRANHAM, R. Bracht (orgs.). **Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e seu legado**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: O romance machadiano e o público de literatura no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- GRIMAL, Pierre. **A mitologia grega**. Sintra: Publicações Europa-América, 2005.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- HARTOG, François (org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora de UFMG, 2001.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- HERMAN, Arthur. **A ideia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HOCKE, Gustav R. **Maneirismo: o mundo como labirinto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico: processo de emancipação. Volume 3**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico: dispersão e unidade. Volume 4**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico: reações e transações. Volume 5**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico: declínio e queda do Império. Volume 6**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico: do Império à República. Volume 7**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). Volume 8**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira – O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). Volume 9.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporánea: Manifiesto por la ciencias sociales.** Traducción: Horacio Pons. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JOBIM, José Luís. **A biblioteca de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: ABL/Topbooks, 2008.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.

KOSSELLECK, Reinhart [et al]. **O conceito de História.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LIMA, Oliveira. **O Império Brasileiro (1822-1889).** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LOPES, José Leme. **A psiquiatria de Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Agir Editora, 1974.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Ideias e Imagens de Machado de Assis.** Coleção Machado de Assis desconhecido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Machado de Assis desconhecido.** Coleção Machado de Assis desconhecido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Ao redor de Machado de Assis.** Coleção Machado de Assis desconhecido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Machado de Assis – Funcionário público.** Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1970.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Machado de Assis: vida e obra. Volume 1: Aprendizado.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Machado de Assis: vida e obra. Volume 2: Ascensão.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Machado de Assis: vida e obra. Volume 3: Maturidade.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Machado de Assis: vida e obra. Volume 4: Apogeu.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três panfletários do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

- MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALERBA, Jurandir (org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Obra em 5 volumes**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARROU, H.-I. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Editora Pedagógica Universitária, 1975.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1981.
- MURICY, Katia. **A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NAVIA, Luis E. **Diógenes, o Cínico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2009.
- NICODEMO, Thiago Lima; DOS SANTOS, Pedro Afonso Cristovão; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. Tradução: Wolf Hörnke. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PANOFSKY, Erwin. **La perspectiva como forma simbólica**. Barcelona: Tusquets Editores, 2010.
- PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos**. Brasília, 2008, 3ªed.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: Prosa de ficção – de 1870 a 1920**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Vindiciae: o Sr. Sílvio Romero, crítico e filósofo**. Belo Horizonte: Os amigos do livro, 1934.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2018.
- PUJOL, Alfredo. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1934.

- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- RAMOS, André da Silva. **Machado de Assis e a experiência da história [manuscrito]: climas e espectralidade** / Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.
- REIS, José Carlos. **História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- REVEL, Jacques. **Proposições: ensaios de História e Historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ: 2009.
- RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RIEDEL, Dirce Côrtes. **O tempo no romance machadiano**. São Paulo: Livraria São José, 1959.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis: Lido e Relido**. São Paulo: Alameda; Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- SÁ REGO, Enylton José de. **O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.
- SAID, Edward. **Orientalismo. Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SAMÓSSATA, Luciano de. **Como se deve escrever a história**. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- SAMÓSSATA, Luciano de. **A história verdadeira**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2012.
- SAMÓSSATA, Luciano de. **Diálogo dos mortos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- SAMÓSSATA, Luciano de. **Os amigos da mentira**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2014.
- SAMÓSSATA, Luciano de. **O parasita**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- SARAMAGO, José. **Memorial do convento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- SCHOPENHAUER, Arthur. Seleção de Textos. In. VOLPI, Franco (org.) **A arte de insultar**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru – SP: Edusc, 2003.

SMITH, Plínio. **Ceticismo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 4ªed.

SOUSA, José Galante. **Bibliografia de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

SOUSA, José Galante. **Fontes para o estudo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

STEINBECK, John. **Caravana de Destinos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Einstein Augusto da Silva, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa da tese de doutorado foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.